

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

ÍGOR TEIXEIRA

**ANÁLISE DOS PROCESSOS DE DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA, SOCIAL E
ORGANIZACIONAL NO ASSENTAMENTO TRINTA DE MAIO, CHARQUEADAS -
RS**

**Porto Alegre
2008**

ÍGOR TEIXEIRA

ANÁLISE DOS PROCESSOS DE DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA, SOCIAL E ORGANIZACIONAL NO ASSENTAMENTO TRINTA DE MAIO, CHARQUEADAS - RS

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Professor Dr. Eduardo Ernesto Filippi

Porto Alegre

2008

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da
UFRGS

T266a

Teixeira, Ígor

Análise dos processos de diversificação produtiva, social e organizacional no Assentamento Trinta de Maio, Charqueadas-RS / Ígor Teixeira. – Porto Alegre, 2008.

204 f. : il.

Orientador: Eduardo Ernesto Filippi.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2008.

1. Assentamento rural : Organização social. 2. Assentamento rural : Organização do trabalho. 3. Produção agropecuária : Assentamento rural. 4. Assentamentos rural : Cooperativismo. 5. Cooperativismo : Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. 6. Reforma agrária : Brasil. 7. Reforma agrária : Políticas públicas. 8. Assentamento Trinta de Maio : Charqueadas (RS). 9. Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados de Charqueadas Ltda. : Charqueadas (RS). 10. Desenvolvimento rural : Rio Grande do Sul. I. Filippi, Eduardo Ernesto. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. III. Título.

CDU 316.4
631.15

ÍGOR TEIXEIRA

ANÁLISE DOS PROCESSOS DE DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA, SOCIAL E ORGANIZACIONAL NO ASSENTAMENTO TRINTA DE MAIO, CHARQUEADAS - RS

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 29 de abril de 2008.

Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi (Orientador, Presidente da Banca, Departamento de Economia)

Prof. Dr. Carlos Guilherme Adalberto Mielitz Netto
(Departamento de Economia/UFRGS)

Profa. Dra. Rosa Vieira Medeiros
(Departamento de Geografia/UFRGS)

Prof. Dr. Luiz Antonio Cabello Norder
(Departamento de Ciências Sociais/UEL-PR)

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação a minha mãe Maria. Agradeço profundamente todos os ensinamentos e os valores que ela me ensinou. Também às queridas manas Vânia e Lana, sempre atentas e amorosas tentando me passar tranqüilidade. Serei sempre grato de coração.

AGRADECIMENTOS

Essa dissertação só foi possível com o apoio e incentivo de muitos amigos. Nos momentos de solidão inerentes ao trabalho de campo e à produção textual. Foram pessoas que me impulsionaram e me levaram a concluí-la.

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, ao corpo de funcionários do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – PGDR, e ao CNPq pelo apoio financeiro através da concessão da bolsa de mestrado acadêmico.

Sincero e nobre agradecimento às agricultoras e agricultores do Assentamento Trinta de Maio que, com afetuosa acolhida, contribuíram decisivamente para o andamento da pesquisa de campo. A eles desejo força para prosseguirem ultrapassando os obstáculos e adversidades da vida na atividade agropecuária.

À EMATER, nas pessoas dos técnicos Lourdes Sotilli e João Pereira Guahyba Neto. Também agradeço a atenção e o apoio da secretária Juliane. Suas contribuições foram muito importantes para minha entrada no campo de pesquisa e para o levantamento dos dados de campo. Também agradeço a atenção dispensada pelo Márcio Berbigier da Secretaria Municipal de Economia Solidária e Agricultura Familiar de Charqueadas.

À mis hermanos del programa escala por las risas, los mates y la buena charla.

Ao MIRF e aos meus amigos de moradia estudantil. Em especial à Polliane Trevisan Nunes pela motivação nos momentos decisivos da dissertação.

Ao professor Eduardo Ernesto Filippi que, com sua experiência e tranqüilidade, aceitou o convite para orientar-me neste trabalho, expresse minha imensa gratidão e apreço. Com sua orientação, não somente esse trabalho foi realizado, mas uma aprendizagem cujo valor é inestimável.

“O ponto essencial e problemático a ser considerado, mesmo por quem é sério e competente, é o de que a *questão agrária tem a sua própria temporalidade*, que não é o “tempo” de um governo. Ela não é uma questão monolítica e invariante: em diferentes sociedades, e na nossa também, surge em circunstâncias históricas determinadas e passa a integrar o elenco de contradições, dilemas e tensões que mediatizam a dinâmica social e, nela, a dinâmica política” (MARTINS, 1999, p.98-99).

RESUMO

A pesquisa que deu origem a esta dissertação trabalhou com a temática sobre assentamentos rurais. Para isso, foi fundamental apresentar uma revisão teórica sobre a reforma agrária no Brasil e, neste contexto, o surgimento dos projetos de assentamentos rurais no país. Do mesmo modo, apresentou-se o debate sobre as formas de cooperação do trabalho, destacando as diferenças entre os projetos cooperativistas tradicionais e a concepção cooperativa dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST. Após a definição do objeto de pesquisa, que correspondeu às características presentes na relação entre a escolha pela filiação em determinado grupo e as dinâmicas dos processos de organização econômica e social correspondentes, passou-se à elaboração da seguinte pergunta: o que é decisivo para as famílias assentadas no momento de optar por um ou outro projeto, um ou outro arranjo organizativo, e quais são as características das estratégias de organização social e produtiva daí derivadas? Para este fim traçaram-se, principalmente, os seguintes objetivos: (i) entender os aspectos que levaram à gradativa saída de algumas famílias do conjunto da cooperativa e a opção por organizarem-se social e economicamente em lotes individuais, e (ii) relacionado ao anterior, verificar as estratégias e práticas de diversificação social e produtiva de cada grupo e em que medida elas possibilitaram a emergência de processos endógenos de desenvolvimento rural. Privilegiou-se uma metodologia qualitativa de análise, sob a qual fez-se uso da técnica de observação participante e da aplicação de entrevistas junto aos dois grupos. Pôde-se concluir que os motivos que levaram a saída das famílias da cooperativa, expressos no descontentamento com o equivalente econômico pago pelo seu trabalho e com as decisões coletivas, explica-se por elementos presentes na composição do que a literatura clássica denominou de campesinato tradicional. No entanto, a análise da organização social e as estratégias produtivas traçadas por ambos os grupos permitiram identificar a constituição de uma base permanente e de recursos temporários utilizados no processo de produção. Foi possível observar que o uso da força de trabalho, a organização dos espaços produtivos, a quantidade e a qualidade das áreas ocupadas com os cultivos, e as próprias relações internas e externas ao assentamento, potencializaram a existência de algumas práticas endógenas de produção agropecuária. Além disso, verificou-se que a relação dos assentados com os agentes de desenvolvimento rural ocorre, fundamentalmente, através dos serviços prestados pela EMATER e outros agentes públicos que possuem relativa importância pelo trabalho de mediação que realizam, pelo planejamento e pela aplicação de políticas públicas como o PAA.

Palavras-chave: Assentamentos rurais, reforma agrária, campesinato, agricultura familiar, diversificação produtiva, desenvolvimento endógeno.

ABSTRACT

This dissertation research was carried out with the aim at to discuss rural settlements. Therefore, it was essential to present a theoretical review about this reform in Brazil and, in this context, the emergence of the projects of rural settlements in the country. Similarly, it was presented the debate about ways of work cooperation emphasizing the differences between the traditional cooperative projects and the cooperative conception in the Landless Squatters Movement – MST. After defining the research object, that corresponds to the characteristics that are present in the relationship between the choice for membership of particular group and the dynamics of the processes of economic and social organization concerned, the following question was set: what is decisive for settled families at the time of choosing either project, either organizational arrangement, and what are the characteristics of the strategies of social and productive organization from it derived? In view of that , the following objectives were set: (i) understand the reasons that lead up some families to gradually desist from the cooperative group and the option to organise themselves socially and economically into individual lots and (ii) related to the previous item, check the strategies and practices of social and productive diversification of each group and in which extent they enabled the emergence of endogenous processes of rural development. It was chosen a qualitative methodology of analysis in which a technique of participant observation and the application of interviews with the two groups was used. It was concluded that the reasons for the families desistance from the cooperative, expressed on the dissatisfaction with the economic equivalent paid for his work and the collective decisions, is explained by elements present in the composition of the classical literature called traditional peasantry. However, the analysis of social organization and production strategies outlined by both groups has identified the establishment of a permanent base and temporary resource used in the production process. It was possible to observe that the use of the workforce, the organization of productive space, the quantity and quality of the occupied areas with crops, and their own internal and external relationships to the settlement, contributed for the existence of some endogenous practices of production industry. Moreover, it was found that the relationship of the settlers with the agent sof rural development occurs basically through provided services by EMATER (a state public company in Brazil to implement the state government's agricultural policy and provides technical assistance to farmers) and other public agents that have relative importance on the mediation work, which perform the planning and implementation of public policies such as PAA.

Key-words: Settlements rural, agrarian reform, rural family farming, diversify productive, endogenous development.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Tamanho da área em hectares - 2005	127
TABELA 2 - Mão-de-obra ocupada e valor de UTH* por faixa etária e sexo - 2005	128
TABELA 3 - Valor dos equipamentos e benfeitorias do assentamento em (R\$ 1.000) - 2005	130
TABELA 4 - Relação dos repasses no assentamento em (R\$) - 2005	134
TABELA 5 - Participação dos principais produtos no total do VBP em valores brutos e percentuais – COPAC – 2005.....	135
TABELA 6 - Participação dos principais produtos no total do VBP em valores brutos e percentuais – Associações – 2005	136
TABELA 7 - Custo dos insumos internos em R\$ 1.000 – COPAC e Associações – 2005 ...	139
TABELA 8 - Mão-de-obra em atividades não agrícolas – COPAC.....	161
TABELA 9 - Motivos para sair da COPAC	162
TABELA 10 - Possui algum tipo de relação com a COPAC	165
TABELA 11 - Origem dos alimentos não produzidos – Associações	166
TABELA 12 - Destino da produção vegetal, animal e agroindustrial - Associações	170
TABELA 13 - Recebe assistência técnica – COPAC e Associações.....	171
TABELA 14 - Tipo de assistência técnica recebida – COPAC e Associações.....	172
TABELA 15 - Grau de satisfação com assistência técnica recebida.....	172

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Localização do município de Charqueadas – Rio Grande do Sul	27
FIGURA 2 – Foto de satélite da sede do município com detalhe da área do assentamento	29
FIGURA 3 – Área do assentamento ampliada	29
FIGURA 4 – Modelo de Reforma Agrária do INCRA	60
FIGURA 5 – Fluxo do processo de aquisição de terras	67
FIGURA 6 – Formas de cooperação agrícola	88
FIGURA 7 – Diferenças entre cooperativa tradicional e dos assentados.....	89
FIGURA 8 – Dualidade da estrutura	92
FIGURA 9 – Monitoração reflexiva e cognoscitividade.....	93
FIGURA 10 – Características da sociedade camponesa	105
FIGURA 11 – Relação das entrevistas realizadas no Assentamento Trinta de Maio	112
FIGURA 12 – Horta do sistema semi-aberto	117
FIGURA 13 – “Relógio” do corpo humano no setor de hortaliças – COPAC.....	122
FIGURA 14 – Oficina de instalação e manutenção das fossas sépticas no assentamento	124
FIGURA 15 – Produção de peixes – Associações	136
FIGURA 16 – Pastagem animal	145
FIGURA 17 – Arroz pré-germinado	146
FIGURA 18 – Planejamento do cultivo anual de arroz – ano agrícola 2006-2007.....	147
FIGURA 19 - Horta.....	150
FIGURA 20 – Manejo da horta	152
FIGURA 21 - Abatedouro	153
FIGURA 22 - Suínos	156
FIGURA 23 - Ordenha	158
FIGURA 24 - Supermercado.....	160
GRÁFICO 1 – Somatório das rendas do assentamento em percentual - 2005.....	131
GRÁFICO 2 – Valor bruto da produção vegetal em percentual – 2005	132

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

BIRD – Banco Mundial

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAI – Complexo Agroindustrial

CEASA/RS – Central de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul S/A

CESA – Companhia Estadual de Silos e Armazéns

COCEARGS – Cooperativa Central dos Assentados do Rio Grande do Sul

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CONCRAB – Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

COPAC – Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados de Charqueadas Ltda

CPAs – Cooperativas de Produção Agropecuária

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CUT – Central Única dos Trabalhadores

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EMATER – Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural

FAO – *Food and Agriculture Organization*

FEE – Fundação de Economia e Estatística

FETRAF – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul

FUNTERRA – Fundo de Terras do Rio Grande do Sul

IMCA – Instituto Morro da Cutia de agroecologia

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITR – Imposto Territorial Rural

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MEPF – Gabinete do Ministro Extraordinário de Política Fundiária

MLST – Movimento de Libertação dos Sem-Terra

MLT – Movimento de Luta pela Terra

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

NEAD – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONG – Organização Não Governamental
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PACs – Projetos Alternativos Comunitários
PASC – Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas
PIB – Produto Interno Bruto
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
PROCERA – Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RA – Renda Agregada
RM – Renda Monetária
RMPA – Região Metropolitana de Porto Alegre
SAT – Sistema de Aquisição de Terras
SAU – Superfície Agrícola Útil
SCA – Sistema Cooperativista dos Assentados
SIC – Sistema de Investimentos Complementares
SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural
TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo
UDR - União Democrática Ruralista
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UTH – Unidade de Força de Trabalho
VA – Valor Agregado
VBP – Valor Bruto da Produção

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 Justificativa e problema da pesquisa	18
1.2 Objetivos gerais	21
1.3 Objetivos específicos.....	22
2 O ASSENTAMENTO TRINTA DE MAIO	24
2.1 Dados econômicos e demográficos de Charqueadas	25
2.2 Assentamento Trinta de Maio: descrevendo o universo da pesquisa	28
2.2.1 O assentamento e a COPAC: antecedentes históricos.....	29
3 REVISÃO DE LITERATURA: REFORMA AGRÁRIA, ASSENTAMENTOS RURAIS E COOPERATIVISMO	38
3.1 Breve histórico da questão agrária brasileira.....	38
3.1.1 Movimentos camponeses de luta pela terra e o MST	41
3.1.2 O MST: origem, afirmação e evolução	43
3.1.2.1 Críticas aos movimentos sociais rurais.....	47
3.1.2.2 O MST e perspectivas de análise sobre movimentos sociais.....	48
3.2 O contexto político da reforma agrária: da década de 1980 ao início dos anos 1990.....	50
3.3 O significado da reforma agrária e os esquemas interpretativos na década de 1990	52
3.4 Os anos 2000 e a proposta de reforma agrária do Banco Mundial.....	56
3.4.1 Características da reforma agrária de mercado no Brasil	57
3.4.1.1 A reforma agrária de mercado durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).....	61
3.4.1.2 O Programa Cédula da Terra	64
3.5 Os assentamentos rurais no Rio Grande do Sul	69
3.6 Contribuições recentes dos estudos sobre assentamentos no Brasil	73
3.7 As origens do cooperativismo	75
3.7.1 As cooperativas de trabalho e produção	78
3.8 O modelo cooperativista do MST e as CPAs.....	81
4 REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLOGIA DA PESQUISA	90
4.1 Teoria da estruturação em Anthony Giddens e o papel do agente	91
4.1.1 A Agência humana e as conseqüências impremeditadas.....	92
4.2 Norman Long e Van Der Ploeg: a perspectiva do ator nos processos de desenvolvimento rural.....	95
4.2.1 Práticas de desenvolvimento endógeno e diversificação da produção agropecuária	98
4.3 A controvérsia camponato agricultura familiar.....	101
4.4 Procedimentos metodológicos e instrumentos de pesquisa: tratamento, análise e interpretação dos dados	108
4.5 Construção dos personagens e aproximações com o objeto	115
5 RESULTADOS	125
5.1 Caracterização dos sistemas produtivos do assentamento	126
5.2 Diversificação e intensificação: processos endógenos de desenvolvimento	140
5.3 Características da organização coletiva e os setores produtivos na COPAC	140
5.4 Sistemas de criação e de plantio alternativos.....	142
5.4.1 O Pastoreio racional Voisin.....	142

5.4.2	O arroz pré-germinado.....	146
5.4.3	A produção orgânica no setor de hortaliças.....	149
5.4.3.1	O manejo atual da horta	151
5.4.4	O abatedouro e os processos agroindustriais 153	
5.4.5	A produção de suínos	154
5.4.6	A produção pecuária leiteira.....	156
5.4.7	O supermercado da COPAC.....	159
5.5	O individual e o coletivo no assentamento	161
5.6	Políticas públicas e o papel dos mediadores no assentamento	167
5.6.1	O Programa de Aquisição de Alimentos	168
5.6.2	A atuação dos mediadores locais.....	171
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	174
REFERÊNCIAS	178
APÊNDICE A	– Roteiro de entrevista – assentados da COPAC.....	188
APÊNDICE B	– Roteiro de entrevista – assentados das Associações	192
APÊNDICE C	- Roteiro de entrevista com representante da Secretaria Municipal de Economia Solidária e Agricultura Familiar.....	197
ANEXO A	– Evolução territorial da Região Metropolitana de Porto Alegre – 1973 – 2006.	198
ANEXO B	– Eixos viários da Região Metropolitana de Porto Alegre - 2006	199
ANEXO C	- Descrição dos critérios para o cálculo da renda agrícola.....	200
ANEXO D	- Inseticida orgânico - fórmula para cada 200 litros de água.....	201
ANEXO E	- Fungicida orgânico - fórmula para cada 1960 litros de água.....	201
ANEXO F	– Adubo folhar	202
ANEXO G	– Organograma de desenvolvimento da Secretaria Municipal de Economia Solidária e Agricultura Familiar de Charqueadas.....	203

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa que originou esta dissertação ampara-se na temática maior sobre os assentamentos rurais e, nesse caso, o exercício de análise recaiu sobre um assentamento rural organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Este tema de pesquisa tem sido objeto de interesse de pesquisadores em distintas áreas de conhecimento e, particularmente, no âmbito da Sociologia e do Desenvolvimento Rural tem gerado importantes estudos que evidenciaram e tornaram públicos distintos aspectos desse objeto, em sua própria natureza polêmico e controverso, se considerado principalmente sob o ponto de vista político ideológico.

Os primeiros estudos estiveram localizados no Estado do Rio Grande do Sul, local de surgimento desse movimento social, hoje com aproximadamente 23 anos, organizado em todos os Estados do Brasil, e privilegiaram a análise dos processos de luta de pequenos agricultores, posseiros e arrendatários que sofriam com os efeitos da “modernização agrícola” na região norte do Estado. Neste particular, o esforço dos pesquisadores incidiu na emergência dos primeiros acampamentos de sem-terra e posteriormente na homologação dos primeiros assentamentos rurais com bandeiras do MST. Este momento foi de intensa produção teórica com enfoque sociológico sobre os movimentos sociais rurais, a atuação de mediadores religiosos e políticos junto ao MST, o surgimento deste movimento social como agente de tensionamento e de pressão pela reforma agrária e por sua própria estrutura de organização interna.

Na interpretação que se buscou dar nesta dissertação, a análise das práticas de diversificação agropecuária em assentamentos rurais do MST, foi compreendida como esfera de uma temática maior, desta etapa marcante para os assentados rurais, particularmente em se tratando de Brasil, marcada por seus contextos e suas configurações locais e regionais. Em verdade, a reflexão sobre as características com que se revestem os processos e as práticas de diversificação agropecuária verificadas no caso pesquisado, impôs uma discussão prévia sobre as contingências históricas que levaram à efetivação dos assentamentos no caso gaúcho; e no plano atual, às características das políticas de reforma agrária e de assentamentos rurais no Brasil, seus impactos e os determinantes dos planos de reforma agrária.

Antes disso, julgou-se necessário apresentar, no primeiro capítulo (referente à introdução), a problemática de investigação, seus objetivos, justificativa e hipóteses.

O segundo capítulo da dissertação apresentou, a partir de informações demográficas provenientes de fontes secundárias, algumas características do município onde está inserido o Assentamento Trinta de Maio e a Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados de Charqueadas Ltda. – COPAC¹, para em seguida adentrar às especificidades do universo de pesquisa. Após, seguiu-se a apresentação de informações sobre o universo de pesquisa escolhido e sua imediata descrição para em seguida passar ao exame dos aspectos de formação do Assentamento Trinta de Maio com um foco nos antecedentes históricos de surgimento e emergência da luta dos ex-sem-terra pelo direito de explorar economicamente a área localizada no Município de Charqueadas no Estado do Rio Grande do Sul. Esta revisão dos antecedentes e da trajetória das famílias que hoje compõem o assentamento aplica-se, sobretudo, devido ao fato dos assentados serem descendentes de uma geração que compôs os primeiros acampamentos de sem-terra no Estado e que foi embrionária na constituição do MST.

Dando prosseguimento, o terceiro capítulo abordou, de maneira sintética, algumas características do tema da questão agrária no Brasil, a partir da literatura existente, principalmente com ênfase no período de 1960 a 1980, quando surge o MST e seus ideais em relação às modalidades de produção e comercialização agropecuárias. Logo após, foi feita uma análise deste movimento social com base em algumas referências bibliográficas da literatura especializada brasileira. O seguinte ponto retomou o desenvolvimento da questão agrária na década de 1980 e 1990 acompanhado pela exposição de alguns esquemas interpretativos sobre o significado da reforma agrária nos anos 1990. O tópico seguinte destacou as características com as quais se revestiram a intervenção das políticas de reforma agrária de mercado do Banco Mundial – BIRD, no Brasil, bem como apresentou alguns elementos e posicionamentos críticos dessas políticas no período de Governo de Fernando Henrique Cardoso. A discussão sobre os assentamentos é retomada, ainda nesse capítulo, com um breve histórico sobre os assentamentos rurais no Rio Grande do Sul, atualizando com o debate mais recente sobre os estudos com assentamentos rurais no país. O último tópico buscou explorar as origens do cooperativismo, suas características e as críticas aos modelos tradicionais de cooperativismo a partir da concepção de cooperativas agrícolas no MST.

No quarto capítulo foram apresentadas as bases do referencial teórico da pesquisa. A linha norteadora da pesquisa ficou por conta da teoria da estruturação, uma vez que ela tem servido de base para as interpretações e leituras do mundo rural incorporadas por teóricos

¹ A Ata de Constituição da COPAC foi lavrada em 28 de julho de 1991.

sociais contemporâneos que foram cruciais para elucidar a pesquisa empírica. Entre as contribuições teóricas contemporâneas foram utilizados, por um lado, alguns conceitos teóricos presentes na obra de Norman Long, fundamentalmente, relacionados à perspectiva do ator nos processos de desenvolvimento rural e, por outra parte, lançou-se mão do referencial encontrado nos trabalhos de Van Der Ploeg, no que se refere às questões que tratam dos processos que envolvem as práticas de diversificação da produção agropecuária. Alguns aspectos da controvérsia sobre o debate em torno dos conceitos de campesinato e agricultura familiar foram apresentados a fim de buscar evidências que aportem à problemática central exposta a seguir. De maneira semelhante, foram detalhados os procedimentos metodológicos e instrumentos de pesquisa com os quais foi possível realizar o tratamento, a análise e a interpretação dos dados do estudo de caso.

O quinto capítulo expõe os resultados do estudo de caso realizado no Assentamento Trinta de Maio, onde aparecem os elementos correspondentes aos dois grupos de assentados: os cooperados e os assentados individuais. Este capítulo ainda faz um apanhado geral sobre o papel dos agentes públicos e as propostas de intervenção via projetos de desenvolvimento também receberam tratamento especial. Por fim, elaboraram-se considerações finais com as conclusões obtidas na pesquisa.

1.1 Justificativa e problema da pesquisa

Os debates em torno da existência de assentamentos rurais seguem pontuando as discussões sobre a necessidade de uma política efetiva de reforma agrária no Brasil. Da mesma forma, são freqüentes as manifestações no âmbito acadêmico e as contendas ocorridas no senso comum e jornalístico contrários ou favoráveis à continuidade desse tipo de política de acesso à terra. O contexto atual tem presenciado uma discussão política que segue mobilizando setores governamentais, universidades, membros de movimentos sociais (particularmente, do MST) e a sociedade civil. Embora as metas do II PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária, inaugurado no governo de Luis Inácio Lula da Silva, tenham, a priori, buscado ir além do modelo de “reforma agrária de mercado” proposto pelo BIRD²,

² O Banco Mundial é uma entidade com marcante presença na difusão de políticas pró-mercado de terras em países da América Latina, Ásia e África com força a partir da década de 90 e também nos dias de hoje.

retomando a política de desapropriação para fins de reforma agrária, esta, até o momento, tem apresentado resultados pouco motivadores (segundo análise dos relatórios³ do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA). Ou seja, diante do agravamento das históricas e cotidianas dificuldades enfrentadas pela população rural sem-terra, pouco se tem obtido, efetivamente, em termos de justiça social, via políticas de assentamento e regularização fundiária para essas famílias em especial para as das regiões Norte e Nordeste do país. Se as metas e programas do II PNRA seguirem essa tendência, no que concerne à criação de novos assentamentos nas diferentes regiões do país e dos processos de regularização fundiária, dificilmente a situação dos conflitos e a tensão em áreas de litígio entre sem-terras e proprietários cessarão. Ademais, seguirão evidenciadas as desigualdades existentes no meio rural e a tendência de se verem agravados os problemas socioeconômicos e a pobreza dessas populações.

Esse contexto político, econômico e social desfavorável à reforma agrária no Brasil torna cada vez mais difícil e remota as chances de se consolidar paradigmas como o do desenvolvimento rural, tão em voga na atualidade, justamente, partindo de uma perspectiva de inclusão da categoria “assentado” – recentemente incorporado à condição de agricultor familiar no âmbito das políticas públicas nacionais para a agricultura, tal como demonstrado pelas linhas de acesso ao crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – o PRONAF.

Apesar deste contexto, alguns exemplos de criação e consolidação de assentamentos no país podem ser observados. São exemplos que, na contramão da história, emergem como resultado de condições as mais variadas, mas que denotam uma articulação interessante entre contexto regional e local onde esses assentamentos estão inseridos, tais como: apoio político do poder público municipal e investimentos em assistência técnica, infra-estrutura e equipamentos básicos, além de facilidade de acesso ao crédito para custeio e investimento na produção agropecuária. Além disso, resultam de iniciativas dos próprios assentados que canalizam esforços e potencializam alternativas a estilos de produção convencionais quer organizando-se em cooperativas ou mesmo em associações de produtores individuais.

Pensando nessas experiências, e tendo como pano de fundo o conjunto do debate sobre a reforma agrária e a sustentabilidade dos assentamentos rurais, é que surgiu o interesse

Amparado em uma agenda de políticas fundiárias “ajustada” ao programa neoliberal e direcionada à adesão de governos nacionais.

³ Estes podem ser consultados no site <http://www.incra.gov.br/>

em analisar a estrutura de funcionamento e a própria trajetória de um assentamento de agricultores do MST no Rio Grande do Sul. Esta proposta de pesquisa levou em conta o fato de que em determinado momento do processo histórico de formação do assentamento Trinta de Maio ocorreu uma ruptura quanto ao fato de algumas famílias em reproduzirem o modelo de organização social e produtiva coletivizada, o qual constitui as bases ideológicas e de orientação do MST, estabelecendo-se aí a existência de dois projetos distintos dentro do assentamento: um grupo com uma orientação camponesa, a partir da definição conceitual cunhada por Eric Wolf (1976), presente em grupos com características de uma “comunidade corporada fechada”, e outro grupo com uma orientação para o projeto coletivo, baseado nos princípios da cooperação em torno da atividade produtiva.

Portanto, partindo-se desta constatação e levando-se em conta a existência de motivações para a escolha por uma ou outra orientação que passasse a guiar a organização social e econômica dessas famílias, bem como as estratégias de reprodução daí derivadas, quer elas se assemelhem à diversificação dos processos produtivos ou à combinação intersetorial, quer expressem a especialização ou homogeneidade, a questão problema que se propõe é a seguinte: o que é decisivo para as famílias assentadas no momento de optar por um ou outro projeto, um ou outro arranjo organizativo, e quais são as características das estratégias de organização social e produtiva daí derivadas?

Assim, entender de que forma é possível a existência de duas orientações e o estabelecimento de estratégias de organização social e produtiva visando o desenvolvimento, via diversificação produtiva ou não, é algo que essa proposta de pesquisa buscou investigar.

Quanto aos motivos que levaram ao desenvolvimento desta pesquisa, a eleição da temática sobre assentamentos e dentro dela dos aspectos ligados às maneiras características com que os diferentes grupos de agricultores familiares se organizam e traçam suas estratégias produtivas, destaca-se que a motivação inicial deveu-se, fundamentalmente, à importância crucial e já consolidada da questão agrária no país, balizada pelo contexto político atual. Importância esta que, embora não com a devida dimensão do fenômeno real, está na pauta tanto das discussões de planejadores das políticas públicas em nível nacional como também nos debates acadêmicos nos grandes centros de pesquisa e investigação espalhados pelo Brasil. Do ponto de vista das políticas do Estado brasileiro voltadas à questão do reordenamento agrário percebe-se, durante a segunda metade da década de 90 e a primeira metade do nosso século, um aumento do número de famílias de sem-terras assentadas no país. No entanto, tem-se que levar em consideração que essas ações do Estado, em grande medida,

têm ficado restritas à questão quantitativa⁴ relacionada ao aumento de áreas desapropriadas em detrimento da preocupação com a qualidade de vida das famílias⁵ na fase posterior ao decreto de assentamento. Já do ponto de vista da dimensão do reordenamento agrário, enquanto tema de pesquisa acadêmica, percebe-se, nos últimos anos, por um lado, um desprivilégio com relação a essa temática e, por outro lado, um debate maior em torno de outros temas do desenvolvimento rural⁶, muito embora a questão do reordenamento agrário enquanto um problema social, e foco de tensões relevantes no meio rural, seja algo evidente e assunto de recorrência quase diária nos meios de comunicação.

Partindo desse contexto, e tendo como foco de investigação as características do objeto de pesquisa que buscou relacionar as motivações das famílias assentadas em filiar-se a determinado grupo no Assentamento Trinta de Maio com as dinâmicas dos processos de organização econômica e social correspondentes, é que se entende como relevante o processo de construção e realização desse estudo. Destaca-se, nesse sentido, a perspectiva da escolha do objeto que visa, justamente, evidenciar, dentro de uma idéia de construção e consolidação de estratégias para o desenvolvimento rural, os elementos dessa dinâmica social e produtiva presente no assentamento.

1.2 Objetivos gerais

Essa pesquisa pretendeu, em primeiro lugar, contribuir com o debate em torno de questões sobre os processos de organização do trabalho e as estratégias de diversificação produtiva daí decorrentes e impulsionadas por famílias de assentados do MST. Porém, tal estudo deteve-se não somente nas condições econômicas do assentamento, mas também nos

⁴ O estudo sobre a qualidade dos projetos de assentamento de reforma agrária coordenado por Sparovek (2003) destaca avanços na reforma agrária durante o período do governo de Fernando Henrique Cardoso, nos aspectos quanti e qualitativo, porém pondera o fato da inexistência de estudos com uma metodologia qualitativa do impacto desses projetos no país.

⁵ Qualidade de vida nesse caso bem entendida enquanto tributária da existência de um conjunto de bens, tais como infra-estrutura básica de saneamento, água, luz e estradas garantidas pelas políticas públicas do Estado e que possibilitem tanto a manutenção das famílias em condições humanas como a sua reprodução social e econômica.

⁶ Particularmente, há dois grandes “guarda-chuvas” temáticos, um deles correspondente às formas de reprodução social e econômica do que se convencionou chamar tanto acadêmica, como politicamente de agricultura familiar e, dentro desse tema, as diversas políticas públicas voltadas para esse setor, e o outro direcionado aos fenômenos e conflitos socioambientais no meio rural.

seus efeitos sociais e políticos. Ou seja, as próprias características atinentes à metodologia de estudo de caso forneceram a possibilidade de explorar o impacto deste assentamento no que se refere à organização social e produtiva, às condições de vida, às relações com o poder local e com as políticas públicas de âmbito local ou não, à participação política, e como o assentamento tem afetado o seu entorno.

Uma das premissas do estudo esteve relacionada à existência e consolidação dos dois grupos no interior do assentamento Trinta de Maio. A unidade existente durante os primeiros anos de assentamento passou a dar lugar à constituição de dois grupos: um organizado produtiva e socialmente na COPAC e o outro distribuído em duas associações de assentados produzindo em lotes individuais. Dessa maneira, do ponto de vista social, um dos objetivos gerais da pesquisa foi o de entender, a partir dos dados de campo e de referencial teórico utilizado, as distintas orientações dos dois agrupamentos – uma contendo características e um conteúdo cultural fortemente relacionando ao uso e à exploração da terra de forma individualizada e outra voltada para uma concepção coletiva da produção e da organização social, expressa no trabalho cooperativo, bem como entender os aspectos que levaram à gradativa saída de algumas famílias do conjunto da cooperativa e a opção por organizarem-se social e economicamente em lotes.

Um outro objetivo geral, relacionado ao anterior, esteve focado em uma característica marcante presente no assentamento e que diz respeito à adoção, principalmente pelos assentados da COPAC, de técnicas alternativas de produção no âmbito das atividades agropecuárias traduzidas na multiplicidade das práticas de diversificação produtiva, para, assim, verificar as características desses processos de diversificação.

Do ponto de vista das políticas públicas e do contexto de envolvimento e participação política dos assentados, objetivou-se também perceber como o assentamento se insere no rol de beneficiários das políticas públicas atuais de reforma agrária.

1.3 Objetivos específicos

Como objetivos específicos foram privilegiados os seguintes:

(i) ligado ao primeiro objetivo, buscou-se verificar, a partir de informações primárias, as principais razões para a saída das famílias da cooperativa, bem como explicitar

as vantagens e desvantagens elencadas pelos assentados da cooperativa quanto à permanência ou não no grupo;

(ii) com relação ao segundo objetivo, explicitar como emergem e se articulam os processos e práticas de diversificação produtiva entre os setores existentes na COPAC, e em que medida estes processos também ocorrem nas associações para, comparativamente, expor alguns dados do sistema econômico e produtivo de ambos os grupos;

(iii) relacionado ao terceiro objetivo, buscou-se examinar o papel dos mediadores políticos e suas redes de relações dentro do assentamento, precipuamente quando da gestão de políticas públicas e programas de crédito e financiamento verificar o impacto dos atuais programas de desenvolvimento rural no assentamento.

2 O ASSENTAMENTO TRINTA DE MAIO

O recorte do universo empírico de análise, em suas dimensões de tempo e espaço, permite, por um lado, a fuga de generalizações e por outro possibilita uma análise mais adequada e específica do objeto escolhido. Neste sentido, o foco principal de análise recaiu sobre o Assentamento Trinta de Maio localizado no município de Charqueadas. Dentro do processo de construção da pesquisa, entende-se como necessário, expor as características deste universo, esclarecendo em que âmbito da vida social e em qual configuração econômica, social e também cultural ocorrem os fenômenos que se pretendem analisar. Em outras palavras, tentar evidenciar o contexto em que o objeto em questão está inserido e de que forma este, já elaborado, no seu recorte mais preciso, se articula com o contexto mais amplo. No sentido de expor as impressões colhidas a campo nos primeiros contatos e nos subseqüentes, se torna fundamental a descrição da paisagem e de elementos constitutivos da estrutura de funcionamento demográfica, econômica e social desse espaço que circunda o assentamento.

O presente capítulo apresenta, a partir de informações demográficas provenientes de fontes secundárias, algumas características do município onde está inserido o Assentamento Trinta de Maio. Parte da descrição dos antecedentes de formação do assentamento e da COPAC, para em seguida adentrar às especificidades do universo de pesquisa.

2.1 Dados econômicos e demográficos de Charqueadas

O município de Charqueadas¹ está localizado na região centro-sul do Estado, mais especificamente na região carbonífera, hoje pertence à Região Metropolitana² de Porto Alegre – RMPA. Suas principais atividades agrícolas são: a silvicultura, a rizicultura, a bovinocultura, a piscicultura; além dos cultivos de arroz, melancia, milho, feijão, soja e pêssego.

A cidade passou por diferentes ciclos econômicos entre os quais se destacaram o charque (que deu nome à cidade) o carvão, a energia elétrica, a siderurgia e o ciclo metal mecânico. O charque utilizava a estrutura fluvial possibilitada pelo rio Jacuí para transportá-lo até Porto Alegre e outros centros consumidores. O primeiro poço de extração de carvão mineral no município foi perfurado na década de 1950. A extração de carvão é explorada por três empresas principais: a Copelmi Mineração Ltda³, a Eletrosul Centrais Elétricas S.A., e a Aços Finos Piratini, pertencente ao grupo Gerdau, a qual deu início ao ciclo metal mecânico.

A economia do município está assim distribuída: indústria 72,77%, comércio 13,04%, serviços 11,55% e agricultura 2,64%, do total do PIB, segundo dados da Prefeitura Municipal⁴. Pode-se perceber que o setor de maior importância no município é o industrial no qual destaca-se a siderurgia. A agricultura tem uma pequena participação no total das atividades e no desenvolvimento do município, se considerado apenas o ponto de vista econômico. No entanto, mesmo com uma menor participação na economia do município, a produção agrícola, e em especial a do assentamento, é referência em atividades como o cultivo do arroz irrigado juntamente com outros municípios da região e destaque na produção de hortigranjeiros e frutas para abastecimento da Central de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul S/A – CEASA/RS, em Porto Alegre.

De acordo com informações da Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, o município tem uma relativa abundância

¹ Município criado em 28/4/1982 (Lei nº . 7645) emancipado administrativamente do município de São Jerônimo segundo dados da FEE. (Disponível em: <http://www.fee.tche.br/> Acesso em: 22 nov 2007).

² Não oficialmente denominada por vezes “grande” Porto Alegre.

³ A empresa possui minas nos municípios de Arroio dos Ratos, Butiá e Charqueadas. A unidade de Charqueadas é composta por uma mina subterrânea de carvão, que operou até 1990, e de um entreposto de abastecimento da UTCH – Usina Termelétrica de Charqueadas – e da COPESUL, no Pólo Petroquímico de Triunfo. (Disponível em: <http://www.copelmi.com.br/> Acesso em: 15 jan 2008).

⁴ Informações no site disponível em: <http://www.charqueadas.rs.gov.br/> Acesso em: 15 jan 2008.

em recursos hídricos, pois é banhado pelos rios Jacuí e Arroio dos Ratos. Apresenta características de clima subtropical, com temperatura média anual de 19,5 C° (média histórica nos anos de 1990/03) e precipitação média anual de 1.680 mm (média histórica nos anos de 1990/03), sendo os meses mais chuvosos de maio a julho, e menos chuvosos de novembro a janeiro; ventos predominantes do nordeste e vegetação predominante são árvores de pequeno porte.

Os solos predominantes são os seguintes: Hidromórficos HPL-Planossolo (argiloso a médio, plano e suavemente ondulado) e com B textural LrBd-Latérico-Bruno avermelhado distrófico (argiloso, relevo ondulado). Em relação a sua capacidade de uso está dividida nas seguintes classes: Classe III 75%, Classe IV 20%, Classe VI 05%.

Nos anos iniciais, o assentamento era formado por 46 famílias que optaram – por razões econômicas, técnicas e pela própria orientação do MST – em organizarem-se de maneira coletiva, fundando a COPAC, e residindo em uma agrovila. A transposição das famílias de ex-sem-terra para a nova área apresentou obstáculos e problemas iniciais. Quando elas chegaram ao local destinado encontraram uma área de terra descoberta e sem benfeitorias. Dessa maneira, trabalharam a terra com precários e reduzidos instrumentos que possuíam da época de acampados. Em algumas ocasiões recebiam ferramentas e sementes doadas por outros assentados do movimento.

O assentamento possui um total de 850 ha, sendo que nos primeiros anos, 500 ha eram pertencentes à cooperativa, o restante era destinado ao uso individual de cada assentado, onde cada família se organiza e explora a terra em lotes⁵ rurais de acordo com suas aptidões e interesses produtivos. Atualmente, a cooperativa conta com 24 famílias que trabalham coletivamente na COPAC e as outras 22 divididas em duas associações: Quinze de Abril e Primeiro de Maio.

⁵ O termo lote familiar também aparecerá, alternadamente, ao longo do texto como sinônimo de lote individual.

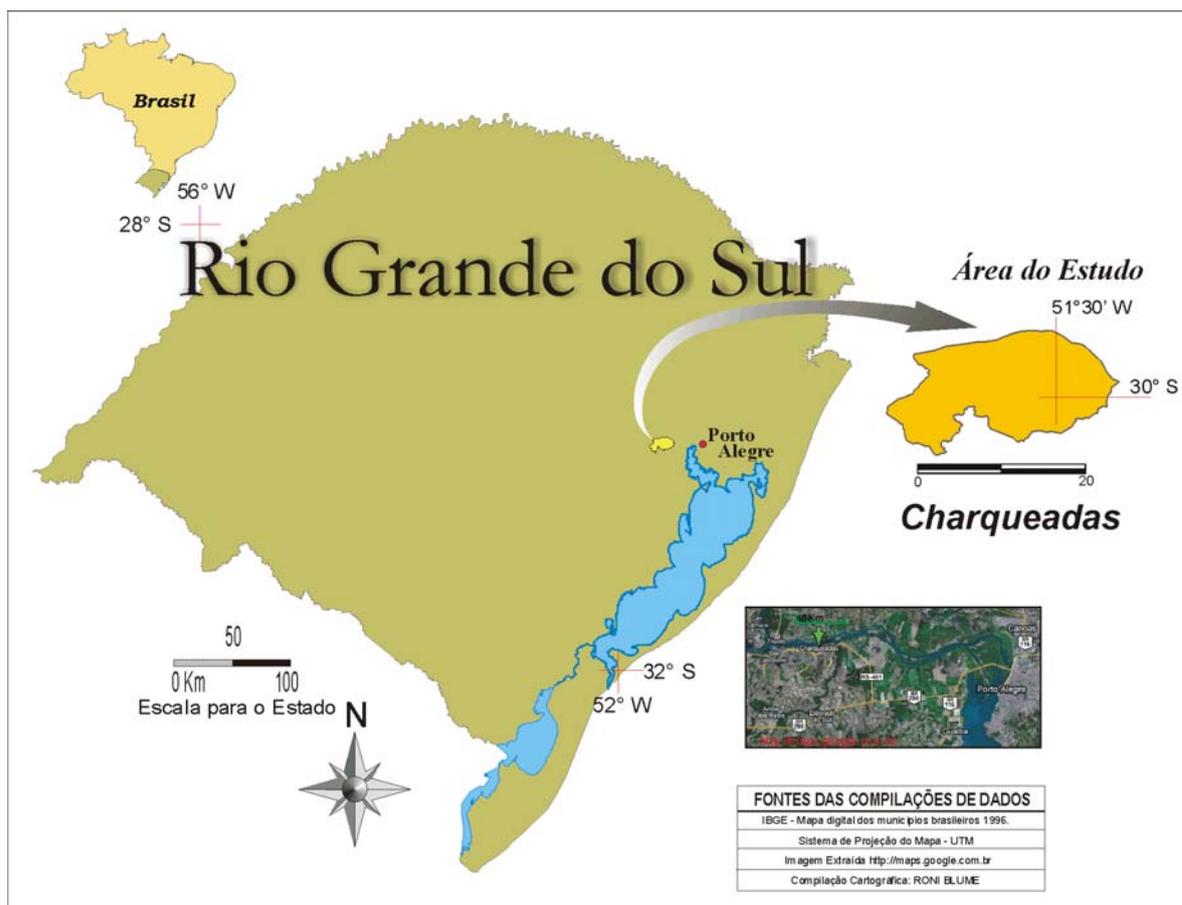


FIGURA 1 – Localização do município de Charqueadas – Rio Grande do Sul

A ilustração acima permite visualizar a proximidade da área de estudo com a capital Porto Alegre. São 55 km de distância entre Charqueadas e a capital, acesso facilitado em termos de deslocamento rodoviário pela rodovia BR-290 que passa adjacente ao município. A BR-290 parte de Uruguaiana, na fronteira com a Argentina, e se desloca no sentido oeste-leste, penetrando na RMPA por São Jerônimo, passando por Porto Alegre e saindo por Santo Antônio da Patrulha (consultar Anexo B). Essa estrada tem seu término no Município de Osório e dá acesso à BR-101, que assegura a ligação com o resto do país.

Dentro do conjunto da RMPA o município de Charqueadas, juntamente com os de Arroio dos Ratos e São Jerônimo, possuem características marcadamente rurais, mas, com investimentos públicos e privados em infra-estrutura realizados nos anos 90 na região Sul da RMPA – notadamente nos municípios de Canoas e Gravataí – possibilitou que também indústrias de grande porte se instalassem nesses municípios como é o caso da já citada siderúrgica Gerdau Aços Finos Piratini, em Charqueadas. Ademais, o distrito industrial de Charqueadas abriga a Usina Termelétrica Jacuí I. Porém, esta usina teve seu cronograma de obras interrompido há alguns anos e atualmente se encontra desativada.

Enquanto características demográficas, Charqueadas apresenta, segundo levantamento da FEE, uma população estimada para o ano de 2005 correspondente a 31.823 mil habitantes, em uma área de unidade territorial contabilizando 217 km², sendo que desta população total quase sua maioria está residindo no meio urbano, conforme já salientado anteriormente. Do total da população do município tem-se 31.020 habitando o que seria o meio urbano e 803 pessoas vivendo no meio rural. Com relação aos dados do Produto Interno Bruto – PIB, segundo informações da FEE, este número é 751.754,17 e o PIB per capita apresenta um valor de 23.038,04. Considerando a alta estimativa de PIB apresentada para o ano de 2005, em Charqueadas, tudo indica que este valor possa estar relacionado ao forte peso das atividades industriais no município.

2.2 Assentamento Trinta de Maio: descrevendo o universo da pesquisa

O Assentamento Trinta de Maio, tal como existe hoje, é fruto de um intenso e prolongado processo de disputa política e jurídica na qual estiveram envolvidos dezenas de famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e o poder público estadual. Localizada no município de Charqueadas, na RMPA (vide FIG. 1 acima) a área do atual assentamento fica localizada em uma região cercada por um complexo de presídios, sendo um deles de segurança máxima conhecido como Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas – PASC. Embora não estejam localizados em áreas diretamente adjacentes ao assentamento, os presídios foram, no princípio, motivo de preocupação para as famílias de agricultores que recém chegavam ali. Em uma das vias de acesso ao assentamento – são duas as estradas de chão-batido que servem de acesso ao assentamento, uma dista aproximadamente 9 km e outra 12 km da sede do município – existe uma Colônia Penal Agrícola, casa prisional com capacidade para 200 apenados, mas que enfrenta seguidamente problemas de superlotação.

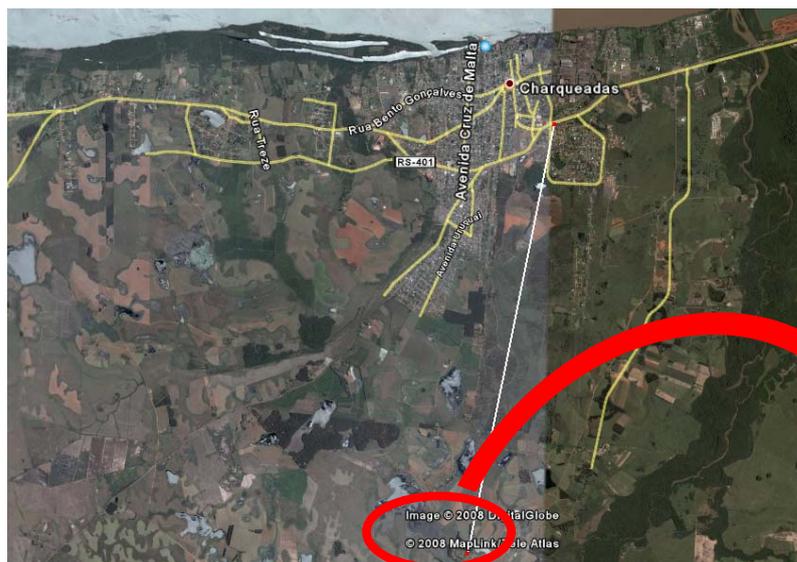


FIGURA 2 – Foto de satélite da sede do município com detalhe da área do assentamento
 Fonte: <http://maps.google.com.br/>



FIGURA 3 – Área do assentamento ampliada
 Fonte: <http://maps.google.com.br/>

2.2.1 O assentamento e a COPAC: antecedentes históricos

A COPAC está voltada, do ponto de vista da organização produtiva, para as atividades agropecuárias com uma gama de ações conexas e um repertório de trabalho voltado à diversificação das funções exercidas no assentamento. Sua estrutura de funcionamento

obedece a uma lógica de organização comum aos assentamentos do MST, a qual recebe a denominação de “núcleo de base” ou, no caso da cooperativa, os chamados “setores de produção”. Estes setores foram compostos mediante consecutivas rodadas de discussão política entre os membros, sua posterior inclusão no estatuto da cooperativa, obedecendo às necessidades, estratégias e aptidões produtivas do assentamento.

Das discussões e planejamentos iniciais, alguns setores foram sendo excluídos e outros criados, conforme a necessidade e a realidade no assentamento. A estrutura organizacional, portanto, “*é por setor. No caso a cooperativa tem 55 sócios em média e essa mão-de-obra é dividida entre os setores. É o setor do mercado, o social, o da horta, o animal, o de grãos e agora tem o abatedouro. São seis. Dentro desse setor tem o primeiro coordenador e o segundo coordenador e aí dentro dos setores tem as atividades (Entrevista 4 COPAC).*”

A distribuição dos setores e suas respectivas atividades podem ser descritas da seguinte maneira:

a) Hortigranjeiros: produção agroecológica diversificada, com poucas estufas (plasticultura) e um viveiro;

b) Produção Orgânica de Grãos⁶: arroz, frutas, milho, aipim, amendoim, alambique, cana, silo secador. As atividades de rotina e manutenção de galpões, máquinas e implementos também são atribuídas a este setor;

c) Produção Animal: suinocultura, avicultura, serraria, piscicultura, apicultura, bovinocultura leiteira. Possuía também uma fábrica de ração, mas atualmente, os altos custos e a necessidade de mão-de-obra têm inviabilizado a produção de ração neste setor da cooperativa. Foi apontado como um dos gargalos produtivos por um cooperado. “*A estrutura de silagem deveria ser utilizada para o milho também. Assim produziríamos a nossa própria ração usando o debulhador e produzindo a silagem gastaríamos menos com a compra da ração animal que hoje se compra*” (Entrevista 8 COPAC).

d) Agroindústria de produtos da COPAC (abatedouro): matadouro de bovinos e suínos com fabricação de embutidos e defumados; padaria e confeitaria; conservas, silo/secador/descascador e empacotador de arroz; feijão e milho;

e) Mercado: localizado no centro da cidade de Charqueadas. O Supermercado COPAC tem terreno e estrutura próprios, comercializa os produtos do assentamento e outros. Entre os objetivos com a criação do mercado estava a eliminação do intermediário pela venda

⁶ Setor também responsável pela área destinada ao florestamento.

direta ao consumidor, agregando maior valor à produção e empregando mão-de-obra de aproximadamente 16 assentados.

f) Social: localizado na agrovila onde residem as famílias da cooperativa. Compreende a ciranda infantil ou creche com praça para as crianças, o refeitório coletivo, o quiosque para turismo rural, a secretaria administrativa, as áreas de lazer como o campo de futebol e de vôlei, a churrasqueira coletiva, a escola municipal de 1º grau incompleto, e as atividades de inspeção e manutenção da energia elétrica, do poço artesiano e da instalação hidráulica.

Com relação à educação, a cooperativa mantém uma creche para crianças de um a seis anos. As mães com bebês de até um ano são liberadas de cumprir as obrigações com a cooperativa e retornam ao trabalho quando a criança já estiver em idade de ir para a creche. A escola do assentamento serve aos alunos de 1ª até a 4ª séries e recebe crianças da comunidade vizinha. O sistema de ensino e a proposta didático pedagógica têm origem no próprio Movimento, que privilegia uma educação voltada à realidade das crianças do assentamento. Na educação de adultos o MST promove o sistema de Educação de Jovens e Adultos (EJA), que utiliza a estrutura disponibilizada pela escola e acolhe os assentados que buscam concluir seus cursos de ensino fundamental e médio. Os trabalhos desenvolvidos em sala de aula no EJA também têm como tônica a realidade vivida pelos assentados, onde todos os exemplos usados em sala de aula têm o cotidiano do trabalho agrícola como pano de fundo.

Em relação às questões que envolvem o lazer, a COPAC oferece aos assentados a opção de saírem por trinta dias de férias durante os meses de verão. Nesse caso, ficando na responsabilidade de cada família a programação financeira para viabilizar o mês de férias. O período escolhido sempre é comunicado à cooperativa de modo a providenciar uma escala de substituição nos postos de trabalho. A maioria dos associados aproveita este período para ir ao litoral para visitar seus parentes. Essa saída ocorre, normalmente em fevereiro. As famílias organizam-se em duas turmas, cada uma com direito a quinze dias, ficando hospedados em alojamentos pertencentes à igreja.

A cooperativa ainda possui um refeitório coletivo que é o espaço utilizado para o almoço diário, as reuniões, as festas, e as missas. As missas acontecem uma vez por mês, de acordo com uma programação prévia. Neste local são realizadas as comemorações maiores, como o aniversário da COPAC e do assentamento, a festa de São João, e as comemorações especiais. Neste espaço também são realizados jantares em comemoração a alguma data festiva como no dia das mães e dos pais. A festa de São João é conhecida até mesmo em Charqueadas, pois os assentados convidam toda a comunidade a participar.

A cooperativa está integrada na chamada regional dos assentados do MST da RMPA participando das atividades do movimento e procurando em sua forma de organização, na matriz produtiva e tecnológica, seguir as orientações definidas pela Cooperativa Central dos Assentados do Rio Grande do Sul – COCEARGS.

O MST definiu como um de seus objetivos para os assentamentos, o desenvolvimento de uma matriz tecnológica baseada em técnicas e processos alternativos de produção agropecuária e, recentemente, também amparada nos princípios da produção agroecológica. Nesta concepção, a COPAC busca seguir os princípios e diretrizes atinentes a uma nova visão e prática produtiva. Na idéia de cooperação agrícola no interior do movimento, a preservação dos recursos naturais é fundamental para a manutenção das famílias do campo. Não é possível abordar a sustentabilidade dos assentamentos, sem incluir a sustentabilidade do patrimônio ambiental. Para massificar o sentimento preservacionista nos seus militantes o movimento elaborou dez compromissos⁸ nos quais fica evidente a opção pela agricultura sustentável.

Uma das preocupações manifestas pelos membros da COPAC é romper com a marcante dependência e subordinação características de outros tempos, em especial, àquela relativa ao uso de insumos de curto ciclo, manejos intensivos e processos de comercialização mediados por atravessadores e intermediários, buscando, pelo contrário, completar as etapas de produção, agroindustrialização e comercialização de seus produtos.

Grande parte das famílias do Trinta de Maio, segunda geração dos agricultores acampados em Encruzilhada Natalino⁹, optou, no início dos anos 1980, por aderirem às

⁸ 1. Amar e preservar a terra e os seres da natureza; 2. Aperfeiçoar sempre nossos conhecimentos sobre a natureza e a agricultura; 3. Produzir alimentos para eliminar a fome na humanidade evitando a monocultura e o uso de agrotóxicos; 4. Preservar a mata existente e reflorestar novas áreas; 5. Cuidar das nascentes, rios, açudes e lagos e lutar contra a privatização da água; 6. Embelezar os assentamentos e comunidades, plantando flores, ervas medicinais, hortaliças, árvores; 7. Tratar adequadamente o lixo e combater qualquer prática de contaminação e agressão ao meio ambiente; 8. Praticar a solidariedade e revoltar-se contra qualquer injustiça, agressão e exploração praticada contra a pessoa, a comunidade e a natureza; 9. Lutar contra o latifúndio para que todos possam ter terra, pão, estudo e liberdade; 10. Jamais vender a terra conquistada (SCHENINI et al., 2006, p.11).

⁹ “Seiscentos barracos à beira da estrada que liga Ronda Alta a Passo fundo marcou a história. Foi esse acampamento que trouxe a questão da Reforma Agrária de novo ao cenário político em 1981” (Görgen, 1991). Uma descrição dos fatos ocorridos no acampamento e dos depoimentos de acampados podem ser consultados em Méliga e Janson (1982).

fileiras do MST. Sofreram com os processos de desagregação do grande sistema agrícola e extrativo da economia de exportação (MARTINS, 2003) e por resultado do êxodo rural ocorrido no período de modernização da agricultura na região do Planalto Médio¹⁰ e do Alto Uruguai¹¹ gaúchos.

Em 1987, a totalidade das famílias decidiu criar a COPAC, tendo em mente a idéia de gerar condições de trabalho e de organização social que não repetissem os equívocos do passado. Filhos de pequenos agricultores, os quais, como dito anteriormente, encontravam-se reféns dos reflexos da “modernização conservadora” resultado do modelo agrícola no qual, em sua concepção, desprivilegiava a pequena produção agrícola, foram obrigados a deixar suas famílias e ingressarem no MST. A partir desse momento passaram a exercer distintos mecanismos de pressão e luta política junto aos órgãos do Estado a fim de obter direitos de posse e exploração de alguma parcela de terra. Por sua vez, o Estado, principalmente na fase de surgimento do MST, utilizou de variadas estratégias para desarticular e criminalizar os sem-terra usando, entre outros meios, o aparato de repressão policial e, fundamentalmente, os meios de comunicação.

As primeiras iniciativas do movimento foram marcadas pela construção de acampamentos em diversas regiões do Estado. Os agricultores do Trinta de Maio estiveram acampados do período de 1987 a 1991 desempenhando neste intervalo de tempo ações que favorecessem sua causa, tais como as ocupações de grandes propriedades improdutivas, a realização de marchas e acampamentos na sede do INCRA e do Governo do Estado, ambos localizados, na capital. O momento político era favorável, pois propiciado pelo contexto de abertura política causado pelo desgaste da ditadura militar no país e pela efervescência de movimentos sociais no campo e na cidade. No entanto, seguia encontrando a resistência feroz de grupos liderados pela União Democrática Ruralista - UDR¹², grupamento com importante capilaridade no território gaúcho e com amplo acesso a instâncias governamentais.

Motivados pela já real existência de assentamentos na mesma região norte do Estado como os das Fazendas Macali, Brilhante e Nova Ronda Alta, e apoiados por setores progressistas da Igreja católica, inspirados na Teologia da Libertação, os sem-terra deram

¹⁰ Sobre os impactos desse modelo ver Ruckert (2003).

¹¹ Uma das últimas regiões a serem ocupadas no processo de expansão da fronteira agrícola no RS. Caracterizada por pequenas propriedades com estabelecimentos em torno de 25 hectares, área que historicamente tem dificultado o acesso à terra pelos filhos dos colonos.

¹² Um estudo representativo sobre a gênese social desse grupo pode ser encontrado em Ramos (1993 e 1995).

continuidade à luta pela reforma agrária e pelos processos de democratização na distribuição de terras.

Os três anos em que as famílias estiveram acampadas (de 1987 a 1990) foram marcados por constantes enfrentamentos contra latifundiários e a Brigada Militar, embates que em sua maioria expressaram o desequilíbrio presente na correlação de forças entre sem-terras, de um lado, com foices e instrumentos rústicos de trabalho e, de outro lado, proprietários com milícias armadas e escolta da Brigada. Nesse período, foram registrados eventos que tornaram-se referência da luta pela reforma agrária no Estado e mesmo fora dele. Os confrontos mais conhecidos pela sociedade foram o denominado massacre da Fazenda Santa Elmira¹³ e a ocupação da Praça da Matriz¹⁴.

Os colonos que hoje estão assentados no Trinta de Maio ingressaram no MST em 22 de novembro de 1987. Com 1.500 famílias, fizeram a primeira ocupação na Fazenda do Salso, no município de Palmeiras das Missões, em uma área de 2.400 ha. Permaneceram ali por três dias e foram despejados. Transferidos para uma área cedida por um pequeno agricultor, ficaram até junho de 1988. Adotando mecanismos de pressão contra o governo, os sem-terra adquiriram uma área com 719 ha no município de São Miguel das Missões, para onde foram transferidos com mais 700 famílias. Estas últimas, vinham de outra ocupação no município de São Nicolau, ocorrida em 22 de novembro de 1987. Neste contexto cabiam às forças ligadas ao Governo do Estado ações militares na tentativa de isolar os acampados para que não pudessem sair. No entanto, os colonos permaneceram dois meses na área e partiram para a ocupação da fazenda Buriti, no município de Santo Ângelo. Neste local, estabeleceram acampamento por três dias e lograram negociação com o governo, que prometeu assentar todas as famílias no prazo de 30 dias. Após o aceite da proposta pelo movimento, foram levados para Tupanciretã, em área do Governo do Estado, próximo à sede do município. Estabelecidos em Tupanciretã enfrentaram a pressão da UDR e da Brigada Militar sendo transferidos novamente para outra área: agora o Assentamento Rincão do Ivai, no município Salto do Jacuí, em setembro de 1988.

Em Salto do Jacuí, realizaram trabalho de formação e seguiram organizando novas mobilizações. Mas a conquista de algumas áreas e o assentamento de famílias, motivou os sem-terra a aguardar os encaminhamentos governamentais. Passado alguns meses, a situação agravou-se devido à falta de suprimentos básicos como lonas, alimentos e remédios;

¹³ Relatado por Görgen (1989) em livro de mesmo nome.

¹⁴ Este evento teve larga repercussão nos meios televisivos e impressos. Ocorreu no dia 08 de agosto de 1990 e culminou com a degola de um soldado militar, Görgen (1991).

assim começaram os preparativos para a grande ocupação da Fazenda Santa Elmira, realizada em 8 de março de 1989. Nessa área, após três dias, houve um enfrentamento com a Brigada Militar, o que resultou num saldo de vinte e dois presos e quatrocentos feridos, alguns com fraturas produzidas por disparos efetuados pelo efetivo policial. Daí foram transportados por caminhões da UDR, de maneira a retornarem ao Assentamento Rincão do Ivai. Este episódio repercutiu e forçou o governo a renegociar outras áreas. No prosseguimento das lutas, alguns infortúnios foram sendo contabilizados pelos acampados, como a morte de seis crianças, as quais, de acordo com assentados, foram vítimas de produto tóxico despejados propositadamente no acampamento por suposta aviação agrícola dos latifundiários.

Em agosto de 1989 foi ocupada a Fazenda Capela, no município Capela de Santana. Novamente os sem-terra foram despejados e levados para o lado de fora da propriedade, onde ali ergueu-se novo acampamento à beira da estrada. Em uma terceira e mais forte ocupação dessa área, ocorrida em 30 de maio de 1990, os assentados resistiram durante trinta dias ao cerco policial. Em decorrência da pressão, várias áreas foram conquistadas e famílias foram assentadas em uma propriedade do Estado, no mesmo município. Porém, restaram ainda algumas famílias desse grupo de acampados, os quais se incluem as atuais 46 do Trinta de Maio. O número reduzido de famílias e a necessidade de seguir pressionando o Estado, fez com que esse grupo se somasse ao Acampamento de Cruz Alta e no dia 8 de agosto de 1990, ocupa-se a Praça da Matriz em Porto Alegre, no fatídico evento da degola do soldado, anteriormente mencionado. Após esse fato trágico, e depois de três anos de lutas e acampamentos, conquistou-se definitivamente, a área onde hoje encontra-se o Assentamento Trinta de Maio, desmembrada de uma área de 1.600 ha da Colônia Penal Agrícola da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul.

Este período de sucessivas ocupações, avanços e retrocessos no processo de luta pela terra no Rio Grande do Sul, também teve momentos de refluxo na caminhada e permanência de alguns agricultores acampados, tal foi o caso de mais de uma centena de famílias que deixaram o acampamento Encruzilhada Natalino, em 1981, e o acampamento da Fazenda Anonni¹⁶, em 1985, no município de Sarandi. Nesta ocasião, as referidas famílias, mediante o assédio de um militar de alto escalão do exército, especialmente enviado pela Presidência da República para desmobilizar focos de reivindicação no Estado, transferiram-se

¹⁶ Segundo Górgen (1991), foi uma das maiores ocupações de terra da história do país. Duas mil famílias acamparam em uma área improdutiva de 9.300 ha em processo de desapropriação desde 1970.

para Mato Grosso, em 1981, onde receberam lotes de aproximadamente 200 hectares num projeto chamado Lucas do Rio Verde¹⁷. Passados 25 anos, das 203 famílias transferidas para Lucas do Rio Verde restam hoje 12 que subsistem da cultura da soja.

Para a maioria dos agricultores que foram os protagonistas das primeiras ocupações de terra no Rio Grande do Sul, a experiência de acampamento, apesar das adversidades que a acompanham, fez com que se aprimorassem aspectos como o próprio trabalho com a terra e outras qualificações como o espírito de solidariedade e da cooperação entre as famílias¹⁸. Filhos de colonos, já possuíam os saberes do trabalho com a terra desde o período da infância, pois trabalhavam junto com os pais. Durante o acampamento, o objetivo principal foi o de lutar pelo direito a terra. Esse período é considerado pelas famílias assentadas no Trinta de Maio como de muita aprendizagem, tanto nas dificuldades iniciais impostas pelo trabalho agropecuário, como nas relações sociais e no relacionamento como o MST. Foi, portanto, nesta época que decidiram trabalhar de forma coletiva implantando experiências conhecidas como laboratórios de trabalho em suas passagens por distintos acampamentos.

Com base nas experiências de cooperação agrícola, esforçaram-se por compreender melhor como cultivar e produzir na terra e juntos vislumbraram ser possível a divisão de tarefas e a estruturação da cooperativa, para daí adquirirem os meios de produção (animais de tração, carroças, máquinas agrícolas e implementos) necessários, em um primeiro momento, à realização de uma produção de subsistência e, posteriormente, à concretização dos projetos de diversificação produtiva e comercialização de excedentes. Nesse sentido, foi crucial o apoio de setores de formação e produção do MST e do escritório local da EMATER, os quais junto aos assentados organizaram os primeiros cursos de formação que precederam o surgimento dos setores de produção já citados anteriormente, tais como: hortigranjeiros, produção de arroz, gado leiteiro, fruticultura, suinocultura, avicultura, apicultura, administração, teoria da organização, entre outros.

Um primeiro e decisivo desafio foi romper com uma série de práticas já consolidadas culturalmente, no âmbito dos processos sociais e produtivos, nas comunidades rurais em que viviam. Tratava-se de superar o modelo imposto pela chamada “revolução verde” e seus mecanismos, e construir uma nova dinâmica de organização social e produtiva

¹⁷ “Cf. “Traidores” do MST enriquecem com a soja. Folha de São Paulo, São Paulo, 26 nov. 2006. Caderno Brasil, p.10.

¹⁸ Com relação a interferência de elementos culturais trazidos pelos agricultores no momento de organizarem seu novo espaço no assentamento consultar o trabalho de Beledelli (2005).

que valorizasse princípios em torno da cooperação, da diversificação produtiva e da agricultura sustentável. Nesta perspectiva, o MST representou um papel decisivo, principalmente, com relação às idéias e concepções sobre o caráter e a estrutura do cooperativismo, suas características e mecanismos de manutenção, tais como veremos mais detalhadamente em capítulo posterior.

Os assentados, reunidos na COPAC, buscaram facilidades no acesso ao capital e à tecnologia, tornando possível o desenvolvimento da produção, o aumento da produtividade do trabalho (através da ocupação e qualificação da mão-de-obra), a possibilidade de agregar valor aos produtos através do beneficiamento e da agroindustrialização de derivados de carne, leite, frutas e verduras, e a adesão a linhas de créditos mais adequadas à cadeia produtiva e às aptidões físico-climáticas da área. Ademais, buscaram criar melhores condições de infraestrutura social básica, tais como: energia elétrica, água potável, moradias de alvenaria, construção de escolas e acesso aos meios de transporte. Todo o conjunto de melhorias, e a própria organização social do grupo, foi pensado e aplicado dentro de um modelo de agrovila, onde fosse possível aglutinar as famílias geograficamente de maneira a facilitar a convivência social e o desenvolvimento de valores humanistas e solidários. Com respeito a este tipo de organização social e do espaço é válida a referência aos chamados bairros rurais que se diferenciam do modelo de agrovila, entre outras características, principalmente porque “mais densos ou mais rarefeitos (...), constituídos em geral por habitações tão afastadas umas das outras que o observador as supõe isoladas ou ligadas quando muito a algum povoado próximo”, formando porém unidades funcionais autônomas e distintas (CANDIDO, 1955 citado por PEREIRA DE QUEIROZ, 1973).

É importante lembrar que estas melhorias deveriam obedecer ao amadurecimento de uma estrutura cooperativada avessa ao tradicional cooperativismo agrícola empresarial, àquele do período de expansão do capitalismo na agricultura protagonizada pelos processos de modernização agrícola e da especialização e tecnificação dela decorrentes. Uma das características verificadas no ideário do MST atinentes ao tema da cooperação e, mais particularmente, da produção coletivista busca contrapor-se ao modelo que tende à fragmentação e individualização do processo produtivo e às formas de organização hegemônicas características do capitalismo moderno. Estimulando que as porções de terra consideradas por lei improdutivas, passem para as mãos dessa importante parcela de sem-terras e devolvam a ela, seu verdadeiro papel de produtora de alimentos que garantam a subsistência dessas famílias ao mesmo tempo que garantam receitas a partir da comercialização da produção excedente nos assentamentos.

3 REVISÃO DE LITERATURA: REFORMA AGRÁRIA, ASSENTAMENTOS RURAIS E COOPERATIVISMO

Este capítulo tem sua importância vinculada à necessidade de apresentar importantes contribuições sobre a temática maior da questão agrária e da reforma agrária¹, suas (des)continuidades, avanços e retrocessos ao longo da literatura. Para isso, será feito um exame das características da evolução do problema agrário no país, enfatizando os efeitos da Lei de Terras na conformação dos direitos de propriedades, e como, o tratamento dado à reforma agrária pelos governos militares e a resposta de movimentos camponeses de contestação no meio rural. Paralelamente a isso, a emergência do MST, seu surgimento e consolidação como expressivo representante das lutas no campo e seu papel no tensionamento da reforma agrária.

Com relação à problemática maior do conflito interno ao movimento e das supostas mudanças de rumo tomadas por ele durante o passar dos anos, será discutido muito brevemente e sem maiores pretensões de aprofundar esse debate, algumas visões de estudiosos sobre se o MST apresenta ou não atributos que o caracterizem como um movimento social. A seguir, tratar das políticas de reforma agrária em voga nos países em desenvolvimento, fundamentalmente, das políticas do Banco Mundial para o Brasil e a aplicação de seu receituário no governo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Com igual interesse será retomada a discussão sobre o MST, agora focando na constituição dos primeiros assentamentos no Estado do Rio Grande do Sul. Dando prosseguimento, apresentar-se-á o impacto dos assentamentos rurais no país a partir das características e da crítica de alguns estudos recentes.

3.1 Breve histórico da questão agrária brasileira

Antes de mais nada, é importante lembrar que, enquanto temática de fundo, a questão agrária persiste como temática atual. A preocupação em recuperá-la, neste trabalho, é

¹ Para visualizar as características de algumas experiências internacionais de reforma agrária, tais como as de países da Ásia e América Latina, consultar Filippi, 2005.

lembrar que se constitui não apenas sob o aspecto de questão com características de alcance prático, senão que e, fundamentalmente, como uma importante questão teórica de contexto político e intelectual, porque, “a definição da questão agrária está longe de ser uma expressão mais ou menos geral, universal de um determinado corpo teórico da teoria marxista, por exemplo; muito mais que isso, é a expressão de conflitos políticos e só pode ser expressada no seu contexto político” (ABRAMOVAY, 2004, p.95). Embora não se tenha a pretensão de retroceder aos intensos e polêmicos debates ocorridos ao longo e mesmo depois da década de 1960 sobre o papel da agricultura no desenvolvimento do capitalismo, será legítimo apresentar as principais teses sobre a realidade agrária brasileira durante a década de 1990, como se verá neste capítulo.

O debate sobre o que se convencionou chamar de a “questão agrária brasileira” tornou-se vigoroso ao final dos anos 1950 e centrava-se na análise de suas características e tendências, além das possibilidades políticas de mudanças que alterassem padrões seculares de dominação social mantidos pelo poder oligárquico da propriedade da terra. Basicamente, a controvérsia girava em torno da natureza feudal ou capitalista das relações sociais predominantes no campo, o que até a emergência da ditadura militar polarizou os estudiosos e suas leituras sobre a questão agrária. Seria demasiado desgastante neste momento retomar as teses sobre o debate da questão agrária brasileira dos anos 1960, porquanto se estaria distanciando-se da discussão mais geral sobre os assentamentos de reforma agrária e do próprio objeto de análise desta dissertação.

A questão agrária brasileira há muito é marcada pela concentração de terras. Desde o início da colonização, a lógica da ocupação fundiária no Brasil foi pautada pelo latifúndio agro-exportador e caráter intensivo do trabalho nas lavouras, principalmente escravos do Brasil Colônia. Portanto, um modelo marcadamente desigual no que refere-se ao aspecto fundiário. A partir do século XIX, inicia-se a substituição da mão-de-obra escrava por trabalho assalariado, muito devido às pressões externas de países como a Inglaterra e seu propósito de alavancar o capitalismo. Com o declínio da escravidão, as elites dominantes trataram de assegurar o controle da terra, de modo a evitar principalmente que os imigrantes que aqui começavam a afluir em massa se estabelecessem como produtores independentes. Foi nesse contexto que surgiu a Lei de Terras de 1850, na qual todas as terras devolutas passaram a ser propriedade da Coroa, não mais sendo passíveis de livre apropriação, mas somente mediante o pagamento de certa soma em dinheiro. A referida lei permitiu, no entanto, que a concentração fundiária passasse a ser exercida por outros meios, o que abria novas formas de conflitos e de relações com o Estado. Assim, “durante a formação das elites

políticas locais e regionais foram sendo definidos os mais eficazes procedimentos de apropriação privada da terra no Brasil. Desta forma, a concentração fundiária, a exclusão social nela inscrita e dela decorrente, e a montagem de um aparato político repressivo e autoritário são elementos indissociáveis de diferentes momentos da história brasileira” (NORDER, 2004, p.32). O Brasil era então dominado por grandes proprietários, oligarcas no exercício pleno de seu poder de mando compartilhado com os coronéis que exerciam sua dominação local, definindo o destino de terras devolutas através de práticas paternalistas e violentas. Nesse período se exacerbava a luta de posseiros versus proprietários.

As características presentes na grande lavoura cafeeira do século XIX, principalmente, em São Paulo, foram marcadas pela complexidade adquirida na junção entre escravidão, imigração e trabalho livre. Ao analisar esse processo, vale lembrar que as características presentes nos projetos de imigração, visando substituir a mão-de-obra dos cafezais neste Estado, foram qualitativamente distintas dos esforços de imigração do Governo Central ocorridos nas regiões sul do país, particularmente no Rio Grande do Sul, onde estavam voltados para o povoamento da região. Assim, a Lei de Terras de 1850

representou um novo ciclo de concentração fundiária, diante de transformações nas relações sociais provocadas pela abolição do trabalho escravo e pela importação massiva de imigrantes estrangeiros, sobretudo do sul da Europa, em um período em que a principal mercadoria produzida para exportação, o café, demandava um significativo aporte de força de trabalho. A transição do trabalho escravo para o trabalho livre exigiu o estabelecimento de contratos que não se confundem exatamente com o assalariamento, uma vez que envolvia o pagamento por produção e a negociação de acesso a parcelas de terras para produção de alimentos para consumo doméstico (NORDER, 2004, p.37).

É notável que até mesmo uma bula papal do final do século XIX afirmava que a terra não poderia ser tornada mercadoria, já que não era fruto do trabalho. A terra, então, seria um bem social não sujeito à concentração nas mãos de poucos. Ainda assim, a Lei de Terras perdurou por muito tempo na sociedade brasileira. Esta lei foi regulamentada pelo Decreto nº 1.318/1854 e vigorou por mais de cem anos, sendo recepcionada pelas constituições de 1891, 1934, 1937 e 1946, e compatibilizando-se com o Código Civil de 1916 (MELO, 2006).

Entretanto, na década de 1940, era possível perceber avanços no ordenamento jurídico brasileiro em relação às cartas de 1934 e 1937, já que a Constituição de 1946 continha o art. 147 que estabelecia o seguinte: “O uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social. A lei poderá, com observância do disposto no art. 141, § 16, promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos”. No entanto, não houve,

é bem verdade, a consagração da expressão função social da propriedade, o que ocorreu com a Carta de 1967, e com a Emenda Constitucional nº 1, de 1969 (art. 160, III), mantendo o princípio, mas sem definir seus limites e abrangência: “a propriedade atenderá sua função social” (MIRANDA, 2005). Os desdobramentos políticos posteriores a esse período no que se refere ao fim do regime militar e ao processo de redemocratização da sociedade e política brasileiras deram novo alento aos setores políticos e movimentos sociais interessados na aplicação dos dispositivos jurídicos e institucionais que garantissem a função social da terra.

3.1.1 Movimentos camponeses de luta pela terra e o MST

Os movimentos sociais, em prol da reforma agrária, começaram a aparecer com maior força em meados de 1950 e 1960. Medeiros (2002, p.16) lembra que somente no início dos anos 1960 que a reforma agrária se tornou uma demanda ampla, proposta disputada por diferentes forças sociais, transformando-se na tradução política das lutas por terra que se desenvolviam em diversos pontos do país. Nesse momento ela passa a ser expressão de um vigoroso movimento social. Graziano da Silva (1987, p.12) explica que foi na década de 1950 que o capitalismo entra no campo brasileiro gerando uma série de contradições, expulsando posseiros, arrendatários e colonos. Os camponeses lutavam por direitos e logo isso se transformou numa luta pela terra. Para Graziano da Silva, o que coloca em ação toda movimentação em torno da terra é a contradição entre o capital e o trabalho, expresso pela inexistência de direitos sociais dos camponeses e o não acesso a terra.

Quatro grandes frentes mobilizavam a luta pela terra na década de 1960: as ligas camponesas, o partido comunista, setores moderados da Igreja e os católicos radicais². A justificativa era de que a terra devia ser dada a quem trabalha e o latifúndio era improdutivo. As propostas da burguesia iam em outro sentido: o necessário no Brasil era modernizar o campo, aumentando a oferta agrícola. O então presidente João Goulart, o qual possuía uma proposta de reforma agrária, seria derrubado em um golpe militar, pois supostamente haveria um clima de revolução nas ações de seu governo. Ainda segundo Graziano da Silva (1987), a burguesia industrial não aprovava o artigo da Constituição de 1946 já que muitos recursos que

² Graziano da Silva, 1987, p.13.

estavam disponíveis para o incentivo à industrialização serviriam de pagamento a grandes proprietários.

Em 1964 os militares aprovam o Estatuto da Terra. Esta tentativa de reforma agrária não era apenas uma resposta às lutas do campesinato antes do golpe de 1964. O Estatuto da Terra era também a “proposta conciliatória” da burguesia industrial para acelerar o desenvolvimento capitalista no campo. Como está ressaltado na mensagem que o introduz, “não se contenta o projeto em ser uma lei de reforma agrária [...] é uma lei de desenvolvimento rural”, expressão que era a marca registrada da proposta da Aliança para o Progresso (GRAZIANO DA SILVA, 1987).

A Emenda Constitucional n.º 9 de Castelo Branco fazia com que o artigo 164 fosse transformado e que o pagamento em caso de desapropriação pudesse ser feito através de títulos da dívida pública. O Estatuto da Terra classificava as propriedades segundo o tamanho delas, dispunha de um artigo sobre a função social da propriedade⁴ e os latifúndios poderiam ser expropriados visto que eram improdutivos. O curso que toma a questão agrária nos governos militares agrada a burguesia industrial bem como os grandes proprietários. O governo passa a financiar a agricultura para objetivo de modernização com grandes volumes de dinheiro através do Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR, e a reforma agrária é substituída pela colonização de regiões inexploradas no Brasil. Ocorre que, de um lado, a modernização foi excludente e seletiva – quem obtinha crédito eram grandes proprietários, de algumas regiões do país e com produtos voltados para exportação⁵. De outro lado, ocorre a criação do INCRA, pelo governo militar – o Brasil seria um país que não necessitaria de reforma agrária, pois o país não estaria devidamente povoado; precisava-se fazer com que os agricultores e camponeses sem acesso a terras no Sul, Sudeste e Nordeste migrassem e colonizassem terras das regiões Centro Oeste e Norte do país. Soma-se a isso que durante os anos 1970, há a repressão mais dura por parte dos militares e ocorre um certo estancamento dos movimentos sociais, partidos políticos e sindicatos. Assim a luta pela reforma agrária seria silenciada do panorama político por um tempo.

Com pressões sociais, crises econômicas e políticas, ao fim da década de 1970 passa a ocorrer um “relaxamento” dos governos militares que culminaram com os eventos políticos da abertura e da anistia política a adversários no governo do General Geisel. Nesse

⁴ Artigo 2, parágrafo 1, do Estatuto de Terras.

⁵ Para discussão da modernização da agricultura brasileira e suas conseqüências ver: Delgado, 1985 e Graziano da Silva, 1982.

contexto surge o MST⁶. A luta pela terra não foi esquecida no período acima descrito, ela fora solapada, mas voltou ao cenário nacional com força através do MST a partir do Rio Grande do Sul.

3.1.2 O MST: origem, afirmação e evolução

A partir do breve histórico precedente, se torna possível, de forma mais qualificada, abordar o surgimento do MST e de sua trajetória no cenário político das lutas no campo brasileiro. Enfatizou-se, primeiramente, que o conjunto de lutas sociais ativadas durante esse período da história brasileira não ficou reduzido apenas à atuação do MST, tendo a participação de outros atores e movimentos sociais que também foram protagonistas na história de lutas pela terra. No entanto, o objetivo dessa seção é analisar o MST, seu contexto de formação, os condicionantes e sua constituição enquanto movimento social organizado no campo brasileiro.

O MST surgiu na agenda dos movimentos sociais agrários a partir de 1980, reintroduzindo o debate da reforma agrária no cenário político brasileiro. Seu desafio fundamental consistiu no esforço de combater e alterar um padrão de propriedade da terra historicamente consolidado, qual seja, o padrão territorial latifundiário, onde o controle dessas grandes extensões de terra encontrava-se nas mãos de poucos proprietários.

Nascido em meio a um estágio de transição política caracterizado pelo processo de “reabertura democrática gradual” promovida pelos militares, em fins dos anos 1970, o MST, em seu primeiro momento de formação, teve seu núcleo central instalado no Estado do Rio Grande do Sul e, logo após, em Santa Catarina. Posteriormente, passou por uma estruturação formal em 1984 com a realização de um congresso, nos dias 20, 21 e 22 de janeiro, na cidade de Cascavel, no Paraná, até chegar ao período demarcatório de sua primeira fase, em 1986, quando a ação do movimento se restringia ao Sul do Brasil. Neste primeiro momento, o MST contava com o apoio motivador e operacional dos líderes religiosos da

⁶ Este movimento social se caracteriza pela complexidade organizacional percebida na estrutura dos acampamentos, assentamentos, das escolas de formação, das cooperativas, das secretarias regionais e unidades agroindustriais. Fazem uso de veículos, máquinas e implementos, além de envolver trabalhadores de várias categorias e abranger as diversas dimensões da vida dos sem-terra.

Comissão Pastoral da Terra – CPT⁷, o que proporcionava a sua veloz expansão no campo de discussão e disputa com os governos estaduais até 1985 e, após esse período, com o Governo federal. Cabe mencionar que as diretrizes de ação da CPT ocorriam no confronto dialógico em detrimento da disputa por meios violentos.

Quanto ao número de assentamentos criados neste período, não muitos novos foram formados, mas os poucos concretizados serviram como motivação à ampliação da capacidade de mobilização do movimento, tal como se verá com maiores detalhes em tópico subsequente.

Um segundo momento desse processo de formação do MST ocorreu entre 1986 e 1993. Neste período, diminuiu consideravelmente a influência dos mediadores católicos que até então possuíam a tutela do movimento, inclusive, como mencionado anteriormente, tomando a frente das negociações com o governo. Neste momento, com uma nova orientação interna que passou a privilegiar o aspecto do confronto, os sem-terra inverteram a relação de subordinação existente com os membros da igreja católica, influenciados por idéias leninistas que um grupo de dirigentes começava a semear dentro do movimento. Os acontecimentos como o ocorrido no centro de Porto Alegre, em agosto de 1990, que ficou conhecido como o “conflito da Praça da Matriz”⁸ serve para ilustrar a convergência das ações do MST a partir desse período. O amadurecimento e a intensificação da luta pela reforma agrária no Rio Grande do Sul, expressa no tensionamento das disputas com o aparelho repressivo do Estado, vão ser objeto de reflexão crítica no meio acadêmico a partir de então, principalmente no que se refere aos câmbios estratégicos promovidos pelo MST. A mudança de posição e a nova estratégia de ação adotada pelo movimento são atestadas na afirmação de Navarro:

decidiu-se também organizar este movimento social como um “movimento de quadros” (e não “de massa”, como se pensava no primeiro momento, estimulado pela presença da igreja), aos poucos não sendo mais identificado como um “movimento social”, no sentido sociológico da expressão, mas moldando-se propriamente como uma centralizada organização (NAVARRO, 2002, p.20).

⁷ Ator de mediação política junto aos movimentos de trabalhadores sem-terra com forte capilaridade e enraizamento em localidades rurais do sul do país neste período. São representativos do debate sobre a ação de mediadores religiosos, entre outros, os seguintes trabalhos: Gaiger, 1987; Souza, 1982; Castro, 1984; Comissão Pastoral da Terra, 1983.

⁸ Conflito que resultou na morte de um soldado da Brigada Militar e dezenas de sem-terra feridos. Esse episódio é retratado com riqueza de detalhes no trabalho de Görger, 1991.

A partir deste momento, o MST passa a atuar com sede em São Paulo, e alcança resultados práticos em seus confrontos com os governos estaduais no término desse período. No final desta segunda fase, o MST enfrenta também uma forte resistência de outro segmento de classe organizado que surgiu no cenário político em 1985. A presença de quadros da UDR, representativa dos interesses dos grandes proprietários de terra e que tinha por iniciativa adotar práticas de confronto como estratégia básica centrada no uso de “vigias” ou “capangas” contratados para reprimir os sem-terra, guardando as propriedades da ameaça de possíveis invasões. Além disso, neste momento, o MST vai deparar-se com a emergência do que viria a tornar-se uma nova agenda a ser enfrentada pelo movimento: o surgimento crescente de novos assentamentos.

O terceiro momento situa-se nos anos mais recentes, iniciando em 1994. Período marcado pela criação de programas de reforma agrária na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso, resultante do aumento nos recursos destinados à obtenção de terras mediante compra e venda. Vale destacar que os programas e projetos de reforma agrária iniciados nesse período tiveram origem no contexto da aplicação das políticas globais de reforma agrária de mercado propostas pelo BIRD e aplicadas nos continentes africano, asiático e latino-americano. Em item posterior serão apresentadas as características e os impactos desses programas no Brasil.

A elevação quantitativa no número de projetos surgidos e, conseqüentemente, de famílias assentadas, passou a exigir do MST uma atenção maior quanto às reais condições dessas novas áreas, do ponto de vista de possibilitar a reprodução econômica e social das famílias assentadas ao mesmo tempo em que requereu do Estado, e do INCRA, dotação mínima de infra-estrutura básica, assistência técnica e também de programas de crédito.

Do ponto de vista operacional, estratégico e no campo de negociação, este período marca uma forte presença do movimento principalmente no Estado de São Paulo e, particularmente, na região do Pontal do Paranapanema⁹. Neste Estado, o MST passa a ocupar lugar de destaque nos meios de comunicação, no que diz respeito às suas ações e nos assuntos relativos à reforma agrária. Registra-se nesta etapa um crescimento no número de assentamentos em relação aos anos pregressos. De acordo com o INCRA¹¹, tem-se os

⁹ “Do total aproximado de 9,6 famílias assentadas em pouco mais de 200 mil hectares até 1999 no Estado de São Paulo pelos governos federal e estadual, 5,7 mil (cerca de 1960% do total) encontravam-se no Pontal do Paranapanema – e dentre essas assentadas no Pontal, 3,6 famílias (38%) o foram a partir de 1995. A região tornou-se o palco dos principais conflitos agrários no Estado: na década de 90 o MST realizou 336 ocupações de terras com a participação de mais de dezoito mil famílias” (NORDER, 2004, p.78).

¹¹ Disponível em: <http://www.incra.gov.br>. Acesso em: 18 dez 2007.

seguintes números de famílias assentadas no país: de 1995 até 1998 são 287.994 famílias; de 1999 até 2002 foram assentadas 304.147 famílias; e de 2003 a 2006, são 381.419 famílias contempladas pela política de reforma agrária do Estado¹². Se confrontados os dados do primeiro período de quatro anos acima (1995 até 1998) com os trinta anos anteriores – desde a edição do Estatuto da Terra, em 1964, quando apenas 218 mil famílias haviam sido assentadas atesta-se o aumento no número de famílias assentadas.

Neste período, também, aumenta o número de movimentos sociais de luta pela terra em diferentes regiões do país, muitos originados de dissidências do MST. Destaca-se o MLST¹³ e o MLT¹⁴, os quais, embora cindidos com o MST, adotam estratégias de luta semelhantes a esse. Por outro lado, outros acontecimentos ligados às pressões do movimento pela concretização da reforma agrária, via desapropriação de áreas improdutivas, ocorridos nos últimos anos como os episódios de Corumbiara, em Rondônia (1995) e, posteriormente, o massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará (em 1996), contribuíram para o crescimento da força política e de pressão do MST. Estes eventos que envolveram o confronto armado entre sem-terra e policiais militares, devido à morte documentada de agricultores na luta, reverteram em favor da organização dos sem-terra, haja vista a forte repercussão nacional e internacional dos confrontos.

Deve-se salientar que o aumento no número de assentamentos, a partir da segunda metade dos anos 90, se insere em planos de reforma agrária de caráter nacional criados no seio do Governo federal, tal é o caso do II PNRA, criado em 2003. Este programa é inovador com relação a uma nova visão de reforma agrária dado que contemplou outros atores presentes no meio rural, como os remanescentes de quilombos e populações ribeirinhas, e também pelo fato de incluir em suas metas, diretrizes sobre o desenvolvimento territorial dos assentamentos e sobre a sustentabilidade dessas áreas. No entanto, tem sido alvo de críticas no âmbito acadêmico e político pela permanência e utilização de instrumentos que consolidam o caráter de uma reforma agrária de mercado, herdados do governo de Fernando Henrique

¹² Com relação ao contexto em que se situou esse debate os números da reforma agrária no mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, Vale destacar a crítica realizada por Martins, para quem “o fato de que os números de assentamentos e regularizações no governo de Fernando Henrique Cardoso ultrapassarem os trezentos mil não mede satisfatoriamente a demanda de terra por parte do agricultor familiar, pois o número de sem-terra nas ocupações não diminui”. Sendo enfático dizendo que “a reforma agrária é um tema político que se propõe em termos qualitativos e não em termos quantitativos” (MARTINS, 1999, p.108-109).

¹³ Movimento de Libertação dos Sem Terra. Criado em 1994, tem acampamentos em seis Estados - Maranhão, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e São Paulo.

¹⁴ Movimento de Luta pela Terra. Apareceu em 1994, no sul da Bahia, com o desemprego provocado pela crise das fazendas de cacau da região. Está organizado em quatro Estados: Minas Gerais, Bahia, Sergipe e Pará. Reúne 4.000 famílias, das quais 1.000 já foram assentadas.

Cardoso e com orientação marcante para a compra e venda de terras em detrimento do dispositivo constitucional de desapropriação. De qualquer maneira, pode-se constatar que os resultados numéricos da equipe institucional que orientou o processo de reforma agrária, a partir da segunda metade da década de 1990 até o presente momento, alcançaram resultados positivos quanto à elevação quantitativa do número de famílias assentadas em função de alguns fatores, a saber: (i) a crescente força política e capacidade de pressão do MST, já citada anteriormente, resultado da sua estratégia confrontacional; e (ii) os baixos preços das terras que facilitaram a sua compra para o projeto da reforma, entre outros fatores.

3.1.2.1 Críticas aos movimentos sociais rurais

A atualização do debate da questão agrária no Brasil e, particularmente, das tensões, idas e vindas do processo de reforma agrária tiveram, e seguem tendo, principalmente no ambiente de decisões políticas e instâncias jurídicas, seus críticos e defensores. Porém, é no campo acadêmico que esta problemática ganha contornos nítidos de uma necessidade de validação de pontos de vistas que se contrapõem fortemente pela polêmica em torno da temática.

Navarro (2002, p.16) afirma que a reforma agrária possui um impacto político, qual seja, o de permitir que áreas tradicionalmente dominadas por relações clientelísticas tenham possibilidade de emancipação através de ações previstas na pauta das políticas públicas para a agricultura, onde novos atores sociais têm aderido às disputas de recursos e buscado o reconhecimento da capacidade de interferir nos processos políticos. Afirma ainda, referindo-se ao MST, que apesar dos problemas que dão ao movimento características de uma “organização”,

seu desafio principal é exatamente aquele derivado da razão mesma de sua existência, isto é, tentar pressionar socialmente para alterar um padrão de propriedade da terra historicamente consolidado, onde o controle deste recurso mantém-se nas mãos de uma minoria de proprietários (NAVARRO, 2002; p.18).

E mais adiante, o autor afirma que

como resultado, a multiplicação dos assentamentos em praticamente todos os Estados brasileiros tem produzido, especialmente, a renovação política desses rincões rurais, democratizando-os lentamente e produzindo novas práticas sociais, antes comandadas exclusivamente pelos grandes proprietários de terras (NAVARRO, 2002; p.17)

É possível, ainda, afirmar que a reforma agrária tem um impacto positivo na distribuição de alimentos e de renda. Abramovay (1992) baseado na obra de Marx (capítulo 47 do Livro III de O Capital), afirma que o trabalho na agricultura patronal é mais caro, pois a lógica que move o empregador é a taxa de lucro e este tem que extrair a mais-valia dos trabalhadores. Na agricultura familiar, o trabalho do agricultor não é remunerado, pois este não paga salário a si próprio: a situação que se cria é que o agricultor familiar não contabiliza o valor trabalho próprio e da sua família. Para ele, o que interessa é que tenha alguma receita no fim do ano agrícola, a fim de poder manter sua propriedade e a sua reprodução familiar. Uma das categorias centrais em Marx é o valor e, portanto, este irá afirmar que, nessa forma de produção familiar descrita acima, há uma transferência de valor do trabalho do agricultor para a sociedade. A reforma agrária, materializada no surgimento e consolidação de assentamentos, e o trabalho familiar na agricultura, possibilitam, economicamente, uma distribuição de alimentos mais baratos, além de garantir a elevação no número da mão-de-obra ocupada na agricultura. No entanto, é importante destacar que esta produção mais barata ocorreu à custa de baixas condições de reprodução econômica e social dos agricultores.

3.1.2.2 O MST e perspectivas de análise sobre movimentos sociais

Candido Grzybowski direciona sua análise do MST a partir do marxismo, particularmente influenciado por Gramsci, no qual os movimentos sociais, seus elementos objetivos e subjetivos são sintetizados em “blocos históricos”. A mobilização para a luta política ocorre através da identidade social de pertencimento a um grupo com linguagem e modos de condutas próprios. Para este autor, a construção dos atores sociais ocorre em meio ao próprio movimento, quando são socializados os membros – o caráter identitário é fundamental, e a Igreja Católica exerce um peso considerável na formação do MST no início dos anos 1980. O aspecto revolucionário da consciência de classe, e da identidade social, ocorre quando

sem-terra é, por definição, um nome de sujeito coletivo, elaborado nas lutas do movimento sem-terra. A carência, ou melhor, a consciência da comum situação de carência e de exclusão social, decorrente do não ter terra, leva o grupo a elaborar sua identidade (GRZYBOWSKI, 1987, p.57).

Grzybowski ocupa-se da observação dos processos de luta pela terra e dos movimentos sociais do campo, não se restringindo somente ao MST. Portanto, o foco de sua atenção é o processo de luta que gira em torno da questão agrária, as relações de produção neste período e os diversos atores sociais coletivos, com suas respectivas identidades, tais como o movimento dos atingidos por barragens, o movimento dos posseiros, o MST, as lutas indígenas, os operários do campo, os camponeses integrados, etc.

Em uma outra perspectiva, Navarro faz referência, em uma análise mais atual, apenas do movimento dos sem-terra e de sua base organizacional, cujo foco é considerado mais relevante pelo autor. Navarro utiliza, ora o termo “movimento”, ora o termo “organização”, afirmando que, apesar de não conceituar e definir um ou outro, a distinção é fundamental para a importância política do movimento. A análise mais expressiva do trabalho do autor é a crítica que faz de como o MST organiza a participação, dizendo que esta é sem emancipação. Nas palavras do autor:

o MST, enquanto uma organização política, tem, de fato, atuado mais como freio à emancipação dos mais pobres do campo, estes últimos servindo, muito mais, aos propósitos, nem sempre explícitos, do corpo dirigente da organização (NAVARRO, 2002, p.6).

Dessa forma, na visão do autor, o MST tem caminhado na direção de um movimento de quadros, com elites hierarquizadas e mandonismos de dirigentes que definem os rumos da organização.

Melucci (2001), teórico da ação coletiva¹⁶, sugere que os movimentos sociais devam ser analisados segundo elementos estruturais da sociedade e a intencionalidade dos

¹⁶ A ação coletiva tem que ser considerada, segundo Melucci, “como uma interação de objetivos recursos e obstáculos, como uma orientação intencional que é estabelecida dentro de um sistema de oportunidades e coerções. Os movimentos são sistemas de ação que operam num campo sistêmico de possibilidades e limites. (...) O modo como os atores constituem sua ação é a conexão entre as orientações e oportunidades e coerções sistêmicas” (citado em SILVA 2002, p.19).

atores no processo de ação coletiva. Uma parte de condicionamento e outra de ação livre dentro desse campo de possibilidades. Nesse sentido, o marxismo é uma teoria que permite explicar a primeira parte do processo, pois o MST surge numa sociedade capitalista na qual as relações de produção e a lógica do capital propiciam, em parte, o surgimento do movimento. Portanto, o movimento sem-terra não possui o caráter dos chamados “novos movimentos sociais”, descritos por aquele autor, pois a questão central gira em torno de um conflito de relações de produção no campo. A segunda parte desse processo de constituição do movimento social está ligada à orientação intencional dos atores envolvidos e, para isso, a construção de uma identidade é essencial. Os atores se ligam ao movimento e constroem sua ação.

Portanto, o MST constitui-se a partir de uma situação de relações capitalistas no campo e da constatação da desigualdade na distribuição de terras. Lideranças e mediadores ligados às alas mais progressistas da Igreja Católica atuaram como formadores e facilitadores no processo de construção da ação coletiva através de uma identidade específica. A identidade de sem-terra permitiu conformar uma base social capaz de insurgir-se contra a histórica questão agrária brasileira marcada pelo predomínio do latifúndio.

Os formadores do movimento possuíam recursos culturais, materiais, simbólicos e oportunidades. A Igreja Católica foi uma das responsáveis pela socialização e politização dos agricultores, pois tinha recursos e capilaridade no meio rural brasileiro.

O momento atual é caracterizado, por um lado, por uma elitização dos quadros, já separados da Igreja e vinculados à política tradicional, estes sendo responsáveis e porta-vozes dos projetos e ações do movimento e, de outro, um expressivo número de famílias com atuação secundária, porém não menos importante, em relação aos processos decisórios.

3.2 O contexto político da reforma agrária: da década de 1980 ao início dos anos 1990

Em 1985, com a redemocratização, Tancredo Neves possuía em seu plano de governo a tão sonhada reforma agrária. Nesse momento estava se consolidando o MST enquanto movimento social que luta pela distribuição da terra no país, apoiado, e, não raro liderado, por setores da igreja. A redemocratização alimentava esperanças ao povo brasileiro. No entanto, Tancredo Neves falece antes de assumir a Presidência da República e entra em seu lugar José Sarney, civil ligado à Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Era a chamada

“transição pelo alto”. Se isto já representava um “banho de água fria” na Nova República, os resultados seriam ainda piores para os defensores da reforma agrária, e o MST. Em 1985, Sarney lança o Plano Nacional para Reforma Agrária – I PNRA. No entanto, com um artifício: faz do plano uma parte de um decreto onde criava a figura jurídica do “latifúndio produtivo” – figura jurídica ambígua que levaria à justiça todos os processos e a própria justiça esbarraria na dúbia análise da posse da terra. O então presidente do INCRA, José Gomes da Silva e toda a sua equipe, se demitem no dia seguinte.

Em 1988, é promulgada a nova Constituição e, por pressão dos movimentos sociais do campo, nela são contemplados alguns itens relativos à reforma agrária e aos trabalhadores rurais, entre esses pontos está a implantação do sistema de aposentadorias rurais e a terra deixava de ser somente mercadoria: haveria necessidade de se cumprir a função social da terra – quase 150 anos após a Lei de Terras – e esta passava a ser um bem social. Porém, na novíssima Constituição, o artigo que tornaria obrigatório o cumprimento da reforma agrária, a saber, o da função social, não é especificado, ou seja, não havia um dispositivo que explicitasse o que seria essa função social. Nesse meio tempo, entre 1988 e 1995, acontecem as manifestações mais violentas do Movimento dos Sem-Terra, como foi citado anteriormente. Após isso, uma lei adicional contempla o problema supracitado e permite que se realize uma política de reforma agrária.

Em 1997, a reforma agrária passou a tomar novo impulso dentro da gestão do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, como descrito anteriormente, sendo este o período em que foram feitas mais desapropriações e onde surgiu o maior número de assentamentos em toda a história do Brasil. Entretanto, há um elemento a ser considerado: ainda que de acordo com a constituição de 1988, a terra devesse ser considerada um bem social não sujeito ao mercado, a reforma agrária do governo de Fernando Henrique Cardoso foi totalmente feita de acordo com as oscilações do mercado, adotando o receituário do BIRD e criando programas de financiamento para a compra de terras. Com o fim da garantia dos preços mínimo ocorrida no governo Collor, importação de alimentos acompanhada do fim de diversas barreiras comerciais e estabilização monetária o preço da terra baixou consideravelmente e a reforma agrária por compra de terras, segundo o modelo sugerido pelo Banco Mundial, tornou-se viável. Em suma, a importação dos alimentos baixa o preço dos produtos agrícolas e a estabilização monetária diminuem a busca por investimentos em bens imóveis, conduzindo a queda do preço da terra.

3.3 O significado da reforma agrária e os esquemas interpretativos na década de 1990

As transformações ocorridas na sociedade brasileira com o advento dos governos militares, inauguraram um cenário diferenciado do ponto de vista das transformações na agricultura brasileira motivadas pelo contexto mais global de desenvolvimento do capitalismo no campo. Isso resultou no surgimento de novas leituras do mundo rural e particularmente das especificidades e significados da reforma agrária no Brasil. Uma série de estudos e pesquisas tentou atualizar o debate da questão agrária no país e problematizar interpretações sobre o(s) significado(s) da reforma agrária em nossa história recente. Uma das teses apresentadas é a de Ademar Romeiro para quem o sentido atual da reforma agrária no Brasil repousa na “ampliação das oportunidades de emprego no campo de modo a reduzir a pressão da oferta de mão-de-obra no mercado de trabalho urbano industrial” (ROMEIRO, 2004, p.131). Em seu diagnóstico, a agricultura brasileira possui um grande potencial de geração de empregos, bastando para isso que a especulação fundiária se reduza, e os canais de acesso a terra permaneçam desobstruídos. Considera ainda que, diante da pressão tributária e da organização dos trabalhadores rurais temporários, os “bóias-frias”, ocorrida nas últimas décadas, poderíamos assistir a uma desconcentração da estrutura da posse da terra. Somado a isso, a perda da capacidade do proprietário de terras de impor contratos de arrendamento ou de parceria que lhe favoreçam, por um lado, e por outro, os trabalhadores rurais teriam seu poder de barganha aumentado, podendo negociar contratos de concessão da posse da terra mais vantajosos. Fica bem nítida a aposta de Romeiro (2004) pela via da compra de terras num processo de negociação direta envolvendo arrendatários, ou parceiros, e proprietários de terra, a curto prazo. Ele explica ainda que o Estado se encarregaria de assegurar linhas de crédito fundiário de longo prazo com juros baixos viabilizando, assim, a compra de terras por esses produtores. Embora não descarte a via tradicional de desapropriação de terras ociosas ele acredita que essa via é cara e conflituosa.

Outro importante autor no debate sobre o significado da reforma agrária na sociedade brasileira é José Graziano da Silva para quem o problema da reforma agrária, e das políticas públicas, a partir da década de 1980, não mais é um problema do patronato brasileiro, mas sim dos trabalhadores rurais. Sua posição é de que “a reforma agrária do ponto de vista do desenvolvimento capitalista, do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas no campo não é mais uma necessidade, seja para a burguesia, seja para as classes produtoras. Isso não quer dizer que ela não seja uma possibilidade”. Acrescenta, ainda, que o

caráter das lutas dos trabalhadores rurais, hoje no país, pela terra, perdeu em geral seu elemento político, não havendo portanto “nada de revolucionário na luta pela terra no Brasil” (GRAZIANO DA SILVA, 2004, p.142). Em sua leitura da realidade contemporânea, portanto, aponta que o problema fundamental não é exatamente a luta pela terra, mas sim a luta contra os processos de lumpenização pelos quais camponeses do nordeste, em sua maioria, vêm sofrendo com a expulsão de suas terras. Em outras palavras, o desafio colocado pelo autor se inscreve no estancamento do êxodo rural-urbano dessas populações. Neste particular, a trajetória de atuação desse autor extrapolou o campo acadêmico quando da elaboração do Projeto Fome Zero¹⁷, em 2000 e 2001, uma vez que tornou-se programa estrutural de governo com abrangência nacional, atualmente exercendo impacto importante na alimentação de populações carentes do nordeste brasileiro.

José Gomes da Silva adota outra estratégia para a análise do problema agrário brasileiro e, em especial, da reforma agrária. Sua crítica está direcionada às estruturas de poder existente que vão desde o poder executivo até os meios de comunicação de massa e partidos políticos. A análise dos pontos relativos à reforma agrária no país dentro das cartas constitucionais desde 1946 o permitiram concluir que a carta atual de 1988 em relação à reforma agrária é marcada por omissões e por deformações conceituais como a presente no termo “propriedade improdutiva”, o que acaba por torná-la mais conservadora do que a própria carta de 1969, elaborada pelo governo militar. O autor conclui afirmando que

o impasse que vive a reforma agrária no Brasil não encontra perspectiva favorável na atual estrutura do poder. Somente mediante a modificação da atual correlação de forças políticas e a promulgação de uma nova Constituição que realmente atenda aos interesses da classe trabalhadora será possível realizar mudanças na atual estrutura agrária, marcada pelo aumento da concentração fundiária e causadora da escalada de violência no campo (SILVA, 2004, p.190).

Dentre os críticos da reforma agrária no país, Geraldo Müller e Francisco Graziano Neto despontam no cenário político e acadêmico. Müller, alega que hoje a reforma agrária não é mais necessária, pois, segundo ele, a agricultura brasileira se modernizou, constituindo-se nos Complexos Agroindustriais – CAIs. Assim, os produtores familiares devem transformar-se em trabalhadores para o capital, ou se integrar às agroindústrias. Nessa perspectiva, no modo de entender de Müller, as agroindústrias são,

¹⁷ Para maiores detalhes sobre o conteúdo e as diretrizes do projeto consultar Schmitt (2005) e Instituto Cidadania (2001).

uma formidável máquina agrária, que produz muito, de tudo e com elevada produtividade, sendo capaz de produzir muito mais sem incorporar mais gente, seja como mão-de-obra, seja como proprietário. Nesse sentido, não há porque distribuir terra e produzir novos proprietários agrários. O fundamental para elevar, diversificar e qualificar mais o excedente agrário não reside em incorporar mais gente nem mais terra ao processo produtivo, mas sim, em dispor de um padrão financeiro que permita intensificar a exploração do trabalho e da terra e a incorporação de progresso técnico (MÜLLER, 2004, p.235-236).

Francisco Graziano Neto, por sua vez, centra-se nos critérios definidores de qual é de fato o público efetivo da reforma agrária. Constata que apenas 2/3 dos que lutam pela terra seriam o público preferencial da reforma. Além disso, elenca três impeditivos para um programa de reforma agrária:

primeiro, inexistente farta disponibilidade de terras ociosas para programas de redistribuição agrária no Brasil. Segundo, mesmo que houvesse abundância de terras, não haveria tantos interessados nos lotes. Terceiro, mesmo com terras ociosas e pretendentes certos, um programa dessa natureza não teria a eficácia desejada, deixando insolúvel o problema da miséria no país (GRAZIANO NETO, 2004, p.248-249).

A partir disso, sugerindo que os grandes projetos de assentamento rural podem ser implantados nas regiões Norte, Centro-Oeste e no Estado do Maranhão no Nordeste o que beneficiaria milhares de famílias e diminuiria os conflitos existentes. Descartando, portanto, uma distribuição de terras em quase todo Centro-Sul do país. Nestes locais, outros instrumentos de política fundiária precisam ser elaborados visando melhor distribuição de renda. O aumento da tributação das terras e uma forte progressividade do imposto em função do tamanho da propriedade seria, conforme este autor, uma política eficaz na redução da concentração fundiária. Além de políticas sociais vinculadas à saúde, educação, emprego, moradia e transporte contribuiriam fortemente para elevar o padrão de vida dos trabalhadores em sua avaliação (GRAZIANO NETO, 2004, p.252).

Outra perspectiva de análise sobre o significado da reforma agrária na década de 1990 encontra-se em José Eli da Veiga¹⁸. Para o autor, a reforma agrária teria um sentido político e social. O objetivo estratégico que dá sentido econômico à reforma agrária é o fortalecimento da agricultura familiar o que traria o tema da reforma agrária de volta à pauta

¹⁸ Para um maior detalhamento do conjunto de idéias do autor consultar aos seguintes trabalhos (1990, 1991, 1992 e 2004).

política nacional. O Brasil necessita de um amplo programa social que viabilize certa redistribuição da riqueza, um novo modelo institucional apoiado num grande projeto de crescimento econômico orientado para otimizar as condições sociais, e que traga embutida a mudança na estrutura fundiária. Outro expoente no cenário de avaliação da questão agrária é Ricardo Abramovay (2004), o qual, na mesma linha de Veiga, se enquadra em uma perspectiva de desenvolvimento, onde a reforma agrária deveria assumir uma função preponderante no desenvolvimento capitalista. Ambos apostam na necessidade de uma política de fortalecimento da agricultura familiar.

De todas as análises do que se convencionou chamar de “a questão agrária” brasileira, a de José de Souza Martins chama a atenção pela densidade sociológica que demarca praticamente toda a produção teórica desse autor. No que tange à reforma agrária é possível identificar em seus trabalhos os efeitos sociais dessa política no conjunto da sociedade. Nesse sentido, de acordo com esse autor:

uma reforma agrária ampla e conseqüente, de verdade, promoveria um grande salto histórico na vida do país: diminuiria a miséria urbana, criaria uma válvula de segurança para as mudanças econômicas e tecnológicas aceleradas pelas quais estamos passando, ampliaria o mercado e teria um efeito multiplicador de benefícios salutar no conjunto da sociedade, além de viabilizar o processo de modernização social e política. Só elites obtusas não podem ver isso (MARTINS, 1997, p.48).

Em suas elaborações teóricas mais atuais é possível perceber que o tema da reforma agrária segue sendo seu foco, porém, agora, incorporando a problemática dos agentes de mediação. Particularmente, no que se refere ao significado da reforma agrária, o autor chama a atenção para o seu caráter dinâmico e das próprias propostas de reforma agrária para resolver esta questão. Em outras palavras, “mais do que efetivos projetos de solução do problema, são antes projetos à luz da cambiante percepção que do problema se tem. No conjunto, porém, tudo muda pouco e muda lentamente, tanto a intervenção quanto a consciência social que da questão e da própria reforma temos” (MARTINS, 2003, p.17). O autor, nesse caso, chama a atenção para o descompasso existente entre o que propõem os porta-vozes em termos de projetos e propostas de intervenção e o modo de pensar o problema e a solução que os sujeitos da reforma possuem. Ou seja, nas palavras do autor,

é esse tempo lento que precisa ser incorporado às análises da questão agrária e da reforma agrária. Esse é o tempo ditado pela prática e pelo modo de pensar o problema e a solução que deles têm as vítimas da questão e os próprios destinatários da reforma. E não aqueles que supostamente querem

ajudá-los, querem falar por eles e, não raro, querem impor-lhes rumo e destino. Sem essa compreensão da temporalidade peculiar dessa questão crônica, os projetos serão inúteis, as intervenções serão irrelevantes, os discursos serão vazios (MARTINS, 2003a, p.17).

A reforma agrária brasileira, na percepção do autor, mais do que uma correção das tendências concentracionistas do regime de propriedade, tem por objetivo corrigir os efeitos sociais dessa concentração nas relações de trabalho. Portanto, ela é mais do que um problema fundiário; se insere também num conjunto de oportunidades de inserção ou reinserção de grupos sociais vítimas dessas tendências e da profunda crise nas relações de trabalho, no sistema econômico. Desse modo,

mais do que uma reforma no regime de propriedade, a reforma agrária é uma reforma social que tem por objetivo, por meio da redistribuição de terras, ressocializar populações deixadas à margem do desenvolvimento econômico e social ao longo de décadas, já para não falar de séculos [...] seu objetivo é o de criar efetivos mecanismos de integração e participação sociais (MARTINS, 2003a, p.33).

3.4 Os anos 2000 e a proposta de reforma agrária do Banco Mundial

Este tópico tem como propósito o de revisar, na literatura especializada, as peculiaridades das políticas de reforma agrária do Banco Mundial e sua aplicação no Brasil a partir da segunda metade dos anos 90. Logrou-se apresentar as características mais gerais sobre como ocorreu o processo de aplicação dos programas de reforma agrária do Banco, com foco no mercado de compra e venda de terras, bem como foi possível sublinhar os alcances e limites dos referidos programas ao longo principalmente do governo de Fernando Henrique Cardoso. Os aspectos críticos e os pontos detalhados por diferentes analistas possibilitam contemplar distintas visões sobre o impacto dos programas de reforma agrária apoiados pelo Banco Mundial. No entanto, as leituras atestaram que a avaliação dos resultados empíricos com as populações beneficiadas pelo programa, em Estados do Nordeste brasileiro, destacou a persistência da precariedade das condições de vida das famílias que adquiriam terra mediante os instrumentos disponibilizados pelos programas, mesmo muitas delas afirmando que houve uma melhora no aspecto posse da terra comparativamente a sua situação antes de possuir o lote.

3.4.1 Características da reforma agrária de mercado no Brasil

As proposições do Banco Mundial e sua política de convergência priorizando a questão agrária em países da América Latina, África e Ásia, são entendidas e explicadas pelo viés do crescimento econômico, o qual como bem apontou Rosset (2004), é uma espécie de “mantra” para a instituição. Além disso, a ênfase nas taxas de crescimento econômico tem sido acompanhada pelo discurso universal de redução dos níveis de pobreza nesses países. Esses elementos, portanto, são chaves para entender as propostas e sugestões iniciais dos articuladores do Banco Mundial aos governos de países como o Brasil, na ânsia de que estes os ajudem a implementar e substituir os atuais modelos de reforma agrária baseados na desapropriação de propriedades consideradas improdutivas de acordo com os critérios estabelecidos.

Uma das motivações que levaram o Banco a priorizar a questão agrária foi justamente a orientação para o crescimento econômico, aliada a já consagrada retórica da redução da pobreza. Ou seja, as evidências de má distribuição de terras em países da América Latina, Ásia e África retardam as taxas de desenvolvimento econômico, segundo os economistas do Banco.

A difusão de seu receituário é acompanhada do argumento de que o modelo tradicional de reforma agrária, baseado na expropriação não será politicamente possível já que há resistência das elites econômicas e, conseqüentemente, geração de conflitos. Nesse sentido, na avaliação de Rosset (2004), o objetivo é não importunar as elites econômicas, confiscando suas propriedades, mas apenas comprar a terra daqueles que estão dispostos a vender. Uma das críticas que recai sobre os programas fomentados pelo Banco é a que menciona que os “beneficiários” adquirem uma pesada dívida com crédito usado para comprar a terra. O tamanho dessa dívida é baseado no preço pelo qual a terra é vendida (Rosset, 2004). Além disso, o próprio modelo enseja corrupção, com funcionários do governo em conluio com latifundiários. Dessa forma, um dos problemas encontrados em muitos países seria de que a terra comprada por pessoas pobres, além de ser de má qualidade, é também superavaliada. Em alguns casos,

esses programas têm contribuído para uma tremenda inflação no preço da terra. Então é provavelmente seguro dizer que a “reforma agrária de

mercado” tem sido mais benéfica para os latifundiários, que podem vender terras de pouca qualidade a altos preços (ROSSET, 2004, p.23)

O conjunto de políticas apresentadas pelo Banco Mundial aos governos de países pobres se assemelha a um pacote que, de certa maneira, está articulado sequencialmente, e onde sua aplicação deve ser fortemente seguida. A primeira série de políticas se enquadra na categoria geral que o Banco chama de projetos de “administração da terra”, que também recebem outras denominações de acordo com a realidade política e fundiária do país onde serão aplicadas, tais como: titulação, registro e mapeamento.

A política subsequente a ser seguida seria a de privatização de terras públicas e comunais, a qual pode ser feita mediante concessões a companhias que concordem em investir na produção rural ou disponibilizar a terra para algum tipo de “reforma agrária” do Banco Mundial.

O próximo passo seria admitir, segundo Rosset (2004), que os títulos da terra são alienáveis. Alienável, segundo esse autor, significa que se pode vender a terra ou usá-la como garantia ao solicitar crédito e, portanto, perdê-la se deixar de pagar o empréstimo bancário.

A próxima política está associada à idéia de mercado de terras como fator redutor da pobreza. Seria a ênfase do Banco na política de “reforma agrária de mercado”, da qual seu funcionamento está atrelado a uma política de crédito, algumas vezes chamada de “bancos da terra” que seria responsável por dotar agricultores pobres de crédito fundiário o que os habilitaria a adquirir terras de pessoas mais ricas. O Banco sugere que, pagando a terra pelo preço de mercado, seria possível superar a resistência das elites e isso reduziria o conflito.

Tendo em vista, portanto, este conjunto de políticas do Banco, observa-se que o Brasil da década de 1980 foi marcado por uma discussão no plano político sugerindo a superação do modelo desapropriacionista. Dentre os principais argumentos estavam os seguintes: a) o modelo havia sido elaborado durante o regime militar e refletia uma visão paternalista e autoritária por parte do Estado; b) a desapropriação só pode aplicar-se em casos específicos, e dificilmente pode adotar uma forma de intervenção massiva; e, c) elevados custos das desapropriações.

Segundo Teófilo (2003), a desapropriação¹⁹, principal instrumento do modelo, se aplica quando se trata de terras consideradas improdutivas ou quando a superfície dos estabelecimentos em questão supera um limite determinado (especificamente, 15 módulos

¹⁹ É possível encontrar, ao longo da literatura, variantes para o termo tais como “transferência obrigatória”.

fiscais²⁰). Todos os casos pertinentes teriam que ser submetidos à consideração dos tribunais de justiça, os quais ditariam, em última instância, se procederiam ou não a desapropriação e determinariam as indenizações correspondentes. O modelo supõe ainda a intervenção do Estado em todas as etapas do processo, desde a identificação dos estabelecimentos, passando pela emissão do decreto correspondente até sua aquisição para o assentamento da comunidade.

Teófilo (2004) destaca algumas deficiências do modelo: i) aumentos dos custos de transação; ii) impossibilidade de aproveitar a baixa dos preços da terra no curto prazo; iii) lapso excessivamente grande entre o momento em que se identificam as terras e o momento em que se produz o assentamento; iv) necessidade de contar com aparato burocrático de grandes proporções; v) pressão dos camponeses que queriam ocupar as terras antes de finalizado o procedimento em função da lentidão deste; vi) pouca atenção ao desenvolvimento produtivo do assentamento; e vii) acumulação de passivos em infra-estrutura e serviços sociais básicos.

²⁰ Unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando os seguintes fatores: i) Tipo de exploração predominante no município; ii) Renda obtida com a exploração predominante; iii) Outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda ou da área utilizada; iv) Conceito de propriedade familiar. O módulo fiscal serve de parâmetro para classificação do imóvel rural quanto ao tamanho, na forma da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Além disso, serve também de parâmetro para definir os beneficiários do Pronaf (pequenos agricultores de economia familiar, proprietários, meeiros, posseiros, parceiros ou arrendatários de até quatro módulos fiscais). Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php?visualiza=53.52> Acesso em: 24 de mai de 2007.

Abaixo apresenta-se, com base em Teófilo (2004, p.212), um diagrama onde o modelo de reforma agrária adotado pelo INCRA.

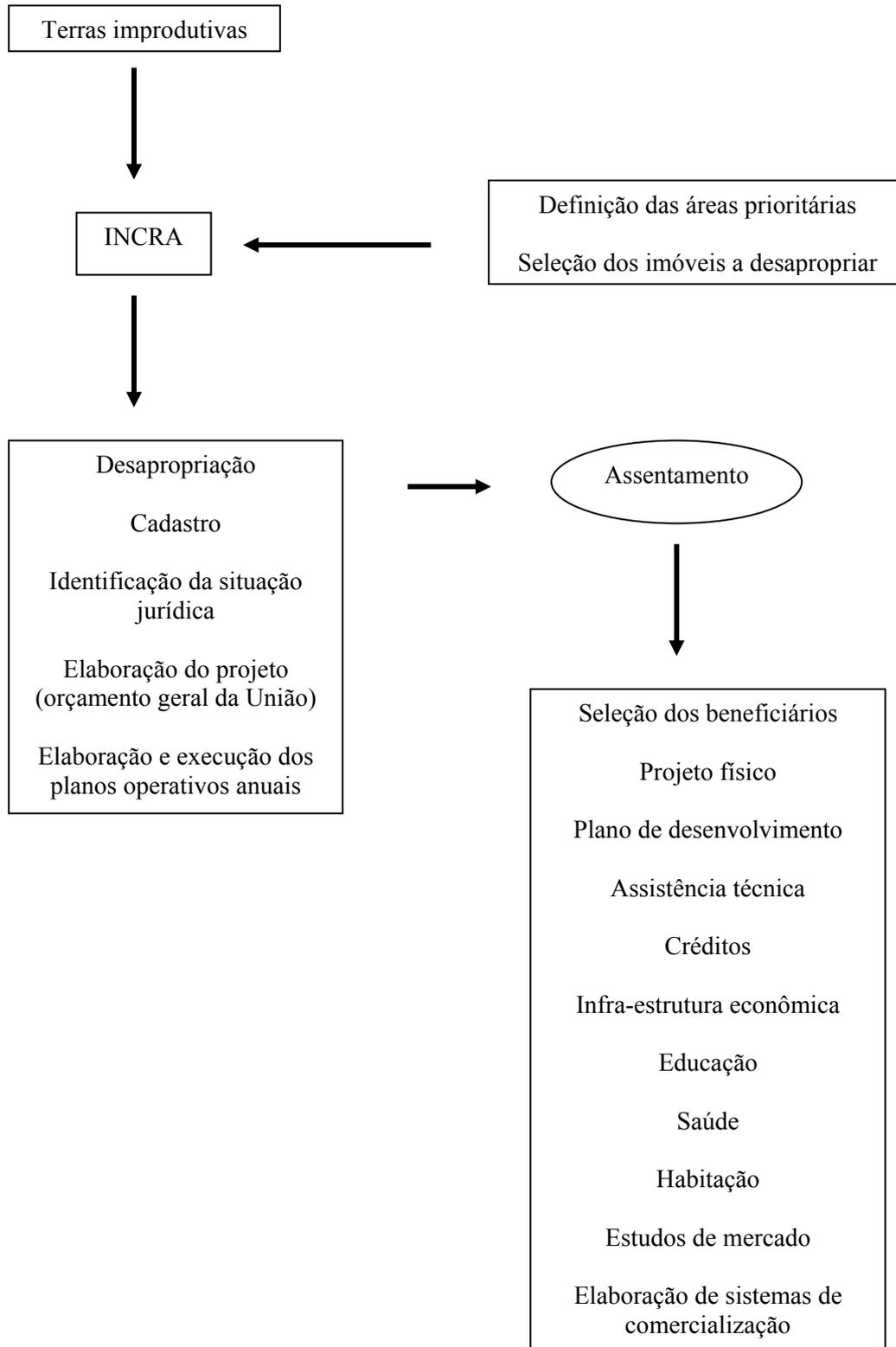


FIGURA 4 – Modelo de Reforma Agrária do INCRA
Fonte: Teófilo (2003, p.212).

De acordo com Teófilo (2004), dois fenômenos têm contribuído para que o procedimento tradicional de aquisição de terras para a reforma agrária perca seu sentido e aplicação. São os seguintes: as evidências da baixa do preço da terra, especialmente daquelas que estavam ociosas ou subutilizadas, o que significou uma enorme perda de patrimônio para os grandes proprietários de terras; em segundo lugar, o anúncio de uma lei em virtude da qual se incrementam as alíquotas do Imposto Territorial Rural, o ITR, se constitui um meio de luta contra o uso especulativo da terra, cujos proprietários começaram a mostrar interesse por desfazer-se de tais ativos, frente à falta de créditos e subvenções do Estado.

3.4.1.1 A reforma agrária de mercado durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)

A atuação efetiva do BIRD,²¹ no Brasil, passa a dar-se a partir de 1999 quando iniciou-se o segundo mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso. Mediante o estabelecimento de uma política agrária denominada “Novo Mundo Rural”²², dentro de uma concepção mais ampla de seu programa de governo, e ancorada em três princípios fundamentais: (1) o assentamento de sem-terras como política social compensatória; (2) a estadualização dos projetos de assentamento; (3) a substituição do instrumento constitucional de desapropriação pela propaganda do “mercado de terras” (RESENDE e MENDONÇA, 2004; NETO, 2004). Sob forte influência do Banco Mundial, o governo de FHC inaugurou quatro programas de acesso a terra: Reforma Agrária Solidária, Cédula da Terra, Banco da Terra e Crédito Fundiário de Combate à Pobreza. Na seção seguinte apresentar-se-á as características do segundo, à luz do olhar de estudiosos que avaliaram os supostos benefícios, o alcance do programa, bem como a estrutura do processo de negociação e aquisição de terras.

²¹ O Banco Mundial utiliza a expressão de reforma agrária assistida pelo mercado para diferenciar esta nova modalidade das tradicionais. Nesta concepção está contida a hipótese de que se se dispõe de um financiamento adequado, poderá satisfazer-se parte da demanda dos trabalhadores rurais sem-terra, mas não há provas empíricas de que ele seja viável para os grupos mais pobres dentro do conjunto anterior (TEÓFILO, 2003).

²² Expressão utilizada para designar tanto as transformações em curso na realidade agrária brasileira quanto um paradigma a ser perseguido. As mudanças teriam como fundamento a introdução de tecnologia, a emergência de novas atividades no meio rural e o surgimento de novas configurações sociais (NETO, 2004).

Antes de adentrar às críticas ao programa Cédula da Terra, operacionalizado no Nordeste brasileiro, interessa expor alguns elementos da gênese e do contexto de surgimento da “reforma agrária de mercado” no Brasil.

No plano das ações da presidência da república, quando da ascensão de FHC, não era possível observar nenhum programa com intencionalidade redistributiva de terras. Ao contrário, imperava a visão e a vinculação a ações pontuais de diminuição da pobreza no meio rural.

Não havia espaço para uma política agrícola favorável aos pequenos agricultores. Embora respondesse à reivindicação das organizações sindicais de representação de trabalhadores rurais, o Pronaf, criado em 1995, na prática foi restringido a uma linha de crédito para financiamento de custeio, com baixo grau de cobertura e pouquíssimos recursos para créditos de investimentos (PEREIRA e SAUER, 2006, p.174).

O que se pode observar, na mudança de rumo das políticas agrárias do Governo Federal, foi uma busca pela padronização das condições de reembolso para os programas de reforma agrária por desapropriação e os programas de crédito fundiário. Como atesta Norder (2004), a mais relevante diretriz dessa reformulação institucional foi a de fundir as políticas de reforma agrária com as políticas de fortalecimento da agricultura familiar em geral, buscando superar o que foi considerado “um conceito equivocado que estabelecia uma diferenciação artificial entre agricultores familiares e assentados de reforma agrária”.

Contudo, as alterações nas políticas agrárias do governo foram acompanhadas pelo aumento das ocupações de terras de forma generalizada no país que culminaram em conflitos, principalmente, nas regiões Norte e Nordeste, impondo ao governo federal o reconhecimento de uma problemática grave, retomando o tema reforma agrária para a agenda e o cenário político-nacionais. A fim de dar uma resposta à opinião pública diante desses acontecimentos e da continuidade da pressão social por acesso a terra, o governo criou, em 1996, o Gabinete do Ministro Extraordinário de Política Fundiária, o MEPF. Dessa maneira, buscando reverter posição desfavorável, o governo, através do MEPF, iniciou um conjunto de ações estruturais. Entre elas destacaram-se as medidas de criminalização das ocupações de terras, efetivamente a proibição de vistorias do INCRA em áreas ocupadas, acompanhadas da suspensão de negociações em casos de ocupação de órgãos públicos, a penalização de funcionários do INCRA que negociassem com os ocupantes, e o veto ao acesso a recursos públicos por entidades que fossem consideradas suspeitas de serem participantes, co-participantes, ou incentivadoras de ocupações de terra (MEDEIROS, 2002).

Outra ação tomada no período foi a descentralização da política agrária, transferindo para a esfera estadual a competência da condução de todo o processo de obtenção de terras e assentamento. Na avaliação de Pereira e Sauer (2006), a descentralização da política agrária serviria para desonerar a esfera federal, cujas receitas eram cada vez mais comprometidas com o ajuste fiscal e o serviço das dívidas públicas externa e interna. Além disso, fragmentaria ainda mais a política fundiária, convertendo a reforma agrária em um caso-a-caso negociado localmente.

A situação brasileira em meados da década de 1990 era propícia à instauração do modelo de “reforma agrária de mercado”, preconizado pelo BIRD, pois havia, entre outros fatores, uma considerável “demanda” por terra e uma tendência de queda relativa do preço dos imóveis em algumas regiões. A soma desses elementos, com a necessidade expressa de o governo brasileiro do período responder à pressão social pela terra, e deter o protagonismo dos movimentos sociais rurais, resultou no que Pereira e Sauer (2006) denominaram de política agrária “amiga do mercado”.

A partir disso, o discurso do governo brasileiro passa a fazer a defesa de um modelo supostamente “mais eficaz” de reforma agrária. Argumentando, fundamentalmente, a inadequação do modelo de desapropriação para fins de reforma agrária, posto que, este modelo será centralizador, lento, propenso à corrupção e, ademais, seria caro. Outra justificativa referiu-se à intensidade das ocupações em massa de terra e à radicalização dos conflitos que estariam colocando em risco os direitos de propriedade privada e os ajustes estruturais propostos pelo Banco. Nesse sentido, este argumento também representou um esforço de contraposição ao MST que, conforme afirma Neto (2004), de diversas formas, nos últimos anos, obrigou o governo a usar os instrumentos legais para desapropriar latifúndios e assentar trabalhadores.

A escolha da região Nordeste para a implementação dos projetos-piloto ocorreu, devido ao meio rural nordestino concentrar o maior contingente de população em condições de pobreza do país. À aplicação dos dois projetos-piloto (“Reforma Agrária Solidária” e “Projeto-Piloto de Reforma Agrária e Alívio a Pobreza” ou “Cédula da Terra”), no Estado do Ceará, seguiu-se a tramitação no Senado do Projeto de Lei nº 25, que previa a criação de um fundo público para o financiamento de compra e venda de terras para camponeses, agricultores familiares e trabalhadores rurais (PEREIRA e SAUER, 2006). À revelia da disposição do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo²³, o Executivo

²³ O Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo surgiu em meados dos anos 1990 (substituindo a Campanha Nacional pela Reforma Agrária) como um espaço de articulação e ação conjunta de mais de 40

mobilizou seus parlamentares e logrou aprovar a criação do chamado Fundo de Terras/Banco da Terra pelo Congresso em fevereiro de 1998.

Ceará, Bahia, Maranhão, Pernambuco e o Norte de Minas Gerais foram escolhidos para abrigar o programa Cédula da Terra – projeto piloto de combate à pobreza no meio rural que deu origem ao Banco da Terra. O Banco da Terra é a expansão, para todo o país, dessa experiência pioneira e bem sucedida de reforma agrária, desenvolvida pelo governo brasileiro em parceria, com o Banco Mundial. Tudo começou em 1997 no Ceará com o nome de “Projeto São José” (MEPF, 1999, p.14 citado por PEREIRA e SAUER, 2006, p.178).

A vinculação do fundo de financiamentos Banco da Terra com o Cédula fica patente na afirmativa do Banco, exposta abaixo.

O projeto piloto para a reforma agrária com base no mercado [O Cédula da Terra] (...) teve sucesso em termos de baixos custos, implementação rápida e um impacto positivo na redução da pobreza, como era esperado. O projeto piloto demonstrou como o Banco pode facilitar inovações de política social e serviu de modelo para um novo programa complementar de reforma agrária por parte do Governo (Banco da Terra) (BANCO, 2000, § 122, item d).

Foram quatro, portanto, as experiências que constituíram a materialização da “reforma agrária de mercado” do BIRD implantada no governo de Fernando Henrique Cardoso: Reforma Agrária Solidária, Cédula da Terra, Banco da Terra e Crédito Fundiário.

3.4.1.2 O Programa Cédula da Terra²⁴

O modelo de “reforma agrária de mercado” do BIRD, no Brasil, teve início com a execução de dois empréstimos, um restrito ao Estado do Ceará, denominado “Reforma Agrária Solidária”, e outro oficialmente reconhecido como projeto-piloto implantado em cinco Estados do Nordeste, incluindo o Ceará. O “Projeto Piloto de Reforma Agrária e Alívio

entidades operárias e sindicais, entre outras, reunindo organizações como MST, CONTAG, FETRAF, CPT, MPA e MAB.

²⁴ Informações pormenorizadas sobre os estudos de avaliação preliminar e avaliação do impacto sócio-econômico podem ser obtidas em Buainain et al. (1999) e Unicamp (2002).

a Pobreza” ficou oficialmente conhecido como Cédula da Terra²⁵ e foi executado entre 1997 e 2002 (PEREIRA e SAUER, 2006).

O Programa Cédula da Terra contou com apoio técnico e financeiro do Banco Mundial. A população destinatária do programa foi constituída por trabalhadores sem-terra e produtores rurais pobres. Em sua etapa experimental o programa foi aplicado em cinco Estados da região Nordeste (Bahia, Ceará, Maranhão Minas Geral e Pernambuco). A idéia era aplicá-lo em mais treze estados por meio do programa Banco da Terra de concepção semelhante. Surgiu, portanto, como contraponto aos programas promovidos pelo INCRA.

O suposto básico do Programa Cédula da Terra é que com ele se chegará a estruturas de manejo mais eficazes, principalmente no que se refere à superação dos atritos e das falhas de mercado provenientes da assimetria da informação, a qual tem causado a desigualdade dos ingressos e a marcada pobreza de vastos setores camponeses (TEÓFILO, 2003).

Os objetivos oficiais do Cédula da Terra eram: a) reduzir a pobreza rural, por meio do aumento da renda familiar; b) elevar o rendimento agrícola; c) testar o modelo de mercado como alternativa ao modelo “tradicional” de reforma agrária (BUAINAIN et al., 1999 citado por PEREIRA e SAUER 2006).

O público a atingir era de trabalhadores sem-terra (assalariados, parceiros, arrendatários) e produtores rurais (proprietários ou não) com terra insuficiente para o auto-sustento. Além disso, o acesso ao projeto só podia ser feito através de associações comunitárias legalmente constituídas, preexistentes, ou criadas para esse fim.

O Cédula da Terra funcionava através da divisão em dois subcomponentes, um voltado para a aquisição de terras – o SAT – e outro para investimentos complementares – o SIC. Sendo que o primeiro financiava a aquisição de imóveis rurais com prazo e amortização de dez anos, com três anos de carência e correção monetária pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). O SIC, por sua vez, provia recursos a fundo perdido para investimentos comunitários após a compra da terra em três áreas básicas: infra-estrutura (eletrificação, melhoramento de estradas, fornecimento de água, etc.), social (melhoria de escola ou posto de saúde, centro comunitário, etc.), e produtiva (irrigação, agroprocessamento em pequena escala, tratores, etc.).

²⁵ O Programa estabelece uma subvenção máxima de US\$ 11.200, montante que, multiplicado pelo número de famílias associadas, corresponderia também ao preço máximo que se poderia pagar pela terra se os camponeses decidissem assinar a totalidade dos recursos a essa operação. Além disso, cada família podia receber US\$ 1.300 a fundo perdido como ajuda para instalação.

Sob a orientação do modelo de reforma agrária de mercado, o Programa operou de forma descentralizada, de maneira que no nível municipal, entre outros agentes governamentais, estavam os conselhos municipais que também figuravam como instâncias de implementação e participação social, embora coubesse às associações comunitárias o papel principal na gestão dos projetos.

Entre os benefícios esperados com a aplicação do programa, Teófilo (2003) destaca os seguintes: seleção de ativos de melhor qualidade; melhor seleção dos beneficiários e eficiência na designação dos recursos e na produção.

Os entusiastas desse novo programa afirmam que a sua eficácia deve estar condicionada à participação ativa dos trabalhadores interessados em adquirir terras. Deve ser radicalmente ampla a intervenção dos trabalhadores sem-terra em todas as etapas do processo de reforma agrária e reduzir-se ao mínimo indispensável o papel do Estado na gestão do processo, na mediação dos interesses em jogo e na assinatura dos fundos para o financiamento da operação. Isso potencializaria um processo de negociação prévia do imóvel sujeito à desapropriação o que possibilitaria a transferência imediata das terras para os trabalhadores.

Com respeito ao processo de negociação, ele ocorre basicamente entre o proprietário que tem interesse em vender uma propriedade e os camponeses que desejam comprá-la. Ambos podem ganhar com a transação, mas divergem quanto ao preço. Supondo que os valores atribuídos ao imóvel satisfaçam seus objetivos e necessidades, ambos se beneficiam. Teófilo (2003) afirma que a questão é acordar um preço que satisfaça a ambas as partes. A seguinte definição contribui para entender como ocorre o processo

Qualquer processo mediante o qual os jogadores tentam, por sua própria conta, chegar a um acordo por meio de uma negociação, pela qual a intervenção de um terceiro como mediador ou árbitro significaria o fracasso da negociação enquanto mecanismo de solução de conflitos e de materialização de acordos (MUTHOO, 1999 citado por TEÓFILO, 2003, p.221).

Quanto ao elemento aquisição de terras no marco do Programa ela pode ser compreendida a partir do diagrama abaixo.

Associação de beneficiários
Identificação do imóvel rural que desejam adquirir, iniciando uma negociação direta com os proprietários (com o assessoramento parcial do órgão encarregado do programa).

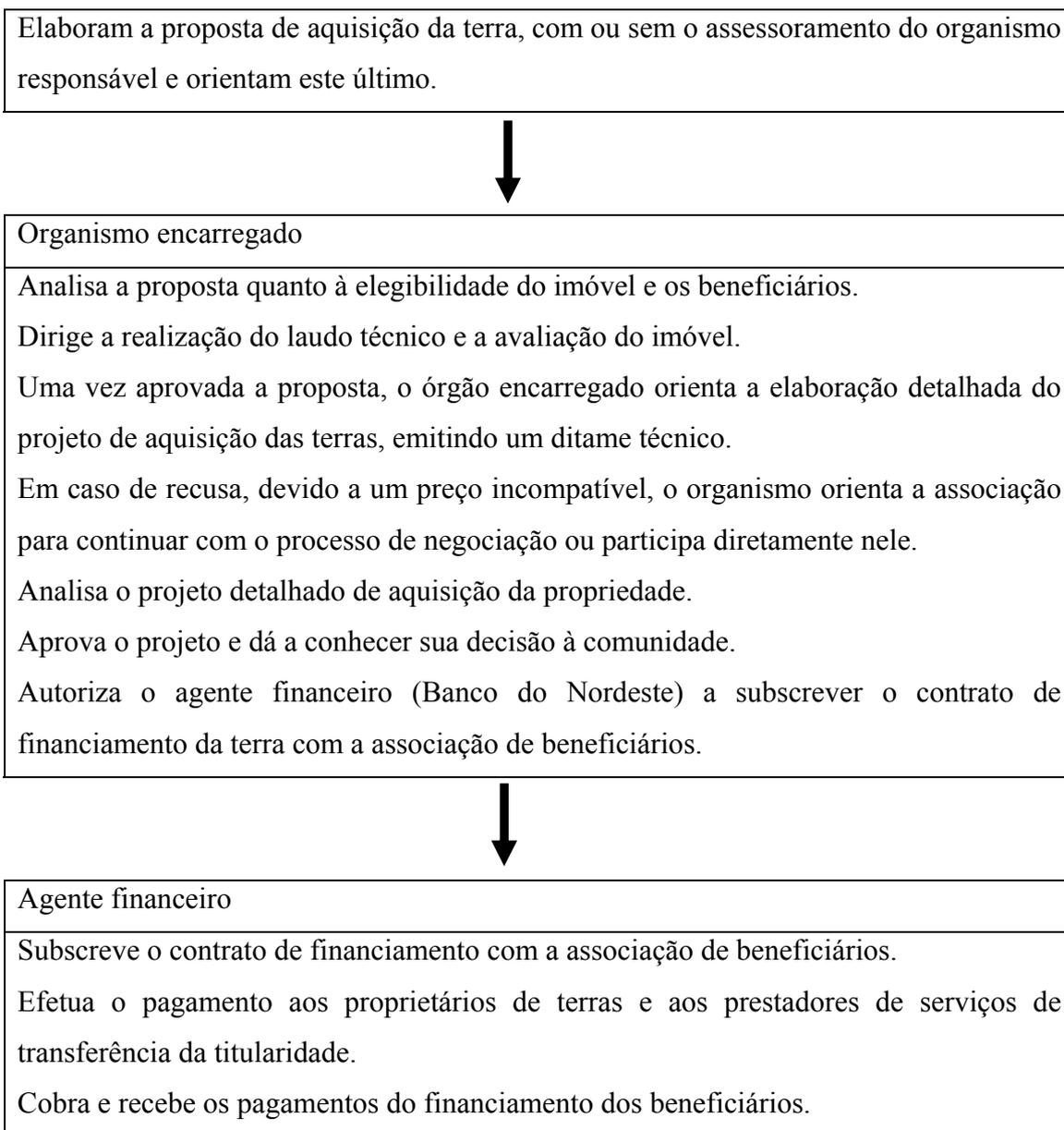


FIGURA 5 – Fluxo do processo de aquisição de terras
Fonte: Teófilo (2003, p.223).

O papel de intervenção dos órgãos responsáveis deve ocorrer no sentido de dar seqüência ao processo de negociação, obrigando as partes, especialmente os vendedores, a revelar informações sobre a terra a ser adquirida. Com relação à função dos órgãos públicos, na qualidade de árbitros, Teófilo (2003), destaca que eles são, em teoria, neutros, e não mostram inclinação por uma ou outra parte. Seu papel consiste em certificar que a transação ocorra conforme a legislação vigente e às regras do Programa. Não obstante, o próprio autor pondera que, em estudo anterior, comprovou-se que a hipótese da neutralidade do árbitro só é válida como ponto de partida. Como é natural, ambas as partes buscam o apoio do árbitro para

alcançar seus objetivos, uns destacando as vantagens da propriedade e outros destacando suas deficiências.

O fator subjetivo “impaciência” também é lembrado por esse autor como um elemento fortemente propenso à interrupção do processo de negociação.

Há motivos para supor que o grau de paciência das associações camponesas é muito maior que dos proprietários, o qual tem que ver, em primeira instância, com as precárias condições em que vivem e também, em segundo plano, com o perfil das associações ou as características do mercado de terras local (TEÓFILO, 2003, p.226).

Algumas avaliações preliminares do programa demonstraram que os governos estaduais têm procurado de diversas maneiras abreviar a negociação e controlar a paciência dos compradores. Ademais, verificaram que a discordância em torno do valor do imóvel tem sido o principal fator de insucesso de uma negociação. Buainain et al. (1999) citado por Teófilo (2003) apontam que a falta de parâmetros para definir o valor real de um estabelecimento é um dos problemas mais graves que enfrenta o Programa e que ele deixa ver com maior clareza a importância que reveste a estrutura de manejo das negociações.

Pereira e Sauer (2006) apresentam algumas críticas ao modo como se procedeu a implementação do Programa nos Estados. Apontam a existência de concorrência com os movimentos sociais, uma vez que se priorizou áreas conflituosas (em um período de seca e de perdas agrícolas), tendo por base arranjos clientelistas com agentes políticos locais. Estes autores denunciam a falta de controle social sobre o projeto, já que as propostas de compra das áreas e os subprojetos de investimento comunitário foram apresentados diretamente aos órgãos gestores e às unidades técnicas, sem passar pelos conselhos municipais.

Pesquisas científicas financiadas pelo BIRD para avaliação do impacto do Cédula deixaram evidentes alguns problemas. Por exemplo, os dados de pesquisa indicaram que os imóveis rurais adquiridos estavam em sua maioria subutilizados ou abandonados, em razão de seca ou crise pecuária. Avaliações preliminares também não verificaram se os imóveis de maior tamanho adquiridos eram ou não passíveis de desapropriação. Porém, uma pesquisa realizada por entidades que compõem o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo detectou a ocorrência de compra em áreas passíveis de desapropriação pelo Cédula.

Pereira e Sauer (2006), portanto, diante das evidências empíricas apresentadas pelas pesquisas, atribuem à situação de pobreza e falta de alternativas, a entrada dos agricultores no Cédula, levando-os a aceitarem preços mais elevados pela terra.

Assim, o princípio da transação voluntária entre compradores e vendedores interessados, se levado em conta o contexto político, econômico e social do Nordeste brasileiro, torna-se vazio de significado.

O princípio da transação voluntária entre “compradores e vendedores interessados”, na verdade, põe de lado qualquer referência ao contexto existente, como se as relações mercantis operassem em um vazio social onde predominaria a livre vontade de agentes econômicos orientados por uma racionalidade utilitária e maximizadora [...] portanto, a principal categoria de sustentação do modelo de reforma agrária de mercado carece de consistência teórica e empírica (PEREIRA e SAUER, 2006, p.186).

Reafirma-se que a implantação do programa Cédula da Terra nos cinco Estados do Nordeste esteve vinculada à proposta de redistribuição agrária presente no ideário do BIRD, já que visou suplantiar os mecanismos desapropriacionistas presentes na Constituição. Esta revisão possibilitou, sobretudo, um breve contato com as características e os mecanismos de funcionamento do programa e seu propósito foi de sublinhar a predominância e o impacto que as políticas de reforma agrária voltadas para o mercado possuíram na distribuição da terra e na própria constituição de assentamentos.

3.5 Os assentamentos rurais no Rio Grande do Sul

O propósito deste item é apresentar algumas características do processo de implantação dos assentamentos rurais no Estado do Rio Grande do Sul, justamente com a intenção de mostrar as relações entre as novas forças sociais que emergiam no meio rural gaúcho e os consecutivos governos estaduais. Um interessante esforço de investigação realizado por pesquisadores gaúchos, no final da década de 90, e que resultou em trabalho científico sobre a história dos assentamentos no Rio Grande do Sul²⁶, descreve o desenvolvimento das lutas pela terra no solo gaúcho e as ações dos governos estaduais na criação de assentamentos do final da década de 70 até o final dos anos 90. Navarro, Moraes e Menezes (1999), neste estudo, apontam que até 1997 eram 131 os assentamentos formados no Estado, considerando-se os instalados a partir do final dos anos 70 em diante, quando

²⁶ NAVARRO, Z. S; MORAES, M. S; MENEZES, R. Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento. In: MEDEIROS, L. S. de; LEITE, S. A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre/Rio de Janeiro. Ed. UFRGS/CPDA, 1999.

emergiram pressões sociais que posteriormente estimularam a formação de movimentos sociais organizados destes segmentos demandantes de terra. Neste universo estão contabilizados tantos os assentamentos criados pelo Estado quanto os originados pelo governo federal.

A ascensão dos movimentos de contestação e luta pela terra no Estado estão atreladas às transformações ocorridas na estrutura agrária gaúcha. Particularmente, a região do Alto Uruguai, no norte do Estado, agrega um conjunto de características, tais como condições topográficas e do solo que a transformaram na maior fonte de migrantes, de adesão de agricultores sem-terra ao MST e de assentamentos em outras regiões. Essa região reveste-se de especial interesse nesse trabalho pelo fato de nela emergirem os primeiros acampamentos do MST, viabilizados por um grupo social típico e de descendência comum hoje encontrado no Assentamento Trinta de Maio: os chamados “colonos”²⁷.

Quanto à estrutura fundiária, as pequenas propriedades, conforme Navarro (1999), conformaram as “zonas coloniais” e eram, em sua maioria, estabelecimentos em torno de 25 hectares, área que, na média, tem diminuído, devido a pressões demográficas e ao fechamento da fronteira agrícola no Estado, inviabilizando o acesso a terra pelos filhos dos colonos que, no Alto Uruguai, foram, em média, menores, tornando ainda mais precárias as condições de reprodução social. A pressão demográfica e o fechamento da última “fronteira livre” nessa região é um fator ilustrativo que também ajudou a potencializar o surgimento de movimentos sociais rurais. A inexistência de regiões “livres” nos anos da modernização levou a uma pressão no interior de cada unidade familiar o que fez com que essa segunda geração de colonos engrossasse os movimentos migratórios ou aderisse aos emergentes movimentos sociais da época, tais como o MST.

De acordo com Navarro, Moraes e Menezes (1999), a formação dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul, pode ser subdividida em três fases com características distintas: a primeira de 1978 a 1984; a segunda de 1985 a 1988 e a terceira de 1989 aos dias atuais. A primeira fase foi marcada pela formação de grandes acampamentos, como o de Encruzilhada Natalino, em 1981, que contava com o apoio da igreja. Surgido num contexto de intervenção militar por tropas federais, este acampamento criou uma capacidade

²⁷ Habitantes das “colônias”, são estes agricultores de origem européia que ocuparam inicialmente a porção leste do Estado, particularmente, os municípios localizados no Vale do Rio dos Sinos como São Leopoldo com descendentes alemães e os municípios da Serra Gaúcha como Caxias do Sul e Bento Gonçalves com descendentes italianos. Depois, num segundo momento, estabelecendo-se nas porções norte do Estado na região do Alto Uruguai. Em levadas migratórias sucessivas ocuparam, nestas regiões, entre a segunda década do século XIX e os primeiros anos do XX, no RS, estendendo-se até os anos 1950, já no sudoeste do Paraná, quando as “terra livres” se teriam esgotado, no sul do país.

de resistência, mesmo diante da pressão dos militares e das promessas dos projetos de colonização no norte do país. As lutas dos sem-terra nesse acampamento resultaram na formação de vários outros na mesma região nos anos subsequentes.

Marcante nesta primeira fase foi a constituição de uma rede de solidariedade e o impacto visual do grande número de famílias distribuídas nos acampamentos que atraíam a atenção dos meios de comunicação dando forte visibilidade para o movimento. Além disso, contou com a persistente presença da repressão policial e militar, a qual, em alguns momentos, era alternada com medidas conciliatórias.

Um dos fatores presentes no segundo período identificado por estes autores foi a conjuntura específica de surgimento e apresentação do I PNRA, em setembro de 1985, que provocou expectativas de ação governamental e pressões pelo seu cumprimento. As demandas dos sem-terra ganharam mais força no âmbito federal e, em julho de 1985, o MST organizou um acampamento que ficou conhecido como Fazenda Anoni, também na região do Alto Uruguai, com aproximadamente 6.500 pessoas. A partir desse momento, inaugura-se a atuação do INCRA no Estado, juntamente com a promoção de consecutivos atos desapropriatórios que, por sua vez, passaram a ocasionar a reação não só da Brigada Militar, mas também de fazendeiros da região. As primeiras tentativas de oferta de crédito para a Reforma Agrária, como o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária – PROCERA, também surgiram nesse período, porém de forma tímida.

A multiplicação de assentamentos veio acompanhada das dificuldades de encontrar áreas passíveis de desapropriação na região do Alto Uruguai, provocando o deslocamento espacial, tanto das ações do MST como dos novos assentamentos, para as regiões centrais do Estado (NAVARRO, 1999, p. 38).

Já na terceira fase, de 1989 a 1997 o governo federal “sai de cena” reduzindo suas ações de desapropriação. Por sua vez, o governo estadual volta a ser o foco de pressão por parte do MST. As ações do Estado estiveram direcionadas para a cessão de terras públicas e utilização de recursos do Fundo de Terras do Rio Grande do Sul (Funterra) para a compra de terras, principalmente, conforme Navarro (1999), na administração do ex-governador Alceu Collares. Esse mecanismo de compra de terras foi marcado por controvérsias já que estaria sendo pautado por critérios duvidosos, que privilegiavam proprietários ineficientes, dispostos a vender suas propriedades. Também ocorre nesse período um novo deslocamento geográfico dos assentamentos rurais, primeiro em direção à região metropolitana de Porto Alegre, que iria observar, principalmente entre os anos de 1988 a 1994, a formação de 11 novos assentamentos (NAVARRO, 1999, p.41). A segunda região é formada pelos municípios que

formam as áreas de fronteira, constituindo-se num grande número de assentamentos no MST e demonstrando uma reorientação geográfica dos projetos que eram criados e, por consequência, das ações do MST no Rio Grande do Sul.

Até o final da década de 1990, a situação dos assentamentos rurais no Estado, refletia o deslocamento regional das pressões sociais estabelecendo-se com mais força na região da fronteira oeste. No que se refere às intervenções dos organismos que atuam nesse campo, verificou-se, neste período, um movimento pendular em suas intervenções, ora atuando o Estado, ora atuando o INCRA. Ou seja, os assentamentos no Estado se diferenciam em termos dos organismos responsáveis²⁸, da época de implantação, da região em que se situam, do tamanho e qualidade dos lotes entre outros aspectos.

Uma leitura mais precisa dos efeitos e características da implantação de assentamentos no Rio Grande do Sul nos anos recentes demanda, conforme aponta Navarro (1999), estudos de caso como o “I Censo da Reforma Agrária”²⁹ que contabilizou os assentamentos realizados até outubro de 1996. Este estudo, entre outros aspectos, contribuiu para indicar as práticas agropecuárias nos assentamentos do INCRA, nos Estados do Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Entre as conclusões do Censo está uma tendência a contradições existentes entre a falta de apoio financeiro e técnico, por parte do Estado, de um lado e, de outro, as expectativas dos assentados de atingir um modelo tecnológico típico da chamada “agricultura moderna”.

Um outro aspecto interessante apontado pelo estudo diz respeito à destinação de financiamentos e créditos de forma precária para os assentamentos sob tutela do Estado em detrimento do observado com os assentamentos do órgão federal responsável, tais como o Proceca-custeio e o Proceca-investimento. Mesmo sem a intenção de adentrar os resultados apontados pelo I Censo da Reforma Agrária, convém destacar que eles evidenciaram resultados animadores em relação aos impactos internos e externos dos assentamentos, corroborando as teses que defendem a reforma agrária através dessa política de acesso a terra e pleiteiam financiamento e assistência técnica aos assentados.

²⁸ Uma relação completa dos assentamentos implantados no RS de 1970 até 1997 e seus respectivos órgãos responsáveis pode ser consultada em Navarro (1999).

²⁹ Uma análise criteriosa do censo pode ser encontrada em Riedl e Navarro, 1998.

3.6 Contribuições recentes dos estudos sobre assentamentos no Brasil

Na literatura especializada de assentamentos localizam-se dois estudos de abrangência sobre o desempenho econômico dos assentamentos no Brasil. Um deles trata-se do estudo realizado pelo BNDES³⁰, sintetizado na tese de doutoramento do economista Marcio Henrique de Castro, em 1992. O outro estudo foi o da FAO³¹ dirigido pelo economista Carlos Guanzirolli também em 1992 (ABRAMOVAY, 1994).

Sem a intenção de apresentar a metodologia e os resultados a que chegaram ambos os estudos, apenas destacar as principais conclusões a que chegaram os autores sobre a visibilidade econômica dos assentamentos e o papel da renda gerada nos assentamentos no combate à pobreza rural. Castro (1992), em seu estudo, não crê na viabilidade da reforma agrária. Segundo ele, ao invés de distribuir terras, o Estado deveria concentrar seus gastos em investimentos sociais e de infra-estrutura em pequenas e médias cidades, como forma de criar ocupação e renda no interior e evitar o agravamento do êxodo rural.

Em ambos os estudos uma das conclusões a que se chegou é a de que é nítido o processo de diferenciação social. No entanto, por um lado, para Castro ele impede que a imensa massa de agricultores se integre à economia de mercado. Para a FAO, por outro lado, a constatação é a de que a metade dos beneficiários já se encontra integrada e 40% deles têm chance de se integrar.

A principal diferença nos resultados quantitativos está na análise de como a renda é definida em ambos os estudos. O que leva-nos a concluir que trata-se da distinta natureza teórica dos dois estudos o que leva a encontrar resultados tão dispares entre os dois. O estudo da FAO, nesse sentido, é nitidamente de inspiração chayanoviana, e o do BNDES aplica categorias próprias da economia capitalista, entendendo que é neste ambiente que os agricultores têm que se inserir. Portanto, para o BNDES o processo de destruição da pequena unidade avança inexoravelmente pelo desenvolvimento do progresso técnico. Já no estudo da FAO novas unidades produtivas têm condições de se afirmar e o processo que leva à polarização social na agricultura – como previam os autores clássicos – não é uma fatalidade e pode, através da intervenção política, levar a sua transformação (ABRAMOVAY, 1994).

³⁰ Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

³¹ *Food and Agriculture Organization.*

A avaliação dos resultados dos projetos de assentamento rural no Brasil não tem sido consensual; posicionamentos diversos têm sido constituídos nos meios políticos e acadêmicos. Há, por um lado, autores que, como Francisco Graziano, insistem em afirmar a inviabilidade da reforma agrária, ora atacando a ação dos movimentos sociais, ora discutindo os procedimentos políticos e administrativos nos assentamentos, ora reafirmando as vantagens da produção realizada, com intensa mecanização e, sobretudo, voltada para a exportação nas grandes propriedades rurais.

Por outro lado, há estudos que defendem a viabilidade dos projetos de assentamento rural como fundamento da reforma agrária, bem como necessários para a configuração de um outro espaço agrário brasileiro. Este é o caso do recente livro *Impactos dos Assentamentos — Um Estudo sobre o Meio Rural Brasileiro*³².

A área de estudo compreendeu seis grandes manchas territoriais, nas quais ocorrem as maiores densidades de projetos de assentamento rural, implantados no Brasil entre janeiro de 1995 e dezembro de 1997: 1) Sudeste do Pará (região de Conceição do Araguaia); 2) Entorno do Distrito Federal (abrangendo o Noroeste de Minas Gerais e o Norte de Goiás); 3) Sertão do Ceará; 4) Zona Canavieira do Nordeste (envolvendo a zona da mata de Pernambuco, Paraíba e Alagoas); 5) Sul da Bahia (região cacauzeira); e 6) Oeste de Santa Catarina.

Além dos dados secundários, pesquisados nos municípios selecionados, foram realizadas entrevistas com informantes qualificados, bem como a aplicação de questionário junto à população assentada. Tais fontes permitiram tanto avaliações quantitativas quanto qualitativas dos projetos de assentamento, dentro dos parâmetros possíveis para uma pesquisa com a amplitude territorial que se delineou.

A pesquisa preocupou-se com duas dimensões fundamentais de impacto: os resultados obtidos pela população assentada e as transformações operadas para além do projeto. A própria definição utilizada pelos coordenadores é bastante explicativa destas duas dimensões: “(...) o uso do termo ‘impacto’ visa dar relevo aos efeitos de processos de transformação ativados/desencadeados pela criação de projetos de assentamento com ritmos e intensidades variáveis, referentes às dimensões econômicas, políticas, sociais e ambientais,

³² Coordenado por Sérgio Leite, Beatriz Heredia, Leonilde Medeiros, Moacir Palmeira e Rosângela Cintrão. A pesquisa que o fundamenta foi realizada entre janeiro de 2000 e dezembro de 2001, por solicitação do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), reunindo pesquisadores de formações diversas, tanto do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ), quanto do Núcleo de Antropologia Política do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Nuap/UFRJ).

que incidem tanto na vida das famílias assentadas como no entorno dos assentamentos (...)” (LEITE, et al., 2004, p.20).

A região em que se deu o impacto do projeto de assentamento foi definida pela rede de relações estabelecidas com sua instalação, na qual a escolha das variáveis para realização da avaliação foi construída pelo pesquisador³³. Assim, para a avaliação do impacto dos projetos de assentamento, foram analisadas as populações assentadas (origem, composição familiar, trabalho, formas de sociabilidade, produção, acesso à tecnologia e crédito, rendimentos), tendo-se em vista a situação recente e a anterior; a diversidade dos processos de criação dos assentamentos; o seu significado na geração de novos postos de trabalho, na diversificação de produtos oferecidos no mercado local, na dinamização da economia municipal. A ação do Estado é uma das dimensões mais importantes do trabalho, não só em relação ao crédito, à regularização fundiária dos projetos, mas, também, no tocante à infra-estrutura dos assentamentos, viabilizando a produção e a sua comercialização.

O trabalho, ainda, revela a importância dos movimentos sociais na construção dos projetos de assentamento rural, tendo em vista a incipiente iniciativa do Estado na proposição de novos assentamentos, cuja ação se dá, sobretudo, na regularização de áreas envolvendo conflitos, tais como ocupação, ocupação paulatina, resistência na terra ou formas mistas.

3.7 As origens do cooperativismo

Nesta seção buscou-se apresentar alguns elementos gerais sobre o histórico da origem do cooperativismo. O objetivo é de chegar até as características que vão diferenciar as experiências de cooperativismo do MST das práticas tradicionais.

A ação de cooperar, na ótica econômica do trabalho, é uma questão de sobrevivência, onde os homens reúnem esforços surgindo uma nova força de trabalho de natureza coletiva. Assim, segundo Araújo (1982), a cooperação pode ser vista como sendo uma forma de organização do trabalho associado, de indivíduos ou grupos com interesses

³³ A definição do termo região está mais precisa no estudo coordenado por Leonilde Servolo de Medeiros e Sérgio Leite, cujos resultados foram publicados em: MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LEITE, Sérgio (orgs.). Assentamentos Rurais; Mudança Social e Dinâmica Regional. Rio de Janeiro: Mauad, 2004. Impactos dos Assentamentos é um texto que possui intrínseca relação com Assentamentos Rurais, tendo em vista que os pressupostos teórico-metodológicos são similares, mas com áreas de estudo distintas. O diálogo entre as duas pesquisas é esclarecida na introdução de Impactos dos Assentamentos.

comuns. O autor aborda esta questão com três enfoques: a cooperação como ação de cooperar, o cooperativismo como orientação doutrinária e a cooperativa como associação concreta.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho – OIT, em sua recomendação 127, cooperativa é:

é uma associação de pessoas que se uniram voluntariamente para realizar objetivo comum, através da formação de uma organização administrada e controlada democraticamente, realizando contribuições equitativas para o capital necessário e aceitando assumir de forma igualitária os riscos e benefícios do empreendimento no qual os sócios participam ativamente (citado por RECH, 2000, p.22).

Apesar de terem um funcionamento parecido em quase todo o mundo, o contexto ideológico no qual surgem as cooperativas influencia diretamente na filosofia defendida pelos cooperados. Assim as experiências de cooperação³⁴ seriam o resultado do contexto político cultural, e pode-se referenciar dois pontos de vista distintos na formulação de sua ideologia.

Para os chamados socialistas utópicos, que acreditavam poder transformar a sociedade capitalista através da eliminação do individualismo, a competição, a propriedade individual e os lucros excessivos, responsáveis pelas desigualdades e miséria dos trabalhadores, através da compreensão e da boa vontade da burguesia, a cooperativa é considerada um dos caminhos para uma nova ordem econômica e social. No século XIX, dentre este grupo de teóricos houve duas correntes distintas de pensamento, ambas considerando o cooperativismo como uma alternativa às mazelas do capitalismo. A primeira corrente composta pelo inglês Robert Owen, o francês Charles Fourier, e o alemão Ferdinand Lassalle, via na cooperativa uma etapa em direção à implementação do socialismo.

A segunda corrente, representada pelo francês Charles Gide, considerava a substituição do sistema capitalista por uma República Cooperativa, na qual todos os setores da economia estariam organizados num sistema cooperativista.

Nos Estados socialistas, no entanto, de acordo com Rech (2000), nenhuma destas linhas prevaleceu: o papel das cooperativas limitou-se a ser um instrumento complementar aos planos de coletivização governamental e não como iniciativa autônoma dos trabalhadores.

Do ponto de vista capitalista, os liberais, e os fisiocratas, entendiam as cooperativas como corretivo dos defeitos do sistema capitalista, esta perspectiva é assumida nos países capitalistas, e é base da legislação e política cooperativista.

³⁴ Para um melhor detalhamento de algumas experiências clássicas de cooperação agrícola consultar CONCRAB, 2001.

Quanto à natureza das cooperativas, há uma variedade de funções e nível de organização. Assim temos, segundo Rech (2000), as cooperativas de crédito, de consumo, agrárias ou agropecuárias, de pesca, habitacionais, de eletrificação rural, escolares, educacionais, de trabalho e de produção, que se organizam em três níveis: singulares, centrais também chamadas de federação e a confederação de cooperativas.

No Brasil, as cooperativas têm uma dupla origem: surgem, de forma espontânea, por interesses dos trabalhadores e pelo incentivo do Estado. Na época da ditadura militar a legislação foi fortemente endurecida dificultando em muito o desenvolvimento do cooperativismo. A Lei 5.764/71 que definiu a Política Nacional de Cooperativismo impôs tantos limites que tornou difícil a constituição e funcionamento das cooperativas. Para Rech (2000) esta é uma forma legalista de manter as elites no controle, pois impediria que os pobres se organizem e criem problemas para o Estado manter a ordem do status quo. Segundo o autor, o principal papel da legislação conservadora é impedir que as cooperativas fomentem inovações e que caminhem em direção ao cooperativismo autogestionário, participativo e democrático-popular. Segundo o autor, na forma atual, só interessam ao Estado as cooperativas que existam para salvar algumas distorções que o sistema capitalista apresenta, sendo, portanto, porta aberta para medidas populistas governamentais.

Para Loureiro et al. (1981), o cooperativismo brasileiro se reveste de um caráter autoritário e corporativista, visto que foi imposto de cima para baixo, através de leis produzidas pelo Estado Novo (1937-1945) como reflexo da intervenção estatal na economia. Desde seu surgimento, as cooperativas no Brasil sempre estiveram atreladas ao Estado, que não só regulamenta suas normas de criação e funcionamento, mas também, as fiscaliza diretamente. Mais recentemente, o Estado tem utilizado a cooperativa como instrumento de modernização da agricultura, expandindo o capitalismo no campo. A autora chama atenção para o artigo 47 da Lei 5.764/71, o qual, segundo a autora, rompe com os princípios doutrinários do cooperativismo, ao permitir que o Conselho de Administração seja renovado em apenas 1/3 dos seus membros, os outros 2/3 constituem um grupo de dirigentes com tendência a se perpetuar no poder.

De maneira interpretativa distinta, a Lei 5.764/71, segundo Pinho (1982), apresenta uma flexibilidade à renovação e modernização estrutural das cooperativas brasileiras, possibilitando sua atuação como empresas modernas e dinâmicas. Para a autora, as inovações estruturais que atualmente se processam coincidem com a necessidade das cooperativas de enfrentarem os problemas sociais e econômicos colocados pela ampliação do

parque industrial, o que possibilitou florescer nos centros urbanos novas categorias cooperativistas para atender às múltiplas necessidades da população.

3.7.1 As cooperativas de trabalho e produção

As cooperativas de trabalho e produção surgem com o movimento operário no século XIX. Os socialistas utópicos, mediante precárias condições de vida e o desemprego, propuseram a autogestão do trabalho, baseados em princípios democráticos e igualitários. Em suma, o modelo do associativismo emergia como forma de superação do capitalismo. O marco do movimento cooperativista ocorre em 1844 com a criação, na Inglaterra, da Rochdale Society of Equitable Pionner, uma cooperativa de consumo formada pelos operários do setor têxtil. Neste período, surgem as primeiras análises sobre o cooperativismo que marcaram a esquerda da época. Marx (1977) citado por Lima (2004) destacou o avanço do cooperativismo no combate ao capitalismo, mas ressaltava o risco de os trabalhadores se autoexplorarem, dado o fato de serem patrões de si mesmos e dadas as imposições do mercado à produção. A essa visão somou-se a crítica de Luxemburgo (1979) citada por Lima (2004) para quem o fato contraditório de os operários desempenharem o papel de trabalhadores e patrões de si mesmos inviabilizaria as cooperativas de produção, impondo-lhes escolher entre transformarem-se em empresas capitalistas ou dissolverem-se.

Entre as experiências do século XX foram significativas as do movimento cooperativista na França e Itália. Um dos fatores principais de manutenção dessas cooperativas e de seu fortalecimento pós-1945 se deu devido ao apoio estatal e a proximidade com partidos políticos, tal como ocorrido na Itália.

As cooperativas dos países socialistas, pela sua subordinação ao Estado, nunca foram consideradas como tais, uma vez que os princípios cooperativistas de adesão voluntária e autogestão não eram efetivamente observados.

Os anos de 1950 marcaram o surgimento, no País Basco, do Complexo de Mondragón, que se constitui em um dos principais produtores de eletrodomésticos de linha branca do país e de carrocerias de ônibus, entre diferentes produtos. O complexo é visto como exemplo de possibilidade de cooperativas, pautadas pelos princípios autogestionários e de intercooperação, funcionando com uma rede e mantendo competitividade por meio de inovações tecnológicas e organizacionais (LIMA, 2004, p.48).

O ressurgimento da atual onda de cooperativismo de trabalho e produção deve-se, como salientou Lima (2004, p.48), à reestruturação econômica, à crise do fordismo e ao surgimento da chamada acumulação flexível. Além disso, seu surgimento esteve ligado aos movimentos contraculturais do final da década de 1960, o desencanto com o capitalismo e com o socialismo de Estado, o surgimento de movimentos ecológicos, feministas, e de minorias. É no contexto de crescente crise fiscal desse mesmo Estado, da defesa da democracia, e da maior participação da sociedade nas decisões, é que as experiências associativas aparecem como alternativa. Seja como alternativa de ocupação, manutenção de empregos ou de geração de renda, o modo associativo vem se multiplicando.

Cornforth (1983 citado por, 2004, p.49), atesta que a primeira das cooperativas, chamada *Endowed Co-operatives*, são propostas advindas dos proprietários de empresas. As segundas estão no modelo das cooperativas “defensivas”, ou cooperativas “fênix”, são formadas pelos operários visando manter os empregos a despeito do fechamento ou da falência de fábricas e empresas. Já as cooperativas “alternativas” resultam de movimentos contraculturais dos anos de 1960 e 1970, e seus membros são oriundos de classe média, com ideais democráticos, voltados mais a necessidades sociais do que aos lucros. Por sua vez, as cooperativas de “geração de renda” surgem com o crescimento do desemprego. Nessa linha estão as cooperativas voltadas à terceirização industrial e criadas por políticas públicas de governos estaduais ou municipais. São também chamadas de cooperativas populares.

As cooperativas “pragmáticas” são cooperativas organizadas com o objetivo de terceirizar atividades de empresas e reduzir custos. São chamadas ainda de “falsas” ou “pseudocooperativas” por sua desvinculação absoluta dos princípios cooperativistas.

No Brasil, será principalmente na segunda metade dos anos 1970 que as cooperativas de trabalho e de produção começam a organizar-se e a ganhar visibilidade. Foram variados os casos de recuperação fabril ocorridos nesse período pelo país. Outras experiências como as cooperativas de geração de renda e recuperação de fábricas foram organizadas com apoio de agências de desenvolvimento³⁶.

Com as transformações ocorridas durante o Governo de Fernando Collor de Mello, a partir de 1990, com a abertura às exportações e a adoção de políticas neoliberais, o parque brasileiro sofre profundas mudanças para enfrentar a competição internacional.

³⁶ Observações pormenorizadas acerca dos estudos de avaliação dos projetos de recuperação podem ser consultados em Holzmann (2001), Nascimento (1993) e Osório (1988).

Fábricas são fechadas e empresas públicas são privatizadas. Nesse momento, de acordo com Lima (2004), pode-se falar do início da atual onda de associativismo de trabalho e produção do país.

A partir dos anos de 1990, tem-se a multiplicação de cooperativas “defensivas”, “fênix” para projetos de recuperação de empresas. Multiplicaram-se também o que foi chamado de “falsas cooperativas”, cooperativas tradicionais ou cooperativas “pragmáticas”. Nessa lógica, as empresas capitalistas regulares perceberam que poderiam terceirizar suas atividades de forma bastante vantajosa se organizassem cooperativas para seus trabalhadores³⁷.

Muitas cooperativas surgiram dentro da perspectiva “pragmática”, sendo que alguns governos estaduais passaram a incluir no “pacote” de incentivos oferecidos às empresas que se instalassem em seus territórios a terceirização industrial em cooperativas de produção organizadas por instituições governamentais. Os Estados do Nordeste, como o Ceará e o Maranhão, foram exemplos da aplicação de projetos cooperativos nesses moldes. Segundo Lima (2004, p.52), pragmático refere-se à associação Estado-empresas na fórmula geração de emprego e renda e, principalmente, redução de custos.

O envolvimento de entidades sindicais passa a ser marcante também nesse contexto de desemprego estrutural. Em alguns Estados brasileiros passou-se a combater a organização de “cooperativas pragmáticas”. A partir de 1997, a Central Única dos Trabalhadores – CUT passou a propor o debate sobre as cooperativas, segundo os princípios da Economia Solidária³⁸.

O crescimento da Economia Solidária, a partir de uma política de desenvolvimento sustentável, paralela às instituições capitalistas regulares, e contraditoriamente integrada a ela surgiria como uma perspectiva ideológica diferenciada de inserção no mercado.

O sucesso das cooperativas solidárias, no entanto, frente às pragmáticas é algo que depende da criação e amadurecimento de uma cultura associativa, considerada um processo lento, e que deve ter como foco a opção pelo cooperativismo como alternativa dos trabalhadores expropriados ou como opção pela autonomia e solidariedade.

³⁷ Essas empresas ficaram popularmente conhecidas como “coopergatos”, porque utilizavam um intermediário – o gato, aliciador de trabalhadores – para organizar empresas cooperativas que as livrassem dos encargos trabalhistas (Lima, 2004, p.51).

³⁸ Para a compreensão do conceito de Economia Solidária ver Singer (2000, 2002, 2003).

O debate atual sobre as cooperativas de produção, no Brasil, portanto, traz dois elementos que se destacam: a externalidade de seus organizadores, via presença do Estado, de sindicatos, ONGs e mesmo empresas; e sua heterogeneidade no quesito ideológico que vai de grupos empresariais a movimentos sociais (LIMA, 2004, p.58).

3.8 O modelo cooperativista do MST e as CPAs³⁹

O cooperativismo agrícola, da maneira como mais comumente é conhecido no âmbito do senso comum e difundido no discurso de legisladores e formuladores da política agrícola brasileira aparece como tendo que superar a urgente necessidade de produzir para o consumo interno e, sobretudo, exportar. Enfrentando assim a competição e contribuindo para uma suposta idéia de desenvolvimento do país, aquele baseado nos resultados positivos do PIB. Estaria, portanto, voltado para a economia de escala, conseqüentemente, buscando o crescimento através de administração eficaz, redução de custos, verticalização, industrialização de produtos primários e participação em empresas não cooperativas.

Porém, no Brasil, existe atualmente a convivência de duas linhas de cooperativas, uma considerada tradicional e outra de resistência (SILVA, 2002). A primeira se identifica com a proposta de industrializar e modernizar as relações no campo, funcionando como veículo de desenvolvimento do setor primário, isto é, um tipo de empreendimento econômico capaz de realizar a expropriação dos pequenos agricultores ao mesmo tempo em que os mantém no mercado de maneira subordinada⁴⁰ como é o caso dos agricultores familiares “integrados” às cadeias de fumo, aves e suínos no Rio Grande do Sul, não permitindo sua destruição. Por outro lado, a partir do início dos anos 90, surge como forma de resistência, o sistema cooperativista do MST, fruto de discussões dentro do “Plano Nacional do MST” ocorrido de 1989 a 1993 (CONCRAB, 1999, p.5), que propõe estimular e massificar um projeto de cooperação agrícola que seja

alternativo ao modelo capitalista, demonstrando para a sociedade que é possível organizar a economia por outras bases e valores; diferente,

³⁹ Cooperativas de Produção Agropecuária.

⁴⁰ Uma melhor compreensão das relações das unidades de produção familiar e sua integração ao mercado via processo de industrialização de seus produtos pode ser encontrado no estudo clássico de Tavares dos Santos (1978) denominado: “Colonos do Vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital”.

uma vez que pretende construir um cooperativismo calcado no desenvolvimento, em primeiro lugar do associado, da cooperação desses entre si e com as diversas cooperativas, respeitando as várias formas de cooperação e organizando os assentados e pequenos agricultores em núcleos de base de produção; de oposição à política neoliberal a ao cooperativismo tradicional por defender a autonomia de organização e representação das cooperativas de assentados (RIGOLIN, 2005, p.2).

Apesar das pressões que vem sofrendo, para Rigolin (2005) o cooperativismo ainda é a melhor solução para os pequenos encontrarem a sua sustentação, segundo a autora, o que se faz necessário é uma compreensão maior acerca dos caminhos da sociedade capitalista, pois para se compreender a evolução do cooperativismo é necessário estudar suas particularidades dentro do contexto social onde se apresenta.

Os assentamentos rurais, no Brasil, são constituídos, em sua grande maioria, por lotes individuais, com área estimada a partir da definição de módulo regional adotado pelo INCRA, ficando as famílias praticamente sozinhas para se desenvolverem em uma situação econômica de escassos recursos e não imune a uma tendência de queda dos preços agrícolas. Assim, vários assentamentos em diferentes regiões do Brasil apresentam problemas estruturais tais como a ausência de casas, de energia elétrica, de água, de atendimento à saúde, de acesso a transporte, além de deficiência em serviços de assistência técnica. Estes problemas, via de regra, têm levado à elevação dos índices de evasão e rotatividade⁴¹ conduzindo à venda irregular de lotes, à dependência de créditos contínuos e problemas na comercialização.

Este diagnóstico, portanto, envolve não apenas a questão do acesso a terra já conquistada, mas reflete um problema de luta por recursos de capital e tecnologia, sendo hoje um dos principais entraves do avanço da reforma agrária e desenvolvimento das forças produtivas representadas pelas CPAs.

Os primeiros grupos cooperativistas e associações informais no MST surgiram entre 1979 e 1985 frutos principalmente de um trabalho realizado junto às pastorais. Entre 1985 e 1989 multiplicaram-se as experiências de associação, principalmente as de compra de máquinas, de animais, venda de produtos e mais adiante para o uso coletivo da terra. Já neste período, o próprio MST começou a discutir como poderia ser a organização dos assentados. A partir de 1990 começaram as experiências de cooperativas em assentamentos já sobre as

⁴¹ Importante estudo sobre as causas da evasão e rotatividade em assentamentos rurais no RS pode ser encontrado em Mello (2006).

diretrizes da lei cooperativista de 1988 (MST, 1993, p.24). As primeiras experiências possibilitaram que o MST formulasse uma proposta de cooperação agrícola através do Sistema Cooperativista dos Assentados – SCA⁴². O SCA é a organização do setor de produção e comercialização do MST. Assim como os demais setores, este é o responsável também pelas questões relacionadas à tecnologia, à agroindústria, ao crédito rural e às organizações de base (MST, 1993, p.40).

De acordo com a proposta de cooperação presente no MST, a prática da cooperação agrícola é uma ferramenta que poderia beneficiar e resolver alguns problemas, como baixo desenvolvimento e dependência que acompanham vários assentamentos. O modelo de cooperativismo praticado nas CPAs, estimuladas pelo MST, nos assentamentos onde a posse da terra e a organização da produção estão sob controle da cooperativa, fundada e gerida pelos seus sócios poderia se consistir em exemplo de viabilidade econômica para todos assentamentos.

Este modelo, quando de sua implementação, tendeu a propiciar a aquisição de diversas instalações, compra de maquinários e implementos agrícolas, o que contribuiu pra a formação de um patrimônio para seus associados, fato que assentados organizados individualmente teriam dificuldade pra alcançar. No entanto, este é um modelo pouco usual, segundo dados levantados junto à Superintendência Regional do Estado do Rio Grande do Sul (SR-11), subdivisão do INCRA, com sede em Porto Alegre. De acordo com informações desse órgão, no ano de 2003, o Estado contava com 287 Projetos de Assentamentos, com cerca de 11.246 famílias, assentadas em uma área de 249.175 ha.

Mas, conforme a COCEARGS, ligada ao MST, o Rio Grande do Sul apresenta, atualmente, apenas cerca de sete assentamentos onde houve uma opção das famílias assentadas de trabalhar a terra coletivamente em uma mesma área, com o estabelecimento de cooperativas, as chamadas CPAs que estão localizadas nas cidades de Pontão, Piratini, Tapes, Eldorado do Sul, Nova Santa Rita, Santa Maria e Charqueadas. Porém, mesmo que nos casos citados estejam presentes CPAs consolidadas econômica e socialmente, como é o exemplo da COPAC em Charqueadas, estas experiências, também são marcadas por situações envolvendo conflitos e desagregações no quadro de associados. As CPAs existentes, com o passar dos anos, enfrentaram e seguem enfrentando variados problemas de ordem externa e sobretudo interna, algumas não citadas aqui se extinguíram, outras se dividiram, resultando em uma

⁴² A principal finalidade do SCA é estimular e massificar a Cooperação Agrícola dentro dos assentamentos, nas suas várias formas, integrando neste processo os assentados individuais.

desagregação no quadro de associados originais, uma parcela preferiu “começar do zero” explorando um lote individual, enquanto outra parte preferiu continuar coletivamente.

Zimmermann (1989 citado por SILVEIRA, 2003) afirma que nos primeiros anos de formação do MST o trabalho coletivo era apenas uma proposta concretizada em algumas associações, formadas por um pequeno grupo de famílias e influenciadas pelo espírito de solidariedade. A autora relata que a motivação para trabalhar em grupo estava presente entre assentados, desde o acampamento, quando era debatida a organização da produção, quando buscavam atender aos critérios de seleção instituídos pelo INCRA e quando no caso da situação de assentamento, um crédito especial recebido também induzia à formação de grupos. Para ela a preocupação pela viabilidade econômica e social dos assentamentos era uma preocupação tanto para os representantes do MST quanto para os assentados, que ambos tinham conhecimento da conjuntura político-econômica que dificultava o desenvolvimento produtivo nos assentamentos. Os problemas na liberação de créditos, a assistência técnica insuficiente e o baixo valor na comercialização dos produtos eram condições ligadas a fatores externos desfavoráveis. Os dirigentes do MST, cientes dessas dificuldades, propuseram a organização em grupos coletivos como forma de acumular forças para a “transformação da sociedade” e como solução de problemas dos assentados.

Em 1991, foi constituída a COCEARGS, com sede na cidade de Porto Alegre, e com a finalidade de representar e organizar os assentamentos do Estado, além de buscar linhas de crédito, articular assistência técnica e política aos assentados, organizar a produção e a agroindustrialização e incentivar a cooperação. As funções da COCEARGS no Estado são as seguintes: a) coordenar as operações de venda em conjunto da produção agropecuária das CPAs a Associações, bem como suas compras de produtos e insumos; b) organizar o transporte de produtos agrícolas em nível de Estado; c) desenvolver e implantar projetos agroindustriais. Buscar linhas especiais de crédito rural, coordenando e centralizando o repasse e planejamento das necessidades globais de crédito; d) organizar o Fundo de Crédito Rural que será utilizado para financiamento das CPAs e Associações; e) desenvolver programas de fomento a produtos especiais e que tenham alta rentabilidade e boa demanda de mercado; f) fazer convênios com governos estaduais para desenvolvimento de obras de infraestrutura social básica, benfeitorias, créditos e prestações de serviços de assistência técnica e outros.

A partir das centrais estaduais, neste sentido, para estimular e massificar a cooperação agrícola dentro dos assentamentos, em suas várias formas, o MST criou a Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária – CONCRAB, em 15 de maio de 1992

em Curitiba, articulando todas as cooperativas em nível nacional. Para Silveira (2003) a direção do MST, ao propor modelos organizacionais, buscava também assegurar sua presença e influência nestes espaços. Segundo Souza (1999 citado por SILVEIRA, 2003) a CONCRAB preconiza que seu cooperativismo deve, além de organizar, conscientizar sua base para contribuir na transformação da sociedade. Para eles, além do modelo de cooperativismo que o MST se propõe a construir ser diferente, também prega uma autonomia de organização e representação, não reconhecendo a Organização das Cooperativas do Brasil – OCB como única representante de todas as cooperativas, sendo oposição a esta. As CPAs, são regidas pela legislação cooperativista brasileira, a terra permanece sob controle do Coletivo, a não ser a pequena parcela destinada à produção de subsistência de cada associado. Em quase todas as CPAs, o título de propriedade ou concessão de uso da terra permanece em nome do indivíduo que a passa para o controle da cooperativa. Os trabalhadores são os donos, mas pode haver a titulação em nome da CPA. A produção é social, os donos trabalham e repartem as sobras entre si conforme o trabalho aportado de cada um (CONCRAB, 1998). Conforme Silveira (2003) a organização de uma CPA buscava implementar a agroindustrialização da produção por meio de uma estrutura empresarial com base na exploração racional das atividades, estabelecimento de cargos e competências funcionais, sob um sistema administrativo de disciplina, controle e execução do trabalho.

Com a divisão técnica do trabalho, através da setorização da produção, criava-se a necessidade de uma especialização para o desenvolvimento das atividades. A posse da terra era definida como coletiva, bem como o trabalho nos setores de produção, visando alcançar uma escala produtiva que permitisse concorrer no mercado capitalista. Por consequência, traria uma melhoria das condições de vida aos assentados. Segundo Lenz (2002), as CPAs são um sistema de cooperação integral, não só de produção cooperativada, pois, além da vida produtiva as demais atividades associativas são realizadas coletivamente. A terra não é dividida em lotes, mas fica sob o domínio da cooperativa, ainda que o sócio possa receber o título de propriedade de um lote. Ocorrendo nesses casos, conforme normas do MST, o repasse dos lotes em comodato, e sem ônus para a cooperativa, ou seja, sem pagamento de renda pelo uso do lote. O sócio não recebe salário da cooperativa, pois ele é seu dono, investe nela seu capital, em forma de quotas-partes, e seu trabalho dividindo com seus companheiros os frutos do trabalho coletivo. Cada associado é livre para entrar na cooperativa ou para sair dela, recebendo as suas quotas-partes e o lote de terra. São decididos em comum sobre a parcela de terra a ser mantida individual, no geral pequena para evitar que o sócio tire horas do coletivo para ocupar-se do seu lote individual. Para o autor o controle do trabalho na

produção coletiva, constitui um dos maiores problemas dos coletivos. Geralmente o critério básico na participação nos resultados é o trabalho realizado por cada associado na atividade coletiva. Conforme Scariot (2003), nos dias atuais, a remuneração do trabalho nas CPAs obedece ao critério das horas-trabalhadas, ou sua capacidade de trabalho, para ele é um critério bastante controverso de difícil controle e, muitas vezes, geradores de conflitos e desagregação social.

O cooperativismo proposto pelo MST visa conscientizar a sua base para construir uma sociedade mais justa, demonstrando a possibilidade de novas relações sociais, baseadas no companheirismo e na solidariedade.

Dentro dos assentamentos podem coexistir as mais variadas formas de cooperação, das mais simples, como os mutirões até as mais complexas como as CPAs. Uma CPA é complexa porque se constitui como empresa de produção coletiva, gestão coletiva e trabalho coletivo. As CPAs ganharam visibilidade dentro da proposta do MST e passaram a constituírem-se em exemplos de projetos bem sucedidos na área de cooperativismo agrícola. Segundo Singer (2002), da grande variedade de experiências representadas pelos PACs (Projetos Alternativos Comunitários) a que já em meados dos anos 1990 revelou maior potencial libertador foi a dos projetos comunitários produtivos, tanto no campo como na cidade. “No campo, boa quantidade dos PACs foram desenvolvidas em assentamentos do MST. Nas cidades, surgiram a partir da ação da Cáritas – cooperativas e grupos de produção associada – que serviram para reinserir na produção pessoas socialmente excluídas e empobrecidas”.

Mas, segundo o próprio SINGER (2002), as CPAs revelaram deficiências administrativas e técnicas, dada a pouca formação nestas matérias por parte dos assentados. Para “remediar” tal situação foi criado no Rio Grande do Sul, um Curso Técnico em Administração de Cooperativas. O MST passou também a desenvolver outras formas de cooperação como a Cooperativa de Comercialização que organiza compra e venda em comum, mas preservando o individualismo do produtor. A Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária no Brasil demonstra a preocupação em incentivar essa forma de organização dos trabalhadores:

para o MST o que importa é que todos os assentados participem de uma experiência de cooperação, rompendo assim com o isolamento. Pois a cooperação tem como objetivo principal o desenvolvimento da produção. Ela visa contribuir com o avanço da organização da produção em vista da melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas. Uns podem apenas trocar dias de serviço. Outros podem comercializar em conjunto. Outros

podem ter alguma linha de produção em comum. Outros podem estar em grupos coletivos. Outros podem estar ligados a uma cooperativa. Outros estão em uma cooperativa totalmente coletiva. (CONCRAB, 1998, p. 50)

O diagnóstico apontado por Singer chama a atenção para um aspecto bastante atual com o qual tem se deparado os setores responsáveis pelas CPAs do MST que diz respeito à heterogeneidade na constituição dos grupos nos assentamentos de reforma agrária e a possibilidade de o projeto cooperativo ir de encontro às pretensões, objetivos e ao próprio individualismo do assentado. Nesse sentido, é possível perceber que, embora na concepção do MST “as cooperativas são mais avançadas porque são a única forma de organização que permite a introdução da divisão do trabalho entre os sócios e isso pode ajudar a aumentar a produtividade do trabalho entre eles” (MST, 1993, p.32), se não de maneira ainda visível, os setores ligados à organização das cooperativas no movimento têm passado a reconhecer à existência e reprodução de modalidades associativas em detrimento das cooperativas de produção.

Características	Grupo coletivo	Associação	Cooperativa
Quem participa	Vizinhos, parentes ou amigos. Geralmente só homens	Famílias, homens e às vezes também mulheres	Famílias, homens, mulheres e jovens acima de 16 anos
Nº de sócios	Geralmente abaixo de 10 pessoas	Entre 20 e 400 conforme o tipo	Nº mínimo exigido por lei: 20
Forma de participação nas decisões	Combinação verbal entre todos os membros do grupo	Assembléia	Assembléias, conselhos dos representantes dos setores
Para que se juntam	Geralmente para: Compra de implementos Venda de produtos Construção de benfeitorias Ajuda mútua no trabalho	Geralmente para: Prestação de serviços de comércio e transporte, etc. Encaminhamento das reivindicações da comunidade	Para: Organização coletiva da produção e comercialização Criação de agroindústrias
Uso da terra	Geralmente individual	Individual e semi-coletivo	Semi-coletivo e coletivo
Divisão do trabalho	No máximo mutirões de ajuda mútua	Formas simples de divisão social do trabalho	Especialização do trabalho através dos setores de atividades

Estatuto e registro	Não tem estatuto Geralmente não tem regimento interno Quando	Precisa de estatuto Pode ter registro interno Não pode ter bloco de notas fiscais	Tem estatuto regulamentado pela Lei Cooperativista Deve ter registro interno Pode ter bloco de produtor e notas fiscais Deve ter registro oficial da contabilidade
---------------------	--	---	---

FIGURA 6 – Formas de cooperação agrícola
Fonte: MST, 1993, p.32.

A figura abaixo descreve as características que diferenciam uma cooperativa tradicional de uma cooperativa organizada pelo MST. Percebe-se o elemento demarcatório de classe presente entre ambos os modelos e a ênfase no caráter coletivo e democrático quanto ao poder de gestão, a participação dos sócios, ao planejamento das atividades, à geração de empregos, pelo lado das CPAs e por outro o caráter privado das mesmas características.

Características	Cooperativa tradicional	Cooperativa dos assentados
Sócios	Empresários rurais Pequenos produtores Pequenos proprietários	Pequenos produtores (assentados ou não) e suas famílias
Classe	Burgueses junto com trabalhadores	Somente trabalhadores
Quem trabalha	Assalariados ou empregados permanentes e temporários (relação patrão/empregado)	Os próprios sócios Assalariados temporários, somente quando falta mão-de-obra
Ramo de atividades	Comércio agroindústria	Produção agropecuária Comercialização Agroindústria
Poder de gestão	A minoria que detém o maior capital	A maioria decide sobre tudo o que acontece na cooperativa
Forma de participação dos sócios	Assembléias anuais	Assembléias mensais Conselho diretor Conselho de representantes dos setores
Distribuição das sobras	Os associados não têm como controlar Acontece através de prestação de serviços aos associados e através dos fundos previstos em lei	A decisão é do coletivo Geralmente acontece em função da quantidade e qualidade do trabalho realizado e em função da liberação de militantes para o MST Acontece através de serviços Valores em dinheiro e espécie, e também, através dos fundos previstos em lei
Planejamento de atividades	De cima para baixo (os burocratas e a diretoria fazem)	De baixo para cima (cada setor faz seu plano de trabalho que deverá ser aprovado em assembléia)
Inovação tecnológica x geração de empregos	Por utilizar assalariados, ao adotar novas tecnologias tende a agir como empresa privada,	Por não poder despedir sócios e nem ter mão-de-obra ociosa, ao introduzir novas tecnologias

Características	Cooperativa tradicional	Cooperativa dos assentados
	dispensando alguns empregados	busca diversificar a produção para manter o emprego
Acesso às informações	Quase nenhuma. Editais, balanços complicados, jornais de propaganda	Total: editais, balanço, jornal interno, mural de trabalho, informe e balanço crítico geral da empresa
Resultado social	Mantém a tendência de concentração de renda e de propriedade, estimulando a expulsão dos trabalhadores do campo	Possibilita o desenvolvimento rural baseado na melhoria de vida de toda a população do campo

FIGURA 7 – Diferenças entre cooperativa tradicional e dos assentados

Fonte: MST, 1993, p.37.

Vale frisar que esta divisão entre formas cooperativas tradicionais e cooperativas dos assentados da reforma agrária expressa um visão do MST e a partir destes princípios cooperativos que ocorrem a organização econômico e produtiva dentro dos assentamentos. O que deve-se reter é que este tipo de sistematização das estruturas de funcionamento de um CPA não é hegemônica mesmo em se tratando de assentamentos do MST. Atualmente, o próprio movimento busca não restringir as formas de associação em torno do trabalho e da organização social a este tipo de formação cooperativa.

4 REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste capítulo será dada ênfase à discussão teórica que mais efetivamente parece ter contribuído com o estudo de caso ora proposto. A linha norteadora da pesquisa ficou por conta da teoria da estruturação, uma vez que ela tem servido de base para as interpretações e leituras do mundo rural por autores contemporâneos que foram cruciais para elucidar a pesquisa empírica. Dentro desse referencial teórico representado pela teoria da estruturação e guardadas as peculiaridades do tema e objeto de pesquisa, os autores utilizados dentro da problemática maior do desenvolvimento rural foram Norman Long e Jan Douwe Van Der Ploeg. O fundamental na escolha do aporte teórico desses autores, deveu-se ao fato de que estes concorrem para elucidar o papel do ator (coletivo e individual) nos processos de desenvolvimento e sobretudo das características dos processos de diversificação agropecuária e desenvolvimento endógeno que deram sentido ao objeto de análise desse estudo.

A opção por elementos presentes na teoria social encontrada em Anthony Giddens foi, em primeiro lugar, um esforço para fugir dos tradicionais modelos teóricos explicativos. Estes, fundamentam-se, quer no privilégio dado às estruturas, quer no excessivo peso dado à ação racional¹ para a explicação dos fenômenos sociais. Assim, tendo em vista a crença de que tanto um, quanto o outro enfoque, são relevantes e complementares, no sentido de fornecerem subsídios analíticos ao problema aqui proposto, buscou-se adotar o referencial teórico presente na obra de Giddens. Em segundo lugar, por entender que as conexões existentes entre a macro proposição teórica encontrada em Giddens possuem forte eco nas pesquisas e construções teóricas de Norman Long e Van Der Ploeg, fundamentalmente, no que se refere às elaborações teóricas baseadas nos atores sociais² e seu papel no mundo rural contemporâneo.

Além disso, é importante ressaltar que, muito distante do propósito desse exercício, esteve o fato de encontrar, para todas as questões que emergiram do multifacetado objeto de pesquisa aqui investigado, respaldo dentro da teoria da estruturação. O que se buscou foi o suporte de referências clássicos e contemporâneos que tivessem alguma semelhança e que funcionassem como fio condutor durante o trabalho de investigação e reflexão teórica. Dessa forma, a construção do referencial teórico esteve orientada também

¹ À ação entendida como um agregado ou série de intenções, razões e motivos isolados. [...] A “ação não é uma combinação de atos (GIDDENS, 1989, p3).

² Adotar-se-á também no decorrer do texto, como sinonímia, o termo “agente”.

para a busca de conceitos que fossem chave e que subsidiassem e estivessem articulados com a problemática proposta.

Ainda nesse capítulo apresentar-se-á, de maneira pormenorizada, os procedimentos metodológicos que orientaram a pesquisa e o trabalho de campo, bem como um detalhamento das técnicas de pesquisa utilizadas no levantamento das informações e de como os dados de fontes secundárias e primárias foram processados.

Além disso, não menos importante será a discussão sobre alguns problemas práticos inerentes à presença do pesquisador no trabalho de pesquisa de campo, ou seja, trata-se de chamar a atenção para alguns elementos sobre a intervenção do pesquisador no mundo social dos interlocutores.

4.1 Teoria da estruturação em Anthony Giddens e o papel do agente

A utilização do referencial teórico da teoria da estruturação proposta por Giddens, como já mencionado anteriormente, visou, em primeiro lugar, e considerado o plano epistemológico, uma superação das controvérsias em torno do dilema estrutura versus ação, tão marcante em determinado período histórico nas Ciências Sociais. Em segundo lugar, ele veio dar suporte à utilização de referenciais teóricos mais contemporâneos e mais diretamente ligados ao espaço e ao desenvolvimento rural.

Antes ainda de expor alguns elementos da teoria da estruturação, convém destacar que a eleição de um referencial teórico guia como este está de maneira intrínseca, relacionado às características do objeto de pesquisa. Acredita-se que noções fundantes como a do papel do agente e o foco nas práticas sociais dos mesmos, considerados o tempo e o espaço, estão de alguma forma articulados com a dinâmica dos processos de diversificação produtiva e organização social existente no assentamento Trinta de Maio.

4.1.1 A Agência humana e as conseqüências impremeditadas

A síntese apresentada por Giddens remete a uma específica conceituação da ação – a agência – que permite pensar numa idéia de estrutura fundamentada em um caráter dual – a dualidade da estrutura (ver FIG. 8 abaixo) – sendo tanto o meio quanto o resultado da ação.

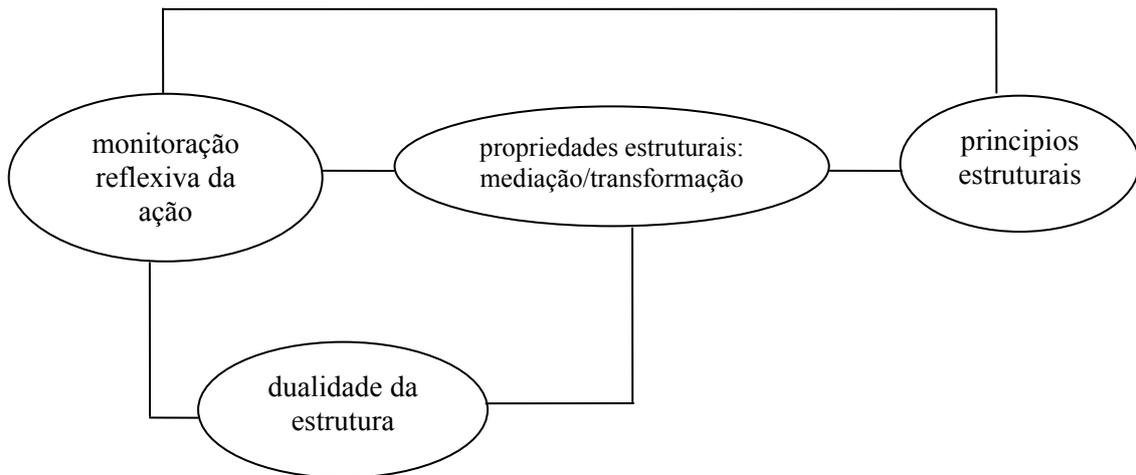


FIGURA 8 – Dualidade da estrutura
Fonte: Giddens, 1989.

Em geral, distintas teorias da tradição sociológica tendem a responder as questões sobre ação social, reprodução e mudança social a partir de posições adotadas, ou implícitas, perante o dualismo objetivismo/subjetivismo ou estrutura/ação. Dessa maneira, a perspectiva subjetivista tem pouco a dizer a respeito das condições que coagem os sujeitos e da reprodução dessas condições, supondo nesses sujeitos graus de liberdade que, de modo geral, eles não possuem. Da mesma forma, o ponto de vista objetivista tem pouco a dizer sobre como os sujeitos organizam suas respostas face a essas condições, tratando-os como muito menos cognoscitivos do que realmente são.

Para Giddens, a questão deve ser apresentada de maneira distinta. Para esse autor, a questão é como os conceitos de ação e subjetividade devem ser especificados e como poderiam ser relacionados com as noções de estrutura e coerção. Nesse caso, o domínio das Ciências Sociais não é nem a experiência do ator individual nem a totalidade social, mas as

práticas sociais, assumindo que elas são ordenadas no espaço e no tempo (GIDDENS, 1989, p.2).

Portanto, a construção feita pelo autor da idéia de ação é central, chegando a ela através da articulação entre as noções de monitoração reflexiva e cognoscitividade explicitadas no quadro abaixo. A monitoração reflexiva da ação é inerentemente envolvida na competência dos agentes para o desenvolvimento eficaz das suas práticas. Ela supõe uma consciência prática suscetível de ser racionalizada e transformada em consciência discursiva, na medida em que, quando indagados, os agentes são capazes de verbalizar a intenção de suas ações e expor as suas justificativas. A reflexividade em Giddens deve ser entendida não meramente como ‘autoconsciência’, mas como o caráter monitorado do fluxo contínuo da vida social. Ela é monitoração contínua da ação por parte dos humanos (GIDDENS, 1989).

Monitoração Reflexiva	Cognoscitividade
O caráter deliberado, ou intencional, do comportamento humano, considerado no interior do fluxo de atividade do agente; a ação não é uma série de atos discretos, envolvendo um agregado de intenções, mas um processo contínuo.	Tudo que os atores sabem (crêem) acerca das circunstâncias de sua ação e da de outros, apoiados na produção e reprodução dessa ação, incluindo tanto o conhecimento tácito quanto o discursivamente disponível.

FIGURA 9 – Monitoração reflexiva e cognoscitividade

Fonte: Giddens, 1989, p. 301 e 304.

Em suma,

“agência” não se refere às intenções que as pessoas têm ao fazer as coisas, mas a capacidade delas para realizar essas coisas em primeiro lugar [...]. “Agência” diz respeito a eventos dos quais um indivíduo é o perpetrador, no sentido de que ele poderia, em qualquer fase de uma dada seqüência de conduta, ter atuado de modo diferente. O que quer que tenha acontecido não o teria se esse indivíduo não tivesse interferido. A ação é um processo contínuo, um fluxo, em que a monitoração reflexiva que o indivíduo mantém é fundamental para o controle do corpo que os atores ordinariamente sustentam até o fim de suas vidas no dia-a-dia (GIDDENS, 1989, p. 7).

No entanto, o modelo só se completa com a consideração de fatores externos ao sujeito, porém recursivamente vinculados, quais sejam, às conseqüências impremeditadas da ação.

Em contraposição ao enfoque subjetivista, Giddens argumenta que, embora a vida cotidiana dos agentes transcorra para os próprios agentes como um fluxo de ação intencional, é essencial à constituição da vida social o fato de que as conseqüências das ações não se limitam ao esperado em suas intenções.

As conseqüências impremeditadas podem ser entendidas de diferentes formas, de acordo com o caso. Há a acumulação de eventos imprevistos, que se desenrolam como conseqüência de uma ação intencional. Um caso exemplar é o do assassinato do Arquiduque Francisco Fernando, em Sarajevo. A ação do disparo não podia incluir na sua intencionalidade todo conjunto de conseqüências – o início da Primeira Guerra Mundial – que, na verdade dependeram de como o contexto social processou essa ação intencional (FLORIT, 1998).

Outra forma de conseqüência caracterizada pelo autor apresenta-se como efeitos perversos das ações. Neste tipo, as ações que são racionais na perspectiva de um agente, resultam irracionais se são muitos os agentes que realizam o mesmo ato racional. Identifica-se nesse caso os problemas relacionados ao “efeito estufa” característico da questão ambiental no mundo contemporâneo, assim como também a intensificação das práticas de desmatamento de grandes áreas no Centro-Oeste e Norte do país, visando a ampliação da área agricultável de produtos para a exportação.

Assim, a análise das conseqüências do que os atores fazem, intencionalmente ou não, são eventos que não teriam acontecido se eles tivessem se comportado de modo diferente, mas cuja realização não está ao alcance do poder do agente, independentemente de quais eram suas intenções (GIDDENS, 1989).

Uma terceira categoria apontada pelo autor diz respeito à formação de condições sociais reproduzíveis, potencializando as conseqüências impremeditadas das ações dos sujeitos. Além de fazerem parte da maioria das condições sociais, não necessariamente negativas, um exemplo típico é a reprodução das diversas formas de violência física, as quais, muitas vezes, são realizadas com o intuito de pôr fim a uma específica situação violenta, porém, geram exatamente o seu contrário.

Nesse sentido, a ação aparece vinculada à reprodução, sem negar, nos indivíduos, a capacidade de “virar o jogo” em relação ao estado de coisas anterior. Ou seja, o autor enfatiza que, mesmo em condições de dominação, ou sob coerção, os dominados podem influenciar as atividades dos seus superiores (GIDDENS, 1989, p.11). Nessa idéia, portanto, o entendimento sobre a estrutura é que ela não se coloca como externa ao indivíduo, como na perspectiva durkhemniana, mas como uma ordem passível de interferência da conduta dos agentes e que só existe nas práticas sociais reproduzidas.

Tanto a agência quanto a estrutura não devem ser vistas como fenômenos que acontecem de maneira independente, na forma de um dualismo, senão que, como já salientado no início deste tópico, se desenvolvem no mesmo processo em que as propriedades estruturais são, ao mesmo tempo, meio e fim das práticas que elas recursivamente organizam. Isso implica que uma conceituação adequada da dualidade da estrutura leva a considerar, portanto, que a estrutura é restritiva e facilitadora.

Embora as abstrações da teoria social de Giddens situem-se no campo das Ciências Sociais parece possível considerar uma correspondência entre alguns dos principais conceitos elencados aqui e as elaborações contidas na perspectiva do *actor oriented paradigm* encontrada em Norman Long, na qual os atores deixam de ser considerados “recipientes vazios” – hipótese freqüente nos programas governamentais de desenvolvimento – para passar a considerá-los ativos participantes do desenvolvimento. Ou seja, os atores processam informações, constroem estratégias e negociam tanto com atores locais quanto com instituições externas (LONG & LONG, 1992).

4.2 Norman Long e Van Der Ploeg: a perspectiva do ator nos processos de desenvolvimento rural

Este item tem como propósito apresentar alguns elementos da proposta teórica de Norman Long e Van Der Ploeg com foco na utilização dada pelos autores para a já citada noção de *actor oriented paradigm* e de que maneira a leitura dos processos de desenvolvimento agrário, e neste particular, das questões que emergem do estudo de caso no assentamento, podem ser elucidados a partir dessa perspectiva.

Amparada em questões da sociologia dos fenômenos sociais agrários contemporâneos, a perspectiva do ator, nesses autores, adquire um aspecto que busca, baseado na teorização sociológica, manter a crítica permanente aos modelos de intervenção³ para o desenvolvimento orientado numa visão dos câmbios sociais a partir de centros de poder externos. Tudo isso porque “[...] acreditamos que o que nós temos para dizer tem importantes implicações para o desenvolvimento de uma mais adequada teorização sociológica do desenvolvimento e da mudança social (LONG e PLOEG, 1994, p.62)”.

³ Tais modelos são tributários de duas grandes macro teorias da explicação da mudança social que são as teorias da modernização e as teorias marxista e neomarxista.

A tomada da análise orientada ao ator insere-se no conjunto de esforços por uma nova direção na reorientação da investigação, da mudança social e do desenvolvimento. Nessa idéia Long destaca que

um efeito cumulativo deste crescente interesse em desafiar as ortodoxias existentes na investigação e práticas do desenvolvimento tem sido que a análise orientada ao ator e os temas relacionados com o conceito de agência e os processos de mudança social tem-se direcionado agora ao cenário central. Isto é válido não apenas para os acadêmicos que investigam a mudança social e o desenvolvimento, mas também para os atores da política e os praticantes do desenvolvimento em geral. De fato, o enfoque tem sido utilizado recentemente. (LONG, 2001).

Long e Ploeg (1994), na crítica ao conceito de determinação externa contido nas análises/paradigmas estruturalistas, advogam pela aplicação de um tipo de análise orientada ao ator constituindo assim um paradigma mais dinâmico para entender a mudança social. Um paradigma que destaque a mútua determinação existente entre fatores externos e internos. Nesse aspecto a noção de

ator social, não se parece simplesmente com categoria social descorporificada ou recipientes passivos de intervenção, mas ativos participantes que processam informação e traçam estratégias em seus negócios com vários atores locais, bem como com instituições e pessoas de fora (LONG e PLOEG, 1994, p.64).

Seguindo Giddens, os autores destacam a importância e a centralidade do conceito de agência. Nele, o indivíduo tem capacidade para tomar decisões com base no cabedal de conhecimento que ele possui e sobre onde pretende agir. Entre os elementos que determinam a existência da agência estão: canais de atores que tornam-se parcialmente envolvidos em projetos e práticas de outro indivíduo e/ou grupo. Ela requer a geração de estratégias e manipulação de canais e relações sociais e canalizar itens específicos como direitos, regras, bens, instrumentos e informações.

Com relação ao elemento agência, os autores, chamam a atenção para os cuidados com o uso do termo “ator social”. “Nós deveríamos ser cuidadosos, portanto, restringindo ou usando o termo “ator social” somente para aqueles intitulamentos sociais que podem significativamente ser atribuídos com as qualidades de agência” (LONG e PLOEG, 1994, p.68).

O fundamental, portanto, para esses autores nos processos de análise de problemas e fenômenos sociais é “identificar e caracterizar as diferentes estratégias e

racionalidades dos atores, as condições sobre as quais eles surgem, sua viabilidade ou eficácia para solucionar problemas, e seus efeitos sociais”. Eles acreditam que as experiências passadas e o conhecimento prático contribuem para o ator sair da sua situação de carência de recursos materiais e não-materiais (LONG and PLOEG, 1994, p.69).

Sobre as práticas de intervenção, os autores destacam que elas devem ser socialmente construídas e um processo negociado, não simplesmente a execução de um plano de ação já específico com resultados esperados. Neste caso, o foco deve ser sobre as práticas de intervenção formadas pela interação entre os vários participantes, mais que sobre os modelos de intervenção.

Os autores destacam a importância das estratégias dos atores:

a estratégia é importante para o entendimento de como os produtores e outros não habitantes rurais resolvem seus *livelihood* problemas e organizam seus recursos. O conceito vincula que produtores e *householders* constroem ativamente, dentro dos limites que eles possuem, seus próprios padrões de agricultura e organização *household* e suas próprias formas de negociar com agências de intervenção (LONG e PLOEG, 1994, p.79).

Este tipo de abordagem teórica implica o entendimento mais amplo dos fenômenos sociais, uma vez que muitas das escolhas percebidas e projetos desenvolvidos por indivíduos ou grupos terão sido moldados por processos localizados fora de suas arenas de interação. No entanto, ele rejeita, noções simples como a lógica da comoditização, a hegemonia do poder do Estado, a submissão do campesinato e do primado da lei do desenvolvimento capitalista – e talvez mesmo a noção do próprio mercado (LONG e PLOEG, 1994, p.79).

No tocante ao aspecto da intervenção, a perspectiva do ator, a partir da crítica feita por Long e Ploeg, parece contribuir para se pensar as formas de interação, os procedimentos, as estratégias e os tipos de discursos dos agentes públicos com relação ao assentamento. Ou seja, o elemento problematizador dos processos lineares de intervenção, trazido pelos autores, pode ajudar a entender a realidade heterogênea do assentamento e nesta a multiplicidade de perspectivas, das percepções culturais e identitárias dos atores e os esforços sociais e políticos de vários outros atores envolvidos nos projetos de desenvolvimento.

Defendendo uma abordagem orientada ao ator nos processos de desenvolvimento, Ploeg et al (2000) afirma que o ambiente institucional complexo torna o desenvolvimento rural um *multi-actor process*. A direção para uma política rural descentralizada, em que a

localidade e as novas relações o local e o global são os grandes princípios propostos que podem servir para fortalecer o processo (PLOEG et al., 2000, p.394). Em sua visão, o desenvolvimento rural é

multi-faceted por natureza. Ele se revela em uma ampla gama de práticas diferentes e por vezes interligadas. Entre elas estão a gestão da paisagem, a conservação de novos valores da natureza, o agroturismo, a agricultura biológica e a produção de alta qualidade em regiões de produtos específicos [...] resulta em novas formas de coesão social e, em muitos casos, uma variedade de atividades são combinadas de uma forma integrada. As unidades familiares consideradas "supérfluas" no paradigma da modernização adquirem novos papéis e as novas interações são estabelecidas não só com outras empresas agrícolas, mas também com os diferentes segmentos da população urbana (PLOEG et al., 2000, p.394).

Salienta ainda que o desenvolvimento rural deve reconsiderar as múltiplas e heterogêneas realidades. Este processo não diz respeito apenas à geração de coisas novas, sendo um elemento decisivo e particular à combinação do velho com o novo. O desenvolvimento rural é sobre a reconstrução de novas redes, a revalorização e recombinação dos recursos, a coordenação do social e do material, e ainda a renovação do capital social, cultural e ecológico (PLOEG et al., 2000).

Ter em mente as especificidades da natureza do desenvolvimento rural trazidas por Long e Ploeg é, portanto, avançar na possibilidade de tornar o instrumental teórico sobre a agência e a perspectiva do ator, aplicáveis ao estudo de caso.

4.2.1 Práticas de desenvolvimento endógeno e diversificação da produção agropecuária

É importante lembrar que o debate sobre as práticas e estratégias de diversificação produtiva, como elas surgem, quem as propõe e as efetua, o que objetivam, remetem à emergência da discussão sobre o desenvolvimento rural sustentável⁴, evidente e com marcas visíveis no Brasil a partir dos anos 1990. Este debate, portanto, é fruto da necessidade de se

⁴ Para uma compreensão mais detalhada sobre o debate do desenvolvimento rural sustentável e os distintos enfoques e esforços de compreensão em torno desse fenômeno consultar, no plano europeu, os trabalhos de Van Der Ploeg et al. (1995) e Van Der Ploeg (2000); Frank Ellis (1998, 2000). O debate acerca de seus desdobramentos no Brasil pode ser consultado nos trabalhos de Zander (1999, 2000 e 2001) e Veiga (1998, 2001) e Veiga et al. (2001).

repensar as bases do paradigma da modernização do qual o diagnóstico da academia e da sociedade destaca seus limites do ponto de vista prático e intelectual. Além das fronteiras nacionais, o debate sobre o desenvolvimento rural tem ganhado espaço tanto em nível acadêmico quanto institucional, e é motivado entre outras razões: pela necessidade de erradicação da pobreza rural e pela própria emergência do debate sobre o protagonismo dos atores sociais e suas intervenções políticas no meio rural. Sem maiores pretensões de aprofundar a discussão sobre as características desse novo paradigma, apenas importa destacá-lo como base para se pensar o contexto atual de onde emergem as práticas e estratégias de diversificação agropecuária. Ilustrativos desse debate são os estudos de Chambers e Conway e as interpretações e esforços analíticos de Frank Ellis, os quais encontram eco nas realidades de países em desenvolvimento onde emergem de estratégias de *livelihood*⁵ (termo traduzido de forma literal como “sustento” ou “ganha pão”) desenvolvidas pela *rural households*⁶. Neste caso, Ploeg et al. (2000) argumenta que

a *livelihood* rural, quadro que emergiu do debate sobre o desenvolvimento rural sustentável (Chambers e Conway 1992; Farrington et al. 1999) é especialmente útil para analisar as práticas de desenvolvimento rural como ativamente construídas pelas estratégias familiares. Ela fornece uma visão global da evolução das inter-relações entre capacidades e capital que existem na família rural a nível doméstico, nas instituições, e as medidas de interação com eles e o amplo contexto político, econômico e social existente (Kinsella et al. 2000). (PLOEG et al., 2000, p.396).

Portanto, para fins de delimitação conceitual o termo diversificação – no contexto do desenvolvimento rural – adotado neste trabalho, “é geralmente atribuído em termos de necessidade para mudanças agropecuárias no rol de atividades agrícolas ou a partir do desejo de desenvolvimento de indústrias com base rural”. Ou seja, diversidade do que se poderia chamar de sustento não é necessariamente sinônimo de diversidade setorial (agricultura, manufaturados, serviços) dentro da economia rural, desde que o alto grau do nível de diversidade familiar de sustento possa existir até mesmo no contexto de uma economia rural relativamente não diversificada em termos setoriais (ELLIS, 2000)

⁵ “Uma *livelihood* abrange os bens (natural, físico, humano, financeiro e o capital social), as atividades e o acesso para estes (mediado pelas instituições e relações sociais) que juntos determinam o ganho de vida pelo indivíduo ou pela família” (ELLIS, 2000, p 10). O termo será empregado aqui na sua forma original.

⁶ Unidades domésticas agrícolas seria a tradução literal do termo. No entanto, a forma “família rural” parece ser a que mais se aplica ao estudo de caso.

O capital humano e social, seriam na perspectiva desse autor, elementos facilitadores da diversificação pelo incremento da cadeia de oportunidades das quais as escolhas podem ser feitas. Diversificação pode também ser usada como um instrumento para adquirir e aumentar ativos, por exemplo, gerando renda que é investida na educação das crianças ou melhorias no capital físico da propriedade. (ELLIS, 2000).

Ademais da noção de diversidade ou diversificação de processos sociais e da produção agropecuária, exalta-se a importância da idéia de desenvolvimento endógeno da produção econômica e reprodução social. A noção de desenvolvimento endógeno reveste-se de centralidade neste estudo de caso, uma vez que, objetiva-se identificar a ocorrência de processos de diversificação social e produtiva tanto no grupo cooperado quanto nos assentados das associações.

A idéia de desenvolvimento de formas endógenas de produção está ligada, entre outros fatores, ao grau de autonomia ou dependência diante de mercados externos e da aquisição de tecnologias. Nesse sentido, tal como afirma Norder (2004):

os diferentes balanços entre instrumentos e objetos de trabalho e o volume da produção podem resultar, por exemplo, em um determinado *estilo de produção* caracterizado por um aumento na escala e por uma grande dependência em relação ao uso de insumos e tecnologias externas; em outros *estilos de produção* há uma predominância na produção autônoma de insumos e da base técnica da produção. Cada *estilo de produção* se realiza através de determinados repertórios técnicos e culturais, o que incide na composição da renda monetária, na absorção de trabalho e no estabelecimento de relações sociais (NORDER, 2004, p.131).

Ainda segundo este Autor:

um estilo de produção agropecuária é o resultado de um processo de trabalho particular orientado por certas opções, estruturadas de um forma específica por uma “lógica” correspondente, e condicionado por relações sociais de produção particulares. Através do processo de produção agropecuária, as relações sociais de produção e o estilo de produção são reproduzidos (PLOEG, 1996 citado por NORDER, 2004, p.131)

As práticas de desenvolvimento endógeno corresponderiam, portanto, às estratégias de resistência à modernização e à dependência ao uso de recursos exógenos e às relações sociais e políticas hegemônicas presentes no espaço rural. Uma reprodução relativamente autônoma dos meios de produção necessários (instrumentos de trabalho,

aplicação da força de trabalho, insumos, etc.) pode contribuir para a emergência de práticas de desenvolvimento endógeno.

As características do objeto de pesquisa e sua inclusão no quadro do desenvolvimento rural parecem, portanto, ser compreendidas em importantes aspectos, a partir do enfoque teórico orientado ao ator. Para o estudo de caso em questão, as premissas teóricas de Long e Ploeg, fornecem elementos teóricos e analíticos para se pensar as características heterogêneas da produção agropecuária, a multiplicidade de racionalidades, capacidades e práticas (não tributárias da ação racional visando finalidades, tal como em Weber (1979), mas sim como motivadoras de práticas sociais ordenadas no espaço e no tempo) existentes no micro-cosmos em que se reproduzem, socialmente, o grupo da cooperativa e o grupo das associações.

Interessa aqui verificar em que medida os agricultores e, no caso aqui analisado, os assentados, aplicam o trabalho familiar ou coletivo na recomposição dos meios de produção disponíveis no assentamento a fim de reduzirem a dependência com relação ao uso de insumos agroindustriais.

4.3 A controvérsia camponato agricultura familiar

Retomar a problemática existente entre as categorias de camponês e agricultor familiar nesta dissertação, justifica-se por duas razões fundamentais: (i) por ser possível identificar nos grupos que compõem o Assentamento Trinta de Maio, por um lado, elementos característicos do processo de trabalho camponês, expressas na não separação entre o trabalhador e as condições objetivas da produção (objeto e meio de trabalho), ou seja, uma relação social não capitalista⁷, aquela de vínculos sociais com o capital não traduzidos na venda de sua força de trabalho e sim no fruto de seu trabalho que nasce como sua propriedade. Mas, ao mesmo tempo, elementos que o identificam como agricultores familiares, se vistos da perspectiva teórica de autores como Abramovay (1992) para quem essa condição diz respeito ao grau de integração desse agricultor ao mercado, capaz de incorporar avanços técnicos e de responder as políticas governamentais, e (ii) pelo fato de ser, tanto a categoria camponês quanto a de agricultor familiar, recorrentemente acionada do seu

⁷ As características dessa categoria social, enquanto “um personagem não-especificamente capitalista”, podem ser encontradas em estudo de fôlego elaborado por Tavares dos Santos (1978).

ponto de vista político, principalmente nas questões que envolvem o acesso às políticas públicas. No caso específico da categoria de agricultor familiar, gozando de reconhecimento social, busca visibilidade e reconstrói no imaginário coletivo o “capital simbólico” que os move na conquista de seus interesses, de forma a se associarem em organizações com estratégia de ação social.

É a partir das lutas sociais de resistência, de reivindicações ou de produção de políticas para o setor que se desenvolve um conceito positivo da atividade rural, expresso pela afirmação social da agricultura familiar. Aos poucos recriaram-se o discurso e uma linguagem favorável a esta forma de agricultura e sua transformação em conceito teórico definido a partir de acontecimentos políticos, tais como a criação de políticas nacionais de acesso ao crédito e financiamento como o PRONAF.

Dessa maneira, o agricultor familiar passou a recusar ser identificado por termos com os quais não se identificava, tais como camponês colono ou trabalhador rural. Em alguns lugares, retomou-se o sentido original do termo colono por razões mercadológicas ou mesmo turísticas. Em outros lugares, como na região produtora de soja, no sul, os descendentes de imigrantes europeus abandonam o termo e o substituem por familiar, empresário agrícola, ou pela identificação profissional: fomicultor, sojicultor, avicultor, etc. (GEHLEN, 2004, p.99).

A agricultura familiar passou a ser vista como um sistema de produção específico e particular, com grande capacidade de adaptação. Esse discurso, construído também pelo engajamento das universidades, generalizou-se através de pesquisadores, técnicos e lideranças apoiados pela mídia e instituições diversas, como as igrejas, por exemplo.

A problemática sobre a definição dos conceitos de campesinato e agricultura familiar não é recente, e remete a um campo de disputa que extrapola os aspectos reais de existência e reprodução social dessas populações rurais, dado que trata da necessidade que têm instituições e grupos políticos, os mais variados, de tornarem hegemônicas suas concepções e conceitos acerca dessa categoria social. Em outras palavras, por um lado, as discussões políticas pela definição do que vem a ser o camponês e, fundamentalmente, da sua existência enquanto tal, reflete um interesse que não está desvinculado de possíveis ganhos econômicos ou acesso a políticas públicas, uma vez que o termo remete à concepção mais tradicional com costumes enraizados na história rural brasileira. Por outro lado, o tema persiste na literatura acadêmica e apresenta posturas favoráveis e contrárias sobre o fim da categoria social camponês e de sua substituição pela de agricultor familiar. Esta postura também está vinculada a pressupostos teóricos que rivalizam com outros que insistem na existência desse grupo como “ator social” atuante e presente no meio rural brasileiro.

Não será nosso objetivo retomar o que dizem os estudos clássicos sobre o tema. Tampouco, adentrar à discussão sobre em que medida a agricultura camponesa é diferente do que se convencionou chamar de agricultura familiar. Apenas subsidiar a problemática de pesquisa desse trabalho, no sentido de perceber até que ponto as características do campesinato tradicional influem nas questões que envolvem negação e ruptura com os projetos cooperativos existentes dentro de assentamentos rurais do MST tal como ocorre no Assentamento Trinta de Maio.

Entre os principais autores clássicos nos estudos sobre o campesinato na América Latina está Eric Wolf (1976), o qual, ao invés da caracterização genérica do campesinato, então em voga, optou por uma caracterização restrita de camponês. Assim, definiu o camponês como o produtor agrícola que retém o controle efetivo de sua terra e que almeja à subsistência, ao invés de re-investimento. Na sua percepção estava contida a idéia de que os camponeses devem ser vislumbrados como culturas parciais, relacionadas com um todo maior. Nesse sentido, postulou que, à medida que o campesinato se integra a um todo sócio-cultural por meio da estrutura da comunidade, torna-se crucial incluir, na delimitação dos tipos de camponeses, os tipos de comunidade em que vivem.

Ao tratar os segmentos camponeses como culturas parciais, Wolf estava se contrapondo aos estudos que examinavam os assim chamados “primitivos” enquanto culturas autônomas. Ao examinar o impacto de fatores externos sobre culturas locais pré-existentes, enfatizou que os diferentes tipos de campesinato foram gerados por forças que se articulavam às diferentes relações entre campo e cidade dentro do Estado-nação, cuja existência está inserida em um mercado mundial em expansão, o motor da integração entre os níveis local, regional, nacional e internacional. Nesse cenário, Wolf, baseado em dados etnográficos, introduziu as noções de comunidades corporadas e comunidades abertas. Ambas são decorrentes de interconexões históricas dos camponeses com o colonialismo e o capitalismo, diferindo, no entanto, em seu grau de envolvimento com os mercados e sistemas políticos e econômicos mais amplos. Assim, a comunidade corporada – descrita freqüentemente na etnografia da América Latina – está relacionada com as inserções das formas pré-hispânicas em um mundo dominado por uma potência colonial. Já a comunidade aberta – exemplificada pelo seu estudo sobre camponeses na região cafeeira de Porto Rico – emerge como resposta à demanda por produtos comercializados no contexto do desenvolvimento do capitalismo na Europa. O autor definiu a comunidade aberta como aquela composta por várias subculturas, sendo que o campesinato era a mais importante delas. A comunidade aberta foi fruto da demanda externa por produtos tropicais, de modo que enfatizou a interação contínua com o

mundo externo, especialmente no requerimento de capital. Ao contrário da comunidade corporada, a aberta permitia a acumulação.

Muitas destas comunidades foram criadas por imigrantes que trouxeram um novo padrão de consumo e de produção. Wolf ressaltou que: “[...] nas situações em que a terra e o trabalho se tornam mercadorias, coalizões corporadas (de parentesco) tendem a perder seu monopólio sobre recursos e pessoal. O indivíduo é, ao invés, “liberado” para entrar em coalizões individuais com objetivo de maximizar seus recursos tanto no campo econômico como no mercado matrimonial” (WOLF, 2003b, p.97).

Segundo ele, essa comunidade aberta representa uma ramificação de um tipo de sociedade criada “por colonizadores que trouxeram para o “Novo Mundo” padrões de produção e consumo que desde o início os envolveram em relações com o mercado externo” (RIBEIRO; FELDMAN-BIANCO, 2003, p.10). Nessa perspectiva, deve-se salientar a dificuldade de transposição dos conceitos teóricos para o caso empírico a ser estudado no assentamento Trinta de Maio, justamente em função das particularidades dos tipos analisados por Wolf naquele contexto. De qualquer forma, a noção de comunidade corporada guarda um potencial analítico explicativo para o comportamento de grupos de assentados dentro dos assentamentos do MST, quando incorporados à concepção agrícola de trabalho do movimento, e sua interface com a propriedade da terra, com o trabalho e a produção de alimentos.

Entre as diversas contribuições clássicas é válida a referência à Henri Mendras (1976). Seus trabalhos estiveram entre os primeiros com enfoque antropológico orientando e buscando informações do camponês, de seu comportamento e de sua reprodução cultural e simbólica. Seus estudos abrangeram o surgimento de abordagens relativistas frente à investigação etnográfica.

As principais características de uma sociedade camponesa, na concepção do autor, comparativamente a outras formações sociais, podem ser vistas comparativamente na FIG 10 abaixo:

Características	Selvagem	Camponês	Agricultor
Autonomia da coletividade local	Completa	Relativa	Nula
Autosubsistência	Completa	Produção duplicada para extrair uma parte	Nula
Especialização das tarefas	Nula	Fraca	Forte
Atribuição das tarefas em função de	Linhagem, idade e sexo	Grupo doméstico	Tecnologia e mercado
Interconhecimento	Sim	Sim	Não
Rejeição do “fora do grupo”	Sim	Ambivalente	Não
Mediação com o exterior	Não	Sim	Não

FIGURA 10 – Características da sociedade camponesa
Fonte: Mendras, 1976, p.14.

Mendras chamou a “sociedade camponesa” de “coletividade local” relativamente fechada em si mesma. Essa mantém com as coletividades vizinhas relações de troca matrimonial, econômica e social mais ou menos intensas e diversificadas. Porém, vale destacar que também é característica desses grupos a manutenção de relações de troca com um mercado próximo, de forma a adquirir, após a venda de seu excedente que não é muito, produtos que não existem na propriedade. O modo de vida camponês, na idéia desse autor, estava alicerçado em suas formas de sociabilidade e na maneira de produzir. Quanto às formas de sociabilidade o autor destaca a família ou parentesco; o grupo de vizinhança e a coletividade local. Com relação à maneira de produzir, o autor ressaltou a importância aos seguintes elementos: a propriedade da terra; a não distinção entre consumo e produção; o mercado próximo e fraco e a baixa produtividade. Acreditava que com o avanço da história, as relações com o exterior e com a sociedade envolvente, as características e a autonomia do campesinato iriam desaparecer.

Na linha de autores franceses também aparece Marcel Jollivet (2001) para quem o campesinato se caracteriza por uma estrutura que se pode qualificar de molecular, com a existência de ligações locais, além de outras, como as familiares. Nessa perspectiva, a ligação

familiar, e a ligação local como vizinhos, constituem as formas de solidariedade social mais características do campesinato. São essas ligações pelas quais passam obrigatoriamente a luta de classes na pequena produção mercantil agrícola.

O autor, partindo de pressupostos do materialismo histórico, desenvolve sua análise sobre a reprodução do campesinato no contexto rural capitalista francês. Dessa maneira, expõe os mecanismos que caracterizam a luta de classes dentro da estrutura familiar agrícola. Para o autor, a introdução, no seio da família e sua superposição às relações familiares, de uma relação salarial, é a manifestação direta da irrupção de uma relação capitalista no próprio interior da pequena produção mercantil. Isso significa dizer que relações como as de idade e de filiação (a exploração dos trabalhos dos outros membros da família pelo chefe do estabelecimento e as gerações jovens indo em direções opostas às mais antigas, por exemplo) podem ser usadas para que se analise a família enquanto uma estrutura dominante, com disputas de poder e conflitos nas relações de produção.

Entre os autores contemporâneos com problemáticas de estudo sobre as origens e características do campesinato, singularidades e qualificações que a aproximam e distanciam da categoria agricultor familiar, está Ricardo Abramovay. Em sua obra de referência *“Paradigmas do Capitalismo agrário em Questão”* (ABRAMOVAY, 1992), o autor explora questões relacionadas ao desenvolvimento da agricultura nos países de capitalismo agrário avançado, tendo como pano de fundo uma discussão paradigmática que aponta os limites das explicações de autores clássicos sobre o desenvolvimento da agricultura no capitalismo. Trabalhando com elementos conceituais para prover a distinção entre o campesinato e o agricultor familiar, Abramovay afirma que “uma agricultura familiar altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder as políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa” (ABRAMOVAY, 1992, p.22). Tal obra teve repercussões que superaram o âmbito acadêmico *stricto sensu* uma vez que revestiu-se de reconhecida força teórica e política no caso brasileiro com o advento e a inclusão dessa categoria nas políticas públicas do Governo federal a partir dos anos 1990.

As elaborações teóricas de Wanderley possuem densa constituição teórica e auxiliam na delimitação conceitual da categoria camponês e agricultor familiar. Para a autora, a agricultura familiar não é uma categoria social recente. Entre suas hipóteses norteadoras estão as seguintes: a) a agricultura familiar é um conceito genérico; b) ao campesinato corresponde uma dessas formas particulares da agricultura familiar; c) a agricultura familiar que se reproduz nas sociedades modernas deve adaptar-se a um contexto socioeconômico próprio dessas sociedades; d) essas transformações do chamado agricultor familiar moderno,

no entanto, não produzem uma ruptura total e definitiva com as formas anteriores, gestando, antes, um agricultor portador de uma tradição camponesa; e) o campesinato brasileiro tem características particulares em relação ao conceito clássico de camponês (WANDERLEY, 1999).

Para a autora, a agricultura familiar deve ser entendida como aquela em que é proprietária dos meios de produção e assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Além disso, trata-se de uma categoria genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais. Para explicar o campesinato tradicional, a autora lança mão das idéias de Mendras, já citadas anteriormente. Da conjugação do caráter de subsistência e do caráter de reprodução resultam suas características essenciais: a especificidade de seu sistema e a centralidade da constituição do patrimônio familiar.

A autora exemplifica o sistema de policultura-pecuária, onde mais uma vez, cita Mendras, para quem o sistema tradicional de produção camponês se caracteriza pela diversidade de produtos e a integração do sistema como forma de se buscar a segurança contra intempéries e desigualdades. No que diz respeito ao horizonte temporal das relações, Wanderley reflete sobre o projeto para o futuro (gerações futuras) em detrimento da sobrevivência no presente; e ao enfrentar o presente e preparar o futuro o agricultor recorre ao passado (o saber tradicional). Quanto à hipótese de sociedades de interconhecimento e a autonomia relativa das sociedades rurais, a autora afirma que a agricultura camponesa tradicional é inserida em um território (lugar de vida) e a uma sociedade de interconhecimento. Porém, que sua autonomia é relativa. Além disso, a autora afirma que a agricultura camponesa não se identifica simplesmente como de “subsistência”, nem que a pluriatividade e o trabalho externo representam, necessariamente, a sua desagregação. Que a terminologia “pequena produção” está relacionada com poucos recursos e restrições para potencializar suas forças produtivas.

Quanto ao espaço ocupado pelas formas de agricultura familiar nas sociedades modernas, propõe uma reflexão sobre o campesinato que permaneceu, as formas modernas de agricultura familiar e a herança do passado. Em sua análise sobre as raízes históricas do campesinato no Brasil, Wanderley (1999) recupera a história da agricultura brasileira, a dominação econômica, social e política da grande propriedade; a marca da escravidão e a existência de fronteiras de terras livres ou passíveis de serem ocupadas pela simples ocupação e posse, e conclui que foi historicamente um setor bloqueado. Ademais, considera que, no processo de constituição do campesinato, o acesso a terra no Brasil foi doloroso e restrito, do

que resultaram, para a historiografia analisada, as características principais do campesinato brasileiro em sua origem: a pobreza, o isolamento e a produção (está centrada na subsistência mínima e na extrema mobilidade espacial).

Essa discussão, portanto, para os fins desse estudo, tem como aporte a questão de tentar entender até que ponto as características desse agricultor familiar ou camponês influenciaram ou não em sua escolha por sair do projeto cooperativo

4.4 Procedimentos metodológicos e instrumentos de pesquisa: tratamento, análise e interpretação dos dados

Antes de adentrar às características da proposta metodológica da pesquisa vale frisar que o interesse metodológico recaiu mais sobre os aspectos da organização ou, como se estruturam os setores de produção presentes em ambos os grupos e menos sobre os seus resultados do ponto de vista econômico. Ou seja, longe de ser um instrumento de medição do desempenho quantitativo do assentamento, a pesquisa qualitativa buscou expor as experiências do grupo de cooperados em sua trajetória cooperada, bem como seus conflitos, caminhos e descaminhos rumo aos processos de produção agropecuária alternativos, balizados pelo cenário maior da reforma agrária. Isso implicou a consideração de como os vários atores sociais envolvidos, em especial, os assentados, diante dos problemas e obstáculos apresentados por cada setor produtivo, no caso da COPAC, empenharam-se em buscar soluções para as adversidades surgidas. Vale destacar também que o levantamento de variáveis não se restringirá aos aspectos da organização produtiva e das estratégias de comercialização dos assentados, mas também e não menos importante será a busca por evidências sobre as motivações das famílias em se organizarem de forma individual ou coletiva.

Essas observações se revestem de significado quando da delimitação do universo empírico da presente pesquisa. “O universo empírico é o que, nas pesquisas quantitativas é, em geral, chamado de amostra ou população. Entretanto, na pesquisa qualitativa não trabalhamos com a idéia de ‘amostra’, visto que essa traz implícita a concepção de que uma determinada parte de uma população é representativa do todo” (VÍCTORA; KNAUTH & HASSEN 2000, p.50).

Optou-se, portanto, pelo uso da metodologia qualitativa de análise pelas características do objeto de investigação desse estudo que, como já mencionado na introdução buscou entender a relação entre as bases da organização econômico-social de ambos os grupos de assentados e a dinâmica social e produtiva evidenciada em suas estratégias de reprodução.

Portanto, foi devido às características do objeto de pesquisa ora proposto que delimitou-se o universo empírico que, nesse caso, referiu-se à constituição de dois grupos de assentados formalmente organizados, um em torno da COPAC e outro distribuído em duas associações de agricultores.

Além das informações de caráter mais objetivo, presentes nos dados sobre os sistemas de produção, explorou-se a dimensão mais subjetiva presente nos relatos acerca das experiências de vida, das atitudes, das ações e da tomada de decisão dos indivíduos e do grupo nas questões relacionadas ao cotidiano do assentamento. A ênfase no tratamento qualitativo deve-se também ao fato de o objeto de observação enfatizar as especificidades de um fenômeno em termos de suas origens e de sua razão de ser.

Um representante clássico das Ciências Sociais, Weber (1970), elabora a tarefa qualitativa como a procura de se atingir precisamente o conhecimento de um fenômeno histórico, isto é, significativo em sua singularidade. É no campo da subjetividade e do simbolismo que se afirma a abordagem qualitativa.

A abordagem qualitativa realiza uma aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza: ela se envolve com empatia aos motivos, às intenções, aos projetos dos atores, a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações tornam-se significativas (MINAYO; SANCHES, 1993). Porém, não estabelece uma relação redutiva de uma esfera à outra. Pelo contrário, o esforço epistemológico deve vigiar essa possibilidade de redução e atribuir à análise qualitativa uma visão mais dialética da relação entre o pesquisador e seus instrumentos e entre pesquisador e pesquisado.

Cortes, referindo-se aos aspectos das metodologias qualitativas diz que “as técnicas mais qualitativas enfatizam a presença e ausência de determinados temas, salientando a dimensão subjetiva do processo de análise e buscando estabelecer os significados das comunicações” (CORTES, 1998, p.31).

Foram pelas razões citadas acima que se elegeram, como as técnicas de pesquisa deste estudo, instrumentos como a observação participante e a entrevista. A idéia existente era de, pelas características da proposta do estudo, captar, por um lado, dados do plano subjetivo quando da interação com os atores sociais, e por outro, de compreender, mediante a utilização

de indicadores sociais, as estruturas de funcionamento e as interações presentes entre os diferentes atores sociais no assentamento.

Metodologicamente, buscou-se contemplar tanto a análise de documentos de valor histórico coletados junto ao assentamento e registros de órgãos governamentais, como também das entrevistas aplicadas junto ao conjunto de atores sociais envolvidos no assentamento, ou seja, a análise recaiu, basicamente, sobre duas fontes de informação, sendo que toda documentação analisada veio a complementar a análise das entrevistas realizadas durante o trabalho de campo.

Os dados da pesquisa foram obtidos a partir de fontes primárias, compilados pela primeira vez pelo autor, e fontes secundárias, em se tratando de dados já existentes e disponíveis para a pesquisa. Richardson et al (1989) identifica as fontes primárias como as que têm relação física direta com os fatos analisados, enquanto as fontes secundárias têm sua relação com os mesmos a partir de elementos intermediários.

O levantamento de fontes secundárias foi feito através de pesquisa documental, dados demográficos sobre o município, livros, jornais, artigos, revistas e trabalhos científicos, obtidos junto a COCEARGS e documentos internos da Cooperativa. Entre as informações secundárias de maior relevância selecionadas estiveram alguns documentos técnicos da COPAC, materiais da Secretaria Municipal de Economia Solidária e Agricultura Familiar e particularmente da EMATER, além de alguns materiais sobre a história do Município de Charqueadas obtidos junto à Secretaria Municipal de Cultura.

A pesquisa de campo foi realizada entre os meses de maio e junho de 2007 período em que foi possível estabelecer uma convivência mais próxima com as famílias do assentamento, o que possibilitou um familiarizar-se com o cotidiano de trabalho e de sociabilidade dos grupos. No entanto, para fins metodológicos foi construído um cronograma de visitas ao assentamento que não ficaram restritas apenas ao período de aplicação dos questionários e realização das entrevistas, ou seja, a pesquisa de campo abrangeu outros momentos que exigiram a presença do pesquisador quer no assentamento quer fora dele quando foi necessário realizar algum contato ou mesmo coletar dados junto à EMATER, à Secretaria Municipal de Economia Solidária e Agricultura Familiar ou à Prefeitura Municipal.

Do total das 46 famílias que vivem no Trinta de Maio, 24 delas, na oportunidade da realização das entrevistas, formavam a COPAC. Dessas, 16 foram selecionadas para a aplicação do instrumento. No segundo grupo de famílias que correspondem a um total de 22 – assentados que compõem as duas associações existentes – foram entrevistadas 12 pessoas.

Deve-se salientar que tanto a escolha metodológica quanto o número de entrevistas a serem realizadas deu-se em função das características do objeto de investigação. Nesse sentido, a construção do chamado *n* da pesquisa buscou obedecer à diversidade do fenômeno investigado e à existência dos dois grupos, ou seja, buscou-se contemplar as diferentes perspectivas do problema e também atingir uma saturação dos dados adequada.

A figura abaixo mostra, em primeiro lugar, a relação das entrevistas divididas por grupos: assentados da COPAC e assentados dos lotes individuais, em segundo lugar, o setor a qual pertence cada entrevistado – para o caso dos cooperativados – e, em terceiro, a escolaridade respectiva.

Assentados na COPAC	Setor	Escolaridade
Entrevista 1	Administrativo ⁸	1º grau completo
Entrevista 2	Animal	2º grau completo
Entrevista 3	Abatedouro	1º grau incompleto
Entrevista 4	Administrativo	1º grau incompleto
Entrevista 5	Mercado	1º grau incompleto
Entrevista 6	Grãos	1º grau incompleto
Entrevista 7	Animal	1º grau incompleto
Entrevista 8	Horta	1º grau incompleto
Entrevista 9	Grãos	1º grau incompleto
Entrevista 10	Grãos	1º grau incompleto
Entrevista 11	Mercado	2º grau completo
Entrevista 12	Animal	1º grau incompleto
Entrevista 13	Abatedouro	1º grau incompleto
Entrevista 14	Abatedouro	1º grau incompleto
Entrevista 15	Animal	1º grau incompleto
Entrevista 16	Mercado	2º grau incompleto
Assentados Individuais		
	Escolaridade	
Entrevista 1	1º grau incompleto	
Entrevista 2	1º grau incompleto	
Entrevista 3	2º grau incompleto	
Entrevista 4	1º grau incompleto	
Entrevista 5	1º grau incompleto	
Entrevista 6	1º grau incompleto	
Entrevista 7	1º grau incompleto	
Entrevista 8	1º grau incompleto	
Entrevista 9	1º grau incompleto	
Entrevista 10	1º grau incompleto	
Entrevista 11	1º grau incompleto	
Entrevista 12	1º grau incompleto	

FIGURA 11 – Relação das entrevistas realizadas no Assentamento Trinta de Maio

Fonte: Elaboração do autor.

⁸ A área de atuação do administrativo, via de regra, abrange as seguintes funções: secretaria, contabilidade, refeitório, pagamentos, horas e custos, notas, finanças, comercialização, projetos, etc.

Com o intuito de padronizar as entrevistas, facilitar a tabulação dos dados e ao mesmo tempo manter o sigilo da identidade e das informações presentes nos relatos dos assentados, optou-se por identificar os trechos das entrevistas utilizadas ao longo da dissertação com a seguinte nomenclatura: Entrevista 1, Entrevista 2 e assim sucessivamente até a Entrevista 28.

Para obtenção dos dados primários de campo foram utilizadas a observação participante e entrevistas semi-estruturadas.

O ato de observar, segundo Triviños (1994) não é somente olhar, é ressaltar do todo (pessoas e objetos) algo específico. Consiste em ver, ouvir e examinar fatos e fenômenos que se pretende estudar, como dizem Lakatos e Marconi (1990). O esforço de observação participante permitiu a coleta e levantamento de informações sobre atitudes e comportamentos dos entrevistados, bem como também foi complementada pela elaboração dos questionamentos presentes nos roteiros de entrevistas.

Aos questionários precedeu-se a elaboração de três roteiros de entrevistas distintos: a) roteiro de entrevista com assentados da COPAC; b) roteiro de entrevista com assentados individuais e c) roteiro de entrevista com mediadores locais.

Quanto à utilização das entrevistas semi-estruturadas, segundo Cruz Neto (2002), o que se busca é a obtenção de informações presentes na fala dos atores sociais. A opção pela entrevista semi-estruturada possibilitou a coleta dos fatos relatados pelos entrevistados, já que discorreu na forma de uma conversa com objetivos bem definidos.

As tratativas sobre a possibilidade do uso do gravador foram realizadas diretamente com os entrevistados quando do momento da entrevista. Desta forma, tinha-se em mente que, a possibilidade de obter mais conteúdos das conversas e um maior grau na espontaneidade das respostas, enriquecendo a investigação, seria maior. Não foi feita nenhuma objeção por parte dos entrevistados a respeito da utilização do mecanismo de gravação. Assim, como técnica de registro, as entrevistas foram gravadas, transcritas e, posteriormente, elaboradas, sistematizadas e categorizadas com o auxílio de um programa de análise qualitativa adequado.

As entrevistas foram realizadas ora nas residências dos assentados, ora no próprio setor de trabalho o que possibilitou uma maior riqueza de detalhes na coleta dos dados pelo fato de o ambiente de trabalho deixar explícito alguns elementos que não estavam previstos no roteiro de entrevistas.

A pesquisa também contou, como técnica de registro dos dados, com a elaboração de anotações de campo à semelhança de um diário, onde foram sendo registrados eventos

rotineiros ou não, as manifestações e comportamentos observados, além das reflexões do pesquisador.

Com relação ao tratamento dos dados, e obedecendo as características do objeto de pesquisa utilizou-se a análise de conteúdo. “O mérito indiscutível da análise de conteúdo é constituir-se em um modo criativo e ao mesmo tempo rigoroso de leitura sistemática de primeiro plano do material empírico, visando atingir uma interpretação que ultrapassa os significados manifestos” (CORTES, 1998, p.30). A análise de conteúdo deve proceder-se segundo normas e regras, de modo que o pesquisador possa atingir resultados que tenham relações com as hipóteses do trabalho. De acordo com Cortes,

a análise de conteúdo trabalha com dois tipos de materiais: a) análise de materiais resultantes de comunicações verbais, sejam eles documentos escritos (documentos oficiais, livros, periódicos, documentos pessoais) ou atividades que possam ser decompostas e classificadas (análise dos momentos de reuniões ou dos momentos do dia de trabalho de empregados ou de donas de casa e; b) materiais especialmente criados para a investigação, tais como transcrições de entrevistas ou de discussões em grupo. (CORTES, 1998, p.30).

Primeiramente, organizou-se a documentação, em seguida as entrevistas foram transcritas e criteriosamente detalhadas, através de um estudo do conteúdo, das palavras e frases. É importante salientar que, no processo da pesquisa, as falas dos entrevistados emergiram com grande riqueza e complexidade de dados. Não é proposta deste trabalho exaurir e reproduzir todos os aspectos elencados, mas sim suscitar novos questionamentos a partir dos dados relatados.

Para Lakatos e Marconi (1990), a análise é a busca pelas relações entre o fenômeno estudado e outros fatores, enquanto a interpretação consiste na exposição do significado do que foi obtido, na tentativa de se conseguir um significado mais amplo para as respostas, pela correlação com outros conhecimentos.

A fim de realizar a análise de conteúdo das informações primárias colhidas no campo utilizou-se o programa QSR NVIVO⁹.versão 2.0.163. A lógica utilizada pelo *software* é a da criação de uma árvore hierárquica de temas. A operacionalização dos dados no

⁹ É uma versão atualizada do NUD*IST (*No-Numerical Unstructured Data Indexing Searching and Theorizing*). Esse programa é vocacionado para a análise de conteúdo. O QSR NVIVO enquadra-se nas técnicas que desenvolvem uma análise qualitativa, nomeadamente uma análise temática. É sobretudo uma análise relacional. A associação e a subdivisão de categorias são as suas operações mais importantes. Com estas podemos desmontar o texto, em função do encadeamento dos núcleos de sentido e da forma como estes se hierarquizam (do geral para o particular). A forma como o programa materializa este conjunto de operações é através da chamada estrutura em árvore invertida, que é utilizada em algumas técnicas de análise de conteúdo.

NVIVO¹⁰, assim como na maioria dos programas orientados para a pesquisa qualitativa, tem por base o princípio da codificação. Segundo Becker e Teixeira (2001), alguns autores, apontam três vias para a codificação dos documentos. A primeira compreenderia uma análise linha a linha na qual seriam examinadas palavras, frases e outras evidências. Outra possibilidade é a análise de sentenças ou parágrafos, na qual se busca uma categorização a respeito desses blocos. Por último, uma análise do documento como um todo (BECKER; TEIXEIRA, 2001, p.97). Esse programa contém ferramentas informacionais para gerenciar documentos; criar idéias sobre os mesmos; gerenciar categorias do entendimento; formular questões sobre as informações e construir e testar teorias sobre o corpus das informações (TAVARES DOS SANTOS, 2001, p.132). No caso desta pesquisa, esse *software* foi útil, pois possibilitou que todos os registros de campo gravados ou não fossem organizados dentro do banco de dados qualitativo de maneira a facilitar a busca de categorias e/ou variáveis contidas nas questões abertas do questionário e sua posterior interpretação.

4.5 Construção dos personagens e aproximações com o objeto

As características do objeto de pesquisa eleito, por si só carregam algumas dificuldades referentes à presença de observadores externos. Tendo essa observação em mente é que os primeiros contatos visando à chegada no assentamento foram realizados. Mesmo na condição de pesquisador de uma instituição superior de ensino, os esforços que envolvem a aproximação com o objeto de pesquisa – particularmente em se tratando de um movimento social como o MST – tendem a tornar o caminho dificultoso. Entre outras razões, está aquela já conhecida e bem explorada por especialistas que se ocupam da investigação de fenômenos que envolvem movimentos sociais rurais, qual seja a da desconfiança quanto à presença de pesquisadores de instituições de ensino no dia-a-dia dos assentamentos.

Os primeiros contatos foram realizados com o serviço de assistência e extensão rural do município. Esta aproximação com a EMATER possibilitou que a intervenção do pesquisador no campo fosse anunciada com antecedência e que os próprios assentados pudessem avaliar e autorizar a permanência durante a realização do trabalho de campo. Mesmo com a mediação da EMATER, que se encarregou de divulgar o início das entrevistas,

¹⁰ Pormenores acerca das potencialidades e recursos do programa podem ser visualizados em TAVARES DOS SANTOS, 2001.

julgou-se necessário realizar uma exposição dos objetivos da pesquisa a todos os assentados. No caso da COPAC, isso aconteceu por ocasião de um almoço onde a quase totalidade dos membros estavam presentes. Já para a situação de entrevistas com as famílias que vivem nos lotes individuais essa apresentação foi feita pelos próprios extensionistas da EMATER durante reuniões de planejamento das associações. Além dos objetivos do trabalho, as questões éticas que envolveram o sigilo da identidade e do conteúdo das falas também foram expostas.

Numa etapa posterior, tratou-se de encaminhar as questões relativas à permanência no assentamento, isto é, como e com quem seria possível hospedar-se. Para isso, foi fundamental o apoio do setor social da cooperativa deliberando que a permanência durante as entrevistas na COPAC, se daria de maneira alternada, ou seja, cada noite hospedado na casa de um dos cooperados.

Ao realizar a primeira visita ao escritório da EMATER foi possível encontrar no local uma das extensionistas responsáveis com quem já havia sido estabelecido contato telefônico. Nesta mesma ocasião, antes de chegar ao Assentamento Trinta de Maio foi realizada uma visita a um presídio localizado em Charqueadas onde a extensionista havia agendado uma reunião para tratar de assunto relacionado à recuperação de um horto dentro do presídio. A revitalização desse espaço teria como objetivo propiciar que os próprios detentos realizassem o manejo das plantas e ervas medicinais, aproveitando-as como alimento.

Estávamos acompanhados de uma psicóloga que desenvolve alguns projetos com os detentos do semi-aberto¹¹ e que, em outras ocasiões já vinha discutindo com a extensionista da EMATER a respeito da reconstrução do chamado “relógio do corpo humano” no horto. Nessa oportunidade, foi levada a proposta de reconstrução do horto ao tenente responsável pelo presídio e solicitado apoio para tal.

¹¹ Regime carcerário em que o preso goza de liberdade relativa: fica livre durante o dia, mas é obrigado a voltar à noite, para dormir na prisão.



FIGURA 12 – Horto do sistema semi-aberto
Fonte: Acervo EMATER/Trinta de Maio.

Este acenou positivamente e prometeu dar apoio logístico e financeiro para as atividades no horto, bem como se comprometeu em averiguar um funcionário do presídio que se comprometa com a qualificação e aquisição de conhecimento técnico para iniciar o trabalho com a restauração do “relógio” e a construção de uma horta. Como encaminhamento ficou definido a realização de uma atividade/oficina na semana seguinte no assentamento, oportunidade em que se conheceu o trabalho realizado no setor de hortaliças e os projetos de bioconstrução de uma equipe de arquitetos parceiros do MST. A idéia inicial era que este encontro teria a presença de um grupo de detentos do sistema semi-aberto de Charqueadas, porém isso não foi possível, pois conforme relatou o sargento presente na atividade, não havia naquela ocasião viatura disponível para levar os detentos.

Ao chegar no assentamento fomos diretamente ao encontro do Loa e da Nina, família com a qual naquele primeiro dia de entrevistas fiquei hospedado. Chegamos em seu lote por volta das 15 horas. Antes passamos pela casa da Gorete (responsável pelo cadastro das pessoas que visitam a cooperativa) a qual disse que durante a primeira semana alternaria a hospedagem pernoitando cada dia na casa de uma família distinta de assentados da agrovila. Essa proposta foi discutida e deliberada em grupo porque, dessa maneira, segundo eles, isto facilitaria um conhecimento melhor das famílias da COPAC através da convivência no dia-a-dia e de conversas informais.

O primeiro dia no assentamento caracterizou-se mesmo pelo tom informal de conversa, inicialmente com a Nina e mais tarde com o Loa que há poucos minutos havia chegado de uma atividade em Porto Alegre. A Nina não permaneceu mais que 10 minutos

desde que ali chegamos. Nesse momento, sentado na sala, enquanto tomávamos mate, ia explicando meus objetivos com a pesquisa no assentamento, ao mesmo tempo em que solicitava informações à Nina que me auxiliassem a entender melhor como se estruturava o assentamento e em particular a cooperativa. Conversamos de maneira delongada, na presença de Luara, filha do casal. Enquanto aguardávamos a chegada de Loa, Fátima, vizinha de Nina, alertou-me sobre a uma reunião da diretoria no dia seguinte na qual eu poderia estar presente, por volta das 9h da manhã, a fim de relatar meus interesses de pesquisa e como irei proceder na aplicação dos questionários. Loa, ao chegar, ainda ficou atendendo alguns telefonemas para resolver assuntos do seu trabalho. Enquanto isso, eu os aguardava a fim de expor-lhes os objetivos da pesquisa. Depois de alguns minutos de espera sentados junto à lareira de sua casa iniciamos a prosa. Ele mostrou-se atento as minhas palavras e indagações sobre o Trinta de Maio. Imediatamente, começamos a entrevista, a primeira a ser aplicada no grupo da cooperativa. As questões eram respondidas pelo Loa e em alguns momentos pela Nina. Ambos possuem um perfil onde se destaca o papel da liderança. Loa com uma atuação mais destacada dentro da cooperativa e a Nina atuando mais diretamente com o movimento na articulação política. Ela é constantemente requerida para atuar em ações a na articulação de estratégias visando ocupações ou outras necessidades de caráter operacional do movimento. Ele atuando na área/setor administrativo da COPAC, é responsável também pela área de finanças e pela organização de projetos da cooperativa. Geralmente é solicitado a se pronunciar nas reuniões do grupo ou apresentações da COPAC para visitantes que vêm ao assentamento.

Nesta mesma oportunidade conheci outro assentado, ocupado no setor de grãos da cooperativa o qual me relatou algumas mudanças ocorridas nos setores produtivos durante os últimos anos na COPAC. Entre elas destacou alguns gargalos produtivos enfrentados pela cooperativa nos últimos anos: a regulamentação da atividade com suínos; as dificuldades no setor de hortaliças que têm levado à compra de frutas via CEASA; problemas no plantio da mandioca que leva à aquisição de produtos dos individuais; compra de gado para atender à demanda por carne;

Na manhã do dia seguinte a chegada no assentamento foi realizada a entrevista e com assentado do setor animal responsável pelo setor de gado de corte e leiteiro. Encontramos-nos no refeitório e decidimos fazer a conversa ali mesmo. Mostrou-se em todas as ocasiões em que nos encontramos muito prestativo e atento, o que possibilitou que a entrevista transcorresse muito tranqüilamente. Foi possível registrar todos os dados do questionário voltados para a seção de efetivo animal e de utilização de insumos como rações e

outros medicamentos. Demonstrou sua preocupação com a melhoria da qualidade do plantel de animais e da qualidade do leite produzido e ordenhado diariamente. Destacou que, em breve, será possível, via medidas de prevenção, banir a utilização de vacinas e medicamentos contra carrapatos devido às ações desenvolvidas pelo setor.

Nesta manhã, acompanhamos o desenvolvimento de duas atividades. Primeiro, a já mencionada visita dos militares do sistema prisional semi-aberto de Charqueadas, uma psicóloga e a extensionista da EMATER. A visita desse primeiro grupo que chegou por volta das 8 horas e 45 minutos da manhã tinha como objetivo conhecer o trabalho desenvolvido pelos membros da cooperativa no setor de hortaliças. A idéia era de levar experiências do cultivo de hortaliças para a área do sistema semi-aberto. Acompanhamos o grupo em sua ida até o local da horta onde lá se encontrava em atividade um dos assentados responsáveis pelo setor. Em poucos minutos também chegou ao assentamento um grupo de arquitetos que iria se reunir com algumas lideranças da cooperativa para discutir a execução de obras visando à melhoria do sistema de saneamento do refeitório e também aproveitamento da água das chuvas com a construção de um sistema de calhas.

Passados quatro dias da chegada no assentamento era possível perceber um ambiente mais familiar no qual os agendamentos das entrevistas iam sendo realizados com certa facilidade. Acompanhado da extensionista da EMATER encontramos o assentado Pedro quando na agrovila chegávamos. Nesta oportunidade, foi possível deixar agendada a entrevista com ele, que disse estar desligando-se da cooperativa. Deixamos agendado um encontro no próximo dia por volta das 10 horas da manhã em sua casa na agrovila. Nessa mesma oportunidade fui apresentado para assentada individual Cleonir, onde tratamos de alguns detalhes sobre minha estada em seu lote após concluídas as entrevistas. Depois fomos até a propriedade de outra assentada em lote individual também para fazer combinações sobre a hospedagem tão logo fosse possível. Após, rumamos para a agrovila onde havia duas reuniões de distintos setores em andamento. O setor social e o de abate estavam reunidos. Estas reuniões, muitas delas ocorridas emergencialmente, ocorrem apenas entre os membros do setor. Aguardamos, eu e a extensionista, o término das conversas. Após pude comunicar-me com o Gilberto, um dos responsáveis pelo setor de abate da cooperativa. Naquela noite eu ficaria hospedado em seu lote na agrovila. Depois, dirigi-me ao abatedouro onde pude conhecer as instalações do local. Justo naquele momento estavam todos em atividade de abate de um boi. Sete pessoas realizavam este trabalho, sendo 3 mulheres e 4 homens. Todos demonstravam muita preparação e capacidade no que faziam. Por volta das 5 horas davam término a mais um dia de trabalho no abatedouro. Também pude observar o fechamento do

setor de abate e os procedimentos de limpeza e higienização das salas e dos materiais usados para carnear (paredes, facas, aventais, portas, etc).

Ainda nesta tarde, pude observar o trabalho na sala de ordenha. Estive em torno de uma hora neste local e aí estavam uma assentada e um assentado em atividade. A cooperada me relatou que, por turno de trabalho, são ordenhadas aproximadamente 80 vacas. O sistema de ordenha é mecânico e nos dá a impressão de um espaço semelhante a uma linha de montagem de automóveis pela necessidade de movimentos rápidos e precisos e do manuseio dos equipamentos mecânicos de ordenha. Conforme havia combinado, às 20 horas e 30 minutos me desloquei até a casa do assentado Leonir para realizar mais uma entrevista. A conversa contou com a participação de sua mulher e um dos seus filhos. Após, retornei à propriedade do seu Gilberto.

O planejamento para a manhã seguinte previa um trabalho de observação junto ao setor de arroz. Neste dia estava previsto o carregamento do caminhão com arroz a granel que estava depositado dentro do armazém da cooperativa e que tinha como destino os armazéns da Companhia Estadual de Silos e Armazéns – CESA em Porto Alegre, localizados no cais do porto, onde também se encontra a superintendência regional da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB. Naquela manhã de inverno o trabalho consistia em carregar um caminhão com o arroz em casca. Para isso foi necessário o auxílio de um equipamento para fazer a dragagem do arroz para fora do silo. Após, foi estacionado o caminhão junto à parede externa do silo e preparado o equipamento que facilitaria o processo de extração do arroz do interior para o interior do caminhão. Tudo pronto e ligado aguardamos que o caminhão ficasse cheio. Esse processo levou algo em torno de 50 minutos a uma hora. Enquanto o caminhão enchia, o assentado Loa ia realizando uma vistoria no caminhão verificando se estava tudo em ordem.

Permaneci no silo até próximo das 10 horas e 30 minutos quando chegou o assentado Pedro o qual havido agendado uma entrevista na semana anterior. Sua idéia era mostrar-me o lote individual onde em breve iria construir sua casa, trabalhar e começar a produzir. Assim, nos deslocamos até lá. Seu lote está localizado a mais ou menos um quilômetro da agrovila e fica logo em frente à propriedade de outro assentado da Associação Primeiro de Maio. Permanecemos ali por cerca de 20 minutos e depois retornamos também a pé para a agrovila onde ainda está residindo. Imediatamente iniciamos a entrevista.

Finalizada a entrevista, desloquei-me até o refeitório para almoçar, chegando lá encontrei, entre outros assentados, o Loa e o João Guaíba, extensionista da EMATER. Este último iria, nesta tarde, realizar um trabalho de vacinação em alguns terneiros recentemente

adquiridos pela COPAC. Logo após o almoço fui até o galpão das máquinas e depois no silo. Lá estavam duas cooperadas trabalhando sobre a montanha de arroz. No galpão das máquinas havia outro assentado consertando um trator. Fiquei nesta tarde acompanhando-o e fazendo observações do trabalho de rotina dos assentados. Este assentado fez alguns comentários acerca da constante e incômoda necessidade de manutenção das máquinas da COPAC devido à sobrecarga e excesso de uso. Em diversos momentos escutei o comentário que o grupo discute a compra de uma colheitadeira ou um trator novo no valor de 100.000,00 reais. Essa proposta não tem, segundo comentários de alguns assentados, agrado a algumas famílias.

Ao final da tarde preparei-me para deixar a agrovila e deslocar-me até a propriedade do senhor Marcon e da dona Clemi (assentados no lote familiar), onde iria permanecer hospedado por duas noites. Então, nesse momento, passei muito rapidamente pela propriedade do seu Gilberto e recolhi meus pertences para daí deslocar-me até lá. Caminhei por cerca de 30 minutos por uma estrada de chão batido que leva até a sede do município. Logo em frente à casa do seu Marcon, está a propriedade do seu Froza e da dona Cleoni local em que ficaria hospedado na noite de quinta para sexta. Assim que cheguei à propriedade do seu Marcon pude observar que estavam, embora o adiantar da hora, trabalhando na ordenha do leite. Neste momento, prontamente a dona Clemi interrompeu seu trabalho e foi atender-me. Entramos e aguardamos a chegada do seu Marcon depois de mais um dia de lida na roça. Conversamos sobre os mais diferentes assuntos e já aproveitei a ocasião para informar-me sobre o nome das demais famílias de produtores individuais que me encarregaria de entrevistar no dia seguinte, bem como qual seria o melhor horário para encontrá-los em suas casas.

Na semana seguinte fui apresentado ao Secretário Municipal de Economia Solidária e Agricultura Familiar de Charqueadas, o senhor Márcio que é agrônomo de formação. Estivemos por alguns instantes conversando e logo saímos em direção ao Assentamento Trinta de Maio em veículo da EMATER. No percurso Nica me chamou a atenção para a existência de agricultores assentados que trabalham em atividades não agrícolas com a razão principal de complementar sua renda na propriedade. Uma característica bastante presente no conjunto de trabalhadores individuais ou os, às vezes denominados “dissidentes”. Ela destacou algumas ocupações recorrentes, tais como as de serviços gerais, faxineira, vendedor de rações, borracheiro, entre outras.

Na chegada ao assentamento fomos direto à agrovila onde no refeitório uma equipe de mulheres assentadas preparavam o cardápio do dia. A Nica passou algumas instruções para as cozinheiras e verificou se não faltava nenhum ingrediente no cardápio. A

ida para o assentamento neste dia tinha um motivo especial: a preocupação com a saúde e os hábitos alimentares dos cooperados. A atividade, nesta ocasião, ficou por conta da preparação de um almoço com um cardápio diferenciado, contendo uma variedade maior de saladas e a utilização de ervas com propriedades medicinais na preparação dos molhos. Além disso, buscou, a partir da preparação de alimentos mais saudáveis, trazer à cozinha antigos pratos que remontam à tradição culinária dos avós dos assentados. A extensionista destacou a preocupação com a qualidade dos alimentos consumidos pelos assentados, justamente em função do aumento generalizado do peso desses trabalhadores. Tem sido cada vez mais comum, segundo a extensionista, a utilização de alimentos com excesso de gordura nas refeições. Chegamos ao refeitório e logo em seguida rumamos para a área de plantação de hortaliças. Tive portanto a oportunidade de conhecer muito rapidamente a horta e o chamado “relógio de ervas” em que os assentados juntamente com EMATER desenvolveram um projeto visando o cultivo e utilização de um conjunto de ervas com princípios medicinais e alimentares na alimentação dos assentados.



FIGURA 13 – “Relógio” do corpo humano no setor de hortaliças – COPAC
Fonte: Acervo EMATER/Trinta de Maio.

Nesta ocasião pude observar alguns agricultores trabalhando nos canteiros da horta. Um problema atualmente enfrentado pelo setor de hortaliças, de acordo com a extensionista, trata da ausência de manutenção e cuidado com as estufas de produção orgânica de verduras situação que não reflete o que em outros períodos foi um dos principais setores da

cooperativa. Depois dessa visita voltamos para o refeitório a fim de ajudar com a preparação do almoço.

O almoço transcorreu tranquilamente. Algo em torno de 35 cooperados circularam no refeitório. Aos poucos estes iam chegando e acomodando-se às mesas para almoçar. Também havia um grupo de crianças que se preparavam para ir à escola logo após comerem. Terminado o almoço e antes mesmo de voltarmos para a sede do município no deslocamos à casa de uma agricultora na agrovila para que Nica levantasse algumas informações sobre a planta arquitetônica da casa. Segundo Nica, algumas famílias estão aguardando a reforma e/ou construção de novas habitações que terão financiamento da Caixa Econômica Federal e do Ministério das Cidades. A finalidade era saber junto à agricultora quem era a arquiteta responsável pelo projeto das novas habitações, uma vez que queria averiguar de que forma está planejada a construção das fossas sépticas das moradias. Estávamos, nesse momento, acompanhados de dois arquitetos que já trabalham auxiliando o MST nas questões de melhoramento e substituição de fossas inadequadas por sistemas de esgotamento sanitário mais funcionais e que impactem menos o meio ambiente.

No dia seguinte participamos de oficina de saneamento que contou com a presença de representantes dos escritórios da EMATER de Charqueadas e de São Jerônimo, do INCRA, além dos assentados do Trinta de Maio e de São Jerônimo e representantes do Instituto Morro da Cutia de agroecologia – IMCA – localizado em Montenegro, no Rio Grande do Sul. Também estiveram presentes arquitetos do grupo de arquitetura e bioconstrução “Casa Tierra”.

Esta atividade já estava prevista em função do prazo para as famílias do assentamento darem início à reforma e construção de suas habitações. As novas construções e as reformas são fruto de projeto de cooperação e financiamento da Caixa Econômica Federal com a contrapartida do INCRA. O projeto, acompanhamento e fiscalização das etapas ficaram com a responsabilidade da EMATER e COCEARGS.

Pela manhã, na presença de todos, foi feita uma breve exposição sobre o funcionamento do sistema e em seguida passou-se à atividade prática da oficina. Nesse momento, os presentes puderam verificar, na prática, a instalação do chamado sistema modular com separação das águas¹² (SMSA) sob a orientação dos membros do “Casa Tierra”.

¹² É um sistema de fossas sépticas para tratamento primário de esgoto doméstico nas quais são feitas a separação e a transformação físico-química da matéria sólida contida no esgoto. Baseia-se essencialmente em dois recipientes de concreto que recebem os efluentes de vasos sanitários e efluentes dos chuveiros, lavatórios e pias das cozinhas; além de um terceiro recipiente que servirá de filtro para a matéria orgânica que se criará.

Vale destacar que a escavação feita no terreno localizado imediatamente atrás da casa, ainda em fase de construção, já estava aberta há algumas semanas. Foram realizadas alterações no modelo de sistema de saneamento, o que levou o grupo a desconsiderar as dimensões da escavação anterior realizada pelo serviço de retroescavadeiras da Prefeitura Municipal contratado anteriormente.



FIGURA 14 – Oficina de instalação e manutenção das fossas sépticas no assentamento
Fonte: Pesquisa de campo – 2007.

Foi possível realizar ainda pela manhã a instalação dos digestores e ouvir todas as instruções de como proceder com a instalação e manutenção do SMSA. Após, deslocaram-se todos para a área de refeitório da agrovila da COPAC onde foi servido o almoço. A programação seguiria à tarde com a fala de um representante do IMCA sobre práticas agroecológicas e modelos alternativos como a permacultura (ilustradas a partir da experiência da Ecocitrus e a formação de redes de produtores agroecológicos), particularmente com a produção de citrus. Na seqüência, após a exposição de representante do IMCA e de suas experiências com produtores de citros na região do Vale do Caí, passou-se a uma rodada de questionamentos entre os participantes, o que resultou em troca de experiências e esclarecimentos de dúvidas dos assentados sobre o sistema SMSA. Uma das propostas levantadas referiu-se à possibilidade de utilização, nos assentamentos 30 de Maio e São Jerônimo, de combustível alternativo (como o óleo vegetal usado) para o maquinário como tratores e demais motores.

5 RESULTADOS

O objetivo deste capítulo é, numa primeira seção, apresentar e expor à análise as características dos sistemas produtivos¹ dos assentados cooperados e dos assentados individuais no que se refere ao seguinte conjunto de variáveis:

- a) principais produtos do sistema vegetal;
- b) principais produtos do sistema animal;
- c) VBP – valores brutos da produção para ambos os sistemas (receita e autoconsumo);
- d) composição da mão-de-obra UTH;
- e) valor total do patrimônio contido em máquinas e benfeitorias;
- f) valor total dos custos internos;
- g) área total e SAU – superfície agrícola útil;
- h) origem de outras rendas;

Na segunda parte passa-se à apresentação e à análise de dados qualitativos, levantados a partir da observação participante e da aplicação do questionário e das entrevistas. Nesta seção, em particular, pode-se, à luz do referencial teórico adotado, expor como se desenvolvem os processos de diversificação do trabalho agropecuário na cooperativa e como estes expressam características que o qualificam como práticas de desenvolvimento endógeno. Inicialmente, descreveu-se os setores de trabalho existentes no interior da COPAC, expondo suas características de funcionamento, sua importância no conjunto da cooperativa, seus potenciais e dificuldades, bem como a articulação existente entre as distintas atividades. Da mesma maneira tentou-se explorar as informações correspondentes às famílias das associações dando ênfase às características dos processos e das estratégias de diversificação produtiva nelas emergentes. Dessa maneira, tentando perceber em que medida essas estratégias se assemelham ou se distanciam das praticadas no âmbito da COPAC.

Após isso, trabalhou-se com questões abertas e que foram aplicadas para ambos os grupos no sentido de evidenciar, por um lado, as razões que levaram algumas famílias a

¹ Para fins de delimitação conceitual utilizaremos, no decorrer do texto, sistema produtivo como sinônimo de sistema de criação e plantio alternativo. Essa delimitação visa clarear a noção, muitas vezes traduzida nas expressões de sistema produtivo familiar e sistema produtivo patronal.

desvinculem-se do projeto cooperativo e, por outro lado, as motivações para a continuidade de outras famílias no projeto da COPAC.

Por fim, realizou-se a análise dos dados referentes à participação dos agentes mediadores e o papel das políticas públicas no assentamento Trinta de Maio.

5.1 Caracterização dos sistemas produtivos do assentamento

As informações aqui trazidas compõem o estudo realizado pela equipe da EMATER, em conjunto com o INCRA durante o ano agrícola de 2005/2006. A visita da equipe técnica e a aplicação dos questionários ocorreram durante o segundo semestre de 2005. Os dados coletados junto às 46 famílias compuseram o denominado “perfil de entrada do Assentamento Trinta de Maio” que objetivou levantar um conjunto de informações mais completas da organização econômica e social dos assentados. Este estudo consistiu na aplicação de um questionário tendo como unidade de análise, no caso dos assentados das associações, a família, e no outro grupo a referência foi a cooperativa considerada como uma unidade produtiva. O diagnóstico incorporou a totalidade das famílias assentadas sendo que, na oportunidade em que o estudo foi realizado, as famílias estavam distribuídas da seguinte maneira: 18 famílias nas duas associações e 28 famílias na COPAC, sendo que as 18 famílias de assentados individuais totalizavam 54 pessoas e as 28 existentes na cooperativa possuíam um total de 84 pessoas.

Quanto ao aspecto tamanho da área, a TAB. 1, abaixo, apresenta a distribuição total de acordo com o tipo de utilização dado pelos assentados.

TABELA 1
Tamanho da área em hectares - 2005

Tipo de área	Associações	COPAC
pastagem de inverno	50	30
cultura temporaria	168	131
pastagem permanente	141	113
pastagem verão	26	15
reflorestamento	26	42
pomar domestico	8	4
horta	8	2
pomar comercial	-	6
cana/mate	21	1
capoeira até 3 m	32	16
benfeitoria/açude	82	119
APP/mato nativo	85	50
ST (área lote) ha	599	529
SAU (verão) ha	431	330
SAU (inv) ha	455	345
SAU (med) ha	443	337

Fonte: Diagnóstico INCRA/EMATER, tabulações do autor.

O tamanho da área utilizada pelas associações supera o da COPAC na grande parte dos tipos de atividade a que se destina. Para ambos os grupos, do total da superfície agrícola útil, percebe-se que prevalece a utilização de maior parte da área com pastagens e com as culturas temporárias. Chama a atenção o tamanho da área ocupada pelas benfeitorias, neste caso, correspondentes à existência de açudes. Os açudes fazem parte de uma característica marcante tanto da área onde está localizado o assentamento quanto da região como um todo. Recurso hídrico importante, eles aparecem em quase a totalidade das propriedades (apenas dois lotes individuais não possuem açudes), como se pode observar durante as idas ao assentamento e nas informações do próprio diagnóstico. Para muitos dos lotes a disponibilidade de fontes de água tem representado importante entrada de recursos, através do desenvolvimento de atividades como a piscicultura que já se consolidou como alternativa de produção dentro do rol de atividades existentes em cada lote. Em apoio à difusão e ao aprimoramento das técnicas de pesca no assentamento, a EMATER tem desenvolvido um plano de trabalho voltado para o fomento dessa atividade através da realização periódica de dias de campo e cursos de qualificação, oportunidade em que famílias de outros assentamentos também se fazem presentes.

Com relação à mão-de-obra ocupada, a TAB. 2, abaixo, destaca algumas informações sobre a composição dos grupos por faixa etária e sexo, além dos valores de UTH, o número médio de membros por família e a proporção de mão-de-obra ativa em ambos os grupos.

TABELA 2
Mão-de-obra ocupada e valor de UTH* por faixa etária e sexo - 2005

Faixa	Associações		COPAC	
	Masculino	Masculino UTH	Masculino	Masculino UTH
10 a 13	3	1,5	6	3
14 a 17	5	3,25	1	0,65
18 a 59	23	23	30	30
60 ou mais	-	-	2	1,5
Faixa	Feminino	Feminino UTH	Feminino	Feminino UTH
10 a 13	1	0,5	5	2,5
14 a 17	4	2,6	10	6,5
18 a 59	18	18	29	29
60 ou mais	-	-	1	0,75
Total	54	48,85	84	73,9
Membros por família (incluídos menores de 10 anos) nas associações				3,94
Membros por família (incluídos menores de 10 anos) na COPAC				3,57
Média de mão-de-obra ativa por família em ambos os grupos				3
Média de idade (anos) dos membros das famílias das associações				33

Fonte: Diagnóstico INCRA/EMATER, tabulações do autor.

Nota 1: UTH unidade de força trabalho. 1 UTH é igual a um trabalhador que trabalhe 8 horas por dia em 300 dias por ano.

Nota 2: Filhos de ambos os sexos maiores de 10 anos considerados como uma UTH.

Na leitura da tabela acima, deve-se considerar, como já apontado anteriormente, que na ocasião deste diagnóstico o número de famílias na cooperativa superava as abrigadas pelas associações, diferença que terá reflexo na utilização da mão-de-obra disponível em suas atividades produtivas. No entanto, essa diferença tenderá a cair devido ao movimento gradual de saída de famílias da COPAC. Em ambos os grupos é possível verificar que a faixa etária dos 18 aos 59 anos é a que concentra a maior UTH, com uma expressiva participação da mão-de-obra feminina, embora pouco inferior a dos homens, nesta faixa nos dois grupos.

Outra informação ilustrativa da composição dos assentados é o número de membros por família, aí incluídos os menores de dez anos de idade, que resultou em uma média de quase 4 pessoas por família no grupo dos associados, e em torno de 3,5 membros no caso da cooperativa. A utilização da criança e do jovem no conjunto da força de trabalho familiar é uma característica desse grupo social, onde a família, a priori, existe enquanto um trabalhador coletivo. Assim ocorre que, na cooperativa, crianças e jovens são incluídos nas tarefas diárias e nos setores de produção da cooperativa, conforme sua capacidade de trabalho. Elas ajudam nas tarefas diárias dos setores de produção como ocorre, por exemplo, na atividade de ordenha e na atividade suinícola. Contudo, nas épocas em que deve ser considerada a frequência escolar, as crianças, em um turno, vão à escola e no outro trabalham na atividade agrícola.

TABELA 3

Valor dos equipamentos e benfeitorias do assentamento em (R\$ 1.000) - 2005

Equipamentos	Valor	
	Associações	COPAC
trator	-	80
colheitadeira	-	50
plantadeira	7	15
junta boi	31	5
ordenhadeira	18	35
resfriador	10	22
grade/arado	9	20
veículos	38	158
abatedouro	0,5	120
bomba	4	3
fORAGEIRA	10	15
galpão	66	30
mangueira	5	15
moradia	242	216
estábulo	3	20
chiqueiro	4	15
açude	134	10
carroção	-	3
cx abelha	5	5
silo/secador	-	150
mercado	-	200
motosserra	4	-
motor	11	-
carroça	17	-
cerca	92	-
trilhadeira	5	-
Total	715,5	1187

Fonte: Diagnóstico INCRA/EMATER, tabulações do autor.

A utilização e posse de benfeitorias e instrumentos de trabalho (máquinas, implementos, meios de transporte, instalações, equipamentos de irrigação, ordenhadeira, animais de tração, etc. que compõem o capital fixo), nas atividades agrícolas dentro do assentamento se apresenta de forma diferenciada de acordo com os processos de especialização e diversificação produtiva existentes nos grupos. A existência de processos de transformação de produtos agropecuários nos setores ligados à atividade produtiva da COPAC impuseram, com o passar do tempo, a utilização e aquisição de instrumentos de trabalho mais modernos que substituíssem procedimentos manuais e que dessem conta do aumento na escala de produção. O abatedouro, a sala de ordenha e as máquinas utilizadas no

plantio, na colheita e a estrutura de armazenamento do arroz na cooperativa, apenas para citar os exemplos mais visíveis, além de responderem a concepções existentes dentro da cooperação agrícola do MST, de aumento da produção via divisão social e diversificação dos processos de trabalho, também são produtos do conjunto de esforços e da utilização da mão-de-obra dos próprios assentados que hoje compõem o grupo individual.

Com relação às rendas geradas no assentamento, o diagnóstico do INCRA/EMATER gerou dados sobre a composição do valor agregado e da renda agrícola e renda monetária para ambos os grupos. A representação gráfica abaixo mostra os valores percentuais para esse grupo de variáveis obtidas a partir da leitura do sistema econômico das propriedades nos lotes individuais e no conjunto da cooperativa.

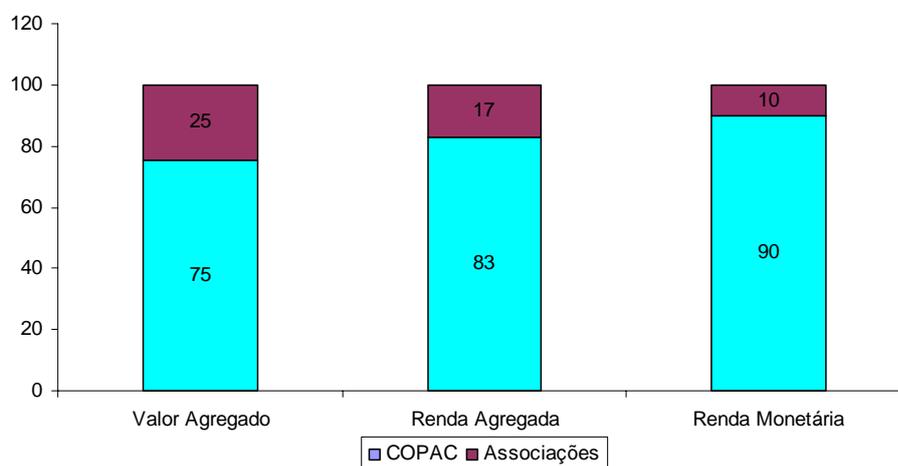


GRÁFICO 1 – Somatório das rendas do assentamento em percentual - 2005
Fonte: Diagnóstico INCRA/EMATER, tabulações do autor.

Nas três variáveis expostas a cooperativa apresentou resultados quantitativamente maiores, onde num primeiro esforço de análise esses valores podem ser explicados pela diferença na disponibilidade de mão-de-obra que é maior dentro da cooperativa do que no conjunto de pessoas nos lotes familiares, como vimos anteriormente. Mas, além disso, pelo fato de na cooperativa ocorrerem etapas do processo produtivo mais complexas gerando produtos com maior valor agregado os quais são comercializados no supermercado que é de propriedade da COPAC.

Das informações levantadas sobre o produto bruto vegetal e produto bruto animal², os GRAF. 2 e 3 apresentam os valores percentuais para cada grupo.

² Neste está incluído os valores dos produtos da transformação caseira.

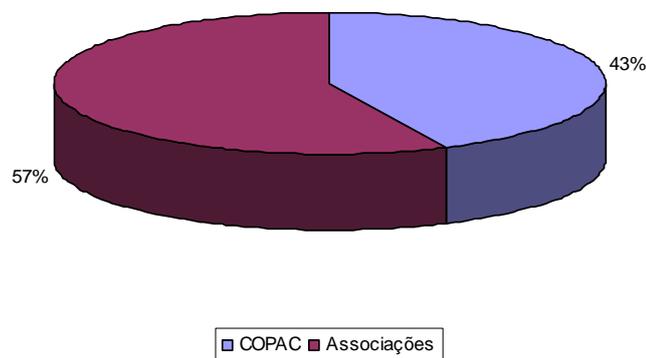


GRÁFICO 2 – Valor bruto da produção vegetal em percentual – 2005
 Fonte: Diagnóstico INCRA/EMATER, tabulações do autor.

Os números acima apresentam uma pequena diferença na comparação do valor produto bruto vegetal entre os dois grupos. O volume de produção vegetal maior no conjunto das associações pode ser entendido pelas vantagens existentes para o cultivo de produtos vegetais no lote, pelas próprias dimensões do mesmo que em algum sentido inviabilizam o incremento da produção pecuária e também por estratégias de diversificação de produtos dentro da *rural households* (como pode-se observar na TAB. 6 mais adiante). Entre os produtos vegetais produzidos pelas associações encontram-se os seguintes: milho, feijão, arroz, mandioca, batata inglesa, batata doce, cana, horta, pomar, além de fumo que foi cultivado em um dos lotes familiares.

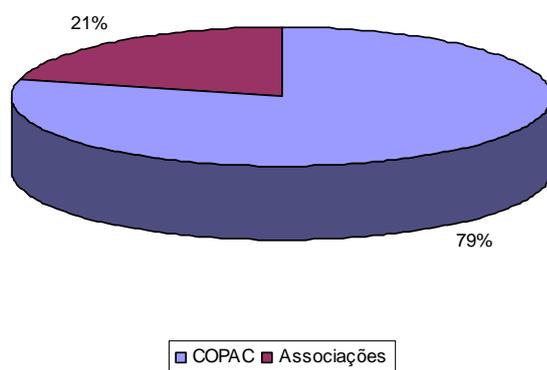


GRÁFICO 3 – Valor bruto da produção animal em percentual – 2005*
 Fonte: Diagnóstico INCRA/EMATER, tabulações do autor.

* Os valor dos produtos da transformação caseira estão incluídos nesse percentual.

Por outro lado, na COPAC, percebe-se o privilégio dado às atividades de produção animal e, inseridos nessas, porém, em menor escala, os produtos de transformação

caseira ou agroindustrial. O percentual de 79% do total da produção animal do assentamento contido na cooperativa, diante dos 21% do conjunto de lotes individuais, pode ser explicado pelo efetivo animal que abastece o frigorífico existente na cooperativa e que possui como destino o consumidor final via comercialização no supermercado. Além disso, esse alto percentual é reforçado pela produção leiteira diária que, no estudo diagnóstico, informou uma produção de 32.000 litros/mês sendo que, desse total, 2.000 foram destinados ao autoconsumo. Segundo assentado responsável pelo setor do leite “a *ordenha busca potencializar a produção de leite em torno de 200 vacas/dia*”.

A TAB. 4, abaixo, apresenta os dados de movimentação financeira do assentamento com os repasses para o período em que foi realizado o diagnóstico. Vale a pena lembrar que, embora a proposta de cooperação agrícola presente no MST, e de maneira concreta refletida nas atividades dentro das CPA's, busque a desvinculação das formas mais tradicionais de cooperativismo, ela guarda uma característica que é o suporte das modalidades de cooperativismo tradicional, qual seja, a estrutura de empresa. Nesse sentido, pode-se afirmar que o bom desempenho econômico da cooperativa depende da construção, discussão e aplicação de planejamentos para o ano agrícola e suas atividades. No caso da cooperativa isso é possível observar em função das características da divisão social do trabalho e dos próprios objetivos da organização econômica e social coletiva. Embora os valores dos financiamentos apresentem significativa diferença, isto deve ser observado levando em conta que, posteriormente e via de regra, estes recursos financiados se converterão em dívidas que deverão ser pagas pelos assentados. Outro dado interessante diz respeito as aposentadorias, pensões e outros benefícios que no caso do assentamento foram acessados apenas pelas famílias dos lotes.

TABELA 4
Relação dos repasses no assentamento em (R\$) - 2005

	Associações			COPAC		
	entrada	saída	total	entrada	saída	total
financiamento	47.534	-	..	217.000	-	..
MO contratada	-	1.600	..	-	6.000	..
MO prestada	25.500	-	..	-	-	..
arrendatário	-	2.600	..	-	-	..
arrendador	200	-	..	-	-	..
amortização e juros	-	31.369	..	-	20.684	..
outros repasses	8.640	-	..	300.000	-	..
benefícios (apos/pens)	9.340	-	..	-	-	..
benefícios (bolsas)	960	-	..	-	-	..
Subtotais	92.174	35.569	56.605	517.000	26.684	490.316

Fonte: Diagnóstico INCRA/EMATER, tabulações do autor.

Nota: MO mão-de-obra

A TAB. 5, abaixo, mostra a distribuição dos principais produtos do assentamento, ao mesmo tempo em que apresenta as práticas de diversificação produtiva em termos de número de atividades desenvolvidas. Estas informações, levantadas pelo diagnóstico do convênio INCRA/EMATER oferece uma visão mais clara de quais atividades têm tido um maior peso econômico e, por consequência, têm absorvido maiores esforços por parte dos cooperados como é o caso da produção leiteira. A atividade suinícola com 32,93% e a atividade leiteira com 24,19% lideram com os maiores valores brutos. Das demais atividades chama a atenção o beneficiamento de produtos caseiros que representam 11,58% do total dos produtos. Os produtos da transformação agroindustrial representam importante papel no autoconsumo das famílias da cooperativa, uma vez que elas fazem uso do direito à retirada de uma quantia de alimentos como pães, biscoitos, cucas, além de massas e outros embutidos. Estes produtos, por sua vez, representam uma importante receita para a cooperativa visto que, em sua maioria, 87% são comercializados via mercado e os demais 13%, portanto, são consumidos.

TABELA 5

Participação dos principais produtos no total do VBP em valores brutos e percentuais – COPAC –
2005

Principais produtos	VBP (R\$)	(%)
Leite	211.200	24
Carne bovina	70.900	8
Arroz pré-germinado	51.979	6
Mandioca	12.000	1
Horta	42.050	5
Panificação, doces e embutidos	101.143	12
Ovos	37.148	4
Peixe	29.400	3
Mel	6.620	1
Aves	23.240	3
Suínos	287.500	33
Total	873.179	100

Fonte: Diagnóstico INCRA/EMATER, tabulações do autor.

Já os dados apresentados pela TAB. 6, permitem verificar, dentre os principais produtos cultivados pelas famílias de assentados das associações, aqueles que têm maior VBP. A produção leiteira aparece aqui como um dos principais produtos produzidos com 28% do total, seguida da produção de mandioca com 19% e em terceiro aparecem juntas as produções de suínos e peixes, ambas, com 10% do total. Para o caso da produção leiteira, percebe-se que, assim como na COPAC, essa atividade possui um peso fundamental na economia das famílias. No entanto, veremos mais adiante, com os dados das entrevistas que o destino de comercialização do produto, em parte se diferencia, obedecendo às iniciativas e vantagens atribuídas por cada família. Pode-se verificar ainda a importante participação do VBP da piscicultura no total das atividades o que contribui para afirmar o potencial alternativo de geração de novas atividades produtivas também nos lotes familiares.



FIGURA 15 – Produção de peixes – Associações
Fonte: Acervo EMATER/Trinta de Maio.

TABELA 6

Participação dos principais produtos no total do VBP em valores brutos e percentuais – Associações –
2005

Principais produtos	VBP (R\$)	(%)
Leite	78.195	28
Carne bovina	14.616	5
Arroz	26.366	9
Mandioca	51.930	19
Horta	20.370	7
Panificação, queijos, doces e embutidos	1.172	0
Ovos	12.444	4
Peixe	28.505	10
Mel	2.074	1
Aves	13.412	5
Suínos	28.702	10
Total	277.786	100

Fonte: Diagnóstico INCRA/EMATER, tabulações do autor.

Uma outra variável importante levantada pelo estudo/diagnóstico diz respeito à utilização de insumos agroindustriais e de outras fontes. Na TAB. 7 é possível visualizar o que a cooperativa e as associações gastaram no referido período. As informações nos possibilitam analisar, no âmbito produtivo, a dependência dos grupos com relação ao uso de insumos, tais como os seguintes: herbicidas, inseticidas e fungicidas; adubo/uréia; ração e

insumos agroindustriais. A utilização de produtos agrotóxicos por parte dos assentados das associações parece indicar uma dependência externa a esses produtos industriais de controle de pragas e doenças. O mesmo ocorre com os gastos efetuados na aquisição de adubo/uréia e com rações, estas destinadas à alimentação animal. São duas as hipóteses que esses resultados indicam. Primeiro pela já consolidada dependência externa a tais insumos, e em segundo lugar pelo fato de que não há uma disponibilidade de recursos e meios de produção de maneira suficiente como mão-de-obra na *rural households*.

Os efeitos da relação de dependência aos processos de mercantilização dos insumos agroindustriais, através da padronização do processo produtivo e do domínio de grandes empresas do setor não deixam de ser percebidos pela criticidade do argumento de um dos assentados quando indagado acerca da existência de gargalos na produção agropecuária:

o problema é da pequena. Porque o que aconteceu com a agricultura: ela se modernizou muito que a atividade de agricultura foi parar nas mãos da multinacional e, por exemplo, o frango quem produz é a Sadia, é a Perdigão. Quem produz o soja, quem tem controle do soja: a Monsanto. Os poderosos. O governo deu incentivo pra esse rumo e o pequeno agricultor tá lá, tá clandestino ele ficou pra trás tá esquecido, porque hoje pra ti fazer um empréstimo no banco tu tem botar tanto de adubo químico, tanto de ureia, a semente tem que ser o número tal da empresa tal. Então o agricultor serve de trampolim pras grandes empresas vender o veneno e aí o agricultor ele quer pegar o boizinho quer plantar, mas não pode ele tá clandestino, ele tá fora. O problema da agricultura é que não tem incentivo. Então teria que ter um diferenciamento, um subsídio agrícola pro cara que tem tantos hectare de terra e produz tanto, um subsídio nas sementes. Então o pequeno agricultor ficou lá. Quer produzir e criar porco, mas tem que ser a ração do fulano. Vai vender pra quem o porco se é clandestino e não pode (Entrevista 5 Individual)

Os custos com insumos internos, na COPAC, também podem ser percebidos pelos dados apresentados na TAB. 7. A não utilização de agrotóxicos, principalmente, nos cultivos de hortaliças e também na produção do arroz orgânico, obedece, não apenas às diretrizes do movimento e aos projetos de cooperação agrícola surgidos no âmbito da CONCRAB, mas também, é resultado de um processo de conscientização por parte do agricultor, reforçado na cooperativa, no sentido do abandono de técnicas baseadas em um modelo agrícola produtivista dependente da utilização de insumos de curto ciclo e manejos intensivos:

quando morávamos lá fora plantávamos milho, soja, suínos e vaca de leite, a gente mudou pra cá e algumas atividades continuaram como a vaca leiteira. A soja a gente parou, o suíno a gente continuou e outras atividades que foram colocadas agora como o abate e o supermercado que tem na

cidade. Agora a gente produz e vende, industrializa o produto tirando o intermediário do meio pra poder ganhar um pouco mais e talvez vender um pouco mais com menos preço para o pessoal e com qualidade. Por isso que a gente optou por trabalhar sem produtos químicos e sem agrotóxicos. Por isso a cooperativa tem definição de que isso não ia resolver a nossa situação e, pelo contrário, iria só enriquecer a condição dessas empresas como a Monsanto que produzem os venenos. Essa dos agrotóxicos é bom frisar que só trabalhamos com produtos ecológicos, mas é claro que hoje a gente trás alguma coisa de fora como o farelo de soja que aí não tem como evitar mais né, mais ta aí né, no resto o processo tá bem encaminhado (Entrevista 3 COPAC).

No entanto, se considerarmos o alto volume de produção presente em alguns setores da cooperativa, verificamos que ainda são consumidos insumos agroindustriais e produtos destinados à alimentação do efetivo animal como bem ficou expresso, por exemplo, no comentário acima.

TABELA 7

Custo dos insumos internos em R\$ 1.000 – COPAC e Associações – 2005

Tipo de produto	Associações	COPAC
calcário	5.500	4.800
adubo/uréia	17.150	4.000
sementes	10.463	16.000
adubo orgânico	10.180	15.400
herbicida/inseticida/fungicida	1.435	-
energia elétrica	13.867	55.200
água	990	3.000
combustível/lubrificantes	16.496	58.000
telefone	6.380	24.000
frete/transporte	9.022	9.000
grãos	16.894	96.600
farelo de soja	7.296	98.700
ração	19.544	-
silagem/feno	-	1.000
sal comum/mineral	9.196	21.600
produtos veterinários	13.940	15.000
serviços de máquina	14.640	15.000
insumos agroindustriais	2.933	5.398
coalho	1.208	-
farinha	7.544	3.400
açúcar	3.535	803
farelo trigo	2.400	-
Total	190.613	446.901

Fonte: Diagnóstico INCRA/EMATER, tabulações do autor.

Nota: Custos apenas com os produtos comprados

Da apresentação das informações sobre os sistemas produtivos do assentamento, passa-se agora à apreciação das informações mais qualitativas que foram fruto do trabalho de observação e da aplicação das entrevistas. O tópico que segue, como já referendado anteriormente, apresentará uma descrição das características dos setores produtivos da cooperativa para daí tentar perceber em que medida eles se inscrevem dentro de processos endógenos de desenvolvimento rural.

5.2 Diversificação e intensificação: processos endógenos de desenvolvimento

Esta parte apresenta alguns exemplos de processos e práticas de diversificação da produção agropecuária existentes no Assentamento Trinta de Maio. Eles são balizados pela contribuição de conceitos teóricos presentes no referencial adotado. Cabe notar que, do ponto de vista dos processos e das práticas de diversificação produtiva existentes no assentamento, há algumas diferenças nas formas de diversificação adotadas, na intensidade, no uso de equipamentos e inovações tecnológicas, além dos níveis de intensificação e dos processos de agroindustrialização adotados tanto na cooperativa como nas associações. Como já mencionado, vale recordar que os sistemas de produção que sustentam o Trinta de Maio, em particular os existentes na COPAC, emergiram de um processo não natural, sendo produtos de um emaranhado de relações entre as famílias assentadas e destas com outros atores do Estado e suas políticas públicas e de assistência.

A estrutura existente nos dias atuais é resultado de um conjunto de forças que, no momento de criação da cooperativa, envolveu a totalidade das famílias do assentamento, ou seja, qualquer leitura a respeito dos processos de diversificação produtiva nos dois grupos deve levar em conta que o grau de complexidade e diversificação do processo produtivo na COPAC é tributário da participação e envolvimento da quase totalidade das famílias que, em determinado momento, optaram por outro arranjo organizativo. No que se refere à idéia de processo de diversificação produtiva, deve-se ressaltar que o conjunto de práticas e estratégias voltadas à diversificação, ou mesmo a combinação intersetorial, não devem ser percebidos somente a partir da ótica da existência de uma variedade de culturas de produção, mas sim da compreensão de um conjunto de processos envolvendo uma cadeia de produção entre setores, práticas de beneficiamento, industrialização de produtos agropecuários e comercialização.

5.3 Características da organização coletiva e os setores produtivos na COPAC

As experiências que guardam os assentados de seu período de acampamento e mesmo da história de trabalho em suas regiões de origem possuem, por um lado, suas características peculiares de acordo com cada família, e por outro lado, manifestam traços semelhantes quando foca-se a origem social e de trabalho desses ex-colonos sem-terra. No

entanto, diante da mentalidade e da consciência adquirida por essas famílias durante o período de acampamento está o desafio de sua inserção no novo microcosmo social que passam a fazer parte, isto é, na comunidade política e social em que irão ser membros. Para que essa inserção na comunidade ocorra, deve-se frisar a necessidade de superação de algumas barreiras de ordem moral, tais como a visão negativa que, a priori, o mundo exterior possui dos assentados. Ela deve ser quebrada ou, ao menos, amenizada. Isso, via de regra, ocorre quando o grupo busca inserir-se mediante as qualificações do seu trabalho visto enquanto instrumento redentor e dignificante. Ademais, esse grupo social deve esforçar-se por construir uma boa imagem e alianças políticas com instituições locais expressas nas municipalidades e/ou nos demais setores ligados ao setor agrícola.

A construção de uma convivência harmoniosa com os moradores de Charqueadas foi um grande desafio para os assentados. Sublinha-se que, no início, houve uma política contrária à implantação do assentamento, já que tratava-se de um município que não conhecia o termo “sem-terra” e que possuía como agravante a localização do assentamento próximo às casas prisionais. No entanto, com o passar dos anos, os assentados estabeleceram uma relação de maior proximidade com a comunidade. Um evento que contribuiu com essa mudança na percepção do que representam os assentados foi a inauguração do Supermercado da COPAC, que é conhecido como “mercado dos colonos”. Foi através do mercado que os assentados ampliaram aspectos relacionados à confiança e ao respeito dos moradores do município, através de preços promocionais e sorteios de cestas de mantimentos que davam direito a visitas ao assentamento, onde os visitantes eram recebidos com almoço especial.

As tentativas de um maior intercâmbio com a comunidade estiveram vinculadas, sobretudo, ao aproveitamento do potencial existente na área, e o próprio “saber fazer” dos colonos. Muitos projetos que tinham como objetivo aproximar o assentamento da comunidade partiram da mediação de extensionistas e técnicos da EMATER.

Essa mediação também deveu-se à Secretaria Estadual do MST que, dentro de um programa de turismo, buscou, num primeiro momento, abrir o assentamento a visitantes na tentativa de desmistificar o movimento, assim, deixando para os visitantes apenas arcarem com os custos da visita. Uma segunda proposta baseava-se na idéia de profissionalizar a atividade, já que o assentamento se tornou uma referência para as Universidades do Estado, e também para os participantes do Fórum Social Mundial, que buscavam conhecer como se desenvolvia o trabalho de rotina no assentamento. Atualmente, ademais das atividades de qualificação, cursos e dias de campo que ocorrem no assentamento e contam com a participação de assentados e organizações públicas de outros municípios, o assentamento

recebe a visita de estudantes e estagiários de universidades do estado que ali buscam conhecer as experiências e a organização da cooperativa. Além disso, como afirma Nodari et al. (2005), com o insucesso de projetos voltados ao turismo dentro do MST, as visitas no assentamento, não possuíam uma periodicidade constante, impedindo a geração de divisas seguras para o assentamento. De qualquer modo, essas práticas possuíam uma iniciativa de disseminar o conhecimento e as experiências dos processos de produção agropecuária presentes na cooperativa e no assentamento como um todo.

O tópico seguinte abordará as características dos sistemas de produção alternativos presentes na COPAC.

5.4 Sistemas de criação e de plantio alternativos

Os sistemas de produção encontrados no assentamento surgem a partir de uma preocupação com a qualidade do alimento produzido e com a sustentabilidade do meio ambiente.

5.4.1 O Pastoreio racional Voisin

Esta tecnologia criada por André Voisin, na França, foi introduzida no Brasil em 1970, por Luiz Carlos Pinheiro Machado, mediante experiências no município de Taquara e, posteriormente, no município de Bagé, pelo produtor Nilo Romero. Entre seus propósitos, está o de aumentar os resultados técnicos e econômicos de pequenas unidades produtivas.

O MST adotou esta tecnologia, levando o debate para as regionais do movimento, por entender que seria uma prática viável economicamente para os assentamentos. Atualmente, esta tecnologia vem sofrendo um processo de difusão decorrente dos excelentes resultados alcançados nos setores de pecuária leiteira e de corte.

Em 1991, a cooperativa iniciou com dez vacas trazidas pelas famílias e que foram disponibilizadas para exploração coletiva. Eram vacas sem raça definida e o leite produzido destinava-se para consumo interno. Visando qualificar o plantel foram selecionadas as melhores vacas. Em 1992 foram adquiridas sete vacas holandesas pela cooperativa. Via-se na

atividade leiteira uma boa oportunidade de produzir alimentos para a subsistência e transformar alguma parte dessa produção em derivados que pudessem ser comercializados. Assim, os assentados iniciaram a produção artesanal de queijos, avaliou-se que o ganho obtido com este produto era muito baixo e interrompeu-se a sua fabricação para iniciar o que seria mais rentável naquele momento que era a venda do leite *in natura* diretamente na casa do consumidor no município de Charqueadas.

O rebanho foi aumentando através da técnica de inseminação artificial e da aquisição de matrizes via alguns programas governamentais de crédito e financiamento. Em 1994, o plantel era de quarenta vacas. No entanto, o aumento da comercialização do leite direto para o consumidor em suas residências trouxe consigo alguns problemas, tais como a inadimplência. Já em 1996, iniciou-se a entrega do leite produzido na cooperativa para as indústrias de laticínios, primeiramente para o município de São Jerônimo, depois para a Unileite do município de Ivoti e, atualmente, para a Cooperativa Santa Clara³, localizada no município de Carlos Barbosa.

Hoje, o setor leiteiro da cooperativa possui aproximadamente 200 cabeças, com 100 vacas em lactação, produzindo 1.500 litros/dia. A velocidade de crescimento do rebanho seria maior caso não houvesse ocorrido a incidência de tuberculose há alguns anos, o que provocou o sacrifício de aproximadamente 80 matrizes positivas em abate sanitário com inspeção estadual, das quais até o momento não foi paga nenhuma indenização. Com o tempo observou-se melhorias na genética, através da inseminação com sêmens de alta qualidade, adquirido junto a duas empresas, que fornecem serviço de avaliação de matrizes para acasalamento. Através da EMATER, adotou-se o Programa de Criação Correta da Terneira, que desde o 1º dia de nascimento vai para a cachorreira em piquete individual tomando leite no balde, ao 7º dia recebe ração, feno, sal mineral e água. Aos 2 meses de idade cessa o fornecimento de leite. Aproximadamente aos 5 meses de idade, sai da cachorreira individual, para os piquetes coletivos, formando lotes por idade e tamanho, em pastoreio rotativo. Isto facilita o manejo e a observação do momento da inseminação a partir de 1,5 anos de idade e/ou 30 kg do animal, objetivando o 1º parto aos 2,5 anos de idade. Os machos recém-nascidos são vendidos, porque criá-los é economicamente inviável.

³ Funcionando nos moldes de uma empresa a cooperativa, a Santa Clara tem investido fortemente em seu departamento de marketing, por meio do qual realizava periodicamente eventos reunindo seu quadro de sócios como: encontro de mulheres, exposição de gado leiteiro e maquinário, encontro de jovens, encontro de criadores entre outras atividades. Atualmente, diante do agravamento das questões ambientais, adotado o discurso da responsabilidade social como uma marca e um compromisso da empresa.

Foi dado privilégio também à capacitação da mão-de-obra de cooperados em cursos de melhoramento da pastagem, alimentação do gado leiteiro e, com o intuito de aprimorar a proteção do gado, implantou-se a cerca elétrica. Até 1996, não era realizado manejo: as vacas ficavam no campo extensivo, sem aproveitar o potencial da área. Produzia-se silagem de milho e/ou sorgo para o ano todo, tornando-se um custo muito alto para o período de 12 meses, além dos gastos com fornecimento de ração. A média anual nesse período era de 12 litros leite/vaca/dia.

Dessa maneira, optou-se por mudar a maneira de trabalhar com o gado leiteiro. Entre 1996 e 2000, foram implantadas pastagens mais produtivas, como as gramíneas perenes: Tifton 85, Coastcross, Hemartria, Estrela Africana e Pensacola, as duas primeiras de alta exigência nutricional. Mas, ainda não praticava-se o pastoreio rotativo, não respeitando o repouso necessário para a pastagem.

Decidiu-se, assim, não mexer mais na terra e iniciou-se a construção dos piquetes com cerca elétrica ainda sem a qualificação necessária. Em 2000, alguns cursos sobre Pastoreio Rotativo foram ministrados a convite da regional do MST de Porto Alegre e EMATER Charqueadas, os quais tiveram a presença de assentados ligados naquele momento ao setor. A partir de então foi possível iniciar a construção de piquetes medindo 40m x 40m. O manejo dos piquetes ocorria de forma convencional.

Observou-se a diferença que o manejo possibilitava no aproveitamento da pastagem. Foi visível a melhora no campo nativo e na pastagem perene, com a introdução de leguminosas tais como: Trevo Vesiculoso, Cornichão São Gabriel, Cornichão El Rincon, Ervilhaca. Além de gramíneas anuais de inverno, semeadas a lanço: Aveia Preta e Azevém. Hoje, utilizam 90 ha com gado leiteiro, sendo 50 ha de pastagem perene em 280 piquetes fixos; e, 40 ha são utilizados com pastagens de inverno, implantadas anualmente nas restevas das lavouras.



FIGURA 16 – Pastagem animal
Fonte: Acervo EMATER/Trinta de Maio.

O manejo é feito, com os lotes permanecendo durante o dia: um turno em cada piquete e durante a noite, em outro piquete. Retornando ao mesmo piquete, após 40 dias. Com isto, a pastagem tem uma melhor qualidade e rendimento, os dejetos produzidos pela vaca, não vão para os rios e fontes de água, diluem-se no local, transformado-se em adubo e respeitando o meio ambiente. Evita-se a degradação do solo, que fica sem ser mecanizado por operações agrícolas.

O pastoreio rotativo auxilia no combate à mamite⁴, por diminuir a contaminação de agentes causadores, como: bactérias, vírus, fungos e protozoários. Potencializa o controle da verminose e dos carrapatos, por prejudicar o ciclo evolutivo destes parasitas. Os cooperados utilizam a homeopatia contra mamite, verminoses, carrapatos, bernes e mosca do chifre. Também são usados banha com alho para controle da mamite e alho na ração para vermes. Em períodos de inverno rigoroso, ou seca, os bovinos são suplementados com silagem de milho. Depois que iniciou-se com o pastoreio rotativo diminuiu em 50% o fornecimento de ração, que mantém-se em 2kg por cabeça/dia para o rebanho.

⁴ A mamite é uma inflamação da glândula mamária, causada comumente pelas bactérias do gênero estreptococos e estafilococos, mas também pelos coliformes; constitui-se num dos mais sérios problemas de saúde animal na pecuária leiteira, causando grandes prejuízos à cadeia produtiva do leite.

5.4.2 O arroz pré-germinado

O arroz está entre os cultivos presentes no assentamento Trinta de Maio, embora atualmente, não esteja entre os principais como em outras épocas. No entanto, uma nova variedade de arroz tem sido trabalhada na cooperativa: trata-se do arroz orgânico plantado no sistema pré-germinado.

O objetivo geral do setor de grãos, que possui como mais representativa a cultura do arroz, é a comercialização e o consumo das famílias. Este setor tem se destacado, apesar da elevada disponibilidade de mão-de-obra que exige, pela qualidade do produto final que tem garantido safras comercializáveis, já que surgiu como um cultivo alternativo ao arroz convencional.



FIGURA 17 – Arroz pré-germinado
Fonte: Acervo EMATER/Trinta de Maio.

Um dos gargalos citados pelo assentado responsável pelo setor de grãos refere-se ao aspecto da comercialização dos produtos e altos impostos. No setor de arroz a questão do selo/embalagem do arroz e a burocracia existente no convênio existente com a CONAB e que tem inviabilizado a exportação do arroz para os Estados Unidos. Como potencial nesta área destacou o beneficiamento de arroz realizado em Viamão e o projeto para a criação de um centro de venda e comercialização do arroz em Charqueadas.

Mês	Atividade
Julho	Medição das áreas; Compra de trator; Reforma da Calcareadeira; Buscar calcáreo.
Agosto	Aplicação de calcáreo; Incorporar calcáreo; Limpeza de canais; Consertar grades, bueiros e estradas; Puxar calcáreo; Classificar sementes.
Setembro	Preparo do solo; Testar germinação das sementes.
Outubro	Preparo do solo; Fazer semente; Manejo de água.
Novembro e Dezembro	Plantio; Aplicação de mijo de vaca; Manejo de água.
Janeiro	Reforma da colheitadeira, Manejo de água.
Fevereiro	Manejo de água;
Março e Abril	Colheita; Puxar arroz da lavoura para silo; Secagem.

FIGURA 18 – Planejamento do cultivo anual de arroz – ano agrícola 2006-2007.

Fonte: COPAC.

A cultura do arroz ocupa uma área de 40 a 50 ha e, como já mencionado anteriormente, utiliza a técnica de plantio direto através do sistema de produção pré-germinado, sendo a variedade da semente a IRGA 417 e 419. O planejamento que abrange os momentos precedentes ao plantio, o próprio plantio e a colheita exigem o envolvimento de 3 a 5 pessoas de acordo com o período do ano. Nos meses de março e abril são necessários 5 agricultores trabalhando, porém mesmo nos demais meses utiliza-se mão-de-obra na lavoura para preparar o solo para o próximo plantio.

De acordo com o agricultor responsável pelo setor, o arroz orgânico tem sido viável desde 1994 e surgiu justamente para substituir a variedade convencional. Entre outros fatores também estiveram à busca para fugir da utilização intensiva de agrotóxicos na lavoura dentro de uma concepção de defesa da vida e do meio ambiente. Ainda conforme esse cooperado, o

arroz não dava retorno econômico. Hoje ganha-se o dobro do preço. Houve a criação do grupo gestor dentro do movimento e passou-se a planejar o plantio do arroz. Realizamos a troca de experiências e divulgação do trabalho com o arroz, também a adoção de normas na produção do arroz e manutenção. Buscando superar o solo fraco, o veneno, a preparação contra

problemas da natureza, contra o caramujo que ataca o arroz. Fizemos a baliza, e controlamos o caramujo com predador natural. Outra técnica é a drenagem (Entrevista 10 COPAC).

O assentado demonstra conhecimento no manejo com o sistema alternativo de arroz utilizado na cooperativa. O trecho transcrito abaixo dá uma idéia de como acontece o manejo dessa cultura.

A semente pré-germinada fica de 36 a 40 horas na água até a borda (sacos 15 k). Depois de aproximadamente 48h estão prontos, retira-se da água e lança-se na água clima/temperatura e deixa 3 dias submerso. De 24 a 30 horas o arroz fica descoberto. Solta a primeira metade e intercala um quadro sim e outro não. O arroz descoberto é irrigado com a água que já está ali, sem necessidade de irrigar com bombeamento. O manejo da água ocorre assim: 8 dias submerso, 5 dias baixo ou seco para que o arroz possa perfiar, baixa nos 28 e tem 40 dias para perfiar. Composto de urina de vaca aplicada onde vai 3 litros de água e 5 de urina equivalendo a aproximadamente 200kg de uréia. Dos 50 até 90 dias coloca-se mais uma vez urina. Esterco de porco é aplicado também nos valos individuais para adubação da lavoura. Verifica-se a raiz. Deve-se preocupar com o bruzone e a bixeira da raiz e também com o gafanhoto. Na colheita e no armazeno: na água em 24 de umidade para colher arroz bom. Secagem baixa com ventilação aproximadamente 1 hora antes e dia todo para secar no silo. Aproximadamente 12 horas para secar 200 sacos (Entrevista 10 COPAC).

O arroz, juntamente com o cultivo de hortaliças, fez parte dos primeiros esforços produtivos no assentamento. Diversos fatores fizeram com que essas duas atividades perdessem seu protagonismos de anos anteriores. Entre eles aparecem como preponderante a necessidade de mão-de-obra e o próprio surgimento de outras atividades dentro da cadeia produtiva e dos processos de industrialização como no caso do abatedouro. *“A maior demanda atualmente, digamos direto, é a produção animal que tem o abatedouro e o mercado, ou seja, praticamente todos e a lavoura também porque ela demanda. Por exemplo a gente já colheu o arroz mas tem que preparar o solo pro próximo ano, então aquelas pessoas já estão determinadas pra trabalhar naquele setor porque não tem outro pra tocar”* (Entrevista 11 COPAC).

As dificuldades com o arroz também se estendem à questão dos custos da produção e do preço final pago pelo produto. *“Nós chegamos aqui e a cultura predominante se tu pegar e ver é o arroz. Só que o arroz tem alto custo em investimento e alta depreciação de maquinário e baixo retorno e só com alguns tombos nós vimos que não era bem assim”* (Entrevista 2 COPAC).

5.4.3 A produção orgânica no setor de hortaliças

Outro importante setor dentro da cooperativa é o de hortaliças. No entanto, nos últimos anos, “a horta continua com um pouco de dificuldade devido nossa pouca mão-de-obra” (Entrevista 2 COPAC).

Repetindo o que aconteceu com o arroz, o setor da horta, o primeiro a surgir na cooperativa passou a ceder espaço a outras matrizes produtivas. “Nós começamos há 16 anos em um processo transitório em um setor com grande representatividade dentro da cooperativa que era a horta e agora estamos num sistema de pastoreio rotativo Voisin e a matriz tecnológica é outra em comparação ao sistema de confinamento ou semi-confinamento, mas estamos ainda passando pelo processo” (Entrevista 2 COPAC).

Ainda assim, o setor de hortigranjeiros da cooperativa tem buscado não perder sua orientação aos princípios da produção agroecológica diversificada, com estufas plásticas para produção e um viveiro de mudas. A produção hortícola, segue sendo comercializada no supermercado da cooperativa, embora em menor quantidade e com uma menor frequência que em outras épocas já que alguns produtos necessários ao abastecimento do mercado são adquiridos junto à CEASA da capital.



FIGURA 19 - Horta
 Fonte: Acervo EMATER/Trinta de Maio.

A idéia da horta nasceu com dois objetivos principais: primeiro para atender o autoconsumo das famílias; e em segundo lugar, propiciar uma nova fonte de renda. Ao longo dos anos, constatou-se a necessidade de banir a utilização de produtos químicos, pois estes já não resolviam os problemas de pragas, insetos, fungos e de fertilidade do solo. Nesse momento, a COPAC passou a repensar toda uma trajetória de trabalho na agricultura e reconstruir práticas e modos de fazer convencionais. Aguiar contribui ao destacar os verdadeiros beneficiários desse modelo. "Em países desenvolvidos, a modernização agrícola e as políticas públicas privilegiaram também a agricultura familiar. No Brasil, ela privilegiou a agricultura patronal, que teve acesso a créditos abundantes e subsidiados" (AGUIAR, 2002). Os resultados dessa prática levaram a um momento de exaustão da capacidade produtiva do solo, surgindo vários problemas, tais como: baixa produtividade física; intoxicações e contaminação ambiental. A necessidade de transição do modelo foi se tornando uma exigência. Não é possível fazer agroecologia sem passar pelo processo de transição, pois, como diz Görgen, "não podemos esquecer que a terra está contaminada e dependente de insumos químicos. Ao redor continuam as práticas da monocultura e do uso intensivo de venenos. Muitos conhecimentos básicos de uma agricultura diversificada, ecológica e sem veneno foram esquecidos" (GÖRGEN, 2004).

No processo de transição percebeu-se que os adubos solúveis possibilitavam resultados mais imediatos, porém não recuperavam o solo, pelo contrário, agrediam o meio ambiente. Com base nesses motivos, e orientados por técnicos do MST, as famílias decidiram iniciar um processo de transição agroecológica, no conjunto das atividades da COPAC.

5.4.3.1 O manejo atual da horta

Entende-se que o processo de transição com características agroecológicas exige uma atenção especial com o solo onde se produz. A agricultura ecológica, compreende o solo como um organismo vivo. A matéria orgânica viva do solo é composta por vários grupos de organismos. Entre estes organismos estão os vírus, bactérias, fungos, protozoários, pequenos e médios artrópodes, minhocas e outros. Em geral a população diminui com o aumento do tamanho dos organismos⁵.

Quando foi iniciado o processo de recuperação de solo, começaram a aparecer novas plantas que antes não existiam e estas tiveram que ser manejadas adequadamente para que se pudesse aproveitar ao máximo sua potencialidade. Para se compreender a grande complexidade dos nossos solos e da produção agrícola Zamberlam e Fronqueti (1994) comparam a fertilidade a uma teia de aranha. Se um ou mais fios são puxados, tudo pode se desmontar. Assim, no solo, além dos nutrientes colocados de "fora para dentro", existem muitos outros fatores que devem ser levados em consideração para que se crie uma fertilidade que responda não por um curto período, mas por todo o tempo de cultivo (ZAMBERLAM e FRONQUETI, 1994).

⁵ Segundo Altieri (2002), existem, por m² de solo, cerca de 1.014 bactérias, 109 fungos, 107 nematóides e 102 minhocas.



FIGURA 20 – Manejo da horta
Fonte: Acervo EMATER/Trinta de Maio.

A primeira medida tomada na horta foi eliminar os produtos químicos, distribuindo matéria orgânica sobre o solo⁶. O comentário do assentado responsável pelo setor aponta para a mudança:

[...] agora esses canteiros aqui assim eu não vou mexer neles. Antes se usava muito veneno, agora aquele caldo ali que estamos usando, .aquele caldo ali não tem, é como uréia, é um fortificante para a terra. Não estraga a terra não estraga a planta. Nós usamos esterco e também foi plantada algumas arvores nativas (Entrevista 8 COPAC).

O trabalho de rotina possibilitou que se aprendessem alguns princípios, que são fundamentais no processo de transição e consolidação da produção agroecológica, entre eles destacam-se: a diversificação da produção; o manejo adequado do solo; o consórcio de plantas e a rotação de culturas. Os canteiros foram refeitos de forma definitiva, em nível, observando-se a sua disposição no terreno, permitindo-lhes um maior aproveitamento da água. Adotou-se a prática de cobertura constante do solo com matéria orgânica, para favorecimento da fertilidade. A cobertura consistia de esterco de aves e cobertura morta em decomposição antes do plantio. Aos agricultores foi atribuído um papel fundamental na observação sobre o aparecimento de ervas e a ocorrência de insetos e pássaros que iam compondo a biodiversidade da horta. Com o passar do tempo, o equilíbrio biológico da horta tende a se estabelecer, tornando-se desnecessária a aplicação de produtos de controle.

Alguns limites foram identificados pelas famílias. A alta umidade no solo e no ar, juntamente com temperaturas baixas, no inverno, desequilibram a fisiologia das plantas, oportunizando a incidência de doenças tais como: "septoriose" a principal doença fúngica e podridão-basal, podridão-mole que são fungos de solo (FILGUEIRA, 2003). As técnicas de

⁶ Conforme pode-se verificar nos Anexos D, E e F, a relação dos produtos de controle elaborados pelos assentados responsáveis pelo setor de hortaliças da cooperativa, onde consta o tipo de produto e sua aplicação.

produção agroecológica têm ocasionado retornos positivos. O custo de produção é baixo, pois os componentes usados estão disponíveis na propriedade. Além disso, os produtos de controle aplicados na horta têm, além de possibilitado a diminuição desses custos, contribuído ecologicamente na melhoria da qualidade dos alimentos que saem diretamente para o supermercado da cooperativa e para a mesa dos cooperados. Este processo de transição implicou ruptura, e teve que observar aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos. O que parecia uma alternativa a mais de manejo na produção de hortaliças e vegetais parece ter se constituído em opção pela qualidade dos alimentos das famílias do Assentamento Trinta de Maio.

5.4.4 O abatedouro e os processos agroindustriais

O abatedouro surgiu como uma necessidade e uma proposta de agregar valor ao produto animal. Além disso, foi uma preocupação do conjunto de assentados diante das antigas condições de abate dos suínos e bovinos já que este era vendido *in natura* e não havia local adequado e dentro das especificações e exigências sanitárias para tal.



FIGURA 21 - Abatedouro
Fonte: Acervo EMATER/Trinta de Maio.

A construção do abatedouro faz parte também da busca por industrializar os produtos do assentamento através da agregação de valor. Ademais, apareceu como resultado da demanda externa ocorrida via supermercado. Necessitava-se *industrializar os embutidos da lingüiça mista, o queijo de porco, a morcilha, todo aproveitamento da carne suína. Então ele foi também uma necessidade de construir pra suprir essa necessidade que tinha antes. Essa também foi a grande discussão (Entrevista 11 COPAC).*

Além de constituir-se em setor estratégico na venda da carne através do mercado da cooperativa, o abatedouro, ao transformar produtos de origem animal, tais como o salame, as morcilhas preta e branca, a pré-cozida, a lingüiça, o lombo de porco, a costelinha e o sabão, ele contribui para o consumo das famílias da cooperativa: *“nós temos tudo no abatedouro e pegamos lá. Salame a gente faz no abatedouro e comercializa no mercado. Schimier a gente faz. A gente tem um parreiral aqui no fundo e faz de uva e também faz algumas conservas. Lingüiça a gente pega, queijo de porco, torresmo no abatedouro. A gente produz e vende tudo via supermercado. (Entrevista 2 e 3 COPAC).*

Outro assentado acredita que o setor de abate poderia também agregar mais valor se explorasse outras atividades, tais como *“o preparo e comercialização do couro”*; e aprimorasse o rebanho com *“vacas bem desenvolvidas e lote de novilhas para venda”* (Entrevista 8 COPAC).

Apesar de constituir-se em um importante processo de agregação de valor e potencializar a produção e comercialização animais da cooperativa e dos assentados individuais que atendem à demanda do abate vendendo gado vivo à cooperativa, há algumas limitações e gargalos observados por um assentado do setor: *“o abatedouro tem mais ou menos 1 ano, mas ele não dá muito retorno ainda porque tem o custo pra comprar o gado vivo. Porque a gente não produz todo gado ainda, o custo que tem pra comprar e buscar e vender, tem queda, então é bem complexo também, tem impostos que devem ser pagos (Entrevista 11 COPAC).*

De qualquer modo, a alternativa encontrada com a industrialização da produção animal do assentamento mantém-se viável, uma vez que é o único frigorífico do município que atende às normas e exigências da vigilância sanitária.

5.4.5 A produção de suínos

A produção de suínos também faz parte de uma das estratégias de diversificação produtiva dos assentados do Trinta de Maio. Como já ressaltado anteriormente, ela representou durante o ano agrícola de 2005/2006 o maior VBP entre todos os produtos no conjunto dos sistemas animal, vegetal e agroindustrial.

Alguns assentados afirmaram que, nos primeiros anos da cooperativa, diante da necessidade de estruturar os primeiros setores de trabalho, passaram a fazer parte do

patrimônio da cooperativa algumas vacas de leite e algumas matrizes de suínos que posteriormente foram ressarcidos aos associados.

Nos primeiros anos de trabalho com a criação de suínos a administração técnica, o próprio plantel e a regulamentação sanitária da atividade não possuíam o grau de qualidade e aperfeiçoamento que hoje se verifica. A administração técnica e econômica da área suinícola do assentamento conta com a participação efetiva da EMATER. A construção e o acompanhamento são planejados e possuem um cronograma específico de trabalho com a criação, onde estão incluídas a supervisão das vacinas, a alimentação, o confinamento, o descarte e a reposição dos animais. O veterinário João Guahyba, chefe do escritório da EMATER no município, e técnico responsável por esse planejamento, também realiza a assistência técnica de todo o setor animal do assentamento que inclui as seguintes criações: apicultura, avicultura, bovinocultura de leite, ovinocultura e piscicultura. Foi possível observar, por inúmeras vezes, a presença do técnico no assentamento realizando algum trabalho de vacinação, curso ou oficina de qualificação ou mesmo em visitas de rotina. O trabalho desenvolvido pelo extensionista é bem conhecido dos assentados, pois este acompanha a trajetória das famílias do Trinta de Maio desde sua origem o que tem facilitado a comunicação e o relacionamento entre o escritório local e os assentados. É importante ressaltar que as atividades na criação de suínos são realizadas em conjunto com um assentado responsável pela área na cooperativa. Este fez um breve comentário a respeito da rotina de trabalho junto a criação:

“tu faz o que tem que fazer durante o dia. Tem que manter aquilo, se quebra alguma coisas tu tem que ajeitar não pode deixar pro outro dia em todo setor é assim. Aqui no suíno se abate por exemplo duas vezes por semana. Cada matriz tem a sua ficha, o número, a origem, tudo, e daí os machos a mesma coisa. Se tem uma porca tu coloca um macho. Eu castro que não é pra judiar muito. O certo é com 8 dias mas eu castro com 5 dias, aí eles passam ali uns dias a desmamar e depois vai ali pra pocilga e depois abate conforme a necessidade. Compramos 55 matrizes por mês e vai repondo as porcas velhas. Tem final de ano que vai 150 no mês” (Entrevista 12 COPAC).



FIGURA 22 - Suínos
 Fonte: Acervo EMATER/Trinta de Maio.

5.4.6 A produção pecuária leiteira

Assim como a produção suinícola, a bovinocultura de leite aglutina esforços do setor animal na COPAC e também dos assentados nos lotes familiares. Esteve sempre associada à garantia de renda mesmo diante de situações adversas: *“aquela época o que dava mais retorno pra nós era o arroz e depois a vaca de leite. Primeiro lugar o leite não adianta, chova ou faça sol é uma renda todos os meses. Não dá pra dizer que não dá né...claro tem os custos, tem que ter pastagens é um dinheirinho garantido pelo menos pra o sustento e tem os porcos e os suínos (Entrevista 15 COPAC).*

Em umas das primeiras visitas ao assentamento pode-se conhecer o setor de trabalho com o leite e em especial observar como está estruturada a sala de ordenha. Nesta oportunidade foi possível conversar informalmente com alguns dos cooperados que naquele momento realizavam trabalho de rotina. O assentado responsável pelo setor de gado de corte e leiteiro mostrou-se, em todas as ocasiões, muito prestativo e atento, o que possibilitou que as conversas informais, a própria entrevista e aplicação do questionário transcorressem de maneira tranquila. Foi possível registrar todos os dados do questionário voltados para a seção de afetivo animal e de utilização de insumos como rações e outros medicamentos. Uma das preocupações relatadas pelo entrevistado referiu-se à melhoria da qualidade do plantel de

animais e da qualidade do leite produzido e ordenhado diariamente. O mesmo destacou que, em breve, será possível, via medidas de prevenção, banir a utilização de vacinas e medicamentos contra carrapatos devido às ações desenvolvidas pelo setor. Nesse aspecto, assim como observado no caso da criação de suínos, a EMATER realiza uma espécie de gerenciamento mensal da produção do leite e assiste o setor na prevenção e tratamento de doenças do rebanho leiteiro.

O relato a seguir mostra que o a produção leiteira acompanhou o desenvolvimento da cooperativa e resultou de uma junção entre o acesso a projetos de financiamento e contribuição de alguns associados: *“compramos uma matriz pra o nosso consumo e depois umas 8 ou 10 vacas nesse projeto. Daí fomos ampliando cada vez mais, dependendo da necessidade. Aí a gente foi vendo o que mais o pessoal da cidade consumia e fomos atacando aí. O início também foi com produção leiteira porque cada um que chegou a maioria tinha uma vaquinha e botou na associação e daí depois de um ano ou dois a gente foi pagando e financiamos dentro da cooperativa. Aqui a ordenha tem uns 5 ou 6 anos. Eu comecei no setor de máquinas depois fui pro mercado e agora estou aqui”* (Entrevista 12 COPAC).

O setor leiteiro da cooperativa caracteriza-se por ocupar permanentemente mão-de-obra, assim como a exemplo do abatedouro. Por demandar a presença diária de, no mínimo, três assentados, em dois turnos, essa atividade impõe a existência de equipes de trabalho como fica evidente no relato abaixo.

No meu setor é de segunda a sexta de tarde e sábado de manhã entra outra equipe. Aí no final de semana é outra equipe. Tu folga um fim de semana e no outro. Se eu sair tem que avisar o coordenador porque daí se precisar de mão-de-obra tu vai atrás. Meu dia começa às 4h. e 20min. da manhã. Levanto e chego lá as 4h. e 40min. e começo a tirar leite até as 11h. Depois eu vou de tarde até às 5h. e 30min. ou 6h. A ordenha é feita duas vez no dia de manhã e de tarde e o caminhão vem a cada dois dias. Hoje tem e chega às 6h e 15min. (Entrevista 15 COPAC).

O aumento da escala de produção do leite aliada às dificuldades iniciais com a venda realizada em feiras e no tradicional modelo porta-a-porta levou a cooperativa a comercializar a produção via uma tradicional cooperativa de leite gaúcha denominada Santa Clara. Considerada umas das grandes empresas do setor no Estado essa cooperativa, com quase um século de existência, funciona no regime de integração: comprando o leite *in natura* do agricultor e posteriormente realizando os processos de industrialização comercialização:

o leite nós não vendemos no supermercado. O leite é pra consumo nosso, pra alguns vizinhos que vêm comprar e pra vender pra Santa Clara. O caminhão vem buscar e vendemos em média uns 1.000 litros por dia hoje. Tem épocas que a maioria do ano é isso. Varia de 24 a 30 mil litros por mês a produção, mas o caminhão vem buscar a cada dois dias e aqui tem um resfriador com estoque com capacidade ampliada. Acho que tá 50 e poucos centavos (Entrevista 4 COPAC).



FIGURA 23 - Ordenha
Fonte: Acervo EMATER/Trinta de Maio.

A qualificação do setor também parece ser uma preocupação dentro da cooperativa, uma vez que ela carrega a possibilidade de ampliar os processos agroindustriais, e conseqüentemente, o aumento da receita no conjunto das atividades desenvolvidas. No caso do leite, no entanto, existem alguns entraves de ordem técnica e principalmente sanitária que precisam ser adequados para que os projetos de uma agroindústria de leite sejam aprovados e financiados: *“hoje na verdade o leite a gente não industrializa. Temos projeto para isso, mas ainda não saiu, temos que ir devagar”* (Entrevista 3 COPAC).

No comentário abaixo de outro assentado da cooperativa também aparece a preocupação com a necessidade em industrializar o leite produzido na cooperativa

o segundo projeto que está em questão está na gaveta é o da microusina. Pasteurização do leite tipo barriga mole para que se possa fazer o queijo colonial. São coisas simples, pouca mão-de-obra. A idéia é chegar a 1.300 litros por dia com maturação do projeto. Mas aí tem toda uma questão de sanidade, planejamento, o tempo de pasto. Todos nós aqui gostamos de aplicar uma coisa e ver o resultado, é a questão do imediatismo, mas com a

agroecologia é um processo mais demorado, mas que precisa ser permanente. (Entrevista 2 COPAC).

5.4.7 O supermercado da COPAC

A construção do supermercado na sede do município de Charqueadas deveu-se sobretudo por duas razões fundamentais. Primeiro pela necessidade de comercializar os produtos resultantes da ampliação, abertura e diversificação de novos setores de produção, como o abatedouro e, segundo, pela exigência de fugir dos antigos intermediários da venda da produção originada no assentamento, assim agregando receita à cooperativa:

a horta continua com um pouco de dificuldade agora devido nossa pouca mão-de-obra né. No início a gente vendia nas feiras, o leite a gente vendia nas casas e foi-se criando a necessidade de um outro ponto de venda já que nós tínhamos aves, suínos, horta, arroz, o mel e as conservas. Então se criou a necessidade de construir o mercado. Talvez o mercado ajudou bastante porque emprega mão-de-obra, traz benefício à sociedade e tem uma relação grande com a sociedade e divulga o assentamento e a reforma agrária né (Entrevista 11 COPAC).

Com a ampliação do número de clientes do supermercado e, conseqüentemente, da demanda por alimentos, o setor responsável passou a ocupar um número maior de assentados nesta atividade, assim, destinando aqueles que estavam ocupados em atividades agrícolas para o trabalho no mercado. Este fato, por sua vez, parece ter ocasionado uma sobrecarga de trabalho àqueles que já estavam ocupados nos setores de produção agropecuária na cooperativa. Diante disso, a saída encontrada tem sido a contratação de mão-de-obra, via de regra, de assentados e acampados de outros assentamentos, através do pagamento de salário para as atividades como a colheita de arroz, capinas e mais recentemente para o trabalho de construção e reforma de moradias dentro do projeto aprovado junto ao Ministério das Cidades com financiamento da Caixa Econômica Federal:

por exemplo, o cara que secou o arroz ali fora. Agora que estamos construindo as casas tem um piá ajudando a serrar umas tábuas. Daí depois sai dessa e pega a colheita. Aí pega alguém pra ajudar no plantio e assim vai. Então sempre tem um ou dois. Na verdade depois que nós abrimos o mercado sempre tivemos mais pessoas trabalhando junto. Acho que se vai contabilizar dá na média de uns dois direto trabalhando. Agora tem um, mas

é brabo quando tem um só. Agora com a construção dessas casas tem mais de vinte (Entrevista 1 COPAC).



FIGURA 24 - Supermercado
Fonte: Acervo EMATER/Trinta de Maio.

Se por um lado a construção do supermercado na sede do município modificou a maneira negativa como a comunidade via o assentamento, e trouxe benefícios econômicos com a comercialização direta de produtos da reforma agrária, por outro, inaugurou uma etapa nova no cotidiano de trabalho dos cooperados. Nesse aspecto, o surgimento do mercado e a necessidade de incluí-lo como um setor a parte dos demais setores de produção agrícola, passou a alterar a rotina de trabalho dos cooperados que em sua maioria também ocupam de maneira alternada e em algum turno do dia sua força de trabalho no mercado.

Informações presentes no questionário possibilitaram obter informações sobre a quantidade de membros que empregam sua força de trabalho em atividades não agrícolas. Observou-se que do total dos 16 assentados da cooperativa entrevistados, apenas 5 estão ocupando sua mão-de-obra exclusivamente no trabalho agrícola. A TAB. 8, abaixo, apresenta informações sobre o tipo de atividade não agrícola a qual os assentados da cooperativa (aqueles que no momento da aplicação do questionário se encontravam ocupados em alguma atividade não agrícola), ao menos por um turno de trabalho estão ocupados.

TABELA 8
Mão-de-obra em atividades não agrícolas – COPAC

Tipo de atividade	Frequência (n)	Percentual (%)
Administrativa	2	18,18
Industrial	1	9,09
Serviços gerais	1	9,09
Supermercado	7	63,64
Total	11	100,00

Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

A inclusão do mercado enquanto setor produtivo pela cooperativa demonstra a complexidade que adquiriu a estrutura física gerida por esse grupo social, e sobretudo, deixa evidente a já referida preocupação com a busca, já nos primeiros anos de assentamento, pela autonomia no controle dos processos produtivos.

5.5 O individual e o coletivo no assentamento

Este tópico tenta responder, a partir do conteúdo das entrevistas, um dos objetivos propostos que foi identificar as razões para a saída de algumas famílias da cooperativa, bem como suas motivações para a permanência no projeto coletivo. Explicitar as vantagens e desvantagens elencadas pelos assentados da cooperativa quanto à permanência ou não no grupo verificando os elementos que pesaram no momento de optar pela saída do projeto coletivo.

Vale recordar, tendo em vista as características do objeto, que a análise dos indicadores relacionados a este objetivo teve como premissa a existência de relações tensas, porque envolveram momentos de ruptura e de mudanças de rumo por parte de algumas famílias, que em uma leitura apressada dos fatos podem configurar como mera disputa por interesses, mas que em sua essência envolveram elementos reflexivos imersos no conhecimento tácito presente na realidade dessas famílias.

Buscou-se, portanto, analisar, a partir das observações realizadas durante a pesquisa de campo, das conversas informais e da própria aplicação das entrevistas, as motivações dos assentados do Trinta de Maio para sua permanência ou não no projeto

cooperativo do movimento. Para esse fim, o exercício de análise recaiu, fundamentalmente, sobre algumas questões abertas presentes no roteiro de entrevistas, selecionadas de acordo com o grupo. Tentou-se verificar quais elementos foram destacados pelos entrevistados no momento de optar por um ou outro tipo de organização social e produtiva.

No caso dos assentados que possuem lotes individuais, quando indagados sobre os motivos de sua saída da cooperativa e a opção por produzir individualmente registrou-se o resultado presente na TAB. 9 abaixo.

TABELA 9
Motivos para sair da COPAC

Motivo	Frequência (n)	Percentual (%)
Baixos preços pagos e divisão das sobras	6	50,00
Descontentamento com a direção	4	33,33
Outros	2	16,67
Total	12	100,00

Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

O baixo valor pago pela cooperativa aos cooperados, das sobras no final do ano agrícola, foi o motivo mais citado entre os assentados entrevistados. Eles consideraram que as horas trabalhadas não correspondiam ao valor pago para cada associado, justificando que na comparação entre emprego de força de trabalho distintas, ou seja, do número real de horas trabalhadas entre dois associados, havia, no final do mês ou do ano agrícola, uma diferença no valor das horas pagas a ambos. As palavras de um assentado no trecho a seguir parecem ilustrar essa idéia:

eu acho que era o valor da hora. Olha eu trabalhava direto eu e minha esposa também e chegava fim do mês e nós operava sempre em vermelho. Os piás iam pro colégio e não sobrava nem dinheiro pra comprar um caderno e um lápis e outra coisa que nós saímos de lá era por causa do trabalho. Eu comecei na horta e fiquei lá. Eu e mais um pessoal trabalhávamos direto né e tinha um pessoal aí que andava de lá pra cá passando direto né. Aí chegava final do mês e esses caras tinham mais horas trabalhadas que nós...(Entrevista 11 Individual)

Em outro trecho de entrevista um assentado afirma ser o valor da hora/trabalho pago aos associados baixo o que inviabilizava possíveis gastos que fossem além do sustento.

o valor da hora na época era 15 centavos a hora e nós tinha que comer pra trabalhar, então nós sempre ficava devendo. Então o valor da hora era injusta só pagava a comida. Essa consciência os companheiros tinha que ter. Aí, quando foram apresentar a contabilidade pra nós tinha uma “bicha” lá de dezenove mil de dívida. Claro eu fazia duzentas e poucas horas, eu era o segundo em número de horas de 45 famílias e aí de uma hora pra outra eu devia 19 mil (Entrevista 12 Individual).

Em algumas respostas, o baixo valor pago no final de um mês de trabalho também aparece associado com a desconfiança de que as sobras estavam sendo apoderadas indevidamente por alguns: “foi uma coisa criada pela gente mesmo e faltou consciência de alguns. Eu não culpo ninguém, mas culpo o jeito que foi criado, foi uma aposta de todo mundo que acreditou que ia dar certo, então uns foram se dando bem e outros mal” (Entrevista 12 Individual).

O projeto de trabalho coletivo e a consciência de que trabalhar junto é a melhor forma, diante de eventos que envolvem a ruptura com valores morais e éticos típicos do camponês tradicional parece haver influenciado a escolha de sair da cooperativa. “Nós ficamos dez anos nessa luta lá e acreditava muito em trabalhar junto. É a melhor forma que tem, mas tem que ter honestidade. A pessoa que administra o dinheiro tem que ser honesto. Por exemplo, se tem um maço de dinheiro aqui e nós botamos uma firma e eu vou administrar o dinheiro; se tiver um maço que eu vou pegar no banco eu tenho que ter consciência que não é só meu, então foi o que aconteceu tiraram o suor das pessoas” (Entrevista 12 Individual).

A reduzida absorção de força de trabalho nas atividades iniciais da cooperativa, também parece haver contribuído para a escolha pela saída do projeto cooperativo: “sai de lá porque quis né, mas na época eu acho que tinha muita mão-de-obra pra pouco serviço. Às vezes botava dez pessoas em um valo por que não tinha outra coisa. Então resolvi sair e tocar sozinho e sai pra tocar o lote sozinho e eu mais os guris criamos a associação” (Entrevista 10 Individual).

Somado a isso, a ocorrência de alguns eventos não esperados e que impactaram negativamente o coletivo, tais como o endividamento resultante de uma safra de melancias perdida, surge como motivo da inabilidade no planejamento e aplicação de recursos do coletivo:

um pensava lá e o outro pensava aqui e aí eu na verdade peguei e sai foi quando compraram uma colheitadeira por 43 mil real. 10 anos de uso e não veio com as esteiras junto e depois pediram mais 4 mil real pelas esteiras, então de 43 foi pra 46 mil real com dez anos de uso sendo que informaram

que uma zerinho tava 51 mil. Um absurdo e aí comecei questionar e o pessoal a maioria nem tava aí era dinheiro que veio do projeto. Então começou assim com essas coisas [...] e as vezes tu tem o conhecimento e tu pede pros companheiros implanta e dizem não isso não dá. Porque daí não tem como desenvolver uma coisa que tem um certo conhecimento e daí as pessoas acham que é do mesmo jeito que antigamente. Que nem eu falei pra ti: vamos plantar milho? Milho dá pra quem tem 500 hectares pra cima ou mil hectares, entende? Aí ele vai ter o lucro dele lá em cima porque a quantia é grande. Hoje a COPAC planta uns cantinho de arroz e um cantinho de milho pra silagem só, mas naquele tempo era máquina e máquina, mas não deu lucro e um caminhão de milho e caminhão de melancia vende e o cara não paga. Levou 12 caminhão e não pagou nada (Entrevista 5 Individual)

Com relação ainda às questões que envolveram a saída das famílias, as entrevistas tentaram captar na fala dos assentados individuais as possíveis vantagens e desvantagens existentes quando ainda estavam inseridos no trabalho e no convívio social da cooperativa. Verifica-se que o elemento: ser dono ou proprietário possui um significado central na percepção dos sujeitos. Esse aspecto presente na relação do assentado com a cooperativa foi por diversas vezes percebido na fala dos entrevistados e apareceu como elemento determinante: “lá tu é patrão, mas tu é empregado também. Tem coisa que tu tá vendo que é errado mas tu tem que assumir por que a maioria vence e é assim mesmo o cara sabendo que é errado tu tem que admitir (Entrevista 2 Individual). Em outro trecho de entrevista encontra-se argumento semelhante: “a desvantagem era que tu trabalhava e não tinha dono né, por exemplo, hoje, lá embaixo, se tu pergunta quanto gado tu tem, quantos porcos tu tem, eles não sabe dizer”. Ter a propriedade sobre determinado bem material ou produto tem influência sobre a escolha e a opção do que e de como fazer com esse bem: “eu acho que tu trabalhar no particular tem essa vantagem, porque o que tu tem é teu, tu faz do teu jeito” (Entrevista 4 Individual).

Por outro lado, são destacadas algumas vantagens. O trabalho cooperativo apareceria como facilitador quando da possibilidade de aprovação de projetos sociais apresentados a instituições governamentais e também de acesso a políticas de financiamento e de crédito. Esta seria, na realidade do assentamento e, em especial, da cooperativa, uma característica positiva e um caminho mais curto para a aprovação de projetos sociais voltados ou não à produção: “na cooperativa tem coisa que é muito melhor, por exemplo: os projetos. Assim, pra eles é barbada, mas pro individual é bem mais difícil e na cooperativa se consegue. Então tem as vantagens e as desvantagem” (Entrevista 2 Individual). Outro assentado destaca como vantagem o fato de na cooperativa ser possível ausentar-se sem prejuízos maiores para a atividade produtiva: “hoje pra nós uma vantagem que tinha lá e é desvantagem pra nós aqui é

assim: tu sai um mês e não precisa ficar pensando no porco, na galinha, na vaca e aqui pra nós não. Se não é um vizinho ou tu pagar uma mão-de-obra, tu não consegue sair oito dias. Tu não consegue sair nem dois. Nós se troquemo serviço com os vizinhos e com todos aí” (Entrevista 8 Individual).

Sobre se os assentados individuais possuíam algum tipo de relação com a cooperativa, os dados da TAB. 10, mostraram que

TABELA 10
Possui algum tipo de relação com a COPAC

	Frequência (n)	Percentual (%)
Sim	9	75,00
Não	3	25,00
Total	12	100,00

Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

Indagados sobre o estabelecimento de relações com o grupo cooperativado, os entrevistados das associações manifestaram em sua maioria manterem algum intercâmbio com a COPAC. Apesar da ruptura com o projeto coletivo, muitas das famílias, além de preservarem um bom relacionamento nas relações de sociabilidade, facilitadas pelos laços de parentesco e vizinhança: *“como vizinho ou pessoa tudo bem”* (Entrevista 12 Individual), foi possível observar o estabelecimento de relações de compra e venda de produtos com a cooperativa. *“A relação é boa. Eu vendo. Esses dias atrás eu vendi três vacas pra eles. Muito mais fácil eu vender uma vaca, um bicho do que eu comprar deles”* (Entrevista 2 Individual). Outro assentado também referiu-se à existência de relações comerciais com a cooperativa: *“eu fiz, já isso já vendi pra eles alguma coisinha. Compra e venda ali na cooperativa, mas a relação é boa, tranqüila como se diz”* (Entrevista 9 Individual).

O estabelecimento de relações de compra e venda de produtos parece ser mais comum no âmbito da produção animal (como no caso do abatedouro), do que propriamente com a compra de produtos do mercado da COPAC visando abastecer a despensa familiar. Ao declarar a existência de relações de compra e venda com a cooperativa o assentado faz questão de afirmar a superação de antigos problemas: *“eu compro deles. Até agora de manhã eu fui. Compro do abatedouro, compro lá deles e isso não tem problema nenhum passou e se acertemo lá”* (Entrevista 5 Individual).

TABELA 11
Origem dos alimentos não produzidos – Associações

	Frequência (n)	Percentual (%)
Supermercado da COPAC	5	41,67
Supermercado local	7	58,33
Total	12	100,00

Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

Outro comentário ajuda a reforçar o argumento anterior: *“negocia nunca briquei nada nem do mercado e nem agora. De repente, amanhã depois, se eu quiser carnear um bicho pra vender pro mercado vou ter que passar lá na inspeção, mas se eles não me der o carimbo ninguém pode comprar porque tem que ter certificado. Então amanhã depois vou ter que depender deles”* (Entrevista 6 Individual). O assentado entende que, embora agora opte por não adquirir produtos do mercado, terá que futuramente, caso necessite vender algum animal terá que fazê-lo via frigorífico da cooperativa.

A obrigatoriedade em compartilhar as dívidas adquiridas durante a passagem pela cooperativa é sempre trazida à lembrança de alguns assentados quando indaga-se sobre a relação atual com a COPAC:

acho que a cooperativa tem que repensar essa história de ficar com os bens de quem sai. Claro que num processo de cooperação existe no estatuto que os bens são da cooperativa só que é um dinheiro que é individualizado pra mim como família assentada. Então isso é uma das mágoas que eu tenho que tu vai ver isso em todas as famílias da cooperativa que a COPAC está com bens que era nosso (Entrevista 10 Individual).

O argumento utilizado no trecho acima demonstra que, mesmo reconhecendo a existência do estatuto que prevê a divisão entre os cooperados, tanto das sobras quanto das eventuais dívidas, o assentado resente-se entendendo como injusta a retenção de bens materiais dos cooperados que teriam, segundo ele, sido frutos do esforço do trabalho da família. Neste sentido, encontramos elementos presentes nas elaborações teóricas de autores clássicos como Wolf e Mendras que nos auxiliam a entender a ligação do agricultor com o núcleo doméstico e sua valorização, bem como a relação com a propriedade da terra e a não distinção entre consumo e produção.

O aspecto “sentir-se proprietário” aparece, na fala abaixo, associado ao trabalho no lote individual. Falando sobre as possíveis vantagens e/ou desvantagens durante o tempo na cooperativa, o entrevistado sublinha que a pouca liberdade dos animais que necessitam ficar mais presos, por não haver quem cuide, é compensada pelo fato destes animais e demais produtos cultivados serem de sua propriedade:

tu tando no individual o único problema é que o bicharedo fica mais preso, mas por um lado tu fica mais descansado. Tu vai na lavoura tu capina e eu sei que se eu botar dez pés de milho e cinco vacas eu sei que é minha né. Lá não, porque pra uma vaca tu tinha mais quarenta e quatro donos. Era meu, mas também não era meu. De vez em quando lá morria um bicho, dois bichos eu não dava bola. Tem bastante aí, mas hoje, se morre uma galinha tu fica que dá dó. (Entrevista 11 Individual)

5.6 Políticas públicas e o papel dos mediadores no assentamento

Dentre os novos processos que emergem da relação entre instâncias locais e nacionais estão as iniciativas público-governamentais que buscam dar conta de novas redefinições surgidas na relação entre produtor e consumidor e que fazem menção a elementos presentes no paradigma do desenvolvimento rural. Essas redefinições se enquadram em uma discussão que tem buscado privilegiar a questão da qualidade dos alimentos e na observância às formas sustentáveis de sua obtenção.

Apesar de ainda hegemônicos, os circuitos de escoamento da produção agrícola via mercados cativos oferecidos pelas grandes cadeias agroindustriais, já é possível identificar pequenas mudanças e iniciativas de organismos públicos (os programas de compras governamentais de alimentos para projetos sociais, que recém se iniciam, são um exemplo), e da própria sociedade civil (organização de associação de consumidores, donas-de-casa, feiras livres, etc.) que tencionam e buscam um novo padrão de acesso a produtos alimentares de qualidade, produzidos segundo as prerrogativas da sustentabilidade ambiental. O sucesso dessas iniciativas exige uma mudança na relação entre os planejadores e executores de políticas públicas (materializados na extensão rural) e os indivíduos e grupos sociais demandantes dessas políticas. Ele passa, por um lado, pela superação de modelos de desenvolvimento rural fortemente baseados nas teorias da modernização e, por outro lado, pelo reconhecimento do protagonismo social dos agricultores, suas práticas e estratégias.

Partindo dessas premissas e da idéia presente na proposição teórica de Long e Ploeg, fundamentalmente, a de desmistificar as modalidades de intervenção planejada de agentes e entidades públicas sobre comunidades rurais é que entende-se a relevância desse tópico para o estudo de caso. Ou seja, trata-se de reconhecer que o desenvolvimento rural não ocorrerá através da transferência de técnicas via projetos de extensão, mas sim será resultado de um processo de experimento e renovação, onde os agricultores, vistos como protagonistas, aprimoram suas habilidades e aplicam seu conhecimento na mudança ou melhoria de sua condição econômico-social.

Detalhar-se-á a seguir as características do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Este programa surgiu orientado pelos princípios da segurança alimentar e nutricional⁸ e tem como um de seus objetivos envolver uma série de segmentos da sociedade civil.

5.6.1 O Programa de Aquisição de Alimentos

O advento do PAA tem significado uma mudança no caráter das políticas públicas voltadas para o meio rural por seu caráter de política social integrada e que busca atender à formação de redes entre outros segmentos da sociedade civil.

O PAA resulta de um processo longo de construção, muito apoiado nas discussões concernentes ao Fome Zero; que os movimentos sociais da agricultura familiar não tinham em sua pauta de reivindicação programas semelhantes ao PAA. A participação dos movimentos se deu através da permeabilidade do Estado, que permitiu que atores que faziam parte da rede dos movimentos passassem a atuar no governo. O programa⁹ foi instituído pela Lei 10.696, de 2 de julho de 2003, como uma ação estruturante do Programa Fome Zero. Tem como principal objetivo garantir a comercialização dos produtos da agricultura familiar, através do estabelecimento de preços mínimos a serem praticados com a garantia de compra, ao mesmo tempo em que articula esta produção com os mercados institucionais ou para formação de estoques, atendendo aos princípios da segurança alimentar (MÜLLER, 2007).

⁸ “A formulação da SAN foi elaborada em encontro do Fórum Brasileiro de SAN, em 2003, e posteriormente aprovada na II Conferência Nacional de SAN realizada em Olinda, em 2004 (MALUF, 2007, p.17).

⁹ Uma descrição das características do programa e do seu lugar dentro do rol de políticas voltadas para a agricultura familiar pode ser encontrada no interessante estudo de Müller (2007).

No município de Charqueadas o programa tem sido posto em prática através da Secretaria de Agricultura e Economia Solidária e recebido a denominação de “Programa Compra Direta”. Inserindo-se dentro de um cronograma de trabalho que visa à articulação e o intercâmbio entre outras frentes de trabalho e mesmo outras políticas municipais (ver cronograma no ANEXO G).

O estudo de caso possibilitou verificar, a partir das entrevistas como os assentados tem aderido ao programa, suas percepções, críticas e expectativas quanto à continuidade da política pública. Os assentados nos lotes familiares manifestaram que a decisão sobre o que plantar tem obedecido às demandas do programa:

feijão é só pro consumo. A horta é pra nós e quando sobra ela se torna comercial. Tem alface, beterraba, rabanete e couve, e meu pomar que temos muito diversificado. No pomar o que mais tiramos é pêra e comercializamos pro mercado e pro consumidor uns 10.000 quilos. Esse ano eu vendi pro compra direta da prefeitura uns 2.500 quilos. Eu vendi a 4,75 o quilo. Isso com a prefeitura né porque no mercado é mais barato né. A prefeitura que fez licitação e eles fizeram a média de preço da feira do mercado. Entre mercado e consumidor direto vendemos uns 6 mil quilos (Entrevista 10 Individuais)

No entanto, apesar da boa aceitação do programa, os assentados entendem que a cota que é fixada por família é pouca, o que tem gerado expectativas sobre essa política, além de permanecem as dúvidas sobre sua continuidade:

o problema é a cota liberada para o agricultor de 2 mil e meio e teria que ser por exemplo eu lá fechei com 600 quilos (sic) de pêra eu fechei minha cota. Eu fiz um aditivo lá de mil reais a mais, mas não deu porque daí tive que começar a emprestar pêra pros vizinhos fornecer lá como se fosse eu claro daí vendendo bem baratinho. Eu acho que tinha que ser 5 mil por família tu consegue porque aqui o problema não é produzir. Porque tem uns 6 mil aluno, mais 500 famílias que alimentam os filhos pela bolsa família e mais o lar dos idosos são coisas que consomem e a vantagem que nós produzimos ecológico (Entrevista 10 Individual)

Outro assentado lamenta o limite imposto pela cota a que cada família tem direito porque o dispositivo tem impossibilitado que seja comercializado o excedente de produção:

eu até tinha aipim pra entregar, mas como fechou a cota e quem não tem nada pra vender eles dão preferência. Mas eu pretendo no ano que vem entrar com uma feira pra vender. Acho que precisaria de um local pra vender nossos produtos. Se tivesse uma feira pra vender dava pra botar uma horta. Mas com o compra direta tem a conta e minha cota fechou. Tá pra

sair uma feira grande dos pequenos agricultores aí em Charqueadas (Entrevista 11 Individual).

Também pode-se perceber algumas críticas com relação à forma de condução do programa em nível local:

a prefeitura se atrapalha...achou que era fácil e estavam cobrando IPI de produtos *in natura* cobrar 2,7% de INSS que na verdade não tem nada que ver...o programa é ótimo em sua essência...pra nós é uma mão na roda. Mas eles complicam porque acham que é igual a licitação da cidade. Não tem noção de que é compra direta. [...] O grande problema é que a pessoa vende agora e vai receber daqui a três meses [...]Então o problema não é o programa e sim a burocracia da prefeitura. Esse é um dos complicadores (Entrevista 10 Individual).

Quanto ao aspecto comercialização dos produtos originados nos lotes individuais, pode-se perceber que as famílias privilegiam o PAA como forma de comercializar seus produtos da transformação caseira (quase 67%) do total da produção industrial como se verifica na TAB. 12.

TABELA 12

Destino da produção vegetal, animal e agroindustrial - Associações

Produção vegetal	Frequência (n)	Percentual (%)
Direto consumidor domicílio ou feiras	6	50,00
Intermediários	1	8,33
Para o PAA	4	33,33
Não vende	1	8,33
Total	12	100,00
Produção animal	Frequência (n)	Percentual (%)
Direto consumidor domicílio ou feiras	6	50,00
Agroindústrias ou empresa privada	5	41,67
Não vende	1	8,33
Total	12	100,00
Produção agroindustrial	Frequência (n)	Percentual (%)
Direto consumidor ou feiras	3	25,00
Para o PAA	8	66,67
Não vende	1	8,33
Total	12	100,00

Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

A EMATER local também exerce um papel de relevância tanto no suporte à assistência técnica aos assentados quanto ao planejamento e execução de projetos de

desenvolvimento. O tópico seguinte apresenta algumas particularidades do papel desse agente público e sua interação com os assentados do Trinta de Maio.

5.6.2 A atuação dos mediadores locais

São variados os agentes públicos atuando ou prestando algum serviço de assistência técnica no Assentamento Trinta de Maio. No município, atuam no assentamento a EMATER, por meio de seu escritório municipal e a Secretaria de Agricultura Familiar e Economia Solidária, representando a Prefeitura Municipal. No plano regional, e com menor frequência, estão a Secretaria de Agricultura do Estado e a COCEARGS, esta última com papel fundamental no planejamento, elaboração e aplicação de projetos visando melhorias de diferentes ordens no assentamento. Entre os mediadores locais está a EMATER que realiza o trabalho de assistência técnica e o apoio a projetos de desenvolvimento rural dentro do assentamento.

Por ocasião da aplicação do questionário foi possível perceber que a totalidade dos assentados no lote individual afirmou receber algum tipo de assistência técnica. A TAB 14 apresenta o tipo de assistência técnica recebida pelos assentados individuais e os da cooperativa.

TABELA 13
Recebe assistência técnica – COPAC e Associações

	COPAC		Associações	
	Frequência (n)	Percentual (%)	Frequência (n)	Percentual (%)
Sim	16	100,00	12	100,00
Não	0	0,00	0	0,00
Total	16	100,00	12	100,00

Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

As famílias das associações, muito embora reconheçam a presença do serviço de assistência da EMATER, fizeram referência à falta de um profissional na área de agronomia o que tem gerado uma carência desse conhecimento técnico considerado imprescindível no desenvolvimento e na qualificação do trabalho de assessoria técnica às famílias.

TABELA 14
Tipo de assistência técnica recebida – COPAC e Associações

	COPAC		Associações	
	Frequência (n)	Percentual (%)	Frequência (n)	Percentual (%)
Somente da EMATER	9	56,25	11	91,67
EMATER e Prefeitura	4	25,00	1	8,33
EMATER e COCEARGS	3	18,75	0	0,00
Total	16	100,00	12	100,00

Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

Alguns assentados da COPAC lembraram que, em determinadas circunstâncias, a COCEARGS auxilia no trabalho de assistência técnica e principalmente de planejamento e fiscalização de projetos dos mais variados tipos, voltados a melhorias no assentamento. O projeto mais atual em que está envolvida, é o já citado projeto de reforma de 18 moradias e construção de 27 novas casas no assentamento. A COCEARGS é juntamente com a EMATER, a responsável técnica pelo contrato de construção e reforma das casas, firmado pelos beneficiários, a Caixa Econômica Federal, o Ministério das Cidades e o INCRA.

TABELA 15
Grau de satisfação com assistência técnica recebida

	COPAC		Associações	
	Frequência (n)	Percentual (%)	Frequência (n)	Percentual (%)
Muito satisfeito	0	0,00	1	8,33
Satisfeito	16	100,00	8	66,67
Insatisfeito	0	0,00	3	25,00
Total	16	100,00	12	100,00

Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

As informações contidas na TAB. 15, acima, nos permitem verificar o grau de aceitação dos assentados à presença e atuação do serviço de assistência rural. O trecho abaixo, auxilia na compreensão de como anda a assistência técnica na COPAC:

olha meio pouco. Recebemos da Emater mais na área social e no caso do veterinário. No caso da produção animal aí tu pega aves, suínos e vaca leiteira, este sim, este atua bem, mas na questão da agropecuária falta de um técnico agrícola, está faltando essa parte (Entrevista 11 COPAC).

Foi frequentemente lembrada a ausência de um técnico agrícola ou um agrônomo no assentamento. Esse fato tem contribuído negativamente, pois acaba gerando uma sobrecarga de trabalho no veterinário que já acumula a função de diretor do escritório municipal.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação, partindo da temática de assentamentos de reforma agrária, teve como objeto de pesquisa a análise da relação entre as motivações das famílias assentadas em permanecerem em um ou outro grupo (uma vez que o assentamento em análise possui uma divisão entre cooperados e assentados individuais) e as dinâmicas dos processos de organização econômica e social correspondentes nos dois casos.

O universo empírico da pesquisa foi o Assentamento Trinta de Maio, no município de Charqueadas, no Rio Grande do Sul. A observação e análise dos fenômenos sociais e da multiplicidade de relações encontradas neste espaço obedeceu à técnica de observação participante, com a qual pode-se conhecer em alguma medida o caráter peculiar dos sujeitos sociais do assentamento, suas relações no âmbito interno e com agentes externos de desenvolvimento, bem como sua dinâmica social e produtiva.

A escolha do referencial teórico e a sua filiação epistemológica à teoria da estruturação estiveram condicionadas à construção da problemática da pesquisa e aos aspectos da realidade do assentamento, os quais tentou-se analisar. Nesse sentido, a utilização de conceitos teóricos presentes na perspectiva orientada ao ator foi útil para elucidar a relação expressa pelo objeto de pesquisa.

O contato com os dados de campo esteve ligado aos pressupostos da construção de uma metodologia qualitativa de análise, procurando explorar ao máximo as informações levantadas durante a investigação, ora através da observação participante, ora por meio das entrevistas e da aplicação dos questionários.

Assim, o trabalho de observação possibilitou perceber que há mais semelhanças do que diferenças entre os dois grupos, se não considerarmos apenas a variável escala produtiva. Isso ajuda a pensar que elementos relacionados à trajetória social e política e às experiências no trabalho com a terra, no caso dos assentados individuais, podem explicar certa continuidade no aspecto da conduta social, organizacional e produtiva mesmo após a saída do projeto cooperativo. Claro que deve-se levar em conta que o período inicial de retomada da condição produtiva e da organização social das famílias desistentes do projeto cooperativo se deu, em grande parte, em bases desiguais, pois os dispositivos estatutários e o próprio contexto de endividamento da COPAC inviabilizou uma saída “justa” que correspondesse aos anos de trabalho no coletivo, conforme trouxeram alguns relatos.

No que diz respeito às questões relacionadas à saída das famílias da cooperativa, as entrevistas evidenciaram elementos importantes nas respostas dos entrevistados, que contribuíram para entender aspectos que as motivaram a deixar o projeto coletivo para trabalhar no lote individual. O fator baixo preço pago pelas horas trabalhadas e a divisão das sobras, somado com a variável descontentamento com o conselho administrativo da cooperativa no momento da ruptura com o grupo, foi um dos motivos mais citados nas entrevistas. Os elementos discursivos acionados pelos assentados da cooperativa para justificar a ruptura com o projeto coletivo de cunho socialista expresso na COPAC deixam, portanto, antever algumas características que os identificam com o que alguns autores chamaram de campesinato tradicional, mais conservador com relação às questões que envolvem a propriedade e o gerenciamento de bens materiais, por exemplo.

A pesquisa também possibilitou investigar as características e a adoção, tanto por parte do grupo cooperado quanto dos assentados individuais, de técnicas alternativas de produção no âmbito das atividades agropecuárias, e em que medida elas traduziram-se em processos de desenvolvimento endógeno da produção.

No caso da cooperativa em particular, buscou-se explicitar como emergiram e se articularam os processos de diversificação produtiva entre os distintos setores de produção. Dessa maneira, realizou-se um trabalho de análise com informações quantitativas – de fontes secundárias e primárias – que julgou-se de relevância para trazer evidências sobre a ocorrência de processos de diversificação produtiva e desenvolvimento endógeno da produção em ambos os grupos.

O conjunto dos dados do diagnóstico realizado pela equipe da EMATER em conjunto com o INCRA durante o ano agrícola de 2005, possibilitou uma leitura detalhada da organização e desempenho econômico do assentamento no recorte temporal analisado. Dentre as variáveis existentes, selecionou-se as seguintes: principais produtos do sistema vegetal; principais produtos do sistema animal; VBP – Valores Brutos da Produção para ambos os sistemas (receita e autoconsumo); composição da mão-de-obra UTH; valor total do patrimônio contido em máquinas e benfeitorias; valor total dos custos internos; área total e SAU – Superfície Agrícola Útil, e origem de outras rendas.

Por sua vez, as informações primárias coletadas com a aplicação dos questionários e complementadas pelas entrevistas, possibilitaram verificar a existência de processos de desenvolvimento endógeno tanto nos lotes individuais quanto na cooperativa. As práticas de diversificação produtiva encontradas em alguns setores produtivos da COPAC dão um indicativo da emergência de processos autônomos aos níveis social e rendoso. A utilização de

meios de trabalho existente na cooperativa ou mesmo no lote individual concorre para que se alcance uma maior independência diante da transferência de tecnologias e produtos agroindustriais externos.

A saída gradual de famílias do projeto tem auxiliado no decréscimo da mão-de-obra ocupada na cooperativa. Nesse sentido, esse movimento de saída pode estar contribuindo para que alguns setores de produção sejam fechados, haja vista que essa mão-de-obra que agora passa a compor o grupo de famílias produtoras no lote depositava aí sua força de trabalho. Essa constatação sobre as dificuldades de manutenção de alguns setores devido às dificuldades com mão-de-obra de cooperados foi encontrada na fala de alguns assentados.

O “triângulo” plantar, processar e comercializar, verificado em setores de produção da cooperativa, sugere a eliminação do agente conhecido como intermediário dentro do processo de comercialização. Nesse sentido, vale destacar, por um lado, que a construção do supermercado da cooperativa na sede do município, além de funcionar como um elemento de aproximação entre as famílias do assentamento e a comunidade do entorno, tem-se configurado em potencial econômico de entrada de receitas para a cooperativa. Por outro lado, os resultados da observação e das entrevistas deixaram antever a existência de um aumento na utilização da força de trabalho dos cooperados, revertendo a mão-de-obra que antes era usada exclusivamente na atividade agrícola dos setores, para passar a demandá-la pelo trabalho no supermercado. Isto, como pode-se perceber, tem impactado de alguma maneira no dia-a-dia das famílias, já que a rotina de trabalho no supermercado tem exigido jornadas também aos fins de semana.

Ademais, a análise dos dados permitiu identificar a constituição de uma base permanente e de recursos temporários utilizados no processo de produção. Da mesma maneira, a coleta das informações sobre a geração das rendas em ambos os grupos foi possível através da observância de como se deu o uso da força de trabalho, a quantidade e a qualidade das áreas ocupadas com os cultivos, e as próprias relações internas e externas ao assentamento. Assim, pôde-se identificar a existência de algumas práticas endógenas de produção agropecuária no assentamento.

A relação das famílias do assentado com os agentes de desenvolvimento rural ocorre, fundamentalmente, através dos serviços prestados pela EMATER. Neste sentido, os resultados das entrevistas apontaram para a manutenção de um bom grau de aceitação do serviço de extensão no assentamento. Pôde-se verificar ainda a importância do trabalho de assistência técnica dessa instituição, justamente pela considerável demanda gerada internamente no assentamento, tanto no aspecto técnico quanto na questão do planejamento,

construção de projetos de desenvolvimento e sua aplicação. No entanto, alguns problemas com relação à inexistência de serviços técnicos na área agrônômica foram por sucessivas vezes lembrados pelo conjunto de assentados, uma vez que o assentamento há alguns anos não conta com os serviços de um Engenheiro Agrônomo.

A pesquisa também possibilitou verificar a emergência de políticas públicas sociais, tais como o PAA, que possui um caráter de política social integrada e que visa atender à formação de redes envolvendo não só os agricultores familiares, mas também outros segmentos da sociedade civil. Este programa tem impactado positivamente a atividade produtiva, tanto dos assentados da cooperativa quanto dos individuais, uma vez que a procura por alimentos contribui para que as famílias diversifiquem ainda mais suas atividades e mobilizem recursos internos e mão-de-obra dentro da *rural household*.

É importante observar que a análise dos processos sociais ocorridos no Assentamento Trinta de Maio e as conclusões resultantes dessa análise, não nos permitem universalizar este fenômeno para os demais assentamentos de reforma agrária, pois trata-se de uma realidade específica e imersa em relações sociais de caráter histórico, mas que sobretudo pode alterar-se de acordo com as estratégias e ações dos grupos de assentados aí residentes.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. 2. ed. Campinas: Hucitec/Unicamp, 1992.
- ABRAMOVAY, R.; FILHO, J. J. de C. *A objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais: o caso dos assentamentos*. In: Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – nº 3, vol 24:36-53 – set-out. 1994.
- ABRAMOVAY, R. *Agricultura familiar e capitalismo no campo*. In: A questão agrária na década de 90. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- AGUIAR, C. R. de. *A evolução do processo de comercialização da produção agropecuária no assentamento Trinta de Maio - município de Charqueadas/Rio Grande do Sul*. Monografia – Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade; Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2002.
- ALTIERI, M. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. Guaíba, Rio Grande do Sul, Ed. Agropecuária 2002.
- ARAÚJO, S. M. P. *Eles: a cooperativa; um estudo sobre a ideologia da participação*. Curitiba: Indústria Gráfica Projeto, 1982.
- BANCO Mundial. *Country Assistance Strategy – Brazil (2000-2002)* Washington DC, 2000.
- BECKER, F.; TEIXEIRA, A. N. *Novas possibilidades da pesquisa qualitativa via sistemas CAQDAS*. In: Sociologias. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, ano 3, nº 5 jan/jun 2001, p.94 – 114.
- BELEDELLI, S. *A Cultura dos camponeses sem terra e a organização do território dos assentamentos*. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, 2005.
- BERGAMASCO, S. M. P. P. *A realidade dos assentamentos por detrás dos números*. Estudos Avançados, São Paulo: USP, 1997, v.11, n.31, p.37-49.
- BUAINAIN, A.M.; et al. *Avaliação Preliminar do Cédula da Terra*. Convênio IE/Unicamp, NEAD-MDA e Banco Mundial. 1999. 321p.
- CASTRO, M. de. *64: conflito Igreja x Estado*. Petrópolis, RJ. Editora: Vozes, 1984.
- CASTRO, M. H. *Reforma agrária e pequena produção*. Doutorado no Instituto de Economia - IFCH/UNICAMP. 1992.
- CHAMBERS, R.; CONWAY, G. *Sustainable rural livelihoods: practical concepts for the 21st century*. Brighton, UK: Institute of Development Studies, 1992. (Institute of Development Studies Discussion Paper n. 296).

CHARQUEADAS, Rio Grande do Sul – *Brasil: um lugar para crescer*. s/d.

COMISSÃO Pastoral da Terra. *CPT: pastoral e compromisso*. Petrópolis, RJ. Editora: Vozes, 1983.

CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL – CONCRAB. *Sistema Cooperativista dos Assentados. Caderno de Cooperação Agrícola N. S.* São Paulo, jun. 1998.

CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL – CONCRAB. *A evolução da concepção de cooperação agrícola do MST*. Caderno de cooperação agrícola nº 8. São Paulo, ago. de 1999.

CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL – CONCRAB. *As experiências clássicas de cooperação agrícola: Kolkhoz, Sovkhoz, Kibutz, Comuna Chinesa, CPAs Cubanas*. Caderno das Experiências Históricas da Cooperação Agrícola nº 3. ago de 2001.

CORNFORTH, C. *Some factors affecting the success or failure of worker cooperatives: a review of empirical research in the United Kingdom. Economical and Industrial Democracy*, 4, 1983, p.163-190.

DELGADO, G. C. *Capital Financeiro e agricultura no Brasil*. Campinas: Unicamp/Ícone, 1985.

ELLIS, F. *Peasants economics-farm household and agrarian development*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

ELLIS, F. *Rural livelihoods and diversity in developing countries*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

FAO. *Principais indicadores sócio-econômicos dos assentamentos de reforma agrária*. Relatório Final. 1992.

FILGUEIRA, R. F. *Novo manual de olericultura. Agrotecnologia moderna na produção de hortaliças*. Viçosa MG, Ed. UFV 2003.

FILIPPI, E. E. *Reforma agrária: experiências internacionais de reordenamento agrário e a evolução da questão da terra no Brasil*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2005.

FLORIT, L. F. *Teoria social e relação sociedade/natureza a partir da obra de Anthony Giddens*. In: Cadernos de Sociologia. Porto Alegre. PPGS/UFRGS, v.10, 1998.

GAIGER, I. *Agentes religiosos e camponeses sem-terra no sul do Brasil*. Petrópolis, RJ. Editora: Vozes, 1987.

GEHLEN, I. *Políticas públicas e desenvolvimento social rural*. In: São Paulo em Perspectiva, 18(2): 95-103, 2004.

- GIDDENS, A. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- GÖRGEN, S. A. *O massacre da fazenda Santa Elmira*. Petrópolis, RJ. Editora: Vozes, 1989.
- GÖRGEN, S. A. (Org.). *Uma foice longe da terra: a repressão aos sem-terra nas ruas de Porto Alegre*. Petrópolis, RJ. Editora: Vozes, 1991.
- GÖRGEN, S. A. *Os novos desafios da agricultura camponesa*. 2004.
- GRAZIANO DA SILVA, J. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro, RJ. Zahar, 1982.
- GRAZIANO DA SILVA, J. “Mas, qual reforma agrária?”. In: Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA). Ano 17, n. 1 abr/jul. 1987.
- GRAZIANO DA SILVA, J. *O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária*. In: A questão agrária na década de 90. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- GRAZIANO NETO, F. *Recolocando a questão agrária*. In: A questão agrária na década de 90. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- GRZYBOWSKI, C. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis, RJ. Editora: Vozes, 1987.
- HAGUETTE, T. M. F. *Metodologias qualitativas na sociologia*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- HOLZMANN, L. *Operários sem patrão: gestão cooperativa e dilemas da democracia*. São Carlos, Editora da UFScar, 2001.
- INSTITUTO CIDADANIA. *Projeto Fome Zero: uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil*. São Paulo: Ipiranga: Instituto Cidadania, 2001.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em: 18 dez. 2007.
- JOLLIVET, M. *Pour une science social à travers champs: paysannerie, ruralité, capitalisme (France XX Siècle)*, Paris, Éditions arguments, 2001.
- LAKATOS, E.M.; MARCONI, M. de A. *Fundamentos de metodologia científica*. 2. ed. ver. ampl. São Paulo, Atlas, 1990.
- LEITE, S. et al. *Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. 1.ed. São Paulo: UNESP, 2004.
- LENZ, M. M. *Conflito de identidade dos assentados de reforma agrária do MST?* Ed. São Leopoldo: Unisinos. Revista Perspectiva econômica, vol.37, Série Cooperativismo nº51, 2002, p.5-35.

- LIMA, A. J. P. et al. *Administração da Unidade de Produção Familiar: modalidades de trabalho com agricultores*. Ijuí, Editora UNIJUÍ, 1995. 175p.
- LIMA, J. C. *O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 19, n 56, out. 2004.
- LONG, N.; LONG, A. (eds.) *Battlefields of Knowledge*. London: Routledge, 1992.
- LONG, N.; PLOEG, J. D. van der. *Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure*. In: D. Booth (ed.). *Rethinking Social Development*, Longman, London, 1994.
- LONG, N. *Development sociology: actor perspectives*. London and New York: Routledge, 2001. 294 p.
- LOUREIRO, M. R. et al. *Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1981.
- MALUF, R. S. J. *Segurança alimentar e nutricional*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- MARTINS, J. de S. *A questão agrária brasileira e o papel do MST*. In: STÉDILE, J. P. (org.). *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- MARTINS, J de S. *Reforma agrária: o impossível diálogo sobre a história possível*. Revista Tempo Social. Revista de Sociologia da USP, vol. 11, n 2, out. 1999.
- MARTINS, J. de S. *O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003a.
- MARTINS, J. de S. *Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003b.
- MEDEIROS, L. S. de.; LEITE, S. *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre/Rio de Janeiro. Ed. UFRGS/CPDA, 1999.
- MEDEIROS, L. S. de.; LEITE, S. (orgs.). *Assentamentos rurais; mudança social e dinâmica regional*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.
- MEDEIROS, L. S. de. *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: UNESP, 1994.
- MEDEIROS, L. S. de. *Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ e UNRISD, 2002.
- MÉLIGA, L. D.; JANSON, M. do C. *Encruzilhada Natalino*. Editora Vozes Ltda. Porto Alegre, 1982.
- MELLO, P. F. *Evasão e rotatividade em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do

Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2006.

MELO, J. A. T. *Reforma agrária quando? CPI mostra as causas da luta pela terra no Brasil*. Deputado João Alfredo Telles Melo (Org.). Brasília, 2006.

MELUCCI, A. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Ed. Vozes, Petrópolis, RJ, 2001.

MENDRAS, H. *Sociétés paysannes: éléments pour une théorie des sociétés paysannes*. Paris, Gallimard, Folio Histoire, 1976.

MEPF. *Banco da Terra*. Brasília, 1999.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. *Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade?* Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/set, 1993.

MIRANDA, G. de. *Função social da propriedade no direito positivo brasileiro*. Disponível em <http://direitoamazonico.blogspot.com/2005/09/funcao-social-da-propriedade-no-direito.html>>. Acesso em: 25 nov. 2007.

MST. *A cooperação agrícola nos assentamentos*. Caderno de formação nº 20. São Paulo, abril de 1993.

MÜLLER, A. L. *A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre, 2007.

MÜLLER, G. *São Paulo: o núcleo do padrão agrário moderno*. In: A questão agrária na década de 90. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

NASCIMENTO, M. de F. *O próximo e o distante: histórias e estórias de um bairro e uma fábrica de João Pessoa*. Dissertação de Mestrado, UFPB, 1993.

NAVARRO, Z. S. *Formatos tecnológicos e organização produtiva : o caso dos assentamentos rurais no sul do Brasil*. In: Políticas agrícolas. Montecillo, México Vol. 1, no. 1, 1995.

NAVARRO, Z. *Manejo de recursos naturais e desenvolvimento rural: um estudo comparativo em quatro Estados brasileiros (lições e desafios)*. Relatório ao Banco Mundial, 1999.

NAVARRO, Z. *Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro*. Revista Estudos Avançados, São Paulo, USP, Vol. 16, nº 44, 2001.

NAVARRO, Z. S. “*Mobilização sem emancipação – as lutas dos sem-terra no Brasil*.” In: Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalistas. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2002.

NAVARRO, Z. S.; MORAES, M. S.; MENEZES, R. *Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento*. In: MEDEIROS, L. S. de.; LEITE, S. *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre/Rio de Janeiro. Ed. UFRGS/CPDA, 1999.

NODARI D. E. et al. *Turismo no espaço rural brasileiro: novas alternativas para os assentamentos da reforma agrária*. In: Extensio. Revista Eletrônica de Extensão, UFSC n 3, 2005. Disponível em: <http://extensio.ufsc.br/edicoes_anteriores_numero_03.php> Acesso em 11 nov 2007.

NORDER, L. A. C. *Políticas de assentamento e localidade: os desafios da reconstituição do trabalho rural no Brasil*. Tese de doutorado em Ciências Sociais. Universidade de Wageningen, 2004.

OIT. *Recomendación sobre el papel de las cooperativas en el progreso económico y social de los países en vías de desarrollo*. R127 de 1966. Disponível em: <<http://www.ilo.org/ilolex/english/recdisp1.htm>>. Acesso em: 23 nov. 2007.

OSÓRIO, C. *Autogestão com sucesso: o caso da cooperativa mista dos têxteis do Rio Grande do Norte*. In: CAVALCANTI, C. (Org.). *No interior da economia oculta: estudos de caso de uma pesquisa de avaliação do desenvolvimento de base no Norte e no Nordeste do Brasil*, Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1988.

PEREIRA, J. M. M.; SAUER, S. *História e legado da reforma agrária de mercado no Brasil*. In: SAUER S.; PEREIRA, J. M. M. (Orgs.). *Capturando a terra: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006, v. 1, p. 173-206.

PINHO, D B. *O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro*. São Paulo: Brascoope, 1982.

PIRES, S. A. *Conhecendo minha cidade*. Estudos Sociais. 4 ed. s/d.

PLOEG, J. D. van der; DIJK, G. V. *Beyond modernization the impact of endogenous rural development. European perspectives on rural development*. Assen, The Netherlands, Van Gorcun, 1995.

PLOEG J.D. van der; RENTING, H. *Impact and potential: a comparative review of European rural development practices*. Sociologia Ruralis, Netherlands, 40 (4): 529-543, 2000.

PLOEG J.D. van der et al. *Rural Development: from practices and policies towards theory*. Sociologia Ruralis, Netherlands, 40 (4): 391-407, 2000.

PEREIRA DE QUEIROZ, M. I. *Bairros rurais paulistas: dinâmica das relações bairro rural – cidade*. Livraria Duas Cidades, 1973.

RAMOS, M. P. *Burguesia agrária: estratégias de reprodução social e organização política (estudo sobre a UDR: União Democrática Ruralista, no Rio Grande do Sul)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de

Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, 1993.

RAMOS, M. P. O “novo” e o “velho” ruralismo no Rio Grande do Sul: um estudo sobre os integrantes da UDR. Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, 1995.

RECH, D. *Cooperativas: uma alternativa de organização popular*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

RIBEIRO, G. L.; FELDMAN-BIANCO, B. *Antropologia e poder: contribuições de Eric Wolf*. Série Antropológica, Brasília, 2003.

RICHARDSON, R. J. *et al. Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1989.

RIEDL, M.; NAVARRO, Z. S. *Reforma agrária na região sul*. In: SCHMIDT, B. V. *et al.* Os assentamentos de reforma agrária no Brasil. Brasília: Ed. UnB, 1998. p.221-236.

RIGOLIN, M. R. V. *Cooperativismo: uma alternativa para o pequeno produtor*. Disponível em: <<http://www.ufscar.br>> Acesso em: 10 out. 2005.

ROSSET, P. *O bom, o mau e o feio: a política fundiária do Banco Mundial*. MARTINS, M. D. (Org.). O banco mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia. São Paulo. Ed. Viramundo, 2004.

RUCKERT, A. A. *Metamorfoses do território: a agricultura de trigo/soja no planalto médio rio-grandense 1930-1990*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

SCARIOT, A. *Identidade, coesão e desagregação social na trajetória da Cooperativa de Produção Agropecuária Aascata – COOPTAR*. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, 2003.

SCHENINI, P. C. *et al. Cooperativas de produção agropecuária do MST: possibilidades e limites como indutora da sustentabilidade dos assentamentos*. In: XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2006, Fortaleza- CE. Anais do XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2006.

SCHMITT, C. J. *Aquisição de alimentos da agricultura familiar: construindo a integração entre a política agrícola e a política de segurança alimentar e nutricional*. Revista de Política Agrícola, Brasília, ano 14, n. 2, p. 78-88, abr./maio/jun. 2005.

SILVA, J. G. da. *A reforma agrária no Brasil*. In: A questão agrária na década de 90. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SILVA, M. K. *Cidadania e exclusão: os movimentos sociais urbanos e a experiência de participação na gestão municipal de Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

SILVA, T. P. *Fundamentos teóricos do cooperativismo e o MST*. Revista Terra Livre, São Paulo, ano 18, n 19, p.229-242, jul./dez.2002.

SILVEIRA, C. B. da. *Organizações e a “lei de ferro das oligarquias”*: um estudo sobre os assentamentos rurais de reforma agrária. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre, 2003.

SINGER, P. *Economia solidária: um modo de produção e distribuição*. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo, Contexto, 2000.

SINGER, P. *A recente ressurreição da economia solidária no Brasil*. In: SANTOS, B. S. (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

SINGER, P. *Economia solidária*. In: CATTANI, A. D. (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre, Veraz Editores, 2003.

SOUZA, L. A. G. de. *Classes populares e igreja nos caminhos da história*. Petrópolis, RJ. Editora: Vozes, 1982.

SPAROVEK, G. *A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira*. São Paulo: Página & Letras Editora e Gráfica, 2003.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. *Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. São Paulo. Editora HUCITEC, 1978.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. *As possibilidades informacionais nas práticas sociológicas: por um novo padrão de trabalho para os sociólogos do século XXI*. In: *Sociologias*. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, ano 3, nº 5 jan/jun 2001, p.114-146.

TEÓFILO, F. E. *Brasil: nuevos paradigmas de la reforma agraria*. In: TEJO, P. (compilador). *Mercados de tierras agrícolas em América Latina y el Caribe: una realidad incompleta*. Santiago de Chile, Naciones Unidas/CEPAL, n74, julio de 2003, p. 209-238.

“TRAIDORES” DO MST ENRIQUECEM COM A SOJA. Folha de São Paulo, São Paulo, 26 nov. 2006. Caderno Brasil, p.10.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1994.

UNICAMP, *Estudo de avaliação de impactos do Programa Cédula da Terra/2001*. Campinas-SP, UNICAMP, 2002.

VEIGA, J. E. da. *A reforma que virou suco. Uma introdução ao dilema agrário do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1990.

VEIGA, J. E. da. *O desenvolvimento agrícola. Uma visão histórica*. São Paulo: EDUSP, HUCITEC, 1991.

VEIGA, J. E. da. *Uma linha estratégica de desenvolvimento agrícola*. *Revista de Economia Política*, n 46, p.88-105, abr./jun. 1992.

VEIGA, J. E. da. *Desenvolvimento rural: o Brasil precisa de um projeto*. CONTAG, 1998. 55 p.

VEIGA, J. E. da. *O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento*. Estudos Avançados, 43, Setembro-Dezembro 2001, pp. 101-119.

VEIGA, J. E. da. *Fundamentos do agrorreformismo*. In: A questão agrária na década de 90. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

VEIGA, J. E. da; et al. *O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento*. Série Textos para Discussão, número 1, NEAD, Agosto 2001.

VÍCTORA, C. G.; KNAUTH, D. R.; HASSEN, M. de N. A. *Pesquisa qualitativa em saúde: uma introdução ao tema*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

WANDERLEY, M. de N. B. *Raízes históricas do campesinato brasileiro*. In: TEDESCO, J.C. (Org.). Agricultura familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, 394 p, 1999. p. 23-56.

WEBER, M. *The methodological foundation sociology*. In: Sociological Theory: A Book of Readings (L. A. Coser & B. Rosemberg, eds.), 3ª ed., p. 248-258, Toronto: The MacMillan Company, 1970.

WEBER, M. *Economia y sociedad: esbozo de sociología comprensiva*. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.

WOLF, E. R. *Sociedades camponesas*. São Paulo: Zahar Editores, 1976.

WOLF, E. R. *Aspectos das relações de grupo em uma sociedade complexa: México*. In: FELDMAN-BIANCO, B.; RIBEIRO, G.L. (orgs.) Antropologia e poder: contribuições de Eric R. Wolf. Brasília: Ed. da UnB; São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo: Ed. da Unicamp, 2003a. p. 73-91.

WOLF, E. R. *Parentesco, amizade e relações patrono-cliente em sociedades complexas*. In: FELDMAN-BIANCO, B.; RIBEIRO, G.L. (orgs.) Antropologia e poder: contribuições de Eric R. Wolf. Brasília: Ed. da UnB; São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo: Ed. da Unicamp, 2003b. p.93-114.

ZAMBERLAM, J.; FRONCHETI, A. *Agricultura alternativa, um enfrentamento à agricultura química*. Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Ed. P. Berthier 1994.

Outras fontes de consulta:

Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/Rio Grande do Sul <<http://www.emater.tche.br/site/inicial/ptbr/php/>>

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser – FEE <<http://www.fee.tche.br>>

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST <<http://www.mst.org.br/mst>>

Prefeitura Municipal de Charqueadas <<http://www.charqueadas.rs.gov.br/>>

COPELMI Mineração Ltda. <http://www.copelmi.com.br/>

Google Maps. <<http://maps.google.com.br>>

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista – assentados da COPAC

PESQUISA CAMPO - COPAC – CHARQUEADAS – RS

Entrevistado: E1, E2,....

Data/hora início: Data/hora fim:

A. Dados de identificação e escolaridade

- ✓ Município e região de origem
- ✓ Membros da unidade familiar (quantidade)
- ✓ Escolaridade

B. Características da terra e produção

- ✓ Acampamento/assentamento de origem
- ✓ Tempo de permanência no acampamento/assentamento de origem
- ✓ Possuía terra na situação anterior ao assentamento
 - Que tipo de área:

- a) vivia com os pais
- b) procedente de herança
- c) arrendada
- d) outra _____

- ✓ O que plantavam antes e o que plantam hoje (culturas inseridas atualmente na produção – listar quais)

- ✓ Principal destino da produção vegetal (assinalar apenas uma alternativa)

- a) venda direta para consumidores – domiciliar ou em feiras livres
- b) para cooperativas
- c) para agroindústria e/ou empresa privada se estiver integrado
- d) para poder público – município, etc.
- e) para o intermediário – atravessador
- f) para o Programa de aquisição de alimentos – PAA – do governo
- g) não vende (autoconsumo)
- h) outro _____

- ✓ Principal destino da produção animal (assinalar apenas uma alternativa)

- a) venda direta para consumidores – domiciliar ou em feiras livres
- b) para cooperativas
- c) para agroindústria e/ou empresa privada se estiver integrado
- d) para poder público – município, etc.
- e) para o intermediário – atravessador
- f) para o Programa de aquisição de alimentos – PAA – do governo
- g) não vende (autoconsumo)
- h) outro _____

✓ Principal destino dos produtos agroindustriais (assinalar apenas uma alternativa)

- a) venda direta para consumidores – domiciliar ou em feiras livres
- b) para cooperativa
- c) para agroindústria e/ou empresa privada se estiver integrado
- d) para poder público – município, etc.
- e) para o intermediário – atravessador
- f) para o Programa de aquisição de alimentos – PAA – do governo
- g) não vende (auto-consumo)
- h) outro _____

✓ Existência de práticas de conservação de solo (múltipla resposta)

- a) adubação verde
- b) curvas de nível
- c) plantio direto
- d) rotação de culturas
- e) consorciamento de culturas
- f) adubação orgânica com esterco e outros materiais orgânicos
- g) reflorestamento de áreas degradadas
- h) controle alternativo (sem veneno) de pragas e doenças
- i) Não realiza nenhuma prática conservacionista

✓ Origem alimentos não produzidos

- super COPAC
- super local
- outro supermercado

C. Políticas públicas e participação

✓ Assistência técnica

✓ Fontes de assistência técnica:

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none"> - cooperativa - particular - EMATER - Prefeitura - MST - ONGs - outros |
|--|

✓ Satisfação em relação à assistência técnica que recebe da EMATER – critérios: (muito satisfeito, satisfeito, insatisfeito, não sabe/não respondeu)

- ✓ Participação em atividades de extensão rural e/ou informação técnica participa – critérios (sim; não)

- a) Escuta programas de rádio e TV sobre técnicas agrícolas
- b) Participa de demonstrações de novos produtos e/ou dias de campo
- c) Participa e/ou visita feiras e exposições agropecuárias
- d) Assiste palestras ou apresentação sobre temas agropecuários

- ✓ Obtenção de financiamentos ou empréstimos no último ano agrícola – critérios (sim; não; Não sabe/não respondeu)

Em caso afirmativo, informar (responder utilizando códigos):

Finalidade (A)	Fonte (B)	Indicar produto ou finalidade do financiamento	Valor financiado (R\$)	Taxa de juros (mês/ano)	Valor da prestação (R\$) [Indicar se é por mês ou ano]

(A)		(B)	
1 Custeio	1 Bancos	4 Emp. Integradora/Agroind.	7 Pronaf
2 Comercialização	2 Cooperativas	5 Vizinhos	8 RS-Rural
3 Investimento	3 Fundo Municipal	6 Parentes	9 Outros

- ✓ Presença de aposentados e/ou pensionistas na sua família – critérios (sim; não; Não sabe/não respondeu)

D. Infra-estrutura

- ✓ Existência de serviços públicos e de infra-estrutura
 - a) Tipo de moradia
 - b) Abastecimento de água
 - c) Instalações sanitárias
 - d) Destino dos dejetos
 - e) Eletrificação

E. Cooperativa

- ✓ tempo associação (ano da adesão)
- ✓ experiência em outras cooperativas (quais)
- ✓ motivos para aderir:
 - a) preços melhores
 - b) facilidade comercialização
 - c) acesso assistência

- d) acesso crédito
- e) fidelidade ao movimento
- f) outros

- ✓ vantagens como membro da cooperativa (o que tem proporcionado tanto social como economicamente?)
- ✓ desvantagens
- ✓ conhecimento do estatuto da cooperativa

F. Mão-de-obra trabalho e renda

- ✓ Organização do trabalho na cooperativa (como ocorre)
- ✓ Membros da família envolvidos na atividade agrícola (número e frequência)
- ✓ Existência de práticas de auto-ajuda e mutirão
- ✓ Utilização de mão-de-obra contratada
- a) número de trabalhadores
- b) período

- ✓ Membros da família trabalhando em atividades não-agrícolas
 - número de membros
 - atividade
 - motivos (citá-los)

- ✓ Principais fontes de renda (ordem de importância)
 - grãos
 - hortifruti
 - leite
 - suínos
 - aves
 - gado de leite
 - fruticultura
 - piscicultura
 - outros

G. Redes, parentesco e religião

- ✓ Grau de parentesco e filiação com outros membros (dentro ou fora do assentamento)
- ✓ Crença ou filiação religiosa

- ✓ Grau de confiança e credibilidade (critérios: nos técnicos da EMATER; no pessoal da Prefeitura (funcionários, agentes de saúde, etc); nos Vereadores do município; nos dirigentes do seu sindicato; no pastor e/ou padre da Igreja que frequenta; nos técnicos e/ou pessoas ligadas às agroindústrias e cooperativas com as quais trabalha; nos compradores e intermediários que adquirem sua produção agrícola; nos vizinhos; Não sabe/não respondeu

- ✓ Principais gargalos e potencialidades do assentamento

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista – assentados das Associações

PESQUISA CAMPO – ASSENTADOS INDIVIDUAIS – CHARQUEADAS – RS

Entrevistado: E1, E2,....

Data/hora início: Data/hora fim:

A. Dados de identificação e escolaridade

- ✓ Município e região de origem
- ✓ Membros da unidade familiar (quantidade)
- ✓ Escolaridade

B. Características da terra e produção

- ✓ Acampamento/assentamento de origem
- ✓ Tempo de permanência no acampamento/assentamento de origem
- ✓ Possuía terra na situação anterior ao assentamento
 - Que tipo de área:
 - a) vivia com os pais
 - b) procedente de herança
 - c) arrendada
 - d) outra _____
- ✓ Principal destino da produção vegetal (assinalar apenas uma alternativa)
 - a) venda direta para consumidores – domiciliar ou em feiras livres
 - b) para cooperativas
 - c) para agroindústria e/ou empresa privada se estiver integrado
 - d) para poder público – município, etc.
 - e) para o intermediário – atravessador
 - f) para o Programa de aquisição de alimentos – PAA – do governo
 - g) não vende (autoconsumo)
 - h) outro _____
- ✓ Principal destino da produção animal (assinalar apenas uma alternativa)
 - a) venda direta para consumidores – domiciliar ou em feiras livres
 - b) para cooperativas
 - c) para agroindústria e/ou empresa privada se estiver integrado
 - d) para poder público – município, etc.
 - e) para o intermediário – atravessador
 - f) para o Programa de aquisição de alimentos – PAA – do governo
 - g) não vende (autoconsumo)

h) outro _____

✓ Principal destino dos produtos agroindustriais (assinalar apenas uma alternativa)

- a) venda direta para consumidores – domiciliar ou em feiras livres
- b) para cooperativa
- c) para agroindústria e/ou empresa privada se estiver integrado
- d) para poder público – município, etc.
- e) para o intermediário – atravessador
- f) para o Programa de aquisição de alimentos – PAA – do governo
- g) não vende (autoconsumo)
- h) outro _____

✓ Existência de práticas de conservação de solo (múltipla resposta)

- a) adubação verde
- b) curvas de nível
- c) plantio direto
- d) rotação de culturas
- e) consorciamento de culturas
- f) adubação orgânica com esterco e outros materiais orgânicos
- g) reflorestamento de áreas degradadas
- h) controle alternativo (sem veneno) de pragas e doenças
- i) Não realiza nenhuma prática conservacionista

✓ Origem alimentos não produzidos

- super COPAC
- super local
- outro supermercado

✓ Fatores que influenciam no momento da comercialização (preço; facilidade escoamento; comprometimento com compra; outros benefícios)

C. Políticas públicas e participação

✓ Assistência técnica

✓ Fontes de assistência técnica:

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none"> - cooperativa - particular - EMATER - Prefeitura - MST - ONGs - outros |
|--|

- ✓ Satisfação em relação à assistência técnica que recebe da EMATER – critérios: (muito satisfeito, satisfeito, insatisfeito, não sabe/não respondeu)
- ✓ Participação em atividades de extensão rural e/ou informação técnica participa – critérios (sim; não)
 - a) Escuta programas de rádio e TV sobre técnicas agrícolas
 - b) Participa de demonstrações de novos produtos e/ou dias de campo
 - c) Participa e/ou visita feiras e exposições agropecuárias
 - d) Assiste palestras ou apresentação sobre temas agropecuários
- ✓ Obtenção de financiamentos ou empréstimos no último ano agrícola – critérios (sim; não; Não sabe/não respondeu)

Em caso afirmativo, informar (responder utilizando códigos):

Finalidade (A)	Fonte (B)	Indicar produto ou finalidade do financiamento	Valor financiado (R\$)	Taxa de juros (mês/ano)	Valor da prestação (R\$) [Indicar se é por mês ou ano]

(A)	(B)		
1 Custeio	1 Bancos	4 Emp. Integradora/Agroind.	7 Pronaf
2 Comercialização	2 Cooperativas	5 Vizinhos	8 RS-Rural
3 Investimento	3 Fundo Municipal	6 Parentes	9 Outros

- ✓ Presença de aposentados e/ou pensionistas na sua família – critérios (sim; não; Não sabe/não respondeu)

D. Infra-estrutura

- ✓ Existência de serviços públicos e de infra-estrutura
 - a) Tipo de moradia
 - b) Abastecimento de água
 - c) Instalações sanitárias
 - d) Destino dos dejetos
 - e) Eletrificação

E. Cooperativa

- ✓ tempo associação (ano da adesão)
- ✓ experiência em outras cooperativas (quais)
- ✓ Relacionamento com a COPAC (de que tipo)

- ✓ Motivos para sair da cooperativa (baixos preços pagos e divisão das sobras; descontentamento com direção; dificuldade de acesso a crédito; outros)

- ✓ vantagens como membro da cooperativa (o que tem proporcionado tanto social como economicamente?)
- ✓ desvantagens
- ✓ conhecimento do estatuto da cooperativa

F. Mão-de-obra trabalho e renda

- ✓ Membros da família envolvidos na atividade agrícola (número e frequência)
- ✓ Utilização de mão-de-obra contratada
 - a) número de trabalhadores
 - b) período

- ✓ Membros da família trabalhando em atividades não-agrícolas
 - número de membros
 - atividade
 - motivos (citá-los)

- ✓ Principais fontes de renda (ordem de importância)
 - grãos
 - hortifruti
 - leite
 - suínos
 - aves
 - gado de leite
 - fruticultura
 - piscicultura
 - outros

G. Redes, parentesco e religião

- ✓ Grau de parentesco e filiação com outros membros (dentro ou fora do assentamento)
- ✓ Crença ou filiação religiosa

- ✓ Grau de confiança e credibilidade (critérios: nos técnicos da EMATER; no pessoal da Prefeitura (funcionários, agentes de saúde, etc); nos Vereadores do município; nos dirigentes do seu sindicato; no pastor e/ou padre da Igreja que freqüenta; nos técnicos e/ou pessoas ligadas as agroindústrias e cooperativas

com as quais trabalha; nos compradores e intermediários que adquirem sua produção agrícola; nos vizinhos; Não sabe/não respondeu

- ✓ Principais gargalos e potencialidades do assentamento

APÊNDICE C - Roteiro de entrevista com representante da Secretaria Municipal de Economia Solidária e Agricultura Familiar

Questões:

1. Quais são as principais políticas voltadas para a agricultura no município atualmente e qual o papel da Secretaria de Agricultura e Economia Solidária?
2. Como é a relação da prefeitura municipal com o Assentamento 30 de Maio?
3. Quais são os projetos desenvolvidos por essa secretaria com as famílias do 30 de Maio?
4. A secretaria trabalha em conjunto com a Emater em algum projeto voltado para o desenvolvimento rural do assentamento?
5. Gostaria de fazer algum outro comentário sobre o trabalho da secretaria no município de charqueadas?

ANEXO C - Descrição dos critérios para o cálculo da renda agrícola

Itens	Grupo de Valores
Produto Bruto	Produto bruto vegetal (produto bruto de venda + autoconsumo) Produto bruto animal (produto bruto de venda + autoconsumo) Produto bruto da transformação caseira (produto bruto de venda + autoconsumo)
	O somatório dos itens acima corresponde ao produto bruto total (PB)
Consumo Intermediário	Insumos da produção vegetal Insumos da produção animal Insumos da transformação caseira Pagamento de serviços a terceiros (temporários e empreitadas) Despesas com manutenção de máquinas e equipamentos (ver fórmula) Despesas com manutenção de instalações (ver fórmula) Luz Gás Água
	O somatório dos itens acima corresponde ao consumo intermediário (CI)
	Valor agregado bruto (VAB) = PB - CI
Depreciação	Depreciação de instalações Depreciação de máquinas e equipamentos Depreciação de animais (segundo o Sergio não calcularemos)
	O somatório dos itens acima corresponde a Depreciação Total (D)
	Valor Agregado Líquido (VAL) = VAB - D
Distribuição do Valor Agregado	ITR Pagamento de arrendamento Pagamento de mão-de-obra permanente Pagamento de juros Contribuição sindical
	O somatório dos itens acima corresponde a Distribuição do Valor Agregado (DVA)
	RENDA AGRÍCOLA (RA) = VAL - DVA

Fonte: Lima, 1995.

ANEXO D - Inseticida orgânico - fórmula para cada 200 litros de água

PRODUTOS	QUANTIDADE
Cinamomo	30 kg
Erva de bicho. Queima	05 kg
Erva Santa Maria. Produz odor	05 kg
Pimenta malagueta. Produz energia e arde	05 kg
Alho macho. Cheiro forte	10kg

Fonte: COPAC.

OBS 1 – Serve para pulgões, lagarta, triples, vaquinhas, cascudinhos, fede-fede.

OBS 2 – Forma de aplicação: a cada 20 litros de água, 250ml do produto.

OBS 3 – Se exceder na dose provoca cozimento nas plantas.

ANEXO E - Fungicida orgânico - fórmula para cada 1960 litros de água

PRODUTOS	QUANTIDADE
Cabeça de peixe, fresco.	05 kg
Repolho picado	06 kg
Beldroega moída	05 kg
Fosfato natural	05 kg

Fonte: COPAC.

OBS 1 – Serve para fungos.

OBS 2 – Forma de aplicação: para cada 20 litros de água, 100ml do produto. Aplicar como preventivo ou quando se manifestar.

OBS 3 – Se exceder na dose, provoca requeima.

ANEXO F – Adubo folhar

TIPO	APLICAÇÃO
Chorume de esterco de suínos: em um depósito de mais ou menos 1.000 litros de água, adicionar 200 kg de esterco de suínos.	Forma de aplicação: aplicar com um regador, na folha, a cada oito dias. Repetir a aplicação se houver necessidade.
Chorume de esterco de aves: em um depósito de mais ou menos 1.000 litros de água, adicionar 100 kg de esterco puro de aves e deixar fermentar.	Forma de aplicação: aplicar com um regador, na folha, a cada oito dias. Repetir a aplicação se houver necessidade.

Fonte: COPAC.

ANEXO G – Organograma de desenvolvimento da Secretaria Municipal de Economia Solidária e Agricultura Familiar de Charqueadas

